

ANA CAROLINA FERACIN DA SILVA

ENTRE A PENA E A ESPADA:
LITERATOS E JACOBINOS NOS PRIMEIROS ANOS DA
REPÚBLICA (1889-1895)

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas, sob a orientação da
Prof.^a Dr.^a Maria Clementina Pereira Cunha.

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Banca Examinadora no dia 21
de fevereiro de 2001.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Maria Clementina Pereira Cunha (orientadora)

Prof. Dr. Cláudio Henrique de Moares Batalha

Prof. Dr. Francisco Foot Hardman

Prof. Dr. Sidney Chalhoub (suplente)

Campinas
2001

I

UNICAMP

BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNICAMP

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	UNICAMP
	5382
V.	Ex.
TOMBO BC/	44539
PROC.	16-392/01
C	☐
D	☒
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	17/05/01
N.º CPD	

CM00156304-1

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Si38e **Silva, Ana Carolina Feracin da**
Entre a pena e a espada : literatos e jacobinos nos primeiros
anos da República (1889-1895) / Ana Carolina Feracin da Silva. -
Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador: Maria Clementina Pereira Cunha.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Literatos - Rio de Janeiro (RJ) - Séc. XIX. 2. Imprensa -
Rio de Janeiro (RJ) - Séc. XIX. 3. Rio de Janeiro (RJ) - História -
Séc. XIX. 4. Brasil - História - Revolta da Armada, 1893-1895.
5. Brasil - História - Proclamação da República, 1889. I. Cunha,
Maria Clementina Pereira. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Para meus pais.

RESUMO

A proposta deste trabalho é analisar a atuação de um grupo de escritores no Rio de Janeiro durante os primeiros anos da República. Ainda que francamente engajados nas campanhas abolicionista e republicana, escritores como Olavo Bilac, Pardal Mallet, Luís Murat e José do Patrocínio sofreram intensa represália durante o governo de Floriano Peixoto (1891-1894): entre 1892-1893, eles foram presos, desterrados e exilados devido à intensa oposição que fizeram através da imprensa ao governo federal. Este trabalho procura mostrar como as diferenças que aparecem de modo latente naquele período já se anunciavam na fase “gloriosa” das grandes lutas políticas pela Abolição e pela República. Através da análise de três pequenos jornais publicados por esses literatos entre 1889-1892 foi possível perceber que eles formularam projetos particulares de nação, progresso, organização social e República que acabaram confrontando diretamente com os rumos tomados pelo regime republicano a partir da presidência de Floriano Peixoto.

ABSTRACT

The aim of this study is to analyze the performance of a group of writers in Rio de Janeiro in the first years of the Republic. Writers such as Olavo Bilac, Pardal Mallet, Luis Murat and José do Patrocínio were strongly engaged in the abolitionist and republican campaigns, but suffered an intense reprisal during the government of Floriano Peixoto (1891-1894): between 1892 and 1893 they were caught, banished of the Rio and exiled because of the strong opposition they had offered against the government via the printed press. This study tries to show how the differences that appeared in that period had already been proclaimed in the political fights for the Abolition and Republic. Through the analysis of three small newspapers published by those writers between 1889 and 1892 it is possible to notice that they built individual projects by nation, progress, social organization and Republic. Those projects confronted directly with the course taken by the republican regime since the government of Floriano Peixoto.

“A história dos casamentos está cheia de gente que ficou do lado de fora da porta...”

(José Saramago. Memorial do Convento; RJ: Editora Bertrand Brasil S. A., 1994 (1982). p.298)

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	1
INTRODUÇÃO.....	5
Capítulo I	
A CONQUISTA DO TALENTO.....	13
Capítulo II	
JORNADAS REVOLUCIONÁRIAS.....	49
<i>A Rua</i>	69
<i>O Meio</i>	101
Capítulo III	
ENTRE A PENA E A ESPADA.....	131
Nas trincheiras do <i>Combate</i>	136
Com as barbas de molho.....	183
Epílogo	
“UM LOUCO NO CEMITÉRIO”	207
FONTES E BIBLIOGRAFIA	217

AGRADECIMENTOS

Preencher este espaço talvez seja uma das etapas mais difíceis no fim de uma dissertação. Tentar, em meia dúzia de palavras, expressar o meu muito obrigado às várias pessoas que, direta e indiretamente, me ajudaram ao longo desses quase dois anos de trabalho é uma tarefa árdua. Antes de tudo, portanto, agradeço a CAPES pelo auxílio financeiro, sem o qual a execução deste trabalho teria sido bem mais penosa.

Silvia Lara, além de um referencial sempre presente nas minhas andanças pela História, foi nestes últimos dois anos uma grande amiga nos momentos em que os problemas burocráticos pareciam mais fortes. Sempre atenta às dificuldades enfrentadas pelos alunos no decorrer dos cursos de pós-graduação, Silvia aumentou várias vezes sua agenda de tarefas na coordenadoria para resolver meus “pepinos” particulares.

A amizade de Henrique Espada, Luciana Barbeiro, Uliana Ferlim e o sempre animado ambiente do Cecult, que disponibilizou grande parte do material usado na pesquisa, fizeram com que as tardes passadas à frente das leitoras de microfilmes fossem mais agradáveis — regidas sempre pelo bom intervalo para o café. Nos dias de reclusão no Arquivo Edgar Leunroth (AEL), da Unicamp, pude contar também com animosidade do “seo” Mário, sempre prestativo e interessado pelo meu trabalho.

Além de grande amigo, Leonardo Pereira tornou-se um interlocutor importante nos últimos anos. O interesse em comum pelo mundo das letras no século XIX nos rendeu altas conversas onde pude aprender muita coisa sobre os nossos, às vezes famigerados,

literatos. Graças as suas indicações e referências, superei várias das dificuldades encontradas ao longo da pesquisa.

Maria Clementina Pereira Cunha que acompanha meus passos já há algum tempo, vem seguindo a trilha... Mais do que uma orientadora paciente, que aceitava meus constantes esticar de prazos, ela foi uma grande amiga nos momentos de ansiedade. Ao fim de nossas conversas, eu saía com o ânimo revigorado e a certeza de que tudo sairia bem, apesar do tempo parecer sugerir sempre o contrário. Quando os problemas vinham e inevitavelmente travavam a pesquisa, Clementina desfazia os nós e me mostrava ainda como desfazê-los sozinha, possibilitando assim que eu chegasse até o final do trabalho.

No exame de qualificação os professores Sidney Chalhoub e Cláudio Batalha foram referenciais importantes para a finalização da pesquisa. Agradeço as suas indicações e sugestões que, à medida do possível, foram incorporadas na redação final da dissertação.

Mas, tudo teria sido mais difícil se não fosse a presença de alguns colegas do curso de Mestrado que, para além de estarem fazendo suas próprias pesquisas e serem interlocutores importantes, demonstraram que as bases de uma amizade sincera são às vezes mais fortes do que as nossas leituras para por fim no trabalho.

Junto com as referências de leitura, Cristina Galvão sempre trouxe também palavras de incentivo e carinho, mostrando um cuidado especial não só comigo, mas com todos aqueles que compartilham de sua companhia e amizade.

Célio Tasinafo foi um interlocutor importante e depois imprescindível durante toda a pesquisa. Grande amigo do “seo” Nabuco, Célio passou para mim um pouco de sua riquíssima bagagem do século XIX. Amigo nos momentos de reclusão e fiel escudeiro de azares burocráticos, ele foi uma presença constante em todas as fases nem sempre

agradáveis do trabalho — do primeiro parágrafo até o último e bem vindo ponto final.

De primeira colega da graduação, Eneida Mercadante tornou-se a grande amiga de uma jornada que começou em 1994, quando desde então passamos a compartilhar todos os altos e baixos, aprendendo a driblar, juntas, as dificuldades que nos apareceram ao longo de todos esses anos. Com um potencial extraordinário para transformar em uma simples casualidade aquilo que eu via como o mais terrível dos problemas, Eneida foi mais que uma amiga, foi a cúmplice com a qual eu sempre pude contar nos momentos mais difíceis.

Marcelo Balaban chegou quase à última hora. De uma troca de informações casuais, ele acabou tornando-se rapidamente um amigo e um leitor importante na fase final da redação da dissertação. Veterano neste tipo de trabalho, Marcelo foi a companhia a quem recorri quando a ansiedade falava mais alto que a disposição em escrever.

Agradeço também a Flávia Marquezini, Aliane Seemann, Luciane Licre e Lucyane Rezende, que mesmo estando distantes não deixaram esmorecer uma amizade construída ainda na infância e que segue inabalável há quase quinze anos.

As fases não muito agradáveis deste trabalho ficaram com Márcio. Além de ter suportado pacientemente meus longos períodos de ausência, ainda teve que agüentar as oscilações do meu humor. Mesmo longe, seu incentivo e carinho foram o ânimo que encontrei para chegar ao fim deste trabalho.

À minha irmã Eleonora, devo um agradecimento especial pela sua paciência ao aceitar conviver num ambiente que, a certa altura, foi regido pelo mais absoluto caos de livros e papéis espalhados, os quais atravessava em largos passos para não desfazer a lógica da minha bagunça egoísta. Meu irmão Luís Felipe foi a saudade que, forçosamente, eu aprendi a aceitar, respondendo quase sempre um “não” a cada fim de semana que ele

perguntou se eu ia para casa.

Finalmente, agradeço a meus pais, Antonino e Maria Zélia. Os cuidados que dispensaram, junto com a atenção e o carinho que sempre dedicaram foram essenciais para que eu levasse adiante mais essa empreitada, vendo em cada ponto final uma pequena conquista.

Ana Carolina

Campinas, janeiro de 2001.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como proposta a problematização dos significados dos primeiros anos republicanos para um grupo específico de escritores cariocas. Ao privilegiar como fonte de pesquisa o testemunho que deixaram em vários jornais e obras literárias, pretendo analisar — através da experiência coletiva e individual de alguns deles — o desenrolar de uma série de tensões e conflitos deflagrados neste período, em especial durante os tempos difíceis do governo Floriano Peixoto (1891-1894).

Na verdade, os protagonistas deste trabalho são comumente identificados pela alcunha de geração boêmia da década de 1880, cuja principal caracterização está na imagem do literato militante. Em termos gerais, compunham este grupo os jovens Coelho Netto, Olavo Bilac, Pardal Mallet, Guimarães Passos e Luís Murat; um pouco mais velhos eram Paula Nei, Aluísio e Arthur Azevedo. Com poucas variações e em momentos diferentes, a maioria deles esteve reunida em torno de José do Patrocínio, diretor-proprietário da folha abolicionista *Cidade do Rio*.

No interior das projeções destes escritores, de um lado havia a preocupação com o “pensar a nação” e de outro, o problema de estabelecer o papel que ocupariam na sua construção. A idéia de que o esforço principal ao qual deveriam se dedicar era o da superação do passado colonial, projetou-se justamente no interior das campanhas abolicionista e republicana. A República e a Abolição eram entendidas por eles como passos cruciais rumo à tão aspirada civilização: uma nação de homens livres numa ordem

republicana seria, portanto, o primeiro sinal da regeneração nacional. Enquanto homens de letras, esses indivíduos julgavam-se no dever de lutar por isso e, neste sentido, a literatura e o seu exercício nas redações dos jornais eram entendidos como um campo privilegiado de intervenção política, onde a pena era antes de tudo uma arma dotada de um forte poder transformador. Decorre, portanto, desta auto-imagem a concepção da literatura profundamente comprometida com questões sociais, onde a militância constituiu-se como um elemento de identidade entre os integrantes do grupo. .

Ainda que francamente engajados na luta contra a escravidão e contra o regime monárquico durante os últimos anos da década de 1880, esses literatos sofreram intensa represália política nos anos seguintes à proclamação da República. Entre 1892-1893, nomes como Olavo Bilac, Pardal Mallet, Guimarães Passos, Luís Murat e José do Patrocínio constavam entre aqueles que foram presos, desterrados ou exilados pelo governo Floriano Peixoto. O motivo, bastante óbvio, era a intensa oposição que esses escritores expressaram através da imprensa às práticas políticas do atual presidente do país. Em campo oposto nestes anos estava Raul Pompéia, que se revelou nestes anos um florianista dos mais exaltados.

Comumente, a historiografia de certo renome acadêmico que tratou do tema literatura e/ou vida literária no final do século XIX atesta que no período posterior a esses confrontos, grande parte desses literatos abandonou o estilo crítico e contestador que havia caracterizado suas trajetórias nos anos anteriores. Em decorrência, eles teriam passado a atuar meramente no campo artístico, produzindo uma literatura leve e centrada na reprodução prazerosa da vida da elite, cujo modelo principal seria o referencial europeu, em destaque, a França. Tal argumento é sustentado pela premissa de que o grupo teria se

desencantado com a República devido, justamente, à forte represália política que sofreram durante os primeiros anos do jovem regime.

Minha proposta de trabalho insere-se justamente nesse ponto. Autores mais recentes mantêm, apesar da crítica a tais consensos historiográficos, a idéia de que a identidade profissional entre escritores seria mais forte que as possíveis nuances políticas que diferenciaria. Neste sentido, o período florianista ao explicitar conflitos agudos entre alguns literatos e o modelo de República sustentado por Floriano, despontou a princípio como um momento estratégico para testar esta idéia de identidade literária. Contudo, eu me perguntava se estas diferenças, flagradas de modo tão latente entre 1892-1893, não estariam já presentes na fase “gloriosa” das grandes campanhas políticas pela Abolição e pela República nas quais estes literatos estiveram envolvidos? As perseguições, as prisões e o exílio experimentado por alguns desses escritores no início da década de 1890 não estariam apenas completando um cenário de confronto que começou a ser construído ainda nos anos anteriores?

A investigação da natureza das tensões e dos conflitos que explodem entre 1892-1893 – lembrando inclusive da Revolta da Armada – exigiu, neste sentido, um esforço em desconstruir supostas homogeneidades como o ideal abolicionista e o republicano, compartilhado por diferentes agentes sociais. Quais as relações, os diálogos e os conflitos velados por conta da univocidade que a Abolição e a República parecem supor? Em outras palavras, em que sentido as diferentes concepções de nação, república, organização social e progresso, interiorizadas por esses literatos acabaram confrontando-se no interior do próprio grupo e depois, diretamente, com os rumos tomados pelo regime republicano durante a presidência de Floriano?

Perseguindo estas questões, a análise de três pequenos periódicos de curta duração, fundados, dirigidos e redigidos por alguns desses escritores, foi a estratégia escolhida como eixo central na composição desta dissertação de mestrado. São eles:

A Rua (abril-julho de 1889), semanário fundado e escrito por Pardal Mallet, Olavo Bilac, Luís Murat e Raul Pompéia; *O Meio* (agosto-dezembro de 1889), cujos fundadores e redatores eram Pardal Mallet, Paula Nei e Coelho Netto; e *O Combate* (janeiro-junho de 1892): periódico fundado por Lopes Trovão, Olavo Bilac e Pardal Mallet.

Como ponto de partida da pesquisa, essas publicações foram entendidas como janelas interpretativas capazes de trazer algumas respostas aos problemas colocados ainda no projeto inicial.

O trabalho foi, portanto, estruturado em quatro capítulos. No primeiro, de natureza mais bibliográfica, busquei apresentar algumas das interpretações existentes sobre a atuação daquele grupo de literatos especificamente durante o final da década de 1880 e início dos anos de 1890. O objetivo era problematizar o sentido conferido a suas trajetórias tanto pelos estudiosos que de alguma forma enfocaram o tema da literatura e da vida literária, como pelos textos memorialísticos. Em relação a esses últimos, privilegiei a análise de alguns trechos de *A Conquista*, romance publicado em 1899 por Coelho Netto, num esforço de delimitar, através do seu testemunho particular, a identidade construída entre seus companheiros de letras, bem como os projetos e auto-imagem introjetados pelo grupo durante a campanha abolicionista, quando as diferenças parecem ter pouco peso na luta em comum contra a escravidão.

O segundo capítulo tem como fio condutor a análise dos semanários *A Rua* e *O Meio*, ambos publicados durante o ano de 1889. Tendo como principal característica a

independência e autonomia projetada pelos seus idealizadores, esses periódicos foram a estratégia encontrada por alguns daqueles literatos para a divulgação de suas idéias, pois abria um caminho aparentemente livre para atuarem conforme lhes conviesse na luta contra a Monarquia.

Na verdade, essas duas publicações acabaram fornecendo contornos mais claros para se entender qual o teor das aspirações políticas daqueles literatos e, sobretudo, os sentidos diversos que atribuíam aos conceitos de nação, progresso, organização social e república. Na divulgação de suas idéias eles inevitavelmente entraram em confronto com diversos interlocutores que naquele momento diversificavam a arena política do Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, foram vistos como integrantes deste grupo como o próprio José do Patrocínio, com quem tinham rompido no início de 1889.

O período da presidência Floriano Peixoto abre o terceiro capítulo da dissertação e tem como eixo central a análise de *O Combate*, publicado durante o primeiro semestre de 1892. Com artigos incendiários, o jornal foi um dos principais divulgadores da tese que declarava a ilegalidade da presidência de Floriano Peixoto, abrindo desta maneira uma janela de compreensão sobre o teor das críticas direcionadas ao “Marechal de Ferro”. O objetivo foi buscar elementos que delimitassem o quê, de fato, orientava a oposição dos redatores ao governo federal.

Por tomarem parte de uma manifestação de apoio ao ex-presidente Deodoro da Fonseca, Pardal Mallet e Olavo Bilac foram indiciados pela polícia florianista, sendo obrigados a deixar *O Combate* nas mãos de Luís Murat que, para levar adiante o projeto dos colegas, acabou usando a folha para defendê-los das punições que sofreram: Bilac foi estava preso na Fortaleza de Lage e Mallet desterrado junto com Patrocínio para a

Amazônia. O periódico, contudo, deixaria repentinamente de circular em junho de 1892. Durante a revolta empreendida pela Armada contra Floriano Peixoto, em setembro de 1893, estes literatos fugiriam da capital temendo nova represália do governo. Para este período, recorri à série “Bilhetes Postais”, de Coelho Netto, publicada em *O Paiz* entre 1892-93. O recurso a tom ameno e frívolo com o qual o este escritor construía sua coluna naqueles anos acabou lhe permitindo uma razoável liberdade crítica durante os momentos de conflitos mais intensos, mantendo assim um espaço próprio de sobrevivência e expressão política na imprensa.

A experiência de Raul Pompéia no final do governo de Floriano Peixoto instigou a uma atenção especial no epílogo deste trabalho. Discursando ao pé da cova do “Marechal de Ferro”, em 1895, Pompéia exaltaria a memória do antigo presidente numa postura que depreciava explicitamente o atual, Prudente de Moraes, presente no funeral. Ainda que as forças policiais tenham entrado em ação naquele momento para evitar maiores constrangimentos na cerimônia, o escritor acabou sendo exonerado, no dia seguinte, do cargo de diretor da Biblioteca Nacional.

Dias depois da agitação, Luís Murat publicaria um violento artigo no *Comércio de São Paulo*, intitulado “Um louco no cemitério”, onde rememora e aciona contra Raul Pompéia todos os conflitos e tensões vivenciadas por ele e seus amigos durante os anos de “ditadura florianista”. Murat deixa também seu testemunho sobre o conflito entre Olavo Bilac e Raul Pompéia, que resultaria um malfadado duelo entre eles em 1892, atribuindo ao último grandes lances de covardia no momento do embate.

Semanas depois, ao tomar conhecimento desse artigo e atormentado pelo fato de que afronta ficara sem uma resposta imediata, Raul Pompéia suicidou-se deixando um

bilhete no qual se dizia um homem honrado. O enfoque aos bastidores da morte de um dos grandes entusiastas do presidente Floriano Peixoto foi, portanto, a estratégia escolhida para um balanço final das questões tratadas ao longo deste trabalho, pois as memórias construídas sobre o governo florianista, tanto pelo discurso de Pompéia, como pelo contraponto do artigo de Luís Murat, longe de apresentarem consenso, acabaram flagrando que os conflitos vividos nos anos anteriores ainda fermentavam entre os literatos.

Ainda que a trajetória destes homens de letras durante os primeiros anos do regime republicano não possa ser captada em sua totalidade, alguns momentos de sua atuação puderam iluminar caminhos para a compreensão de suas experiências e do próprio período em que viveram. Sob esta perspectiva, meu esforço concentrou-se sobretudo em tentar compreender seus movimentos como inicialmente indefinidos, pontuados somente pelas incertezas e indeterminações de um grupo que não sabia o final da própria história. Neste sentido, conceber a literatura enquanto produção intelectual historicamente datada é investi-la de significado humano. Para além de outros sentidos, as vozes deixadas por aqueles literatos no esforço cotidiano de construção de seus textos foram compreendidas aqui como testemunhos de um tempo onde várias possibilidades estavam abertas à escolha.¹

¹ Nesta problematização das relações entre literatura e história parto das reflexões desenvolvidas por Sidney Chalhoub e Leonardo Pereira, segundo as quais a obra literária é tomada como testemunho histórico, numa postura que refuta firmemente a crença na “transcendência ou autonomia da literatura”: “(...) Para a análise do testemunho histórico, seja ele qual for, deve-se sempre ter em vista que os sujeitos vivem a história como indeterminação, como incerteza, como necessidade cotidiana de intervir para tornar real o devir que lhes interessa. Autores e obras literárias são acontecimentos datados, historicamente condicionados, valem pelo que expressam aos contemporâneos. O sentido de um autor ou obra literária não se explica ou se esgota nas suas apropriações futuras – por ter virado cânone, ou até ícone, ou por ter supostamente “antecipado” práticas narrativas de períodos ou movimentos literários posteriores, ou mesmo por ter sido esquecido, ou caído em desgraça, segundo os parâmetros traçados pelas vozes dominantes na crítica literária. A cada autor e obra o “seu tempo” e o “seu país (...)”. Sidney Chalhoub e Leonardo Pereira (org.) A História Contada, capítulos de história social da literatura; RJ: Nova Fronteira, 1998. p.9.

A CONQUISTA DO TALENTO.

Se muitas das interpretações posteriores sobre a primeira década republicana primam pela apologia ou pela crítica à presidência do marechal Floriano Peixoto¹, aquelas que se propuseram a examinar a literatura e/ou a vida literária desse período — com algumas exceções — destacam-se pelo determinismo com o qual encaram esse tema.

De maneira geral, parece ainda haver uma tímida lacuna na historiografia no que se refere à atuação dos literatos no Rio de Janeiro logo após a instalação do novo regime. Na maioria dos trabalhos mais ou menos recentes, o período de gestão florianista (1891-1894) desponta freqüentemente como uma espécie de marco temporal, adotado até mesmo nas obras que se propuseram a tratar da literatura enfocando mais amplamente a passagem do século XIX para o XX. Nestes casos, a análise acaba inevitavelmente centrada nos anos anteriores e/ou posteriores à década de 1890.²

¹ Existe uma vasta bibliografia sobre esse período, constituída por várias obras cuja grande preocupação estaria em explicar o advento da República no Brasil. São, em geral, narrativas compostas quase que ao calor dos acontecimentos e dedicadas a tecer loas ou críticas aos novos donos do poder. Sobre a presidência de Floriano Peixoto, especificamente, destaco algumas: Francolino Cameu e Arthur V. Peixoto. Floriano Peixoto – Vida e Governo; Brasília: Editora da UNB, 1983 (1925); Arthur Peixoto. Biografia do Marechal Floriano Peixoto; RJ: Serviços Gráficos do MEC, 1939; Felisbello Freire. História Da Revolta de 6 de setembro de 1893; Brasília: Editora da UNB, 1982 (1894); Honorato Cândido F. Caldas. A Desonra da República. Apreciações gerais sobre a Revolta da Marinha de Guerra Nacional e o Governo do Vice-presidente Marechal Floriano Peixoto; RJ: Imprensa Montenegro, 1895; Joaquim Nabuco. A Intervenção Estrangeira durante a Revolta de 1893; RJ: Freitas Bastos, 1932 (1895); Eduardo Prado. Fastos da Ditadura Militar no Brasil; SP: Escola Tipográfica Salesiana, 1902.

² Conferir neste sentido, Nicolau Sevcenko. Literatura como missão - Tensões sociais e criação cultural na primeira república; SP: Brasiliense, 1995 (1983); Jeffrey D. Needell. Belle Époque Tropical - Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século; SP: Cia das Letras, 1993 (1987). Ver também o

Tal recorrência, contudo, não é casual. Visto ainda como um contexto de “consolidação da República”,³ marcado pelos confrontos armados, os primeiros anos do jovem regime, especificamente, parecem não se mostrar muito profícuos aos estudiosos que se ocuparam do tema da literatura.⁴ O período iniciado a partir da primeira presidência civil, ocupada por Prudente de Moraes (1894-1897), passando pela chamada política dos governadores representada pela administração Campos Sales (1898-1902), despontou assim como mais atraente, sendo identificado por historiadores e também críticos literários como a *Belle Époque* brasileira. A explicação seria que depois de um período de grandes conturbações políticas — entre os anos que antecederam a Abolição até o fim do governo florianista, em 1895 — haveria uma recuperação da tranquilidade urbana no Rio de Janeiro que propiciaria uma certa estabilidade para uma vida urbana elegante, agora “sob a égide das elites regionais”⁵.

trabalho do crítico literário Roberto Ventura. Estilo Tropical – História Cultural e Polêmica Literárias no Brasil (1870-1914); SP: Cia das Letras, 1991. A história da Academia Brasileira de Letras, fundada em 1897, tem sido tema também de trabalhos recentes. Cf. Alessandra El Far. A Encenação da Imortalidade – Uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924); SP: Dissertação de Mestrado em Antropologia. FFLCH/USP, 1997 e João Paulo Coelho de Souza Rodrigues. A Dança das Cadeiras: Literatura e Política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913); Campinas: Dissertação de Mestrado em História Social. IFCH/Unicamp, 1998.

³ Vale notar que ao lado de Deodoro da Fonseca, “o proclamador da República”, Benjamin Constant, “o fundador”, e Quintino Bocaiuva, “o patriarca”, Floriano Peixoto aparece nos grandes manuais com o referencial de “o consolidador da República”, ganhando ainda a insígnia de “Marechal de Ferro”. Sobre a disputa das credências para a formação de um panteão republicano logo após o 15 de novembro, ver José Murilo de Carvalho. “As Proclamações da República”, in: A Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil; SP: Cia das Letras, 1998. pp. 35-54.

⁴ É importante ressaltar, contudo, que essa tendência tem sofrido interferências importantes na historiografia. Cf. Fernando Mencarelli. A Cena Aberta – a Absolvição de um Bilontra no Teatro de Revista de Arthur Azevedo; Campinas: Editora da Unicamp, 1999, e Leonardo Pereira. Sonhos de Conquistador. Uma Biografia de Coelho Netto; Campinas, 2000. (mimeo.)

⁵ “A *belle époque* carioca inicia-se com a subida de Campos Sales ao Poder em 1898 e a recuperação da tranquilidade sob a égide das elites regionais. Neste ano registrou-se uma mudança sensível no clima político, que logo afetou o meio cultural e social. As jornadas revolucionárias haviam passado. As condições para a estabilidade e para uma vida urbana elegante estavam de novo ao alcance da mão.” Jeffrey Needell. Op. cit. p. 39. Cf. também Nicolau Sevcenko. Op. cit. p. 29 e Roberto Ventura. Op. cit. p. 138.

De maneira geral, segundo a interpretação alguns autores, os escritores, jornalistas e intelectuais que marcaram presença no mundo letrado carioca nos anos anteriores à proclamação da República, seja através das rodas boêmias, das conferências e disputas literárias, ou ainda da militância política, esmoreceram e recuaram entre 1891-1894, reaparecendo em seguida no cenário social quando os conflitos pareciam encerrados. A fundação em 1897 da Academia Brasileira de Letras adquire, neste sentido, traços simbólicos, como se marcasse uma nova fase das letras no país.

Nesta direção, destaca-se Nicolau Sevcenko, um dos primeiros autores da mais recente safra historiográfica a tomar a literatura como tema de trabalho.⁶ Centralizando sua pesquisa nas figuras e nas obras de dois escritores, Euclides da Cunha (1866-1909) e Lima Barreto (1881-1922), o autor faz uma análise da produção literária da época sob o ponto de vista de sua inserção nas condições econômicas, políticas e sociais do Brasil na virada daquele século. Ou seja, enquanto um mostruário das “tensões sociais” (como está no sub-título do livro) pelas quais passava o país, sobretudo o Rio de Janeiro naquele período.

Sevcenko entende que essas “tensões” são decorrentes, sobretudo, da transformação de uma sociedade aristocrática e escravocrata para uma de caráter burguês, baseada no trabalho livre. É neste sentido que logo no capítulo inicial de seu livro fala em “dissolução da velha sociedade imperial”, em “processo de aburguesamento intensivo da paisagem carioca” e em “dissolução das formas tradicionais de solidariedade social”, preparando os argumentos que darão substância a sua análise.⁷

⁶ Nicolau Sevcenko. Op. cit.

⁷ A análise sobre a nova ordem econômica, sobre o arrivismo e as reformas urbanas empreendidas por Pereira Passos no início do século está desenvolvida no primeiro capítulo do livro, “A inserção compulsória

As mudanças urbanas ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, sobretudo as reformas empreendidas pelo prefeito Pereira Passos, cujo símbolo maior teria sido a inauguração da Avenida Central em 1904, são entendidas e analisadas pelo autor sob esse mesmo prisma:

“Assistia-se à transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca (...) Quatro princípios fundamentais regeram o transcurso dessa metamorfose (...): a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense”.⁸

Tendo como referencial esse panorama, Sevcenko passará a discutir especificamente o mundo das letras cariocas, partindo logo de início para a caracterização geral da literatura produzida no período:

“Arrojados num processo de transformação social de grandes proporções, do qual eles próprios eram frutos, os intelectuais brasileiros voltaram-se para o fluxo cultural europeu como a verdadeira, única e definitiva tábua de salvação, capaz de selar de uma vez a sorte de um passado obscuro e vazio de possibilidades, e de abrir um mundo novo, liberal, democrático, progressista, abundante e de perspectivas ilimitadas, como ele prometia”.⁹

Nesse quadro, o elemento dinâmico parece ser exterior ao cenário letrado. Segundo o autor, a inserção da literatura na sociedade nesse contexto, seu sucesso ou seu fracasso, estaria condicionado à conjuntura política e social do país. Em sequência, “os intelectuais” teriam se apropriado utilitariamente das formas de criação cultural européia apostando na força e influência que esse instrumental havia adquirido. Como que para reforçar essa constatação, ele afirma logo em seguida que,

do Brasil na Belle Époque”. N. Sevcenko. Op. cit. pp. 25-77. As expressões citadas encontram-se respectivamente nas páginas 30, 33 e 39.

⁸ Idem, idem. p. 30.

“(…) o desdobramento a nível mundial da cultura européia forçava no sentido de uma europeização das consciências e gozava da vantagem de ser o único padrão de pensamento compatível com a nova ordem econômica unificada, fornecendo, pois, o subsídio para as iniciativas de modernização das sociedades tradicionais. O caso brasileiro é típico.”¹⁰

Mesmo que atestando a difusão a nível mundial de correntes culturais européias como o simbolismo francês e a arquitetura *art-nouveau*, o cientificismo e o liberalismo¹¹, Sevcenko acaba comprometendo seus argumentos, pois reduz a literatura aos imperativos de ordem política e econômica, negando, dessa maneira, a possibilidade de escolha na atuação dos escritores. Ainda que ele procure logo em seguida relativizar seu argumento ao dissertar sobre a tendência expressa na “geração de 1870” em pensar o país sob um prisma “modernizante”, a frase soa um tanto incompatível com o que procura exaustivamente definir ao longo do seu livro:

“Esse nacionalismo intelectual não se resumia em um desejo de aplicar ao país as técnicas de conhecimento desenvolvidas da Europa. Mais do que isso, ele significava um empenho sério e conseqüente de criar um saber próprio sobre o Brasil, na linha das propostas do cientificismo, embora não necessariamente comprometido com ele.”¹²

Na construção de sua análise, o autor ainda indica que com o advento daquilo que chamou de “novo-jornalismo” (com mais gravuras e tiragem maior), a produção rápida de crônicas e folhetins teria resultado numa perda de qualidade e de originalidade desses escritos.¹³ Ao mesmo tempo, o efeito da cosmopolitização da cidade sobre o

⁹ Esse é o assunto do segundo capítulo, “O Exercício Intelectual como Atitude Política: os escritores cidadãos”. Idem, *ibidem*. pp. 78-118. A citação é da página 78.

¹⁰ Nicolau Sevcenko. *Op. cit.* p. 82.

¹¹ Idem, *idem*. pp. 78-82.

¹² Idem, *ibidem*. p. 85.

¹³ Essa análise está expressa na última parte do capítulo II, “Transformação Social, Crise da Literatura e Fragmentação da Intelectualidade”. Nicolau Sevcenko. *Op.cit.* pp.94-107.

público elitizado, que consumia periódicos, teria imprimido uma nova sensibilidade a esses leitores:

“O automóvel, a elegância, o retrato no jornal, a carreira diplomática resumem em si quase todos os anseios das novas gerações. Verifica-se em todo esse período um curioso processo de passagem da vigência social dos valores interiores, valores morais, essenciais, ideais, para os exteriores, materiais superficiais, mercantis.”¹⁴

De fato, desde o aparecimento da *Gazeta de Notícias*, fundada em 1875 por Ferreira Araújo, as grandes folhas passarão a ocupar um papel de destaque no Rio de Janeiro. Vendidas avulsamente e por um preço menor em todos os cantos da cidade, elas alcançariam um público maior e mais diversificado do que aquele aos quais se direcionavam os pequenos jornais — geralmente dependentes de assinaturas e ligados a grupos específicos.¹⁵

Já nas décadas seguintes, a *Gazeta* dividia espaço na imprensa carioca com outros grandes jornais como *O Paiz* e a *Cidade do Rio*, além do *Jornal do Commercio*, o decano dos periódicos fluminenses. No formato, essas publicações eram um tanto quanto parecidas: em média seis páginas, sendo as últimas destinadas aos anúncios — procedimento que garantiria boa parte dos seus dividendos. No restante, misturava-se o noticiário geral, informações comerciais, notas sobre as atividades parlamentares, notícias sobre teatro, artigos mais longos sobre política, e principalmente folhetins diversos, séries cronísticas, contos e poesias publicados por autores mais ou menos conhecidos. Machado de Assis, por exemplo, manteve uma longa colaboração na *Gazeta de Notícias*. Segundo

¹⁴ Nicolau Sevcenko. Op. cit. p. 96.

¹⁵ Sobre o surgimento das grandes folhas e as inovações empreendidas por Ferreira Araújo, ver Leonardo Pereira. *O Carnaval das Letras*; RJ:Secretaria Municipal de Cultura, DGDIC, Divisão de Editoração, 1994. p.12-13. Cf. também John Gledson. “Introdução”, in: Machado de Assis. *Bons Dias!* (org. John Gledson); São Paulo: Hucitec/ Editora da Unicamp, 1990. pp. 20-21.

John Gledson, entre 1883 e 1897, foram perto de 500 crônicas publicadas no jornal, sem referenciar os contos e romances publicados também nesse como em outros periódicos.¹⁶

Não há dúvidas, portanto, de que a imprensa acabou firmando-se como forte aliada na divulgação da atividade literária entre os escritores cariocas nas últimas décadas do século XIX. Apesar da baixa remuneração recebida por cada conto ou crônica, o trabalho na redação dessas grandes folhas fornecia aos literatos, sobretudo aos iniciantes, a possibilidade de se fazerem conhecidos pelo público leitor.¹⁷ A dramaturgia também era uma outra alternativa para aqueles que procuravam estabelecer-se profissionalmente naqueles anos. Não sem dificuldades, Arthur Azevedo, por exemplo, construiria uma larga carreira no ramo teatral, tanto através das críticas que publicava nos jornais, mas sobretudo pela autoria das peças e revistas de ano, várias delas grandes sucessos de público na época.¹⁸

Contudo, em seu livro, Nicolau Sevcenko parece pouco atento ao dinamismo que envolvia a atuação dos escritores na imprensa e à possibilidade de atuação e de agenciamento que teriam tido durante os momentos de mudança que ele identifica. A literatura e o jornalismo são entendidos pelo historiador como decorrentes das rápidas transformações pelas quais passavam a sociedade brasileira e a cidade do Rio de Janeiro na passagem do século XIX para o XX, firmando-se, segundo sua interpretação, como uma contínua readaptação aos imperativos econômicos, sociais, e políticos do país.

¹⁶ Cf. John Gledson. Op. cit. p.20.

¹⁷ Geralmente para cada crônica publicada nos jornais, era paga a quantia de 25 a 30 mil réis. Um quarto com mobília, alugado numa casa de cômodos, valia de 40 a 150 mil réis e uma refeição para dois, 5 mil réis. Se fizermos bem as contas, um literato para sobreviver era obrigado a publicar pelo menos de quatro a cinco crônicas por mês a fim de pagar o aluguel (quase sempre dividindo com um colega), alimentar-se e vestir-se. Cf. Jean Yves Mérian. Aluísio Azevedo, vida e obra (1857-1913); Brasília: INL, 1988. p. 396.

¹⁸ Cf. Fernando Mencarelli. Op. cit.

A análise fecharia assim seu ciclo: o gosto do público leitor da *belle époque* muda porque vence o cosmopolitismo, o individualismo e o mundanismo europeu espelhado em Paris. Atentos a essa mudança, os escritores seguem pacientes os novos ditames da moda, satisfazendo os leitores que consumiam os periódicos. Embora coerente, este argumento revela-se um tanto quanto determinista pois a literatura passa a ser um reflexo fugaz da sociedade, voltada sobretudo para suprir o gosto supérfluo burguês.

É nesta perspectiva que Nicolau Sevckenko finaliza seu texto, analisando as obras e as vidas de Euclides da Cunha e Lima Barreto que, segundo ele, por fugirem aos ditames burgueses de pensar o Brasil sob influências francesas, acabaram sendo excluídos desta elite e marginalizados em termos literários e sociais. Em ambos, salvo suas especificidades, haveria a preocupação em destacar as “reais” condições sociais e econômicas das populações marginalizadas do sertão (Euclides da Cunha), ou da cidade do Rio de Janeiro (no caso de Lima Barreto), mostrando o contraste entre uma elite cosmopolita enriquecida e uma população relegada à discriminação e ao abandono econômico e social. Sevckenko entende, portanto, que estes dois escritores destacaram em seus textos os impasses e conflitos pelos quais passava o país naquele momento — numa postura diferenciada daqueles outros que privilegiariam em seus textos a temática da vida elegante.¹⁹

¹⁹ A análise profunda e específica sobre esses dois autores foi reservada para os capítulos finais de Literatura como Missão. Ver sobretudo, “Euclides da Cunha e o Círculo dos Sábios” e “Lima Barreto e a República dos Bruzundangas”, respectivamente cap. IV e V. Nicolau Sevckenko. Op. cit.

Outra obra significativa, com direção semelhante, é a do historiador norteamericano Jeffrey D. Needell, Belle Époque Tropical.²⁰ Embora seu objetivo central seja analisar o papel da cultura europeia na estrutura político-social do Rio de Janeiro, sobretudo entre 1898-1914 e a sua projeção sobre a elite carioca, o autor acaba privilegiando, em um dos capítulos, a análise da literatura e da vida literária na virada do século. Sua tese central é a de que,

“(…) a cultura e a sociedade de elite serviram para manter e promover os interesses e a visão da própria elite, e que paradigmas culturais derivados da aristocracia europeia foram adaptados ao meio carioca com esta finalidade.”²¹

À primeira vista, o que mais impressiona neste trabalho é a grande quantidade e variedade de informações apresentadas pelo autor — nada parece ter sido deixado de lado. Needell analisa os mais variados aspectos daquilo que chamou de “cultura elitista”, mostrando em um grande painel final o quanto ela era “francófila”, “ensimesmada”, “fetichista”, “triunfante” e tomada pela “fantasia da civilização”.

O primeiro capítulo do livro, no caso, é construído como um extenso quadro da história urbana da cidade do Rio de Janeiro. As reformas urbanas empreendidas pelo prefeito Pereira Passos — marca registrada da *belle époque* carioca, segundo este autor — demonstrariam como certos princípios arquitetônicos que orientaram as grandes obras parisienses teriam sido adaptadas ao Rio. A construção da Avenida Central, inaugurada em 1904, o Teatro Municipal (1909) e o prédio da Biblioteca Central (1910), por

²⁰ Jeffrey D. Needell. Op. cit.

²¹ Idem, idem. p.11

exemplo, representariam as aspirações de “Progresso e Civilização” no país, nitidamente inspiradas pela capital francesa.²²

Mas é num capítulo posterior que Needell analisará como a “absorção dos fenômenos culturais europeus” materializou-se e interiorizou-se na elite carioca.²³ Ele enfoca então três destes fenômenos: o comércio de luxo, a moda do vestuário e a prostituição elegante. A rua do Ouvidor também é flagrada em termos simbólicos — “era a Europa”.²⁴ Na sequência, o ápice do fetichismo de consumo carioca é analisado sob a ótica da prostituição:

“Tanto as francesas quanto as polacas eram exóticas, mas as distintas posições que ocupavam era óbvia para os cariocas: sexo com uma mulher branca não era a questão, nem sexo com alguém exótico ao mundo português – sexo com uma mulher que tivesse *cachet* francês era o grande trunfo.”²⁵

Enfim, Needell consegue mostrar exaustivamente como em todos os aspectos da vida social urbana, a “fantasia da civilização” movia a elite carioca. Da educação formal aos salões e clubes sociais, da arquitetura à vida doméstica, da rua do Ouvidor às *cocottes*, tudo parece estar expresso em termos europeus:

“A expressão do gosto e da posição na rua do Ouvidor era denunciada pelos paradigmas europeus, assim como as escolhas da imagem pública e da auto-imagem no vestuário e na projeção dos desejos sexuais”.²⁶

Nesse sentido, no que se refere à análise da literatura da *belle époque* e seus autores, seus argumentos não poderiam ser diferentes. Segundo Needell, a produção literária como um todo era um dos vários aspectos do fetichismo de consumo da elite carioca que denunciava o desejo de projetar-se sob os moldes franceses, afinal, o gosto do

²² Jeffrey Needell. “Rio de Janeiro: capital do século XIX brasileiro”. Op. cit. pp. 19-73.

²³ Jeffrey Needell. “A ascensão do fetichismo de consumo”. Idem, idem. pp.185-208

²⁴ Jeffrey Needell. Op. cit. p. 193

²⁵ Idem, idem. p. 203

público leitor era francófilo e volúvel conforme a moda. Literatos como João do Rio, Olavo Bilac e principalmente Coelho Netto, atendendo a esse gosto, souberam ser mundanos, frívolos e fantasiosos nos seus estilos, bem como adotaram temáticas centradas na vida das camadas altas da sociedade.

Outros escritores são entendidos como exceção no período da *belle époque* carioca: Lima Barreto e Euclides da Cunha são os marginais (Needell retoma aqui os principais argumentos de Nicolau Sevcenko sobre os dois autores), e Machado de Assis, o triunfo:

“Machado de Assis não era nem típico da época nem explicitamente crítico em relação a ela. Sua obra transcende modas literárias e períodos.”²⁷

Mesmo assim, Needell conclui que a literatura era compreendida apenas em termos europeus, pois, sendo estéril em suas relações com o contexto brasileiro, ela fracassou quando sondou realidades nacionais. Se essa era a literatura da *belle époque*, parece também que para este autor a “cultura francesa” chegava aos trópicos como o grande sujeito de sua história.

Reservando, contudo, às duas obras focalizadas aqui as especificidades e as escolhas de cada um dos autores, é possível apontar que Needell e Sevcenko convergem quanto à caracterização da literatura produzida no Rio de Janeiro na *belle époque*: era leve e centrada na produção prazerosa da vida de elite feita para distingui-la dos comuns e imitando, sobretudo, a literatura francesa. Escritores como Olavo Bilac e, principalmente, Coelho Netto, despontam assim como receptores passivos dos

²⁶ Idem, *ibidem*. p. 207

²⁷ Jeffrey Needell. Op. cit. p. 261. É válido ressaltar que estudos históricos recentes vem relativizando essa univocidade a respeito da obra machadiana. Cf. Sidney Chalhoub e Leonardo Pereira (org.) *A História*

imperativos da ordem política e social, afinal, estariam apenas se apossando utilitariamente das formas europeias de criação cultural para satisfazer ao gosto do público endinheirado dos salões.

Em seu trabalho sobre o escritor Bastos Tigre (1882-1957), Marcelo Balaban problematiza esta imagem de *belle époque* construída para a cidade do Rio de Janeiro na virada do século XX, entendida basicamente como uma “época bela, sorridente e sem conflitos”. Partindo da experiência particular deste literato e acompanhando alguns momentos de sua trajetória no mundo letrado carioca, o historiador procura mostrar como o viés humorístico de Tigre acabou funcionando como exemplo, a partir do qual foi possível construir uma imagem de harmonia social e política para aquele período. Ao inferir em sua análise um cuidadoso questionamento sobre a aparência de ordem e tranquilidade que caracterizaria algumas narrativas da época, Balaban acaba flagrando os múltiplos significados que tais textos comportariam, e não apenas a aparência de beletrismo atribuído por Sevcenko e Needell à literatura produzida naqueles anos.²⁸

Apesar do consenso entre esses dois autores quanto ao caráter “alienado” da literatura na *belle époque*, meu foco de interesse está diretamente ligado em problematizar como eles entenderam a atuação de um grupo específico de literatos cariocas — entre os quais Coelho Netto, Olavo Bilac, Guimarães Passos, Pardal Mallet, Luís Murat e José do Patrocínio — durante o fim da década de 1880 e o sentido que conferiram a experiência destes homens nos anos seguintes.

Contada – Capítulos de História Social da Literatura; RJ: Nova Fronteira, 1998. Ver sobretudo os quatro primeiros artigos do livro.

²⁸ Cf. Marcelo Balaban. Musa Travessa. Bastos Tigre e a Literatura da Belle Époque Carioca. Dissertação de Mestrado em História. RJ: PUC-RIO, 2000. A citação é da página 16.

Needell e Sevcenko concordam em uma questão: foi sobretudo o abandono da militância política, presente entre esses escritores durante as campanhas abolicionista e depois republicana, o catalisador de uma tendência literária tomada pela “fantasia da civilização” (a França), cuja culminância teria sido a criação da ABL, em 1897 — entendida basicamente por eles como um espaço eminentemente literário, onde as discussões perpassavam apenas pelas questões estilísticas ou formais.²⁹

Needell, por exemplo, argumenta que “(...) O que falta é comprometimento com a sociedade (...) os literatos não mais consideravam ter um papel na regeneração política ... sua missão voltava a ser antes de tudo literária no sentido estrito.” Sevcenko, por sua vez, aponta também que “(...) a homogeneização das consciências pelo padrão burguês universal da *belle époque* deu o remate final no processo de estiolamento da literatura que se assistia até então (...) as facilidades da nova vida social tendiam a matar o engajamento dos intelectuais que fizeram a república.”³⁰

Em seu trabalho sobre Coelho Netto, Leonardo Pereira questiona essa assertiva ao demonstrar como essa aparente contradição — entre o literato que militou pela Abolição e pela República e que depois ensimesmou no fardão acadêmico — é dissolvida à medida em que se acompanha a sua trajetória particular. Segundo ele, tanto o

²⁹ É significativo neste sentido o trabalho de João Paulo Coelho de Souza Rodrigues, A Dança das Cadeiras: Literatura e Política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913). Op. cit.

O autor procura mostrar como “a historiografia aceita as próprias justificativas e versões criadas pelos primeiros imortais não só acerca da criação da ABL, mas também sobre a imagem de sucesso intelectual inicial. Isso acaba por levá-los a compreender aquele cenáculo exatamente da forma como os acadêmicos gostariam que o vissemos (...) uma instituição apolítica, onde reinava a cordialidade, sem divisões internas, nem momentos críticos. (...)” p. 27. Neste sentido, sua proposta é problematizar a relação entre literatura/literatos e política: “Os literatos sempre se comportam politicamente, mesmo quando procuram se distanciar desta esfera (...) O que pretendo mostrar é o quão político eram, mesmo quando se imaginavam livres do perigo representado pelo engajamento”, p. 28

³⁰ As citações correspondem respectivamente a Jeffrey D. Needell. Op.cit p.227 e Nicolau Sevcenko. Op. cit pp. 98-99.

refinamento do estilo como a importância atribuída à realidade social sempre foram uma preocupação do escritor, “caminhando ambas lado a lado nos seus escritos.”³¹

Contudo, um outro argumento aproxima ainda mais as análises de Needell e Sevcenko. Ambos confirmam que a perda potencial do estilo crítico e contestador desse grupo de literatos se deveu muito ao “desencanto” experimentado por eles durante os primeiros anos republicanos, justificando nesta perspectiva as perseguições, as prisões e o exílio sofridos por alguns deles durante o governo Floriano Peixoto (1891-94). Nenhum dos autores, entretanto, se propõe a discutir a natureza desse possível “desencanto” e resolvem a questão através de um argumento construído à maneira teleológica, como o final de um drama inscrito em atos anteriores, ou seja, atribuindo ao governo florianista, nos seus momentos de maior repressão política, o papel de agente desarticulador do grupo, cuja homogeneidade está pressuposta. Em decorrência, esses escritores passaram a atuar meramente no campo literário, mudando seus estilos, e abandonando definitivamente a militância que teria marcado suas atuações nos anos anteriores — cedendo, finalmente, aos atrativos que a *belle époque* proporcionaria.

Vale notar que esta interpretação é um tanto compartilhada na historiografia sobre a primeira república. Embora a literatura e a vida literária não estejam no centro das atenções de José Murilo de Carvalho na obra Os Bestializados, o historiador acaba retomando a mesma assertiva de Sevcenko e Needell a respeito do “desencanto” entre os literatos com a república:

“Um mês depois [da proclamação da república], intelectuais do Rio enviaram um manifesto de entusiástico apoio ao governo provisório, em que se referiam à

³¹ “Juntas na experiência do escritor, essas diferentes características não se apresentavam como simples contradições ou antagonismo. Longe de colocarem-se em oposição, elas aparecem profundamente entrelaçadas, inexistindo a separação rígida apontada pela crítica.” Leonardo Pereira. Op. cit. p.10.

aliança entre os homens de letras e o povo... O entusiasmo durou até o governo Floriano quando se deu o cisma entre intelectuais e alguns dos antigos entusiastas da república tiveram que fugir da capital para evitar a prisão.”³²

Na verdade, o objetivo central do autor é investigar a relação entre os indivíduos e o Estado logo após o início do regime republicano, verificando assim as várias concepções de cidadania vigentes na época. Segundo ele, existiria uma espécie de pacto de convivência, sem interferência, entre as duas partes em relação aos direitos e deveres de cada um. Mas, em 1904, quando o governo do Rio de Janeiro aprovou o projeto de lei que tornava obrigatória a vacinação antivariólica, o Estado rompia de certa maneira com o acordo, conforme aponta José Murilo, pois interferia num espaço até então poupado pela ação pública: o da liberdade individual, da privacidade da família.

A Revolta da Vacina, portanto, como ficou conhecido o movimento de contestação à lei, é entendida pelo historiador como o melhor exemplo de participação política popular pois o inimigo não era propriamente a vacina em si, mas o governo que, através de suas forças repressivas, obrigava o cidadão a vacinar-se.³³

Contudo, o recente livro de Lincoln de Abreu Penna³⁴ acrescenta à singularidade da revolta contra a vacina, o fenômeno do florianismo, entre 1893-1897. Segundo o autor, este foi o primeiro momento em que o jovem regime republicano

³² José Murilo de Carvalho. Os Bestializados, o Rio de Janeiro e a república que não foi; SP: Cia das Letras, 1997 (1987). pp.25-26.

³³ Idem, idem. Cf. sobretudo o capítulo intitulado “Cidadãos Ativos: A Revolta da Vacina.” pp. 91-139. Para uma análise da historiografia recente sobre a questão da vacina, ver Sidney Chalhoub. Cidade Febril - Cortiços e Epidemias na Corte Imperial; SP: Cia das Letras, 1996. pp. 97-102

³⁴ Lincoln de Abreu Penna. O Progresso da Ordem. O florianismo e a construção da República; SP: Sette Letras, 1997.

adquiriu algumas tintas de participação popular no campo da política convencional, onde até então “o cidadão via-se ausente, despreparado, alheio às suas atividades.”³⁵

Ao investigar o florianismo enquanto prática política derivada da atuação do presidente Floriano Peixoto e as suas implicações no processo republicano, Penna destaca duas tendências: o florianismo de governo e o florianismo de rua. Na primeira, “encontram-se os que sustentaram organicamente a política do Marechal, no congresso e especialmente nas Forças Armadas, bem como através do Partido Republicano Federal”, não chegando contudo a caracterizar-se enquanto fenômeno político, segundo o autor. Em direção oposta, o florianismo de rua — um movimento “espontâneo” — seria a mais pura expressão de “adesão a uma liderança política convencional, ignorando as instituições e mantendo com o Marechal uma relação de absoluta fidelidade.”³⁶

Neste sentido, foi no combate à ameaça monarquista que a receptividade popular se fez mais forte no processo de interlocução entre Floriano Peixoto e o cidadão comum, cujo ponto culminante teria sido no decorrer da revolta que a Armada empreendeu contra seu governo, em 1893.³⁷ Em um dos comentários sobre esta questão, Penna cita uma crônica de 1892 de Raul Pompéia na qual o escritor classificaria “os povos da capital em povo bom e mau”: os bons seriam aqueles formados por brasileiros republicanos, nacionalistas e florianistas; e os maus, representados pelos portugueses, antinacionais, e monarquistas.³⁸ Na sequência, o autor aponta que a adesão a Floriano durante revolta dos oficiais da Marinha foi justamente a do “povo bom, da gente miúda e desamparada”, referenciando assim que as observações que o escritor fizera ainda no ano

³⁵ Lincoln Penna. Op. cit. p. 183.

³⁶ Idem, idem. p.15

³⁷ Idem, ibidem. pp.181-183

anterior já indicavam uma componente “xenófoba, anti-lusitana e extremada” no combate aos revoltosos.

Contudo, ao verificar o texto de Raul Pompéia, o que transparece é apenas a sua preocupação em justificar a pouca presença popular numa manifestação a Floriano Peixoto, a quem apoiava, realizada em março de 1892. De fato, o escritor fala em “povos” em oposição a “povo”, apontando que o primeiro não comparece “às manifestações em que o povo se manifeste a Floriano”, mas, em nenhum momento, usando os termos citados por Penna para diferenciar aqueles que apoiavam ou não o presidente.³⁹

Ainda que Pompéia tenha sido, sem dúvida, um dos maiores entusiastas de Floriano Peixoto, aquele texto não é especificamente a sua melhor expressão daquilo que entendia ser os possíveis inimigos do Marechal e da República. Penna deixa pressuposto, portanto, uma postura que seria explicitada mais detidamente pelo escritor, por exemplo, no prefácio que fez para o livro Festas Nacionais, de Rodrigo Otávio, lançado em 1893 — este sim, um verdadeiro libelo contra a presença lusitana no país e a ameaça que isto representava, no seu entender, à consolidação da República, pois era associada à lealdade que alguns portugueses ainda devotavam ao “velho regime”.⁴⁰

³⁸ Lincoln Penna. Op. cit. p. 176.

³⁹ [Raul Pompéia] Y. “Lembranças da Semana”. *Jornal do Commercio*, 7 de março de 1892, in: Raul Pompéia. Obras (Crônicas 4. Vol. IX. Org. Afrânio Coutinho); RJ: Civilização Brasileira, 1983. pp. 526-527.

⁴⁰ “A oposição existe tremenda. Donde ela vem? Ninguém o diz. Este mistério é revelação. A força que reage contra a República contra o Brasil, o inimigo da sombra que não se pode surpreender e que autoriza o escárnio ameaçador dos despeitados do velho regime, é somente o remorso social da culpa do segundo Reinado que nos remorde, é a obstrução recolonizadora campeando ainda, e forte mais do que nunca dos recursos que lhe emprestou a especulação monárquica ou a cega e pusilânime incúria do passado. (...) É isso o sebastianismo que se sente sem ver jamais. É isso a aversão à República, porque a República intenta ser a emancipação nacional. É isto a aversão ao soldado, porque o soldado fez a República. (...) Festejadores de Camões e do Marquês de Pombal, prontos a consagrar fortuna e esforço pessoal por glória

Neste sentido, no que se refere à instrumentalização da literatura do período enquanto fonte documental, pode-se dizer que ela tem uma participação quase nula na obra de Lincoln Penna. Quando a utiliza, como no caso da crônica de Raul Pompéia, o autor o faz de forma comprometedora: as citações aparecem como ilustrações de suas idéias, corroborando apenas os argumentos desenvolvidos no texto a partir de outros elementos. Em outros casos, o documento é até mesmo “amputado”, ameaçando com tal procedimento a própria confiabilidade da análise.

Após citar em seu texto esta passagem do romance Triste fim de Policarpo Quaresma, de Lima Barreto, para ilustrar a popularidade de Floriano,

“Os militares estavam contentes, especialmente os pequenos, os alferes, os tenentes e os capitães. Para a maioria a satisfação vinha da convicção de que iam estender a sua autoridade sobre o pelotão e a companhia, a todos esses rebanhos de civis; mas outros, muitos havia com sentimento mais puro, desinteresse e sinceridade.”

Penna prossegue, concluindo:

“Esta reação plebéia captada pelo escritor, continha ao mesmo tempo uma visão austera e respeitosa do princípio de autoridade.”⁴¹

Ora, no romance, Lima Barreto continua no mesmo parágrafo após a palavra “sinceridade”, opinando diretamente sobre estes sentimentos militares:

“Eram os adeptos desse nefasto e hipócrita positivismo, um pedantismo tirânico, limitado e estreito que justificava todas as violências, todos os assassinios, todas as ferocidades em nome da manutenção da ordem, condição necessária, lá diz ele, ao progresso e também ao advento dos cornetins e versos detestáveis.”⁴²

de um estandarte de entrudo, não lhes merece o pobre nome brasileiro uma homenagem – senão que agora sob a República desfraldam pavilhões desordeiros do regime vencido à frente dos seus negócios.” Raul Pompéia. “Carta ao autor das ‘Festas Nacionais’”, in: Raul Pompéia. Obras (Escritos Políticos. Vol. V. Org. Afrânio Coutinho); RJ: Civilização Brasileira, 1982. pp. 285-299. A citação são das páginas 295-297.

⁴¹ Lincoln Penna. Op. cit. p. 149

⁴² Afonso Henriques de Lima Barreto. Triste Fim de Policarpo Quaresma; SP: Ática, 1990. (1915) pp. 105-106

É indicativo, portanto, que o autor, mais do que selecionar um trecho do romance que sirva para corroborar suas idéias acabe por adulterar seu sentido mais profundo. Em outro trecho do livro, Penna argumenta que “os próprios oposicionistas reconheciam que o governo centralizador de Floriano havia-lhes assegurado o direito à crítica, haja vista a liberdade de imprensa que se manteve inalterada apesar de momentos de tensão, provocados por uma guerra civil que dividiria as Forças Armadas, e criara constrangimentos inerentes a uma situação dessa natureza.”⁴³ Vale notar ainda que na nota que referencia este argumento, o autor remete-se a uma opinião de Rui Barbosa, sem indicar contudo em que ocasião o jurista teria se expressado desta maneira.⁴⁴

Há dois pontos aqui a serem comentados. O primeiro, refere-se à liberdade de imprensa, “inalterada”, segundo Penna, mesmo durante a Revolta da Armada — o conflito apontado por ele na citação. Ora, naquele período, pelo menos dois grandes jornais cariocas foram suspensos devido às críticas que direcionaram ao governo: a *Cidade do Rio*, em outubro de 1893, e a *Gazeta de Notícias*, no mês seguinte — sem contar os constantes assaltos que a polícia ordenava às redações de algumas folhas oposicionistas da capital ainda em 1892.⁴⁵

O segundo ponto, diretamente ligado ao primeiro, é em relação à referência de Rui Barbosa como o enunciador de que Floriano garantira o direito à crítica durante seu governo. Em 1893, a *Gazeta de Notícias* teve sua circulação interrompida justamente por defender o jurista que, de seu exílio em Buenos Aires, publicava artigos virulentos onde além de se dizer “desterrado, violentamente privado do exercício das suas funções

⁴³ Lincoln Penna. Op. cit. 153.

⁴⁴ Idem, idem. p. 195 (nota 12)

⁴⁵ Cf. “Assalto à Capital”. *O Combate*, 21 de fevereiro de 1892.

como senador, como jornalista e como advogado”, ainda acusava o Marechal “de inocular um sentimento horrível na política nacional — o sentimento das represálias sanguinolentas que hão de transformar este governo em circo de feras.”⁴⁶

Desta maneira, como foi possível averiguar, em 1893 Rui Barbosa opunha-se explicitamente a Floriano Peixoto, denunciando nitidamente a repressão que o governo encaminhava aos seus críticos. Se, em outra ocasião Rui relativizou esta postura, como indicou Penna na nota ao seu texto, não é possível saber onde, quando, e nem como o jurista o fez, pois o autor parece pouco preocupado em informar aos leitores algumas das referências utilizadas na construção de seus argumentos.

A pouca atenção dispensada por Lincoln Penna à imprensa do período talvez esteja na base dos problemas apontados aqui. Nas ocasiões em que recorre a este tipo de documentação, a análise mostra-se frágil e as referências nem sempre confiáveis, como procurei demonstrar nos casos de Raul Pompéia, Lima Barreto e Rui Barbosa.

O livro, contudo, tem seus méritos, pois privilegia um tema ainda pouco explorado por historiadores, como o período da presidência de Floriano Peixoto, trazendo assim nova luz sobre os primeiros anos da República no Brasil. Neste sentido, ao entender também os termos “florianismo” como os diferentes apoios às práticas políticas direcionadas por Floriano e “antiflorianismo” como as diferentes formas de contestação ao seu governo, é possível apostar em outras vias de contato com aquele contexto.

Numa perspectiva de análise diferenciada daquela escolhida por Lincoln Penna, meu objetivo é justamente investigar a experiência de um grupo de literatos

⁴⁶ “O senador Rui Barbosa”. *O Paiz*, 5 de outubro de 1893. Ver ainda “Cousas Políticas”. *Gazeta de Notícias*, 27 de novembro de 1892, onde o articulista defende Rui Barbosa. No dia seguinte, a folha teria sua circulação interrompida, ficando suspensa até o início de 1894.

profundamente atuantes na imprensa carioca durante os anos difíceis do governo Floriano Peixoto e que, posteriormente, sofreriam intensa represália devido a sua postura de oposição ao presidente do país.

Ainda que Penna não mencione esta outra história, os outros autores verificados até aqui também não avançam na questão porque não desfazem um dos nós que permeia este período de conflitos. Ainda que não seja a problemática central dos trabalhos citados, o fato é que fica sem resposta uma questão gritante: por que Olavo Bilac, Pardal Mallet, Luís Murat e José do Patrocínio sofreram tamanha represália por parte do governo federal entre 1892-1893? Se adotaram uma postura de oposição direta em relação a Floriano através da imprensa, qual teria sido o teor de suas críticas capaz de produzir confrontos tão diretos a ponto da historiografia indicá-los como a causa do esfacelamento daquele grupo de literatos e o seu desencanto com a República?

Contudo, se por um lado a própria memória daqueles escritores os construiu como geração, por outro, é preciso não introjetar o caráter cenacular e unívoco que atribuíram a sua trajetória durante as campanhas abolicionista e republicana, comumente reverberado pelos estudiosos que trataram do tema da literatura. Se, em algum momento tais literatos se viram como um grupo capaz de expressar-se, o primeiro passo para questionar tal postura estaria na possibilidade de investigar o teor da identidade construída entre eles durante a década de 1880, bem como os projetos e imagens que formularam.

A primeira tentativa de recriar o ambiente literário em que viveu esse grupo de literatos foi colocada em prática justamente por um de seus principais integrantes,

Coelho Netto. Publicada em 1899 e considerada uma de suas primeiras obras memorialísticas, A Conquista abre uma janela significativa para a compreensão da forma pela qual Netto e seus amigos encararam o início de uma carreira literária ainda incerta e o sentido que atribuíram a suas trajetórias.⁴⁷

O romance, além lembrar episódios das vidas de Olavo Bilac, Paula Nei, Guimarães Passos, Arthur e Aluisio Azevedo, Pardal Mallet, Luís Murat e José do Patrocínio, também flagra os impasses e os conflitos experimentados pelo grupo na luta cotidiana de se estabelecerem profissionalmente no mundo das letras. Privilegiando também a campanha abolicionista e a própria Abolição, Coelho Netto traz para si e seus amigos os créditos desse contexto, enaltecendo os feitos e as dificuldades vivenciadas por ele e seus pares.

Ao selecionar certos acontecimentos significativos e estabelecer entre eles conexões que lhes dêem coerência, o autor acaba delimitando alguns contornos para se pensar historicamente esse período e a sua própria atuação. Logo no prefácio, Coelho Netto assegura que na composição do livro “entrou apenas a minha memória.”⁴⁸ Nesta sua garantia de que teria sido imparcial, narrando apenas as memórias de um tempo que já passou, há o desejo de instaurar no leitor a idéia de que o que se vai ler são meras lembranças da mocidade, dotadas porém de um alto teor de “verdade” que as legitimaria.

⁴⁷ Vale ressaltar que A Conquista já havia aparecido na forma de folhetim em 1897 nas páginas do jornal *A República*, sob encomenda de Alcindo Guanabara. Cf. Paulo Coelho Netto. Coelho Netto. RJ: Zélio Valverde Livreiro/Editor, 1942. p.176.

⁴⁸ “(...) Este livro, amigos meus, é mais vosso do que meu, porque na sua composição entrou apenas a minha memória. Como *Ollam* venho contar aos que surgem a odisséia da nossa mocidade. Triste, triste foi a nossa vida posto que, de longe em longe, como um raio de sol atravessando nuvens tempestuosas, o riso viesse palidamente à flor dos nossos lábios. Mal chegamos, vencemos... Deus o quis! E se ainda não tomamos de assalto a praça em que vive acastelada a indiferença pública, já cantamos em torno e, ao som de nossos hinos, ruem os muros abalados, e avistamos, não longe, pelas brechas, a cidade ideal dos nossos

Mais do que lembranças, contudo, o literato pretendia reviver experiências, as quais poderiam dar aos seus leitores atuais a chave de compreensão de sua trajetória até aquele momento.

Buscando flagrar os filtros com os quais Coelho Netto reconstruiu a trajetória da juventude, minha perspectiva de análise vai justamente a contrapelo dos objetivos estabelecidos pelo literato, num esforço que estaria norteado pelas proposições metodológicas semelhantes às feitas por Jacques Le Goff, no texto “Documento/Monumento”, nas quais o historiador chama a atenção para a necessidade de se questionar as maneiras pelas quais os vestígios do passado nos aparecem e/ou nos são apresentados.⁴⁹

Conhecidos posteriormente como “geração boêmia” de 1880, esses escritores que protagonizam o romance tentavam então alcançar o prestígio que lhes permitisse viver de seu próprio talento: a pena.⁵⁰

Embora as referências à boemia literária já aparecessem durante sua existência⁵¹, João Paulo Rodrigues aponta que essa geração de escritores da década de

sonhos. (...) É vosso todo esse livro, meus amigos. Eu vim seguindo a caravana... Já lá vão quinze anos de sonhos e sofrimentos!” Coelho Netto. A Conquista. RJ: Civilização Brasileira, 1985 (1899). pp.1-2

⁴⁹ “O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhes o seu significado aparente. O documento é monumento. Resultado esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si própria. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer papel de ingênuo.” Cf. Jacques Le Goff, “Documento/Monumento” in Jacques Le Goff, História e Memória, tradução Bernardo Leitão (et al.), Campinas: Editora da Unicamp, 1994. pp. 547-548. Agradeço essa referência a Célio Tasinafo.

⁵⁰ Alguns desses jovens literatos já haviam, contudo, tentado sem sucesso seguir a carreira acadêmica. Coelho Netto, por exemplo, abandonaria a Academia de Direito de São Paulo e Olavo Bilac, juntamente de Paula Nei, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para se dedicarem exclusivamente à literatura. Cf. respectivamente Leonardo Pereira. Sonhos de Conquistador. Uma Biografia de Coelho Netto. Op.cit.; Raimundo Magalhães Jr. Olavo Bilac e sua época; RJ: CEA, 1974 e Ciro Vieira da Cunha. No tempo de Paula Nei. SP: Saraiva Editores, 1950. Pardal Mallet também abandonaria o curso de Medicina mas, apesar de ter concluído posteriormente o de Direito em Recife, não chegaria a exercer a profissão, dedicando-se

1880 teve reforçada a alcunha de “boêmia” graças a um movimento bastante forte entre as décadas de 1920 e 1960 que acabou — através das biografias e dos livros memorialísticos, o modismo da época — construindo uma “memória calcada na boêmia” para referenciar o tipo de vida levada por eles naqueles anos.⁵² Contudo, ao historicizar essas obras, o autor acaba identificando que as várias leituras inferidas sobre a vida literária do final do século XIX acarretaram concepções diferenciadas sobre o termo boêmia.⁵³

Ainda assim, o fato é que A Conquista, de Coelho Netto, acabou firmando-se como a grande matriz para obras posteriores. Sem mais delongas, portanto, vamos ao ponto. O trecho abaixo fornece alguns elementos para um início de conversa:

“Anselmo [Coelho Netto] sentou-se e, almoçando, expôs a Ruy Vaz [Aluísio Azevedo] o plano de um romance que tenciona publicar na Cidade do Rio: *O Rei Fantasma*, cuja ação se desenvolvia num reino imaginário da África.

— Por que não deixas essa mania de orientalismo, homem ?

— Gosto.

— Ora, gostas ... Trata de aplicar o teu espírito ao meio. Podes fazer uma obra magnífica sem sair da tua terra. Tens natureza, tens alma, que mais queres? Preferes lidar com títeres a lidar com homens. Nunca farás um livro verdadeiro, sentido, farás sempre obra convencional. Deixa em paz os deuses gregos e as odaliscas turcas, não te preocupes com os templos da Hélade nem com os minaretes de Stambul: põe-te em relação com a natureza da tua pátria. Tens um campo vasto de explorações — desde o sertão, quase virgem, até a rua do Ouvidor, que é o círculo central das almas brasileiras. Deixa-te de Oriente.

exclusivamente à atividade literária no trabalho nas redações dos jornais. Cf. Raimundo de Menezes. Guimarães Passos e sua época: RJ: Livraria Martins Editora S. A., 1952. p.59.

⁵¹ É o caso, por exemplo, de algumas publicações de Aluísio Azevedo. Ver sobretudo, “Rui Vaz – Cenas da boêmia fluminense” (incompleto). *A Semana*, 16 de maio de 1885–13 de junho de 1885.

⁵² Cf. João Paulo C. S. Rodrigues. “A Geração Boêmia: Vida Literária em Romances, Memórias e Biografias”, in: Sidney Chalhoub e Leonardo Pereira. Op. cit. p. 234

⁵³ Ao analisar as obras de Medeiros e Albuquerque (Minha vida – memórias, 1933) e de Rodrigo Otávio (Minhas Memórias dos Outros, 1935), o autor verifica “o desaparecimento do teor político da caracterização da boêmia, surgindo no seu lugar uma imagem idílica dela. (...) A boêmia seria tão somente um tipo de vida levada nas mesas dos cafés e confeitarias elegantes, onde os literatos passavam seu tempo ora discutindo literatura, ora aprontando inconseqüentes pilhérias e ‘blagues’”. Neste mesmo período, sob um outro ângulo, o crítico literário Brito Broca acredita que o termo boêmia tem um sentido político bastante definido para aquele grupo de escritores: o que os fazia disputar o rótulo de boêmios era sua pretensão em viver unicamente da carreira literária, além, é claro, do engajamento nas campanhas abolicionistas e republicanas. Idem, idem. pp. 242-245.

— Mas o romance está quase pronto.
— Pois publica-o. Mas fica nesse, não escrevas outros.
— E os contos ?
— Também os contos. Queres assuntos deliciosos para contos admiráveis? Estuda o povo. A alma moderna é mais sofredora do que a antiga e a dor é um manancial inesgotável. Deixa-te de ninfas e de faunos, trabalha com homens (...) Manda a fava essa mania e trata de fazer obra sentida.”

Anselmo começava a irritar-se com essa observação que lhe soava aos ouvidos com a insistência de um remorso. Diziam-lhe todos a mesma coisa.”⁵⁴

O sentido que a literatura e a obra literária deveriam ter é o centro dessa discussão entre Aluísio Azevedo e Coelho Netto. A crítica que o primeiro faz ao amigo é sintomática — Aluísio chama de “mania de orientalismo” os primeiros escritos de Netto, abalando suas convicções. No entanto, este tipo de divergência quanto às formas diferenciadas do exercício literário, assunto constante em outros episódios do romance, parecia não comprometer a união do grupo. Em uma outra sequência, a discussão gira em torno da atuação de Arthur Azevedo no ramo teatral. Quem dá vazão à crítica é Luís Murat:

“Tenho dito ao Artur : Que diabo! Tu que tens tanto talento por que não deixas essa borracheira de teatro? Escreve versos, que os fazes admiráveis, lida com a tua musa delicada e abandona de vez esse rancho de cabotinos ... Mas o homem está viciado.”⁵⁵

Mais do que apontar que o amigo desperdiçava talento ao dedicar-se às peças enquanto poderia estar escrevendo versos, Murat hostilizava uma forma particular de teatro, o chamado teatro ligeiro, considerado pouco sério. Na verdade, ao longo de sua carreira, Arthur Azevedo sofreria reiterados ataques devido a esta postura na atividade teatral. Sob a mira de diferentes críticos, ele era apontado por seus contemporâneos como o responsável pelo sucesso e consagração do teatro musical no Rio de Janeiro.

⁵⁴ Coelho Netto. Op. cit. p.237.

⁵⁵ Coelho Netto. Op. cit. p. 169

Considerado inferior, esse gênero era entendido então como um dos fatores da decadência do teatro nacional. Desse debate, freqüentemente estabelecido entre artistas e intelectuais durante as últimas décadas do final do século XIX, participaria o próprio Coelho Netto. Ele e Arthur travariam uma longa polêmica através dos jornais, entre 1897-1898, em torno do chamado teatro ligeiro.⁵⁶

Neste sentido, a identidade construída entre esses literatos no final do século XIX, e reelaborada a cada dia através da vivência de experiências comuns, não deve ser entendida como a ausência de conflitos ou de diferenças políticas, sendo necessário estabelecerem-se os pontos de consenso e as divergências entre eles. Mas quais seriam os elementos que os uniam enquanto grupo? Pardal Mallet fornece algumas pistas nesta direção numa crônica publicada em 1890, por ocasião primeira viagem de Olavo Bilac para a Europa:

“Nós fomos um grupo principalmente solidário pela amizade, divididos embora, por essa eterna questão da arte, que cada qual interpretava ao seu feitio, atirados uns contra os outros por essa fatalidade da vida que faz rivais nunca faltamos ao apelo do interesse coletivo, nunca deixamos de ser – um por todos, todos por um, fomos – o Bilac, o Pompéia, o Neto, o Guimarães, o Alcindo e eu, quase todos da mesma idade, nascidos entre os anos de 63 a 65, reunidos pela convivência acadêmica, bastante certos de nós mesmos para aceitar a camaradagem dos veteranos – Luís Murat, Paula Ney, Aluísio Azevedo, Emílio Rouéde e Artur Azevedo, bastante fortes para fazer de todo esse pessoal uma só família.”⁵⁷

Nesse fragmento, Mallet procura evidenciar ao leitor uma certa coerência na caracterização de seu grupo de amigos e aponta, neste sentido, que um fator importante de sua identificação foi a relação de grande amizade desenvolvida entre eles, sempre fiéis ao “interesse coletivo”. Indo além, contudo, dessa formulação — que não deixa de ser

⁵⁶ Essa e outras polêmicas envolvendo Arthur Azevedo a cerca do caráter atribuído ao teatro nacional são investigadas a fundo por Fernando Mencarelli no primeiro capítulo de seu livro sobre o escritor. Cf. Fernando Mencarelli. Op. cit. pp. 46-112.

uma auto-imagem proclamada pelo cronista — é possível insistir em outros elementos constitutivos da identidade construída entre eles.

A análise de outros trechos de A Conquista fornece alguns indícios para essa problematização e seus possíveis desdobramentos. Vejamos um diálogo imaginativo entre Olavo Bilac e Coelho Netto:

“— Em que jornal trabalha? — perguntou Anselmo [C.Netto] rompendo o silêncio.

— Eu? Não trabalho em jornais. Considero a imprensa uma indústria intelectual. Entra a gente para o jornalismo com um bando de idéias originais e retalha-as para o varejo do dia a dia. (...) Tentei, uma vez, redigir a mais simples das notícias: um caso banal de polícia. Pois, meu amigo, saiu-me um substancioso artigo político.

(...) — Pois eu vou trabalhar na *Gazeta*.

— Vai escrever crônicas... ?

— Não sei ainda.

— Não faça notícias; a notícia embota. Ataque as instituições, desmantele a sociedade, conflagre o país, excite os poderes públicos, revolte o comércio, assanhe as indústrias, enfureça as classes operárias, subleve os escravos, mas não escreva uma linha, uma palavra sobre notas policiais, nem faça reclamos. Mantenha-se artista. Havemos de vencer, mas para isto, é necessário que não façamos concessões. O redator não quer saber se temos ideais ou não: quer espremer.”⁵⁷

Bilac aponta que a atuação dos literatos na imprensa deveria ser regida por alguns critérios. O jornalismo noticiarista é desprezado por ele como uma atividade menor e os redatores, acusados de exploradores. Mesmo assim, aconselha ao amigo o caráter que seus escritos deveriam ter: mais que uma função informativa, os artigos ou crônicas deveriam ter uma função formativa; o registro puro e simples da matéria de nada valia se apenas descrevesse o mundo a sua volta. Era preciso ir além: mais que registrá-lo era preciso transformá-lo segundo seus ideais.

⁵⁷ Pardal Mallet. “Um que parte”, *Gazeta de Notícias*, 10 de julho de 1890.

⁵⁸ Coelho Netto. Op. cit. pp. 158-159

Colocada nesses termos por Olavo Bilac, a atividade literária era entendida por ele como um meio propício de intervenção social, do qual os escritores, para além da experimentação estética, seriam os principais agentes. Essa concepção militante da literatura — na qual o engajamento em questões sociais firmava-se cada vez mais como uma postura necessária — ganharia contornos mais nítidos na luta empreendida por esses homens contra a escravidão. Reunidos em torno de José do Patrocínio e colaborando para seu jornal *A Cidade do Rio*, eles colocariam a literatura a serviço da causa abolicionista.⁵⁹

Nestes anos, mais ou menos entre 1887-88, além de abraçarem a causa dos escravos através da imprensa, esses jovens literatos também participavam dos comícios organizados pelas sociedades abolicionistas. Um desses episódios, realizado em um barracão no centro da cidade, é descrito por Coelho Netto:

“O imenso barracão regurgitava quando assomou à tribuna Quintino Bocaiúva, calmo, dirigindo-se ao povo em frase sóbria e ponderada. Repentinamente, porém, uma grita, à porta, alvoroçou o auditório. Eram os capoeiras comandados por Benjamim.

Aos gritos da malta respondeu o povo com assuada tremenda. Anselmo [C. Netto] estava em um dos camarote da entrada e, num ímpeto, tomou uma cadeira arremessando-a no meio da farândola. Foi o sinal de luta. O povo avançou em coluna e começou o combate.

(...) Anselmo, já rouco, bradava contra a infâmia. De repente, empunhando um pé de cadeira, atirou-se arrojadamente do camarote caindo no meio do grupo a desancar, amouco. Vários populares seguiram-lhe o exemplo temerário, na estreita passagem, travou-se uma luta tremenda sendo os capoeiras repelidos.”⁶⁰

⁵⁹ Antes de fundar a *Cidade do Rio* em setembro de 1887, Patrocínio já defendia a Abolição nas páginas da *Gazeta da Tarde*, jornal comprado por ele em 1881, graças ao empenho de seu sogro, o capitão Emiliano da Rosa Sena. Cf. Raimundo Magalhães Jr. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*; RJ: Sabiá, 1969. pp. 52; 120.

⁶⁰ Coelho Netto. Op. cit. p. 164. Tal episódio é lembrado também por Osório Duque Estrada na sua obra *A Abolição*: “Em 6 de agosto de 1886 realizava-se um novo *meeting*, à noite no Politeama, com a presença do terceiro delegado. Em certo momento, e quando Quintino Bocaiúva já ia em meio do seu discurso, ouviu-se o estalejar de uma carta de bichas, arremessada das galerias; apagaram-se as luzes, e o teatro viu-se atacado por um bando de capoeiras, capitaneado pelo célebre facinora ‘Benjamim’ que foi logo subjugado e desarmado pelo moço escritor Coelho Netto. No tumulto que se fez, Coelho Netto recebeu além de várias navalhadas nas costas, uma violentíssima pancada na cabeça, vibrada por espada ou barra de ferro” *Apud* Paulo Coelho Netto. Op. cit. p. 63

Embora a passagem acima privilegie a atuação individual de Coelho Netto, é presumível que outros literatos tenham passado por experiências semelhantes, já que a causa dos escravos fervilhava naquele momento nas academias e faculdades atraindo a simpatia dos jovens estudantes.⁶¹

Na concepção desses literatos, de um lado estava a preocupação em refletir sobre o contexto social e, do outro, o problema de se pensar no papel que eles deveriam desempenhar para a transformação da realidade em que viviam. A idéia de que o esforço principal ao qual o país deveria se dedicar era o da superação do passado colonial projetou-se justamente no interior das campanhas abolicionista e posteriormente republicana. A mudança do regime político e o fim da escravatura eram entendidas como passos cruciais para o fim do legado colonial rumo à tão almejada civilização: uma nação de homens livres numa ordem republicana seria, portanto, o primeiro sinal da regeneração nacional. Embora estivessem se dedicando quase que exclusivamente à causa abolicionista nesses anos, posteriormente eles atuariam também de maneira particular pela República. Seja como for, o fato é que nessa projeção os literatos viam-se como os “tutores” dessa “nova sociedade” que sonhavam, onde lhes estaria reservado um local de prestígio com o talento verdadeiramente reconhecido.

Na verdade, era a possibilidade de viverem unicamente da literatura que estava também no cerne destas idealizações. Se voltarmos um pouco mais às páginas de

⁶¹Durante os primeiros anos de sua experiência na Academia de Direito de São Paulo, entre 1881-1884, Coelho Netto participava dos círculos abolicionistas estudantis, nos quais o veterano Raul Pompéia já era uma figura de renome. Netto destacou-se também como grande orador nos comícios organizados pelas associações que lutavam pela causa, alistando-se, inclusive, nas tropas chefiadas por Antônio Bento (os caifazes), cujas atividades concentravam-se em promover a fuga de escravos. Cf. Leonardo Pereira. “Barricadas na Academia”, in: Sonhos de Conquistador. Uma Biografia de Coelho Netto. Op. cit. pp. 41-70.

A Conquista, veremos que o encontro entre Aluísio Azevedo e Coelho Netto, citado anteriormente, ocorreu acidentalmente em um restaurante barato do Rio de Janeiro, O Quinhentão, revelando-se quase vergonhoso para o primeiro, se não fosse a desculpa da literatura:

— “Que é isto? Tu? — Ruy Vaz [Aluísio Azevedo] levantou a cabeça e, dando com o companheiro, sorriu sem vexame.

— Ah! Meu amigo faço tudo pela Arte. Senta-te. Vens almoçar?

— Sim, venho.

— Pois aqui estou. Decididamente não se pode amar a Verdade. Se o público soubesse quanto custa ser naturalista pagava os meus romances a peso de ouro. Vou às estalagens apanhar em flagrante a grande vida de tais colméias e, para que a gente não se perturbe com a minha presença, visto-me de carregador, meto-me em tamancos. Subo às pedreiras, penetro, com risco de vida, as reles tavolagens, passo horas e horas entre a gente tremenda dos trapiches, converso com catraieiros e, finalmente, venho comer nesta baiúca, como vês.

— Mas, então, não foi por fome?

— Qual fome! Eu podia ter ido almoçar ao Globo, mas ando acompanhando um tipo.

— E onde está ele?

— Comeu e saiu. Para que não desconfiasse, porque ele já deve ter notado que o sigo, pedi um almoço e pus-me a comer ... maquinalmente.”⁶²

Desconfie também, leitor. A ironia com a qual Coelho Netto descreve a passagem deixa dúvidas sobre a verdade da resposta do colega e acaba apontando para uma outra dimensão da vida literária: além de Aluísio Azevedo reclamar que seu trabalho não é devidamente reconhecido pelo público visto os “sacrifícios” que se dispõe a fazer em prol da “arte”, a remuneração recebida pelo seu trabalho não parece muito alentadora. O escritor, por falta de dinheiro suficiente (para ir almoçar no Globo, por exemplo) é obrigado a conviver com o populacho que tanto despreza. Certamente, era muito comum a presença desses homens de letras em restaurantes populares como o Quinhentão, não em caráter extraordinário como sugere Aluísio Azevedo, mas justamente

⁶² Coelho Netto. Op. cit. pp. 235-236

porque a possibilidade de viver unicamente das letras, sem dificuldades, era ainda um sonho não alcançado.⁶³

Essa visão sobre o meio que os cercava corroborou a projeção de uma auto-imagem que lhes conferia uma posição diferenciada na sociedade. Em uma tarde de 1887 o grupo estava, como de hábito, reunido na *Maison Rouge* — “cenáculo da boemia” — conversando sobre o lançamento do primeiro número da revista Vida Moderna, da qual a maioria deles havia participado com uma crônica ou poesia. Luís Murat, o idealizador do periódico, discursava entusiasmado:

“— Nós somos os precursores – alhanemos o caminho para os que vêm (...) Pois então este povo há de viver eternamente chafurdado na ignorância? Não senhores! Abram escolas, eduquem a infância, ponham a criança em contato com os heróis da pátria, apontem-lhe os episódios gloriosos da nossa história, dêem-lhe os poetas vernáculos e o homem do futuro não será francelho como esses que por aí andam...

Fortúnio [Guimarães Passos]... sempre cético, disse displicente:

— Isto há de ser sempre o que é. O povo não tem tradições e, sobretudo, é a gente mais melancólica do mundo. Você vê um grupo de brasileiros é fúnebre, parece que estão sempre discutindo um enterro.

— Ou segredando pornografia, acrescentou Ruy Vaz. [Aluísio Azevedo]

— Ou falando mal da vida alheia, juntou o Neiva. [Paula Ney]

— Nem tanto, corrigiu Patrocínio. Nem tanto. Há brasileiros de espírito.

— Ora, brasileiros de espírito... Quem são? Aponte-os!

— Nós, por exemplo...

— Ah! Sim... Mas nós não entramos em conta.”⁶⁴

Além de se atribuírem o papel de “redentores” da sociedade, capazes de regenerar o povo retirando-o da lama do analfabetismo e da ignorância, esses escritores nutriam ainda um profundo menosprezo em relação aos seus “outros”, colocando-se

⁶³ Paulo Coelho Netto aponta também esses períodos de carência quando lembra os primeiros anos da vida literária de seu pai e de Olavo Bilac: “Coelho Netto e Olavo Bilac, companheiros de casa, passavam dias trágicos. Quando um deles saía à rua, o outro ficava no quarto, porque só havia um par de sapatos.” in: Paulo Coelho Netto. Op. cit. p. 99. Contudo a situação de Aluísio Azevedo não era tão periclitante como é sugerido no trecho. Afinal, por esses anos, esse escritor já atingira um certo prestígio que lhe permitiria receber somas bastante significativas pela publicação de alguns de seus romances. Cf. Leonardo Pereira. Sonhos de Conquistador. Uma Biografia de Coelho Netto. Op. cit. p.84

numa posição diferenciada e exterior ao resto da população. É esclarecedora neste sentido a observação feita por Leonardo Pereira sobre esta forma de “exterioridade tutelar” introjetada por esses escritores no final do século XIX: “Sem alinhar-se em nenhum dos lados, eles criam um quadro de distinção onde definem e diferenciam um certo mundo popular — composto pelo grande contingente de escravos, jornaleiros, domésticas, cigarreiros e outros trabalhadores sem ocupação definida — de uma elite aristocrática. Representando a si mesmos como os gerenciadores desta sociedade de diferenças, os literatos se colocam fora do esquema bipolar que eles mesmos ajudaram a construir.”⁶⁵

Contudo, esse pessimismo inicial em relação às camadas letradas da população dá lugar, no decorrer de A Conquista, a uma mudança de atitude entre esses literatos. Basta lembrar da conversa entre Aluísio de Azevedo e Coelho Netto destacada algumas páginas atrás, quando Aluísio aconselha ao seu colega: “Estuda o povo... Trabalha com homens.” O fragmento reserva nestas frases talvez o seu sentido mais profundo: se antes os literatos reclamam da ignorância das camadas mais baixas da população, agora eles atentam mais à possibilidade de redimi-las através de suas orientações, transformando o populacho em objeto e tema de seus textos. Estudar, ordenar, guiar esta população para que ela pudesse, desta maneira, se adequar às imagens e às representações da nação que eles se empenhavam em formular é um dos aspectos do projeto que os literatos engendraram, no final do século XIX, como o ideal às suas aspirações enquanto homens de letras. Por um lado, essa visão revela a possibilidade de civilizar seus contemporâneos, retirando-os de um suposto primitivismo. Do outro estaria

⁶⁴ Coelho Netto. Op. cit. p.193

⁶⁵ Leonardo Pereira. O Carnaval das Letras. Op. cit. p.8.

o caráter da civilização que intentavam construir, basicamente entendida pela supressão de práticas e tradições populares.

O romance passa a caminhar nesta direção e, após alguns atropelos nas trajetórias lembradas por Coelho Netto, culmina com a abolição da escravatura em 1888 — entendida (como o próprio título indica) como uma primeira conquista desses literatos. Como era de se prever, eles participaram ativamente de todas as comemorações, improvisando discursos das sacadas das redações, e principalmente protegendo José do Patrocínio do assédio dos populares. Contudo, o terror manifesto pela multidão revela o grande distanciamento que havia entre esses homens de letras e aqueles a quem julgavam ter beneficiado e aos quais guiariam dali em diante. Nos dias que se seguiram ao 13 de maio, Muniz Barreto, escoltando tarde da noite José do Patrocínio até sua casa, juntamente com outros literatos, chega quase a se atracar com um transeunte que ousou lançar um viva ao “grande abolicionista”:

— Se grita, morre!

Mas o homem, de olhos esbugalhados, explicou que ia levantar um viva ao grande brasileiro.

— Aqui não há grande brasileiro, não há nada. Só te digo que se gritas morres...

— Então a gente não pode ter opinião?

— Não ... quarenta e seis! Sabes tu que são quarenta e seis discursos?

— Não senhor.

— Pois eu que os fiz. Vai e lembra-te das minhas palavras: Nem um viva...!

— Pois sim, senhor... Boa noite. E desculpe.

— Está desculpado.”⁶⁶

Na lembrança que Coelho Netto imprime a sua obra, a vitória/conquista política da abolição é entendida pelo grupo de escritores como a “conquista do talento”,

⁶⁶ Coelho Netto. Op. cit. pp. 272-273.

trazendo assim para si e seus pares a orgulhosa responsabilidade da assinatura da Lei Áurea. Quem dá voz a tal sentimento é Luís Murat na redação da *Cidade do Rio*:

“(…) — Mas que belo, hein?, exclamou o poeta com entono. Que vitória... ! A conquista do talento, hein? Decididamente, não há arma como esta! — e empunhou uma caneta com orgulho. Sim, senhor! Arrastou uma cadeira, sentou-se e, diante das tiras, exclamou de novo: Bela coisa!”⁶⁷

A crença no poder transformador da literatura e a possibilidade de intervenção social que lhe era atribuída constituíam, portanto, um forte elemento de identificação entre esses escritores. Sob a bandeira da Abolição, a trincheira de luta cotidiana desse grupo de literatos foi construída em torno da “conquista” de um lugar reconhecido no mundo literário. Ao compartilhar tal sentimento, escritores como Coelho Netto, Olavo Bilac, Pardal Mallet, Luís Murat, Paula Nei, Arthur e Aluísio Azevedo, e Guimarães Passos constituíram um grupo coeso e articulado em torno de um ideal. A precariedade experimentada por eles naqueles anos aparece na trama do romance como uma etapa necessária e probatória de suas vidas, reafirmando, de maneira triunfal para a posteridade, o caráter idealista e cenacular das trajetórias vivenciadas por aqueles escritores.

Laços de amizade, atividade literária e militância política não são excludentes nesse sentido. Essas várias dimensões da vida daqueles escritores interagiram no interior de suas experiências naqueles anos, constituindo-se como os principais elementos que balizaram e deram significado às suas trajetórias e a uma identificação enquanto grupo.

No entanto, passadas todas as comemorações do 13 de maio, os últimos capítulos de A Conquista apontam uma visão não muito clara para o futuro. O primeiro

⁶⁷ Coelho Netto. Op. cit. pp. 259-260

passo fora dado, qual seria a bandeira levantada agora pelos literatos, feita a Abolição? O diálogo entre Coelho Netto e Patrocínio, que encerra a narrativa do romance, é sintomático neste sentido. Enquanto Netto mantém ainda o entusiasmo anterior, o Zé do Pato parece alheio às novas perspectivas:

- “— Então, José... Que vamos fazer agora?
- Hein? Escrevia, muito inclinado, de costas para o secretário.
- Qual é o teu programa?
- Que programa? Ergueu-se e, sorrindo, estendeu a mão: dá cá um cigarro.
- Perguntas qual é o meu programa?
- Sim. Conquistaste o teu ideal e agora...?
- Agora?... E, rindo, inclinou-se ao ombro do companheiro dizendo-lhe ao ouvido: agora vou ali ao banco com esta letra arranjar dinheiro. Os rapazes estão lá embaixo trabalhando... e Já almoçaste?
- Ainda não.
- Então espera-me no Globo, ao meio dia. Ia saindo, mas voltou-se: Olha, manda limpar a redação que está imunda, ouviste?
- E desceu as escadas precipitadamente.”⁶⁸

De fato, feita a Abolição, o programa político de *A Cidade do Rio* parecia estar comprometido em tecer loas à princesa Izabel. Além disso, o jornal vinha dando grande destaque à criação da chamada Guarda Negra Redentora — uma organização fundada em setembro de 1888 e composta basicamente pelos libertos do 13 de maio, firmemente inclinados a proteger a herdeira do trono de qualquer ameaça, seja ela pessoal ou política.

Descontentes com o rumo tomado pela folha em que trabalhavam e com a postura adotada por José do Patrocínio, alguns dos escritores do grupo procurariam outros meios de divulgar suas idéias e projetos. Confiantes no prestígio adquirido até então e atentos à possibilidade de direcionarem com maior liberdade seus textos, eles fundariam e dirigiriam, por pouco tempo contudo, dois pequenos periódicos no decorrer de 1889. Sem

⁶⁸ Coelho Netto. Op. cit. p. 282

a intermediação de redatores nem a obrigação de ceder suas posições aos interesses de um grande jornal, esses homens teriam o caminho aberto para atuarem conforme lhes conviesse pela República.

A Rua, publicada entre abril e julho de 1889 e *O Meio*, que viria nos meses seguintes, entre agosto e dezembro do mesmo ano, dariam forma naquele momento às aspirações políticas daqueles literatos e, sobretudo, ao sentido que atribuíam à própria propaganda republicana atuante no Rio de Janeiro.

JORNADAS REVOLUCIONÁRIAS.

A postura adotada por José do Patrocínio logo após o 13 de maio o levaria a uma posição de franco antagonismo em relação aos membros mais destacados do partido republicano, transformando-o em um dos principais alvos dos propagandistas do novo-regime. Sua desavença concentrou-se a princípio no debate que ficou conhecido sob o lema de “indenização ou república.”

Através da *Cidade do Rio*, ele atacava os interesses dos antigos proprietários de escravos que exigiam da coroa uma compensação financeira pelos prejuízos sofridos com a Abolição sob a ameaça de perfilarem-se nas hostes republicanas.¹ Como o partido aceitava cada vez mais essas novas adesões, Patrocínio divergiria sistematicamente da maneira como a campanha pelo novo regime passou a ser direcionada. E numa atitude totalmente contrária àquela de seus correligionários, concentrou seus esforços na defesa

¹ Tal postura ficou manifesta num encontro de fazendeiros em São Paulo realizado em 24 de maio de 1888, no qual os ex-proprietários de escravos além de aderirem a causa republicana, formaram ainda uma caixa destinada a financiar um futuro golpe contra a monarquia. No Senado, o Barão de Cotegipe apressa-se em apresentar, em junho, um projeto de indenização, logo repellido. Na Câmara dos Deputados, um outro é apresentado estabelecendo auxílios à lavoura sob a forma de empréstimos sem juros. Joaquim Nabuco, então deputado, foi um dos críticos destacado desta iniciativa, pois a entendia como uma manobra por trás da qual escondia-se justamente a indenização pleiteada pelos ex-proprietários de escravos. Cf. Raimundo Magalhães Jr. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*; RJ: Sabiá, 1969. p.246-247.

pública da Princesa Izabel e do gabinete João Alfredo, os patrocinadores da abolição, segundo seu entendimento.²

Num texto de 1889 Emílio Rouéde organizaria os argumentos que justificariam a postura adotada pelo periódico e que, segundo ele, seriam a causa dos conflitos entre a *Cidade do Rio* e os principais propagandistas do novo regime. Sendo partidário da ala que defendia a abolição imediata e incondicional da escravidão, assim como o era Patrocínio e toda a tropa de literatos da *Cidade do Rio*, Rouéde defende a posição diferenciada adotada então pelo jornal numa tentativa de legitimar as críticas direcionadas à propaganda republicana:

“Isto não era possível, não poderíamos militar no mesmo partido, era necessário discriminar os campos, não queríamos continuar cobertos e confundidos, sob o estandarte republicano, com os fazendeiros que pediam a indenização. (...)”

Não! Continuar assim, além de monstruoso era impossível, devíamos tomar uma resolução enérgica, e a tomamos. Dois caminhos se nos apresentavam: os republicanos-abolicionistas aderindo ao manifesto de S. Paulo se haviam unido aos algozes; nós outros os abolicionistas-republicanos, tomamos o caminho oposto: decidimos seguir a sorte das vítimas.

Os libertos (...) em vez de pensar nas represálias, em vez de vingar três séculos de cruento martírio, dedicaram-se a defender a sua Excelsa Redentora dos ataques dos neo-republicanos, seus antigos senhores, lhes dirigiam; enfim, em vez de odiar, amaram! Nós o imitamos!!³

Marcando bem a diferenciação que distinguiria o grupo da *Cidade do Rio* dos outros membros do partido, Rouéde ainda desafiava seus correligionários a serem

² Cf. “A Indenização”. *Cidade do Rio*, 18 de julho de 1888. Antes ainda de a lei da Abolição ser assinada, Patrocínio já era chamado à ordem pelos republicanos paulistas, que através de *A Província de São Paulo*, procuravam rebater as críticas em relação às adesões escravistas no partido: “Nós temos adesões mais valiosas, entre as quais está a do próprio Sr. Patrocínio no tempo em que se orgulhava de vir comungar com seus correligionários da província de S. Paulo. Nessa época dizia S.S. na tribuna das conferências do Club Republicano dessa cidade, que: ‘Chamaram-no e veio.’ ” “Política Republicana”, in: *A Província de São Paulo*. Apud José do Patrocínio. “Desencargo de consciência”. *Cidade do Rio*, 11 de maio de 1888.

³ Emílio Rouéde. “Os Libertos”. *Cidade do Rio*, 26 de abril de 1889.

“verdadeiramente republicanos” como ele, que sempre que podia ensinava a ler “a um ou dois libertos” para prepará-los “a saber usar a liberdade”.⁴

Mas, foi a estréia no dia 10 de agosto de 1888, no Teatro Variedades, de Indenização ou República, peça de Coelho Netto e Emílio Rouéde, que marcaria com distinção a entrada do grupo de literatos que trabalhavam na redação da *Cidade do Rio* neste debate. Para além das análises estéticas elaboradas por Arthur Azevedo, por exemplo⁵, a recepção do espetáculo pelo grupo teria um significado bastante particular.

Mais preocupado com o conteúdo do que com a forma, Pardal Mallet viria a público expressar seu entusiasmo com a iniciativa dos dois colegas. Tomando o cuidado, contudo, em esclarecer que a obra não era destinada a fazer propaganda monárquica e que muito menos era essa a postura da folha — “republicana como sempre” — o literato aponta que o sentido geral da peça seria justamente o de alertar que a causa da República não precisava da onda de adesões que vinha ganhando para triunfar, podendo diferenciar-se da chantagem dos chamados “indenistas” para seguir rumo próprio. No seu entendimento, o espetáculo seria por si “um poderoso fator de propaganda, que não poderá ser esquecido na apoteose futura das cousas que fizeram a redenção da pátria.”⁶

Mallet procura conduzir seu texto em duas direções, portanto: de um lado, esforça-se em defender a *Cidade do Rio* dos ataques recentes, apresentando e justificando

⁴ Emílio Rouéde. “Os Libertos”. *Cidade do Rio*, 26 de abril de 1889.

⁵ Leonardo Pereira anotou muito bem a reação do dramaturgo: “Arthur Azevedo é um dos primeiros a apontar, de sua seção teatral, as deficiências do texto. Mesmo dizendo-se amigo dos dois escritores, e vendo em Coelho Netto ‘um escritor muito lido, bem preparado, original e espontâneo’, afirmava que a peça estaria ‘longe de ser uma produção digna de qualquer dos dois escritores’. Sem graça e sem força, ela estaria fadada ao fracasso – e não por acaso o crítico já falava de sua previsível saída de cena.” Para uma análise cuidadosa da recepção crítica de Indenização ou República, conferir Leonardo Pereira. Sonhos de Conquistador. Uma biografia de Coelho Netto. Campinas, 2000. (mimeo). pp. 131-133, na qual baseio minha interpretação sobre o episódio. Ver também [Arthur Azevedo] Eloy, o herói. “De Palanque”. *Diário de Notícias*, 15 de agosto de 1888.

⁶ Pardal Mallet. “Semanais – Indenização ou República”. *Cidade do Rio*, 11 de agosto de 1888.

os motivos que levavam a folha a colocar-se na oposição em relação aos republicanos que aliaram-se aos interesses dos ex-proprietários; de outro, declarava que não se desviava de seus ideais republicanos, argumentando que a postura do jornal não prejudicava nem fazia esquecer o seu “amor sublime pela República.”⁷

Algum tempo depois, por ocasião do aniversário da *Cidade do Rio*, Pardal Mallet forneceria contornos mais claros desta sua preocupação em firmar junto ao público e aos adversários a postura militante que norteava as atividades daqueles que trabalhavam na folha e que seria, segundo ele, o sustentáculo de sua coerência política. Apelando para o prestígio adquirido em torno da campanha abolicionista, o literato rebate os ataques que a folha vinha sofrendo, reforçando a identidade que o reunia e a seus amigos em torno de José do Patrocínio:

“Comemorando o seu primeiro aniversário, [a *Cidade do Rio*] sente-se cheia de vida e pronta para todas as lutas.

Tem por si, a pena do seu glorioso chefe, a cá, as ordens é bom servir, porque há sempre a certeza de uma campanha contra a tirania e porque vem sempre a esperança de mais uma vitória.

Tem por si a energia sistemática de Belmiro Salgado; o entusiasmo de Coelho Netto, burilando períodos de prosa maciça (...); a tempestade do Paula Nei que tem dentro do cancro o fuzilar dos ruínas e o negror das nuvens; a imaginação do Luís Murat, metralhando estrofes guerreiras como o canhão orquestrando a Marselhesa; os sentimentalismos do Olavo Bilac (...) e a boa vontade do escritor dessas linhas.

Tem por si a atividade nunca destemida de sua reportagem, o talento metucioso de sua revisão, a disciplina e honestidade de seu corpo administrativo, a dedicação do seu corpo tipográfico e de impressão, e a amizade entusiástica de seus vendedores e entregadores.

Forte de todos esses elementos, federalmente reunidos pelo coleguismo, doutrinados no preceito — um por todos e todos por um — a *Cidade do Rio* comemora seu primeiro aniversário, e agradece todas as provas de verdadeira dedicação ou de simpatia que tem reunido, bem como todos os ataques [vindos] da inimizade ou do ódio em que [...] têm sido seus adversários.”⁸

⁷ Pardal Mallet. “Semanais – Indenização ou República”. *Cidade do Rio*, 11 de agosto de 1888.

⁸ Pardal Mallet. “Cidade do Rio”. *Cidade do Rio*, 28 de setembro de 1888.

Apesar das possíveis diferenciações, Pardal Mallet constrói uma imagem unívoca para os membros do jornal. Ao arrolar os talentos que o periódico dispunha naquele momento — do seu chefe e seus colaboradores até os tipógrafos e entregadores — o sucesso e a força da *Cidade do Rio* eram decorrentes da associação entre elementos poderosos, na compreensão do literato: a amizade construída em torno da luta contra a escravidão os mantinha unidos e fortes o bastante para enfrentar as adversidades recentes. Naquele momento, o interesse coletivo superava qualquer diferença particular. Embora as glórias da Abolição ainda estivessem sendo comemoradas, para aquele escritor o periódico constituía-se ainda em uma trincheira de luta no combate à “tirania” — particularmente, porque era um espaço privilegiado em que ele e seus colegas poderiam expressar-se, colocando em letra de forma os seus projetos mais imediatos.

Naquele momento, em 1888, como bem citou Mallet, a *Cidade do Rio* ganhava forma a cada dia graças às colaborações regulares dos literatos que formavam a sua redação. Ele mesmo era responsável pelo “Correio do Rio”, uma coluna diária de crônicas e pequenas notícias, na qual assinava “Fulano de Tal.” Iniciada em julho, ela fora antecedida porém pela série “Um Diário”.⁹ O literato ainda escrevia a seção “Semanais”, que aparecia aos sábados, além de publicar os capítulos de seu romance Através a partir de setembro daquele ano.¹⁰

⁹ Cf. respectivamente [Pardal Mallet] Fulano de Tal. “Correio do Rio”. *Cidade do Rio*, 30 de julho de 1888, e [Pardal Mallet] Fulano de Tal. “Um diário”. *Cidade do Rio*, 01 de março de 1888.

¹⁰ Cf. Pardal Mallet. Através. *Cidade do Rio*, 17 de setembro de 1888. Vale notar que Mallet já havia escrito dois romances anteriormente: Hóspede, nos anos em que estava no Recife completando os estudos de Direito, e Lar, publicado ainda no início de 1888. Cf. “Lar”. *Cidade do Rio*, 8 de março de 1888.

Olavo Bilac fazia-se presente sobretudo pelas poesias,¹¹ embora já pudesse dividir com Mallet o pseudônimo de Victor Leal, assinando juntos ou alternadamente a coluna “Através da Semana”, que passou a ser publicada no início de 1889.¹² De fato, não parecia ser incomum a prática entre os literatos de dividir colunas ou recorrer uns aos outros para eventuais substituições. Em 13 agosto de 1888, por exemplo, a série “Crônicas de Ontem”, costumeiramente subscrita por Sancho Pança, apareceria naquele dia com o pseudônimo de Caliban, que denunciaria os colegas:

“Mas venham fazê-lo outro, porque eu não estou disposto. Sim, não estou disposto... E se insistem comigo, eu desando que vai tudo raso. Começo a espalhar umas coisas que hão de deixar muita gente de cara à banda.

Digo por exemplo que D. Quixote é o Mallet e que Sancho é o Rouéde...”¹³

Além de Caliban, que assinava a série “Da Sombra”, Coelho Netto utilizava-se ainda de vários outros pseudônimos para assinar as crônicas e contos que publicava quase que diariamente no jornal, como Chispa, Puck, Ariel e Tartarin.¹⁴

¹¹ Ver, por exemplos, os poemas Dentro da Noite e Numa Concha, publicados respectivamente nos dias 3 e 13 de setembro de 1888, na *Cidade do Rio*.

¹² Cf. Victor Leal. “Através da Semana”. *Cidade do Rio*, 12 de janeiro de 1889. Embora essa pareça ser uma das primeiras aparições de “Victor Leal”, o pseudônimo foi afamado posteriormente por assinar, em 1890, nas páginas da *Gazeta de Notícias*, os capítulos de O Esqueleto – mistérios da Casa de Bragança. A autoria do romance seria revelada ainda naquele ano por Arthur Azevedo na sua coluna “Flocos”, do *Correio do Povo*. Contudo, o codinome seria logo reapropriado pelos dois literatos, que acrescidos agora das colaborações de Aluísio Azevedo e Coelho Netto, produziram em seguida Paula Mattos ou o Monte de Socorro. Em 1891, Aluísio Azevedo assumiria individualmente o uso de “Victor Leal” para escrever A Mortalha de Alzira. Cf. Raimundo Magalhães Jr. Olavo Bilac e sua época; RJ: CEA, 1974. pp.127-132.

Apesar desses três romances estarem já há muito tempo incorporados às Obras Completas de Aluísio Azevedo, recentemente veio a público a primeira edição de O Esqueleto em que os nomes de Pardal Mallet e Olavo Bilac estão estampados na capa. Ver [Olavo Bilac e Pardal Mallet] Victor Leal. O Esqueleto – mistérios da Casa de Bragança; RJ: Casa da Palavra, 2000.

¹³ [Coelho Netto] Caliban. “Crônicas de Ontem”. *Cidade do Rio*, 13 de agosto de 1888. Além dessa coluna, que neste dia ficou excepcionalmente a cargo de um colega da redação, Emilio Rouéde ainda escrevia, sob o pseudônimo de Ômega, a série “Das Torrinhas”. Cf. [Emílio Rouéde] Ômega. “Das Torrinhas”. *Cidade do Rio*, 30 de maio de 1888. As crônicas assinadas por D. Quixote, contudo, não pertenciam a uma coluna específica, aparecendo umas poucas vezes no jornal sem a regularidade que caracterizaria as outras séries publicadas pela *Cidade do Rio*.

¹⁴ Cf. Leonardo Pereira. Op. cit. p.126; 133. Nesta obra, o historiador traça em detalhes a trajetória de Coelho Netto na *Cidade do Rio*, identificando e analisando a grande maioria dos textos publicados pelo literato naquele jornal.

Luís Murat, referenciado no artigo de Mallet como um metralhador de “estrofes guerreiras”, assinou entre julho e agosto um poema de grande fôlego intitulado Seara de Ruth, além de várias poesias esparsas que ilustrariam as páginas do jornal ao longo daquele ano.¹⁵ Embora não tenha sido possível identificar especificamente as colaborações de Paula Nei para a folha, sua presença na redação é frequentemente confirmada pelos colegas, sobretudo nos artigos que o felicitariam pelo aniversário, em 1888 e no ano seguinte.¹⁶

Contudo, a identidade que unia naquele momento Pardal Mallet, Coelho Netto, Bilac, Luís Murat e Paula Nei ao redor de José do Patrocínio, na redação da *Cidade do Rio* sofreria abalos significativos frente ao acirramento do conflito entre o diretor do jornal e o partido republicano, ocasionando uma momentânea divisão do grupo.

Embora o debate em torno da indenização ainda fermentasse¹⁷, ele ficaria em um segundo plano no confronto entre José do Patrocínio e os propagandistas republicanos frente aos novos atritos decorrentes da criação de uma associação de libertos comprometidos com a defesa da Princesa Isabel: a Guarda-Negra Redentora. Como o jornalista era acusado pelos seus adversários políticos de ser um de seus inspiradores e chefe natural, a atuação da Guarda esteve no cerne de uma grave polêmica travada logo no início de 1889 entre Patrocínio e Quintino Bocaiúva, então diretor de *O Paiz*.

¹⁵ Cf. por exemplo os poemas, Inspiração e Passeio no Bambual, publicadas respectivamente em 10 de março e 22 de setembro de 1888 na *Cidade do Rio*.

¹⁶ Cf. neste sentido, Paula Nei, *Cidade do Rio*, 2 de fevereiro de 1888 e 2 de fevereiro de 1889. Vale notar que embora não tenham sido citados por Pardal Mallet, Guimarães Passos e Aluísio Azevedo, também tinham seus textos vez ou outra estampados no jornal. Coincidentemente, no dia 12 de setembro de 1888, a *Cidade do Rio* trazia na sua segunda página uma poesia de Guimarães Passos, intitulada Simplicidades e uma narrativa de Aluísio Azevedo, D. Esther – recordações de vinte anos.

¹⁷ Em meados de setembro de 1888, José do Patrocínio inicia uma série de conferências públicas contra os “republicanos-escravocratas”. Os discursos proferidos em diversos teatros do Rio de Janeiro condenando a indenização transcritos logo em seguida nas páginas da *Cidade do Rio*. Cf. por exemplo, “Conferência Política”. *Cidade do Rio*, 24 de setembro de 1888.

Na verdade, o estopim entre os dois jornalistas foi aceso por um artigo de Rangel Pestana, de *A Província de São Paulo*, publicado justamente n' *O Paiz*.¹⁸ Nesse texto, o propagandista paulista critica avidamente o violento confronto ocorrido ainda no dia 30 de dezembro entre indivíduos da Guarda-Negra e republicanos fluminenses. Segundo as notícias do dia seguinte, um grupo calculado em cerca de trezentos a quatrocentos indivíduos teria invadido a pedradas e navalhadas o prédio da Sociedade Francesa de Ginástica, localizado no largo do Rocio, onde estava sendo realizada uma conferência republicana presidida por Silva Jardim. Mesmo após a chegada da polícia, que dispersou com dificuldades a confusão, outros pequenos distúrbios seguiram-se durante o resto do dia nos arredores centrais da cidade. Um deles deu-se justamente defronte ao prédio onde ficava a redação de *O Paiz*, que foi atacada a pedradas sob os gritos de “morra Quintino!”¹⁹

Contudo, segundo o noticiário da *Cidade do Rio*, que publicou o boletim policial, os feridos do conflito eram mais de trinta, “quase todos homens de cor” atingidos por arma de fogo.²⁰ É preciso questionar, portanto, o teor do discurso divulgado em jornais como *O Paiz* sobre o confronto. Se os libertos invadiram a conferência a pedradas, certamente foram recebidos à bala, num indício de que os republicanos foram preparados para um possível embate.

¹⁸ Rangel Pestana. (D' A Província de São Paulo), “A Ingratidão de Judas”. *O Paiz*, 4 de janeiro de 1889. *A Província de São Paulo*, fundada em 1875, era um dos mais representativos jornais republicanos naquele momento. Além disso, teria o objetivo de ser o órgão de propaganda oficial do Partido Republicano Paulista, o PRP. Desde a época de sua fundação, Rangel Pestana era um dos principais redatores da folha. Cf. Elciene Azevedo. Orfeu da Carapinha. A Trajetória de Luiz Gama na Imperial Cidade de São Paulo. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p.161.

¹⁹ Cf. “Graves Conflitos”. *O Paiz*, 31 de dezembro de 1888.

²⁰ *Cidade do Rio*, 31 de dezembro de 1888.

Em seu artigo, Pestana acusava primeiramente a complacência do governo imperial em relação às atividades da Guarda-Negra:

“Um fato que deve ter envergonhado o ministério 10 de março, e em que outro país o comprometeria seriamente no conceito público, é o ataque brutal ao *Paiz* e especialmente ao ilustre jornalista Quintino Bocaiúva, a quem ameaçaram de morte em honra da Monarquia e com o benévolo apoio do governo à bela instituição da *Guarda-Negra*, aquela mesma *Flor da Gente* que tem sido o traço característico da depravação e decadência moral do governo do Brasil (...) *O Paiz* foi a vítima dos masorqueiros fluminenses, dos defensores do trono de D. Izabel.”²¹

A associação feita pelo autor entre a Guarda-Negra e a Flor da Gente, antiga malta de capoeiras que fez fama no cenário político imperial, sobretudo no início da década de 1870, aliada principalmente aos interesses do partido conservador²², deixa clara a intenção de Pestana em caracterizar essa milícia de ex-escravos, formada logo após o 13 de maio, em capangagem política a serviço do trono e do gabinete chefiado pelo ministro João Alfredo.

De fato, segundo a lembrança de Emílio Rouéde, a idéia de se criar uma associação com o título de Guarda-Negra Redentora, teria se dado em sua própria casa com a participação de vários libertos. Com a premissa de dedicação exclusiva à defesa da Princesa Izabel, ela teria sido motivada pelo manifesto vindo de São Paulo dos fazendeiros “neo-republicanos” e cuja palavra de ordem era “às armas! Guerra em todos os sentidos ao terceiro reinado”:

²¹ Rangel Pestana. Op.cit.

²² Cf. Carlos Eugênio Líbano Soares. “Negregada Instituição”. *Os Capoeiras no Rio de Janeiro (1850-1890)*: Dissertação de Mestrado em História Social. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1993. Ver sobretudo o capítulo V: “Da Flor da Gente a Guarda-negra: os capoeiras na política imperial.” pp.260-340. O objetivo do historiador ao analisar a atuação da “Flor da Gente”, conhecida malta de capoeiras que dominava a Freguesia da Glória durante a década de 1870, é “demonstrar que o papel exercido por esses grupos era fruto de uma opção política. Uma opção moldada por uma experiência social e cultural específica (...) alimentada por uma ânsia de participação no processo político e por uma visão política própria muito especial.” Na verdade, Carlos Eugênio contesta as interpretações que tentam encontrar linhas deterministas de evolução nas ações políticas das camadas populares, imprimindo às suas motivações sentimentos primitivistas. Idem, idem. pp. 260-277.

“Ninguém ignora que a consequência deste grito foi a reunião em minha casa, onde vários libertos juraram defender *materialmente* a santa mulher que lhes havia dado os direitos de cidadania.

Tenho a satisfação de haver sido um dos primeiros, senão o primeiro que (...) se separou do programa de S. Paulo.”²³

Na divulgação que daria a tal evento, a *Cidade do Rio* publicaria o estatuto que procurava legitimar, sob os olhos públicos, a Guarda-Negra como uma agremiação política, com um programa de ação organizado, eleições internas de sua diretoria, e uma rede de alianças que previa incorporação da Confederação Abolicionista e da imprensa em geral para a sua divulgação em outras províncias.²⁴

Desponta, neste sentido, uma Guarda-Negra bastante diferenciada dos “masorqueiros fluminenses” identificados por Pestana em seu artigo. Segundo a interpretação do historiador Carlos Eugênio L. Soares, havia na verdade dois projetos de Guarda-Negra sendo gerenciados na segunda metade de 1888. O primeiro, o dos abolicionistas representados por Emílio Rouède e Patrocínio, buscava a incorporação dos libertos na sociedade, numa tentativa de resguardar e lutar pelos interesses dos “novos cidadãos”. E um segundo, ligado ao gabinete João Alfredo, que procuraria repetir a fórmula empregada pelos conservadores no início de 1870 e formar uma milícia clandestina de ruas, que, aos moldes da Flor da Gente, pudesse espalhar terror entre os republicanos, seus atuais adversários políticos, além de poder ainda incorporar parte representativa das camadas populares ao seu círculo de influências.²⁵

²³ Emílio Rouède. “Os Libertos”. *Cidade do Rio*, 26 de abril de 1889.

²⁴ Cf. *Cidade do Rio*, 10 de julho de 1888.

²⁵ Carlos Eugênio L. Soares. Op. cit. pp. 330-331. Segundo o historiador, a “Flor da Gente” teve uma participação decisiva na vitória dos conservadores em 1872, vista pelos contemporâneos como uma façanha pessoal do deputado Duque-Estrada, um “entusiasta da capoeira”. Carlos Eugênio descreve detalhadamente a atuação desta malta na época das eleições: “As relações entre a ‘Flor da Gente’ e seu ‘chefe’ eram marcadas por uma troca de favores. Nos dias de eleição a malta se acercava do local de votação, fosse na matriz da

Contudo, num artigo sobre o mesmo tema, Flávio dos Santos Gomes inverte a perspectiva de análise sobre a atuação da Guarda-Negra na Corte.²⁶ Para além das duas versões construídas na época para justificar a sua criação, o autor busca na lógica dos próprios libertos outros elementos que possam explicar o confronto de 30 de dezembro de 1888. Segundo ele, entre o uso político por republicanos e monarquistas nas demonstrações de hostilidades dos libertos à propaganda pelo novo regime, poderia haver uso político também “por parte dos ex-escravos, que podiam ver naqueles ataques ao Império possíveis reversões, pelo menos do ponto de vista jurídico, de sua situação social, conquistada com o 13 de maio.” — cujo cerne estaria na questão da indenização, a qual pode ter cheirado muitas vezes também “à reescravização”.²⁷ Como bem caracterizou o historiador, flagrava-se um contexto de conflito em que o “não quero dos libertos” foi gritado mais alto

O artigo de Flávio dos Santos Gomes é pertinente, neste sentido, pois aponta que enquanto Patrocínio e alguns dos principais propagandistas do novo regime polemizavam na imprensa, nas ruas do Rio de Janeiro a defesa de posições políticas diferenciadas se dava “no braço” entre libertos e militantes republicanos. Fiquemos por aqui com o primeiro embate.

Naquele artigo de janeiro de 1889, Rangel Pestana não poupava munição a José do Patrocínio Ao acusá-lo de ser o inspirador da Guarda-Negra, cabia a ele portanto responder pela represália sofrida por Quintino Bocaiúva. Para apontar o despropósito do

Glória, ou em outras freguesias, e hostilizava votantes sabidamente adversários, numa atuação claramente pré-estabelecida. Em tempos normais podia contar com a proteção do seu chefe político para suas atividades, como o controle informal de áreas da freguesia ou o uso da violência contra malhas contrárias.” Idem, idem. p. 279; 288.

²⁶ Flávio dos Santos Gomes. “No meio de águas turvas (Racismo e Cidadania no alvorecer da República: A Guarda Negra na Corte. 1888-1889); *Estudos Afro-Asiáticos*: RJ (21): 75-96, dezembro de 1991.

²⁷ Idem, idem. p.78.

ataque, o autor procuraria ressaltar em seu texto a atuação do diretor de *O Paiz* durante a campanha abolicionista, afirmando ter a Confederação recorrido diversas a Quintino “quando precisaram de um brasileiro com autoridade e querido pelo povo” para discursar nos *meetings* :

“Pois bem, é esse o brasileiro a quem a *Guarda-Negra*, a bela criação de José do Patrocínio e gloriosa instituição acariciada pelo primeiro ministro da Regente, ameaçou aos gritos: — *Morra Quintino!*

(...) Vamos, senhores, mais uma esmola ao Judas! A condescendência dos contribuintes a permite.”²⁸

A referência ao personagem bíblico, afamado por ter traído Cristo por trinta moedas de ouro, deixa claro o teor dos ataques de Pestana contra seu adversário. Patrocínio era um traidor que vendera seus ideais políticos aos interesses do trono imperial, aliando-se a ele na luta contra os propagandistas republicanos, enquanto devia estar orientando os da sua raça:.

“O vendilhão que marcou a única qualidade aproveitável que apresentava para distinguir entre os seus contemporâneos — a de ser um negro de talento, compreende bem que a autoridade de Quintino Bocaiúva é imensa nesse país, e que o povo (...) ouve com muita atenção sua palavra.

E aquele tipo que devia dirigir os homens de sua raça, dando-lhes elevação moral, ensina-lhes que a ingratidão é a melhor recompensa da raça infeliz para com aqueles que cometeram atos de heroísmo e de verdadeira abnegação com o fim de libertá-la.”²⁹

Colocando em pauta a questão da cor, Pestana desloca para o âmbito do conflito racial as motivações que ocasionaram o confronto do dia 30 de dezembro. Incapaz de perceber qualquer teor político nas ações recentes dos libertos, o propagandista confere a essas um caráter de irracionalidade, pois se resumia a um sentimento de vingança de negros contra brancos. Nesta avaliação, os primeiros estariam ainda sob a manipulação de

²⁸ Rangel Pestana. Op.cit.

²⁹ Idem, idem.

Patrocínio — este sim com interesses políticos — cujo único elemento diferenciador entre os seus, era o de ser “um negro de talento”.

A réplica do jornalista foi imediata. No mesmo dia 4 de janeiro, aproveitando-se que sua folha era vespertina, publicaria a primeira parte de sua resposta. Para ele o confronto fora declarado. A isenção de Quintino Bocaiúva na autoria do artigo não o eximiria, contudo, de estar no centro do contra-ataque elaborado pelo líder negro. Os parágrafos iniciais dariam o tom exato da forma como Patrocínio elaborara seu texto:

“O Sr. Quintino Bocaiúva, certo de que pela sua decadência intelectual e pelas falhas de sua vida, não pode travar luta jornalística comigo, escondeu-se por detrás de — *A Província de S. Paulo*, velha cadela, que viveu sempre das sobras do rancho dos piratas de barrete frigio.

Editando os insultos que me foram atirados por essa mediocridade empapelada que se chama Rangel Pestana, magro bode branco, gasto ao cio dos pastos de fazenda, o Sr. Quintino Bocaiúva assumiu a responsabilidade do artigo que pretende infamar-me.”³⁰

Neste artigo, Patrocínio concentra-se sobretudo em refutar as acusações de “vendilhão” e “useiro”, lançadas por Pestana, justificando ser naquele momento “paupérrimo” e tendo vivido até então unicamente da “exploração dolorosa e árdua da [sua] inteligência”:

“Eu saquei sobre meu crédito e contraí dívidas extraordinárias para poder sustentar a campanha da imprensa, que se estendeu desde 1881 a 1888, por minha conta nos jornais que dirigi.

(...) *A Cidade do Rio* tem vivido da magnimidade de grande parte de seus empregados, e do heroísmo e desinteresse de um grupo de homens de bem que aumentam sua dedicação à medida dos meus sofrimentos.

(...) O que o ministério me tem dado é o mesmo que dá a toda a imprensa: as suas publicações que não sei se tem avultado mais na caixa do *O Paiz* do que na *Cidade do Rio*.

³⁰ José do Patrocínio. “À ponta de pena”. *Cidade do Rio*, 4 de janeiro de 1889. Segundo Elciene Azevedo, a utilização do termo “bode” funcionava como uma categoria de cor para o Rio de Janeiro, “indicando pejorativamente escravos de ascendência negra e mulata. Cf. Elciene Azevedo. Op. cit. p. 48. Ao chamar Pestana de “bode branco”, Patrocínio invertia a insígnia usada para denominar os negros numa tentativa de insultar o adversário de uma forma que carregava significados sociais muito fortes ligados à discriminação racial.

Os Rangeis e Quintinos, porém, propalam que eu recebo mundos e fundos e mandam espalhar por toda a parte que se prepara emprego de grande renda para mim.”³¹

Depois de procurar esclarecer de onde proviriam seus rendimentos e os de seu periódico, o jornalista retoma o debate anteriormente estabelecido sobre a questão da indenização pela qual se bateram os ex-proprietários de escravos, agora “neo-republicanos”, e pela qual se colocara em posição firmemente contrária desde o início da campanha abolicionista. Seria por essa postura que alguns membros do partido republicano, como Pestana e Quintino, “recorreram a difamação”:

“Fui, porém, surpreendido pela grita de uma propaganda que ameaçava destruir pela indenização, a obra imortal do 13 de Maio.

O meu lema desde o primeiro dia em que me apresentei ao público, foi sempre — abolição imediata e sem indenização. Os escravistas reclamavam esta; eu conservei-me na imprensa para resistir-lhes.

(...) Do mesmo modo que antes havia flagiciado os republicanos, que não queriam medir sua bandeira pela abolição, fiz da pena um látigo para castigar os mercadores da democracia que inscreviam em sua bandeira a indenização, a pirataria. (...) Que os meus golpes iam-lhes ao coração prova o ódio que me votam.”³²

Desde os primórdios de sua organização partidária, no início da década de 1870, a questão do trabalho escravo sempre foi um divisor de águas entre os republicanos. Em 1873, o recém-fundado Partido Republicano Paulista (PRP) se reuniria formalmente para a aprovação de um manifesto que objetivava justamente desvincular a campanha republicana da abolicionista. Várias vozes se levantaram contra essa postura, entre elas a de Luís Gama, membro do partido e já uma referência destacada por sua luta contra a escravidão. Causando grande constrangimento aos seus correligionários, ele faria um

³¹ José do Patrocínio. “À ponta de pena”. Cidade do Rio, 4 de janeiro de 1889.

³² Idem, idem.

caloroso discurso, diante de inúmeros fazendeiros, pela abolição completa, imediata e incondicional da escravidão.³³

O protesto de Luís Gama flagra a divergência fundamental estabelecida entre os abolicionistas-republicanos no interior do partido. Não querendo afastar as adesões de fazendeiros à causa, os principais propagandistas do novo regime optaram por uma postura moderada frente à questão da escravatura e defenderam a passagem lenta, gradual e indenizada da mão-de-obra escrava à livre.³⁴ A questão da indenização, portanto, já era uma prerrogativa do Partido Republicano desde o início da década de 1870, não se constituindo em nenhuma novidade quando a polêmica foi estabelecida logo após o 13 de maio.

Recorrendo a esse debate na organização de seus argumentos, Patrocínio agarra-se aquilo que identifica como um traço irrefutável de sua trajetória política: a coerência com a qual tem pautado sua atuação pública até aquele momento — numa tentativa clara de desarticular as críticas que vinha recebendo dos seus correligionários:

“(...) eu tinha por mim um passado de firmeza e intransigência, ao passo que eles tinham o mais triste passado de tergiversações e dobrez. (...) eu neguei aos Rangeis e Quintinos a capacidade de diretriz de que precisa o partido republicano; eles não podiam negar o seu erro político, abstendo-se da responsabilidade da propaganda abolicionista, fizeram-me a guerra covarde e traiçoeira de calúnia anônima.”³⁵

Profundamente afetado em seus princípios, o líder negro terminaria seu artigo em um tom de ameaça, fazendo a entrever que o assunto estava longe de ser encerrado por ali:

³³ Cf. Elciene Azevedo. Op. cit. No capítulo intitulado “Sonhos Republicanos”, a historiadora problematiza a atuação de Luís Gama no interior do partido e o teor das relações travadas entre ele e seus correligionários naquele momento. Segundo ela, ao divergir firmemente do perfil que os principais propagandistas traçavam para o movimento republicano, esforçando-se em desvinculá-lo do abolicionismo, Gama obedeceria a uma lógica de atuação muito particular na divulgação de seus ideais, tanto em prol dos escravos como na luta pelo novo regime. Idem, idem. pp.139-188.

³⁴ O manifesto que explicitava essa postura foi aprovado no Primeiro Congresso do Partido Republicano, realizado em 2 de julho de 1873 na cidade de São Paulo. Cf. Elciene Azevedo. Op. cit. p. 139.

³⁵ José do Patrocínio. “À ponta de pena”. *Cidade do Rio*, 4 de janeiro de 1889.

“O Sr. Quintino Bocaiúva fez mal em editar as torpezas d’ *A Província de S. Paulo*. Veio dar-me ensejo de justificar-me plenamente aos olhos dos meus concidadãos e de demonstrar que o vendilhão, useiro e veseiro, é ele que se estreitou na imprensa a defender uma companhia de seguros de vida de escravos, da qual recebia salário, e que não passava de uma vergonhosa armadilha à ingenuidade dos senhores.

Eu vou fazer a biografia do Sr. Quintino Bocaiúva; com subsídios republicanos, e com outros que a memória pública registrou.

Veremos quem é o Judas, se é o pobre diabo que tem vivido sempre por si, ou o Catão engomado, que surge sempre de dentro de uma burra de milionário.”³⁶

Estaria reservado para o dia seguinte, num artigo seqüente, aquilo que parecia tê-lo afrontado com maior intensidade, ou seja, a menção de Pestana de que seria Quintino Bocaiúva quem deveria receber as manifestações de gratidão pela obra da Abolição, graças a sua dedicação à campanha contra a escravatura.

Objetivando deslegitimar a participação de seu adversário durante a campanha abolicionista, José do Patrocínio acionaria neste texto alguns episódios da trajetória política do propagandista republicano que anularia quase por completo sua atuação antes do 13 de maio, como era a intenção do jornalista. Um dos argumentos, por exemplo, vai de encontro à carreira de Quintino na imprensa. Invertendo a insígnia de vendilhão que lhe fora lançada, Patrocínio o acusa de só ter se manifestado publicamente pela causa abolicionista quando “estava patente o seu próximo triunfo e quando o Sr. Visconde de S. Salvador de Matosinhos assegurou-lhe um salário para defender no *O Paiz* a causa dos escravos”.³⁷

Quanto à sua presença nos *meetings* e conferências abolicionistas, o jornalista é taxativo — Quintino teria falado “umas seis vezes”:

“A propaganda abolicionista não precisava do prestígio do Sr. Quintino Bocaiúva: pelo contrário, repartiu com ele o seu, que era enorme.

³⁶ José do Patrocínio. “A ponta da pena.” *Cidade do Rio*, 4 de janeiro de 1889.

³⁷ José do Patrocínio. “À ponta de pena”. *Cidade do Rio*, 5 de janeiro de 1889.

Quando o Sr. Quintino Bocaiúva se dignou a baixar de seu republicanismo até a propaganda da abolição, esta já havia forçado as portas do parlamento e tinha tornado obrigatório o respeito pelos seus principais representantes.

(...) Não precisava do Sr. Quintino Bocaiúva, para se impor a consideração pública, a tribuna em que já haviam falado Nicolau Moreira, Joaquim Nabuco, José Mariano, Antônio Pinto, Severino Ribeiro, Enes de Souza, Silveira Martins, Rui Barbosa...

O Sr. Quintino Bocaiúva não nos trouxe nenhuma força; foi mais um e nada mais.”³⁸

Embora se esforce em desqualificar a militância de Bocaiúva pela causa dos escravos, questionando suas verdadeiras motivações, Patrocínio é reticente em seus argumentos ao tratar das acusações de agressão inferidas à Guarda-negra. Ele reservaria poucas linhas sobre esse assunto:

“Eu sou um ingrato, porque a *Guarda Negra*, que supõem dirigida exclusivamente por mim, é gratuitamente responsabilizada pela agressão ao Sr. Quintino Bocaiúva; eu não seria um ingrato se ensinasse os negros a odiar a Princesa?! ”³⁹

O trecho é ambíguo. Ainda que não negue que tenha um contato particular com aquela organização, Patrocínio deixa entrever que outras lideranças estariam articuladas na atuação da Guarda naquele momento. Em seguida, se ele não se empenhe muito em refutar as responsabilidades atribuídas à milícia de libertos no ataque a Quintino, também não faz qualquer referência ao incidente inicial do confronto ocorrido na conferência republicana presidida por Silva Jardim. Em confluência com esses elementos, o jornalista justifica ainda mais uma vez sua postura em defesa da Princesa Izabel.

Patrocínio provavelmente estava a par da manifestação que protestaria contra o encontro republicano em frente ao prédio da Sociedade Francesa de Ginástica e tentava, portanto, esboçar uma versão racional das as ações recentes dos libertos contra os

³⁸ José do Patrocínio. “A ponta de pena”. *Cidade do Rio*, 5 de janeiro de 1889.

³⁹ Idem, idem.

republicanos: era a reação legítima contra uma propaganda que afrontava a obra da Abolição, legalizada pela Princesa Isabel.

Frente a esse contexto que se firmava cada vez mais como um confronto direto entre José do Patrocínio e os principais propagandistas republiacanos, os literatos que compunham a tropa da redação na *Cidade do Rio*, tomariam posições diferenciadas. Embora partilhassem da mesma postura de seu líder quanto à questão da indenização e repudiassem as adesões de ex-proprietários às hostes republicanas, deveriam encarar com bastante desconforto as manifestações de gratidão expressas por Patrocínio na grande maioria dos seus textos. Na projeção daqueles jovens escritores, a obra da abolição teria sido fruto de um trabalho militante empenhado por eles e, onde o talento teria ocupado um lugar de destaque na luta contra a escravidão. Ao atribuir à Princesa e aos esforços do gabinete chefiado por João Alfredo, a responsabilidade pela libertação dos escravos, Patrocínio colocava em segundo plano toda a campanha em que ele e seus seguidores se bateram nos anos anteriores, o que deve ter incomodado com mais pertinência o grupo de escritores.

Sem necessariamente romper com o antigo líder, mas vendo agravar-se os conflitos entre a *Cidade do Rio* e o partido republicano, Coelho Netto se desligaria da redação do jornal ainda em 4 de janeiro de 1889 — data em que aparece sua última participação na folha antes de ir trabalhar em outros periódicos fluminenses.⁴⁰

Pardal Mallet, então secretário de *A Cidade do Rio*, e responsável pela coluna “Coisas do Dia” desde o início do ano, ainda se esforçaria em defender Patrocínio dos

⁴⁰ A princípio, Coelho Netto ingressaria quase que simultaneamente em dois jornais, *O Município Neutro* e o *Novidades*. Poucos meses depois, em março de 1889, o escritor estaria na redação do *Diário de Notícias*, sob a direção de Rui Barbosa, onde ficaria até agosto daquele ano. Cf. Leonardo Pereira. *Sonhos de Conquistador*. Op. cit. pp.138-140.

recentes ataques. Ao comentar um artigo saído ainda no dia 7 de janeiro daquele ano no *Diário de São Paulo* — segundo o qual seu chefe seria “o último negro que se vendera no Brasil” — o literato responderia ironicamente:

“Com mais três séculos de propaganda republicana, o Brasil surta em realidade àquele romance de Júlio Verne, cujo título não me ocorre agora, mas no qual um sábio canaliza gás hilariante por uma cidade inteira.

Se não fosse o talento inconcusso de meia dúzia de rapazes, afirmando a pujança intelectual da nossa mocidade, o espetáculo que atualmente se observa ocasionaria sentimento muito diverso. Haveria direito de acreditar que a cerebração brasileira dissolvia-se num deliquio de imbecilidade.

Felizmente estão aí muito patentes e manifestas as provas do valor intelectual da nova geração.”⁴¹

Tomando o cuidado em deixar claro que não teria abandonado seus ideais republicanos, Mallet procura marcar muito bem a diferenciação que o distinguiria e a seus amigos daqueles a quem chama de “velha geração republicana”: o talento.

Confiante nessa concepção militante da literatura que, naquele momento era divergente da seguida por Patrocínio, pois o aproximava do regime monárquico, Mallet romperia definitivamente com a *Cidade do Rio* meses depois, datando de 13 de março sua última aparição na folha. De sua coluna ele anunciaria a sua saída para o público:

“Firme nos seus princípios revolucionários e na causa comum que faz com os oprimidos, o escritor destas linhas não se deixou entretanto arrastar por entusiasmos de momento.

(...) Feneceram as esperanças e, daquelas flores sentimentais que a *Cidade do Rio* se habituara a espargir sobre o ministério, ficaram apenas saudades com que se entretece a coroa dos mortos.

Acima da religião individualmente tributada, aqueles que concorreram para a realização dos nossos ideais, está o interesse da pátria que faz estátuas para os seus grandes filhos, mas que não pode deter a sua marcha na contemplação mística dos bronzes impassíveis.”⁴²

⁴¹ [Pardal Mallet] Fulano de Tal. “Coisas do Dia”. *Cidade do Rio*, 9 de janeiro de 1889.

⁴² [Pardal Mallet] Fulano de Tal. “Coisas do Dia”. *Cidade do Rio*, 13 de março de 1889.

No fragmento, Mallet referencia claramente as motivações que o estariam levando a desligar-se da redação da folha: não continuaria compactuando com o apoio expresso pelo jornal ao ministério João Alfredo e à Princesa Izabel, mesmo que tenham legalizado a obra abolicionista e concretizado assim as suas aspirações políticas. Passados os entusiasmos da véspera, a militância deveria continuar e, naquele momento, as suas projeções esbarravam frontalmente com o encaminhamento político que a *Cidade do Rio* insistia em sustentar.

Numa postura bastante diferenciada daquela que expressou por ocasião do aniversário do jornal, em que os membros da folha estariam firmemente unidos em torno do lema, “um por todos e todos por um”, Mallet fugia à regra colocada por ele num momento em se batiam contra a indenização defendida por alguns propagandistas republicanos. Naquele momento, contudo, ao expressar que não compartilhava mais dos mesmos interesses políticos de Patrocínio, o literato acaba apontando os limites da identidade que o reuniu e aos seus amigos na redação da *Cidade do Rio* durante o ano anterior.

A sua saída da redação do jornal ganharia ainda contornos de um rompimento explícito e nada amigável com o seu líder de outrora. Dois dias após a publicação do artigo de Pardal Mallet nas páginas da *Cidade do Rio*, José do Patrocínio viria a público expressar a sua indignação com o acontecido. Embora esclarecesse que, a princípio, tivesse entendido o texto como uma despedida amistosa, surpreendeu-se ao receber um telegrama do literato naquele mesmo dia, com os seguintes termos: “*Rompi por oposição.*”⁴³

A indignação do jornalista é latente. Estupefato, ele afirma não ter suspeitado que houvesse da parte do amigo “a intenção de romper”, quando leu o seu “notável artigo

⁴³ José do Patrocínio. “Resposta”. *Cidade do Rio*, 15 de março de 1889.

de terça-feira.” Patrocínio, contudo, compra a briga e finaliza sua “Resposta” citando um provérbio árabe, o qual diz manter num distico pregado defronte a sua mesa de trabalho:

“Deus me livre dos meus amigos, porque eu sei defender-me dos meus inimigos.”⁴⁴

Entretanto, Pardal Mallet não foi solitário em seu rompimento com Patrocínio. De acordo com a atitude do amigo e em comunhão com os ideais republicanos, Olavo Bilac e Luís Murat deixaram a folha no mesmo dia que ele. Não demorou mais que algumas semanas para que esses literatos articulassem um novo projeto, fundando, dirigindo e escrevendo em conjunto, o semanário *A Rua*. Eles contariam ainda com uma companhia de peso na divulgação de seus ideais, Raul Pompéia, que deixava momentaneamente a *Gazeta de Notícias*.

A Rua

O primeiro número de *A Rua* veio a público no dia 13 de abril de 1889. No cabeçalho, as informações convencionais: Diretor-Proprietário: Pardal Mallet; Redatores: Luís Murat, Olavo Bilac e Raul Pompéia; Gerente: Belmiro Salgado. Logo abaixo, a apresentação:

“*A Rua* foi feita para o trânsito semanal dos homens, das idéias e dos acontecimentos”.

Ela só aceita colaboração quando a encomendar, e mediante ajuste prévio.

Tem o propósito de colecionar em livros as *Poesias* e os *Contos* que publicar.

Agradece a seus confrades de imprensa as gentilezas que lhe dispensaram noticiando o seu aparecimento.”⁴⁵

⁴⁴ José do Patrocínio. “Resposta”. *Cidade do Rio*, 15 de março de 1889.

⁴⁵ *A Rua*, 13 de abril de 1889. Ao anunciar o aparecimento de *A Rua*, a *Cidade do Rio* cumpre as formalidades, apesar do rompimento dos seus redatores com Patrocínio: “A interessante revista, que será o modelo das folhas desse gênero, está destinada a fazer um sucesso extraordinário no nosso pequeno mundo

O semanário, que saía aos sábados, tinha um formato pequeno. Três colunas de texto estampavam as sete ou oito páginas que, em média, davam forma à folha, sendo a última reservada para os anúncios, com indicadores profissionais e reclame de produtos. Naquele dia número de estréia, *A Rua* já continha as seções cronísticas que, com poucas variações seguiram-se até a sua extinção, três meses depois.⁴⁶

Pela pena de Pardal Mallet, os editoriais vinham a público subscritos por Souvarine, intelectual russo revolucionário, personagem de Germinal, romance de Émile Zola.⁴⁷ O literato também escrevia a seção “Coisas lá de Riba”, a qual assinava Fulano de Tal, retomando desta maneira o pseudônimo que usou durante o período em que estava na *Cidade do Rio*.

Olavo Bilac era o responsável pela crítica teatral, assinando Notívago à coluna “Pelos Teatros”.⁴⁸ Em um de seus comentários sobre a apresentação de uma peça, o cronista acaba deixando pistas de que seria também Arlequim, das “As Alegrias da

literário. *A Rua* não será exclusivamente literária: terá também seções políticas, científicas, etc. Será uma *Rua* em que terão trânsito todas as modalidades do pensamento humano e que há devir muito além das expectativas, passando triunfalmente pelas ruas da cidade, no meio da admiração pública.” *Cidade do Rio*, 12 de abril de 1889. Cf. também “A Rua”. *Cidade do Rio*, 13 de abril de 1889.

⁴⁶ As cópias microfilmadas do semanário foram pesquisadas no Arquivo Edgar Leuenroth (AEL), da Unicamp. Contudo, a coleção está incompleta, faltando o número 6 (18 de maio de 1889) e 14-17. Acredito que nesse intervalo de quatro edições a periodicidade de publicação de *A Rua* se modificou de sete para três ou quatro dias, pois o seu último número, 18, saiu no dia 18 de julho. Se o intervalo inicial tivesse sido seguido, este corresponderia especificamente a 10 de agosto de 1889.

⁴⁷ Germinal é o título do sétimo volume da série Os Rougon-Macquart – história natural e social de um família no Segundo Reinado, escrita entre 1871-1893 por Émile Zola (1840-1902). Publicada em 1885, esta obra narra a história de uma comunidade de trabalhadores franceses e a sua luta contra a exploração de seu trabalho nas minas. Os conflitos com os patrões são interpretados pelo autor com a deflagração da luta de classes entre o proletariado e a burguesia. Émile Zola. Germinal; SP: Abril Editora, 1972. (1885). A identidade do pseudônimo é revelada por Raimundo Magalhães Jr. Olavo Bilac e sua época; RJ: CEA, 1974. p.114.

⁴⁸ Cf. Raimundo Magalhães Jr. Op. cit. p.114.

Semana.”⁴⁹ Ele também publicaria sob o pseudônimo de L. Flaminio a série poética “Caro Victrix” (carne vitoriosa), de caráter licencioso.⁵⁰

De algumas outras séries publicadas no semanário não foi possível apontar a identidade de seus autores. Foi o caso, por exemplo, da seção “Tristezas da Semana”, assinada por Timão de Atenas⁵¹ e da coluna “Calçada Elegante”, de Franfre&Luche.⁵² É possível que estas duas séries fossem de Luís Murat ou Raul Pompéia, sem que isso descarte necessariamente a autoria de Bilac e Pardal Mallet, embora esses últimos já estivessem atarefados na redação de outras duas colunas cada um. Seja como for, aquele primeiro número de *A Rua* trazia, além dos textos já citados, uma crítica de Murat ao livro Contos Possíveis, de Arthur Azevedo e um conto de Raul Pompéia⁵³, destacando ainda a

⁴⁹ Refiro-me a uma passagem em que o literato comenta sobre três moças que durante o intervalo de peça folheavam *A Rua*. Ao espionar as “belas leitoras”, ele constataria que uma delas lia “As Alegrias da Semana”: “Fui verificar. Pela porta entreaberta da frisa vi que a formosa morena devorava, com um sorriso, a crônica de *Arlequim*. *Arlequim* agradece, minha senhora.” [Olavo Bilac] Notívago, “Pelos Teatros”. *A Rua*, 25 de maio de 1889. O uso desse pseudônimo é confirmado ainda por J. Galante de Souza. “Olavo Bilac e seus pseudônimos”, in: Machado de Assis e outros estudos; RJ: Livraria Editora Cátedra/INL, 1979. p.46. Este autor também informa que foi Guimarães Passos quem referenciou tal informação na biografia que elaborou de Bilac, publicada no número 13 de O Álbum (março de 1893). Idem, idem.

⁵⁰ Cf. respectivamente [Olavo Bilac] L. Flaminio. “A Lição”, “Eterna” e “Ídolo de Ouro”. *A Rua*, 20 de abril; 27 de abril; 8 de junho de 1889. Sobre o caráter licencioso dos versos, ver Raimundo Magalhães Jr. Op. cit. pp.114-118.

⁵¹ Em uma contraposição às “Alegrias da Semana”, de Bilac, esta série foi apresentada pelo seu autor como “uma espécie de Via-Dolorosa”, cujo objetivo seria “ver tudo pelo lado mal e triste”. Timão de Atenas, “As Tristezas da Semana”. *A Rua*, 13 de abril de 1889.

⁵² Essa era uma coluna aparentemente de crônicas leves e mundanas, cuja preocupação maior de seu(s) autor(es) seria apresentar e discutir as impressões sobre as damas elegantes que passavam sob seus olhos durante a semana. Cf. Franfre&Luche, “Calçada Elegante”. *A Rua*, 13 de abril de 1889.

⁵³ Cf. respectivamente [Luís Murat] L. M. “Os Contos Possíveis”. *A Rua*, 13 de abril de 1889; e [Raul Pompéia] (?) “Uma Ambição”. *A Rua*, 13 de abril de 1889. Este pseudônimo usado por Pompéia é identificado num dos volumes de suas Obras, que reúne algumas das crônicas e contos publicados por ele no semanário. Cf. Raul Pompéia. Obras (org. Afrânio Coutinho); RJ: Civilização Brasileira, 1982. Vol. VIII (Crônicas 3). pp. 355-361.

presença excepcional de Coelho Netto, Guimarães Passos e Arthur Azevedo na estréia do semanário dos amigos.⁵⁴

No editorial de estréia, Pardal Mallet já expressaria o tom incendiário com o qual construiria seus textos dali em diante. Sob o título de “Os novos problemas”, o escritor concentra-se em apresentar aquilo, que no seu entendimento, seriam as dificuldades que estariam emperrando marcha natural dos acontecimentos que traria o progresso da nação. Segundo ele, a atualidade brasileira assemelhava-se a uma comédia, onde os personagens políticos, tanto os veteranos como “a gente nova”, andavam “às tontas” numa anarquia de idéias e projetos, cuja causa imediata teria sido a obra da Abolição:

“Tudo isso – a imperícia dos recrutas que não podem encontrar quem lhes ensine bem a manobra moderna e a relutância conservadora dos veteranos embrutecidos na velha tática, tudo isso promanou da lei de 13 de Maio, que foi o grande cataclisma social, e é o ponto de partida obrigatório para todas as construções do futuro.”

(...) Filha de uma propaganda que especializava a fórmula de Proudhon e que gritava – *a escravidão é um roubo!* – a lei redentora constituiu-se em vitória socialista na luta hedionda do trabalho contra o capital.

Ela consignou os princípios em nome dos quais o proletário se arregimenta para o assalto à sociedade, e solapou inteiramente essa nossa velha organização econômica que há de ruir ou hoje ou amanhã e cuja destruição completa é apenas questão de tempo.”⁵⁵

Diferenciando-se de maneira significativa da posição defendida por Patrocínio até então, segundo a qual os louros do 13 de maio deveriam ser lançados à Princesa e ao Gabinete João Alfredo, Mallet concebia a vitória abolicionista como resultante de uma propaganda radical, de uma campanha que atentou contra as instituições proprietárias e que por isso amalgamava os ideais socialistas. Na sequência, o literato aponta que a “consequência natural, o sucedâneo lógico da campanha de ontem”, portanto, seria a

⁵⁴ A participação desses escritores ficou restrita, contudo, a esta única edição do semanário. Cf. respectivamente Coelho Netto, “Zahuri”; Guimarães Passos, “Desespero”; Arthur Azevedo, “A minha carteira”. *A Rua*, 13 de abril de 1889.

⁵⁵ [Pardal Mallet] Souvarine. “Os novos problemas”. *A Rua*, 13 de abril de 1889.

propaganda socialista, “a guerra de extermínio às instituições burguesas tão fielmente representadas pelo pacatismo honesto e bem intencionado do Sr. Dr. Pedro II.” Mas, como bem explica em seguida, não estaria sendo essa a percepção dos políticos e dos militantes atuais. Se de um lado, estavam os monarquistas que não dispensam a “bastarda fidalguia dos Braganças” para a construção de uma nação futura, do outro estaria aquilo que denomina “panacéia republicana”, que embora apresente como seu primeiro aspecto a revolução, estariam apenas debatendo-se num “academicismo de princípios absolutos”. Faces da mesma moeda, portanto, segundo Mallet, tanto os defensores do trono como os republicanos congregariam conjuntamente “um mesmo sentimento conservador.”⁵⁶

Mas qual seria a proposta de Pardal Mallet?

Segundo ele, a diversidade de projetos políticos que naquele momento estariam sendo gerenciados exigiria uma solução radical, mas eficiente: o separatismo. O desmembramento do território brasileiro seria o primeiro passo para “uma campanha verdadeiramente revolucionária”, pois o país “não pode vazar-se num mesmo molde governativo sem ofensa direta aos princípios da equidade”:

“...desmembramento que satisfará às justas aspirações de cada partido litigante deixando ao mesmo tempo que cada parcela do Brasil antigo se eduque para concorrer dignamente ao conselho anfictiônico dos sul-americanos”⁵⁷

Partindo da premissa de que o desenvolvimento das partes do Brasil, teria sido desigual — consequência direta do seu passado colonial, o literato finalizaria seu texto definindo e explicitando bem as etapas pelas quais o país deveria passar para atingir o

⁵⁶ Cf. [Pardal Mallet] Souvarine. “Os novos problemas”. *A Rua*, 13 de abril de 1889.

⁵⁷ Idem, idem.

verdadeiro progresso e congregar assim, junto com os países vizinhos, uma grande potência sul-americana:

“Mas, para realizar industrialmente a grande unificação sul-americana, que só pode e só deverá inspirar-se nos ideais socialistas, é obrigatório anular primeiramente todas as forças absorventes e centralizadores, entre as quais máxima seria a do Brasil vinculado embora pelos laços federais apenas.

E por tudo isso, o programa dessa campanha que aspira à constituição definitiva da Humanidade e que só a conseguirá pela destruição do [...] só pode concretizar em uma fórmula:

DIVIDIR PARA UNIFICAR.”⁵⁸

Propaganda/campanha socialista, proletariado, separatismo, união sul-americana dos povos. Temas e termos que até então não se faziam presentes nos textos de Pardal Mallet na *Cidade do Rio*. Seriam essas as aspirações do grupo de literatos ao fundarem *A Rua*? O semanário teria sido o veículo escolhido para a divulgação desses ideais, ou esta seria uma projeção particular deste escritor?⁵⁹

Ao que parece, não foi apenas a uma leitora atual que as palavras de Mallet surpreenderam. Logo na sua terceira semana de circulação, *A Rua*, já causava polêmica na imprensa. O primeiro ponto questionado diria respeito justamente ao teor político dos editoriais do periódico:

⁵⁸ [Pardal Mallet] Souvarine. “Os novos problemas”. *A Rua*, 13 de abril de 1889.

⁵⁹ Enquanto referencial, vale notar que o historiador Cláudio Batalha destaca o círculo socialista fundado em Santos em 1889 por Silvério Fontes, Soter de Araújo e Carlos Escobar, como sendo o primeiro núcleo de propaganda no país – embora aquele que se articula em 1890 em torno do jornal *Voz do Povo* seja comumente citado como o pioneiro nesse tipo de atividade. Em Nos anos anteriores, o nome do médico e professor baiano Vicente de Souza (1852-1908) recebe ainda certo destaque por conta de um discurso proferido em 1879 no teatro São Luís, Rio de Janeiro, em um círculo de conferências organizado pela Associação Tipográfica Fluminense. Nesta ocasião, este orador, que era também membro do Clube Republicano Tiradentes, faria menção às “doutrinas imperecíveis do socialismo”. Cláudio Henrique M. Batalha. “A Difusão do Marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. in: João Quartim de Moraes (org.) História do Marxismo no Brasil. Vol. II: Os Influxos Teóricos; Campinas: Editora da Unicamp, 1995. pp. 11-44. Também, em 1878 surgiam também três semanários auto intitulados “socialistas”: *O Internacional Socialista*, de Salvador; *O Socialista*, do Rio de Janeiro; e *O Tribuna Socialista*, de Pelotas. Marcos Vinícius Pansardi. Republicanos e Operários: os primeiros anos do movimento socialista no Brasil (1889-1903). Campinas: Dissertação de Mestrado em Ciência Política. IFCH/ UNICAMP, 1993. p.36

“No dia em que inaugurou-se aqui a propaganda franca e declaradamente socialista, amigos houve que classificaram de prematura semelhante empresa e perguntaram ao escritor dessas linhas: — onde o proletariado entre nós?”⁶⁰

Explicitando mais uma vez a sua intenção em sustentar e divulgar uma propaganda socialista através do seu periódico, Mallet responderia prontamente a essa proposição de seus contemporâneos. Segundo ele, o proletariado brasileiro nunca esteve tão presente como naquele momento, colocando “em polvorosa os conservadores” e aterrorizando os republicanos, ou seja, ele estava constituído pelos libertos reunidos na Guarda-Negra. Para substanciar tal argumento, o literato envereda-se pelas teorias de organização econômica das sociedades:

“A atividade produtora em sucessão crescente valor é 1º – simplesmente agrícola, 2º – agrícola e mercantil, 3º agrícola, industrial e mercantil. Mas, em qualquer uma dessas manifestações ela comporta e exige atualmente a luta do trabalho contra o capital, dando apenas feição diversa ao proletariado.”⁶¹

Ao alertar para ineficácia de comparações entre o “Brasil moderno” e a grande parte dos estados europeus, que por já estarem na terceira fase de desenvolvimento capitalista teriam nos operários fabris o seu contingente proletário, o literato destaca a especificidade e a particularidade do caso brasileiro:

“O Brasil, porém, é simplesmente agrícola (...)

Fê-lo assim a escravidão que, precisando conservar a ignorância para se conservar a si mesma, nunca permitiu um passo adiante.

Fê-lo assim a guerra do Paraguai que entregou nosso comércio ao estrangeiro.

A consequência lógica desta sua atividade agrícola foi a formação exclusiva do proletariado nos campos, desse proletariado que devia necessariamente aparecer logo depois da abolição, e cuja entrada agora na vida política do país é capitulada em guerra de raça pela superficialidade observadora dos retóricos, mas que não tem culpa de trazer na epiderme essa cor negra, triste como seu fadário – o eterno luto dos seus amores e das suas aspirações.”⁶²

⁶⁰ [Pardal Mallet] Souvarine, “Germinal”. *A Rua*, 27 de abril de 1889.

⁶¹ Idem, idem.

⁶² Idem, ibidem.

Na interpretação de Pardal Mallet, os conflitos travados entre a Guarda-Negra e os republicanos não perpassariam a questão da cor, não se constituiriam em luta de raças, mas sim num conflito de classes, que estaria ocorrendo da mesma maneira, não fossem os libertos negros. Teria sido o malefício de um regime escravo de séculos que motivava suas ações recentes. Em outras palavras, a razão dos confrontos, segundo ele, seria a de que “esse genuíno quarto estado” não comungaria “com a propaganda aparentemente libertadora dos republicanos” e, por esse motivo, iria “perturbar as conferências dos burgueses revolucionários que querem o poder.” ⁶³

Retomando os argumentos apresentados pela *Cidade do Rio*, ainda em 1888, e pelos quais aquele jornal justificava sua franca oposição à propaganda republicana e defendia as atividades da Guarda-negra, o literato segue os mesmos argumentos neste artigo:

“Esse crime de lesa-revolução que parece estar perpetrando é entretanto natural e lógico, dimana dos seus próprios interesses e demonstra que a intuição das multidões vale mais do que a ciência dos doutores.

Não sabendo ler, ele não se deixa enganar pelas promessas do cartaz. Vê apenas que para aquelas assembléias confluem os monopolizadores da terra, esses que ontem o punham no tronco e lhe retalhavam as costas a chicote.

E um raciocínio instantâneo lhe diz que ali estando os seus exploradores do passado, ali estão os seus exploradores de sempre.” ⁶⁴

Embora aparentemente pareça creditar autonomia aos movimentos da Guarda-Negra, procurando imprimir-lhe um caráter político que tinha no cerne a adesão dos ex-proprietários às hostes republicanas, o literato analisa suas motivações sob o âmbito da “intuição”, do “raciocínio instantâneo”. Apesar de considerar legítima a sua atuação contra os republicanos, deixa claro que os negros não estariam conferindo um sentido político às

⁶³ Cf. [Pardal Mallet] Souvarine, “Germinal”. *A Rua*, 27 de abril de 1889.

⁶⁴ Idem, idem.

suas ações. Em outras palavras, ainda que os libertos protagonizem aquilo que Mallet atribui como sendo a deflagração de uma luta de classes, não são capazes por si sós de assumir uma consciência de classe:

“E o proletário tem razão.

Liberto das cadeias de ontem, tem o direito sagrado da vingança. Rude no seu modo de pensar, o seu código deve ser o código dos povos primitivos: -- olho por olho, dente por dente!

(...) A culpa não é dele, se a doutrina republicana não em força para lhe alevantar os entusiasmos.

A culpa está na própria existência das coisas que para a solução do problema social confundiu numa mesma impotência a monarquia e a república, estabeleceu-as numa mesma base de erro econômico -- o capital.”⁶⁵

Guiando-se instintivamente por sentimentos primitivos, os libertos não seriam capazes, naquele momento, de justificar racionalmente seus atos — tarefa que Pardal Mallet assume, segundo uma auto-imagem em que se colocava fora de um esquema bipolar introjetado por ele, no qual de um lado estaria a burguesia, e de outro, o proletariado. Esta projeção flagra a idéia de exterioridade tutelar, segundo a qual cabia ao literato a tarefa ele

⁶⁵ [Pardal Mallet] Souvarine, “Germinal”. *A Rua*, 27 de abril de 1889. Esta é uma das diretrizes formuladas na construção de um pensamento racista no Brasil durante o século XIX. Célia M. Azevedo aponta que no interior dos projetos imigrantistas e abolicionistas engendrados, sobretudo, durante segunda metade daquele século, um dos argumentos desenvolvidos seria o de que os negros seriam inferiores não porque o fossem biologicamente, mas porque a vivência da escravidão os teria contaminado a tal ponto que seria improvável que pudessem ser integrados ao mercado de trabalho livre. Tal projeção teria sido incorporada tanto por aqueles que queriam justificar a entrada de trabalhadores europeus no país, como por aqueles -- que embora se imaginassem os “arautos da liberdade” -- acreditavam que incorporação do negro à sociedade teria que ser feita sob controle, aproveitando o seu potencial para o trabalho. Cf. Célia M. Marinho Azevedo. Onda Negra. Medo Branco – o negro no imaginário das elites; RJ: Paz e Terra, 1987. Esta autora tem como interlocutores destacados alguns estudiosos que durante a década de 1960 atribuíram à pobreza e alienação dos negros do século XX a uma suposta herança da escravidão, incorporando as concepções dos intelectuais das décadas de 1870 e 1880. Outro trabalho importante neste aspecto é o de Sidney Chalhoub, Visões da Liberdade – Uma História das últimas décadas da escravidão na corte; SP: Cia das Letras, 1990. Este autor procura problematizar as maneiras como “*diferentes sujeitos históricos entendiam escravidão e liberdade, e como interagem no processo de produção dessas visões ou percepções*”. Seu objetivo é justamente contestar a teoria engendrada por aqueles historiadores da década de 1960, por ele batizada, como “teoria do escravo-coisa”, segundo a qual “*as condições extremamente duras da vida na escravidão teriam destituído os escravos da capacidade de pensar o mundo a partir de categorias e significados sociais que não aqueles instituídos pelos próprios senhores*”. Cf., respectivamente, p. 251 e p. 249. Entre as críticas elaboradas tanto por Célia Azevedo, como por Chalhoub destacam-se aquelas direcionadas a autores como Fernando Henrique Cardoso. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional, de 1962 e Jacob Gorender. O Escravismo Colonial, de 1978.

guiar e orientar as ações das classes trabalhadoras, constituída naquele momento por um grande contingente de libertos.

Luta de classes, proletariado agrícola, separatismo, aniquilamento do capital. Dando uma rápida olhada nos estudos que se dedicaram a esmiuçar a difusão dos ideais socialistas no país, foi possível perceber que o “socialismo de Mallet”, propagandeado sob aqueles termos, não fazia coro aos projetos que começavam a se articular no interior do movimento operário entre aqueles comumente identificados como os primeiros propagandistas do país.

Luís França e Silva, por exemplo, redator da *Revista Tipográfica* que circulou em 1888, tinha um discurso formador: além de não falar em ruptura com o sistema capitalista, defendia ainda a idéia de uma convivência harmoniosa entre as classes — ainda que proclame socialista. Segundo aponta um trabalho sobre o tema, apesar das diferenciações existentes entre os nomes mais destacados do movimento operário, como o José Veiga, José Augusto Vinhaes e o próprio França e Silva, esta foi uma idéia que convergia em 1889: “o discurso é o da igualdade de classes e não o da luta de classes. Já se coloca a questão do Estado, mas a luta é pelo Estado de direito e não pela destruição do Estado — ou pela tomada deste.”⁶⁶

Neste sentido, talvez a explicação da postura de Mallet esteja na escolha do pseudônimo que usava para assinar seus editoriais, estabelecendo, assim, laços significativos de aproximação com o personagem de Germinal, para além do apelo revolucionário que o romance certamente suscitava.

⁶⁶ Marcus Vinícius Pansardi. Op. cit. p. 81.

Segundo a pequena biografia de Zola, Souvarine não provinha das camadas populares; ao contrário, abandonara uma carreira promissora para se aproximar do povo e auxiliá-lo: “... era o último rebento de uma família nobre do governo de Tula. Em São Petersburgo, onde estudava medicina, a paixão socialista que inflamava então toda juventude russa decidira-o a aprender um ofício manual, o de mecânico, para estar assim junto do povo, conhece-lo e ajudá-lo”⁶⁷

Assim como Souvarine, Mallet também se atribuía o papel destacado de orientar e guiar as camadas populares no caminho que levaria à consolidação de seus ideais — do literato, diga-se de passagem. Além disso, no romance, tal personagem não fazia coro às reivindicações dos mineiros para melhorias das condições de trabalho nas minas de carvão. Ao contrário, desprezava e ironizava o recurso à greve como uma forma de pressionar os patrões no aumento de salários, afirmando que somente “o extermínio das nações, dos governos e da propriedade” poderia formar um mundo novo, a “comuna primitiva.”⁶⁸ Ao final da trama, Souvarine finalmente concretiza suas idéias: danifica as máquinas e as fornalhas da Voreaux provocando uma explosão que destrói por completo a mina.

Desta maneira, o referencial socialista de Pardal Mallet parecia estar mais próximo, portanto, do personagem Souvarine, do que aquilo que se discutia no país em torno do movimento operário que projetava amalgamar as classes proletárias. Ao contrário, o jornal *Echo Populaire*, por exemplo, no qual escrevia o líder operário França e Silva,

⁶⁷ Émile Zola. Op. cit. p.150.

⁶⁸ Idem, idem, p.253

declarava que o seu grupo não representava um “socialismo perigoso”, isto é não visava perturbar “a organização do trabalho.”⁶⁹

O sentido da escolha de Souvarine por Mallet flagra, portanto, o quanto ela era provocativa naquele contexto em que as ações dos libertos fugiam a qualquer tipo de controle, onde eles poderiam ainda ser atraídos pelas “idéias perigosas” do literato, representando, assim, uma ameaça ainda maior:

“Se o izabelismo é a placenta que envolve e nutre o feto da organização futura, espera-o o destino dos páreas no ato solene do parto.

(...) O problemático reinado de Izabel I não é feito para comprometer o futuro. Se ele consumir-se, contrariará apenas os planos de alguns propagandistas que contam com a presidência da república.

Ele será, porém, um período altamente revolucionário e tempestuoso da nossa história, porque os elementos que colaboram para sua constituição emprazam-no para semelhante papel.

E, logo ao princípio, registrará a deserção desse romantismo afetivo que o tem até agora alimentado em suas esperanças.⁷⁰

No trecho, o literato aponta que o proletariado brasileiro estaria momentaneamente adormecido de sua verdadeira responsabilidade social. Embora os libertos organizados na Guarda-Negra estivessem congregados naquele momento na defesa da Princesa Izabel no trono imperial, ele logo ressalta que a “sua função histórica já está de antemão traçada” e que, portanto, “não se iludam com ela, aqueles que a combatem e aqueles que a defendem”, pois o aniquilamento das instituições burguesas estaria próximo.

À frente de *A Rua*, Pardal Mallet inseria-se no debate estabelecido em torno dos conflitos entre a Guarda-Negra e os republicanos e atribui-lhe um sentido particular, apontando para uma via de entendimento diferenciada sobre os movimentos daquela organização. Entre aqueles que a defendiam sob o argumento de que os libertos apenas

⁶⁹ Cf. Marcos Vinícius Pansardi. Op. cit. p.83.

⁷⁰ [Pardal Mallet] Souvarine, “Germinal”. *A Rua*, 27 de abril de 1889.

demonstravam gratidão à Princesa imperial pela abolição legal da escravatura, e aqueles que a atacavam sob a justificativa de que aquela milícia visava empreender e sustentar uma luta de raças no país, o literato expressaria suas projeções políticas a partir de um âmbito aparentemente novo até então. Propagandeando os ideais socialistas através de seu personagem Souvarine, ele apontava que a atuação dos libertos que compunham a Guarda-negra seria o ensaio de um proletariado revolucionário tipicamente brasileiro. Aquela grande massa de ex-escravos constituía-se, naquele momento, no “povo” que o Brasil até então não tinha.

Na verdade, essa projeção de Mallet está veladamente comprometida com um debate um tanto maior, estabelecido já há alguns anos, mas que estava na pauta cotidiana das classes dirigentes e dos intelectuais que pensavam o país. Este literato, juntamente com os defensores e os críticos da Guarda-negra, estavam envolvidos numa mesma questão: o que fazer com aquele grande contingente de ex-escravos? Como inseri-los no mercado de trabalho livre de maneira controlada, sem a ameaça que aquela massa de libertos inspirava?

Ao problematizar os projetos abolicionistas engendrados pelo jornal paulista *Redenção*, dirigido por Antônio Bento entre 1887-88, a historiadora Célia Azevedo observa que embora o discurso da folha estivesse firmemente comprometido na luta contra a escravidão, haveria um esforço em garantir medidas ordenadoras na libertação dos escravos capazes de impedir a desordem, isto é, a ação desgovernada dos negros.

É neste sentido que essa autora argumenta que os militantes daquele jornal engrossavam sua campanha pela abolição imediata não tanto pelas necessidades “que eles julgavam estar colocadas historicamente”, como o progresso da nação a partir de uma pátria livre, mas “à radicalização de um movimento de fugas e revoltas de escravos e

manifestações populares que eles pretendiam a todo custo controlar”, numa maneira de poder acompanhar o acirramento dos conflitos.

Raul Pompéia e Coelho Netto, como já foi apontado, mantiveram ligações com o grupo liderado por Antônio Bento, os caifazes. No Rio de Janeiro, Mallet, Luís Murat e Olavo Bilac engrossavam a propaganda abolicionista ao redor de José de Patrocínio na *Cidade do Rio*, sendo acompanhados posteriormente por Netto. Na auto-imagem compartilhada por esse grupo de escritores, a sua atuação teria sido essencial para a vitória do 13 de maio, encarada como a conquista do talento.

Naquele momento, um ano depois, em que os conflitos protagonizados ex-escravos acirrava-se a cada instante, não seria improvável supor que uma das hipóteses sobre a radicalidade dos artigos de Pardal Mallet, cartão de entrada de *A Rua*, seria a de que estivesse justamente respondendo ao recrudescimento das ações recentes daqueles libertos organizados em torno da Guarda-Negra. A organização perdia o aparente controle quando do período de sua formação, no qual tornava-se urgente para seus fundadores assegurar a igualdade não só no plano jurídico, mas também no âmbito das relações sociais.

Pardal Mallet dividiria as idéias expressas nos seus artigos de fundo com a coluna “Coisas lá de Riba”. Essa série, que apareceria no segundo número do semanário, vinha com a seguinte apresentação:

“Desse título posto aí em cima ninguém depreenda que vou dedicar-me a estudos celestes, astronômicos ou religiosos, ao azar das circunstâncias.

(...) Essas *cousas lá de riba*, que farão o assunto das minhas crônicas semanais, são mais rasteiras, circunscrevem-se à nossa atmosfera social e reduzem-se ao exame das altas camadas da vida coletiva.

Na atual organização econômica que faz as delícias do burguesismos é preciso olhar sempre para cima, para essas classes dirigentes e bem aquinhoadas de fortuna que pesam sobre nós com toda força e opressão.

O estudo dos seus movimentos nos inicia nos segredos do futuro e servirá para indicar a hora em que o *quarto-estado* deve aparecer para a reivindicação revolucionária dos seus direitos.”⁷¹

Com um estilo diferenciado, mas não menos combativo, Pardal Mallet faria dessa série um desdobramento das idéias expressas pelo seu personagem Souvarine. Nesse espaço ele criticaria de forma mais específica os problemas cotidianos do cenário político imperial. E fazendo jus ao objetivo traçado na apresentação da série, de esmiuçar os movimentos da classe dirigente, o literato discutiria neste dia a inoperância da Câmara dos vereadores na resolução dos problemas mais imediatos da cidade.⁷²

O conteúdo das outras séries que compunham o semanário assemelhava-se muito nesse sentido. A cada semana, Olavo Bilac, Luís Murat e Raul Pompéia, os redatores de *A Rua*, vinham a público trazendo os temas que lhes pareciam mais imediatos naquele momento. E as suas preocupações atuais passavam justamente pela política. Um dos elementos que receberia grande atenção do semanário foi a carta política de Silva Jardim, publicada em vários periódicos cariocas nos dias anteriores. No seu longo texto, o propagandista republicano reivindicava para si a chefia do partido, dividindo os correligionários.

⁷¹ [Pardal Mallet] Fulano de Tal, “Cousas lá de Riba”. *A Rua*, 20 de abril de 1889.

⁷² “A Câmara Municipal nunca soube manter-se à altura da situação e, agora mesmo, nesta questão da epidemia e na sua conseqüente das águas, tem sido vergonhoso o seu papel. Tudo isso pertencia de direito à sua jurisdição, e ela deixou que o governo de tudo isso se encarregasse.” [Pardal Mallet] Fulano de Tal, “Coisas lá de Riba”. *A Rua*, 20 de abril de 1889.

Segundo Sidney Chalhoub, durante a segunda metade do século XIX, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro sempre esteve no “fogo cruzado” nos conflitos entre as autoridades policiais e higienistas em conjunto com os fiscais das freguesias fluminenses. Caberia a ela, em última análise “a responsabilidade de traçar as políticas públicas a serem adotadas em relação às habitações populares” -- isto é, os cortiços, sempre visto como focos epidêmicos, e por esse motivo, alvo destacada de ações vacínicas. O historiador ainda aponta que nos últimos anos da década de 1880, o serviço de vacinação da corte, cuja responsabilidade de fiscalização de fiscalização era da Câmara, passou por momentos de grande desorganização, chegando até mesmo a extinguir-se por um curto período antes do advento da República. Cf. Sidney Chalhoub. *Cidade Febril. Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. SP: Cia das Letras, 1996. p. 37. Ver sobretudo o capítulo “As Batalhas na Administração Pública”, pp. 36-45.

Um dos literatos de *A Rua*, sob o pseudônimo de Rustem, criticou fortemente essa iniciativa. Fazendo pilhéria com a baixa estatura do propagandista, o cronista o compararia com um tal “anãozinho Moreau” – de 0,70m de altura – cuja celebridade num circo francês teria durado pouquíssimo tempo, por conta somente do pitoresco da atração.⁷³

Apesar de afirmar que “ninguém é mais republicano” do que ele, o cronista não aceita que a chefia do partido seja exercida extra-oficialmente por Silva Jardim, e critica a forma como o propagandista atribui a si próprio essa função na sua Carta ao País e ao Partido Republicano:

“O Dr. Silva Jardim assumiu a posição de chefe político do movimento republicano do Brasil. Quem lhe cometeu a chefia? Que deus incoercível e trágico lhe pôs ao ombro a clâmide vermelha de diretor supremo de um partido, que conta homens ilustres, capazes de o guiar ao alto da montanha sagrada, de onde se descortina todo o país longínquo da virtude e do bem?

É o próprio Sr. Dr. Silva Jardim o primeiro a confessar-se o centro dinâmico, espécie de atmosfera luminosa de onde irradia o calor para os intermúndios da política e da citação contra o terceiro reinado, que paira sobre o país como um avejão sinistro.

Num discurso interminável, o moço agitador deixa bem frisante a sua posição na agremiação política contra a dinastia e contra os erros do império.”⁷⁴

Para desqualificar esse texto, Rustem o compara a um “carroção de bufarinheiro” — isto é, a um amontoado de quinquilharias e bugigangas de pouco valor — e escolhe o estilo do autor como alvo:

“Ininteligível, não pela profundidade e sabedoria do argumento, mas pela sua péssima redação, pela falta absoluta de vernaculidade. Os períodos desatam-se e recurvam-se como enormes centopéias. A sua frase não tem colorido, não tem clareza a sua exposição.

⁷³ O cronista faria a seguinte observação: “Nesta feira de sua glória, o anãozinho fez vibrar toda a sensibilidade jovial de Paris, metido na pele de seus personagens burlescos. Porém, ou porque perdesse a sua graça e a sua gentileza d’outrora, ou porque o público cansasse de ouvi-lo, viu por terra sua popularidade de cômico, seu encanto de anão.” Rustem, “Carta Política pelo Dr. Silva Jardim”. *A Rua*, 27 de abril de 1889. Na semana seguinte, as “Alegrias da Semana”, de Bilac, também faria pilhéria semelhante:

“— Oh! A infância! A infância! Os cueiros virginais, as fraldas puríssimas! Deixai vir a mim os pequeninos....
-- O Silva Jardim também, irmão?

-- ... os pequeninos sem barba e sem solecismos, irmão!

[Olavo Bilac] Arlequim, “As Alegrias da Semana”. *A Rua*, 4 de maio de 1889.

⁷⁴ Rustem, “Carta Política pelo Dr. Silva Jardim”. *A Rua*, 27 de abril de 1889.

E desastradamente o Sr. Dr. Silva Jardim atropela o seu raciocínio e barafusta pelas palavras, até ir enforçar-se num período sem oração principal, ou quebrar a proa de encontro ao escolhe de um solecismo.

A sua gramática é pavorosa! Livre-me Deus dela, que a pátria saberá livrar-se de sua política.”⁷⁵

Aos poucos, o jornal ia ganhando forma e embora os outros escritores não fizessem coro às idéias socialistas propagandeadas por Pardal Mallet através de Souvarine, compartilhavam das iniciativas que engrossavam a campanha contra a Monarquia. Um deles criticaria em certa ocasião a decisão da polícia em proibir a venda da “carta revolucionária de Medeiros e Albuquerque à Princesa Isabel”, intitulada O Remorso, editada pela casa Lammaert.⁷⁶ À argumentação de que a “imprensa é livre – e sê-lo-á, queiram ou não queiram os subdelegados” – *A Rua* publicaria neste mesmo dia um fragmento do texto censurado:

“Que o meu sangue, porém, como purpurinos brilhos,
role sobre teu Pai, role sobre teus filhos,
role por sobre ti, fanática princesa,
e instigue mais à Plebe o horror dessa torpeza
sentido-me cair, pálido e assassinado,
murmurar, como agora, a estorcer-me chagado
pelos torvos punhais dos teus sícaros vis:
-- Maldita sejas tu, futura imperatriz!”⁷⁷

Ao lado de suas projeções políticas, o semanário também expressaria os ideais que aquele grupo de literatos creditava ao seu papel na sociedade e particularmente ao trabalho nos jornais. Ao comentar a entrada de Rui Barbosa para a direção do *Diário de Notícias*, um dos escritores explicitaria aquilo que entendia ser o verdadeiro papel dos

⁷⁵ Idem, idem. Vale notar que neste mesmo dia, inicia-se no semanário a coluna “Barafundas”, que transcrevia alguns trechos da carta política de Silva Jardim, acompanhados de várias pilhérias. É provável que a iniciativa tenha partido do mesmo literato, que sob o pseudônimo de Rustem, criticava o texto divulgado pelo propagandista republicano. Cf. “Barafundas”. *A Rua*, 27 de abril de 1889.

⁷⁶ Cf. *A Rua*, 4 de maio de 1889.

⁷⁷ “Barafundas – Fragmentos d’*O Remorso*, carta rimada à Princesa pelo Sr. Medeiros e Albuquerque.” *A Rua*, 4 de maio de 1889.

homens de letras. Mesmo afirmando-se “um dos maiores admiradores do conselheiro”, diz ser inviável ler “diariamente três e quatro colunas ou toda a primeira página” daquele jornal devido à prolixidade do seu diretor. À medida que critica o estilo rebuscado de Barbosa, o literato também explicitaria o seu próprio, revelando desta maneira a sua concepção de um órgão de imprensa. Para além de “longos e intermináveis artigos”, com “citações inglesas, francesas e latinas”, os textos deveriam ter alcance maior junto ao público que lia os periódicos:

“Qual é o fim do jornal? Não será educar, aconselhar, corrigir, formar uma opinião e uniformiza-la; construir uma muralha de atividade de onde parta irradiação fecunda do pensamento político, abrolhando em cada homem um cidadão, em cada cidadão, um patriota?

(...) Quem pretende educa-lo, dando-lhe todas as manhãs, não um jornal, mas um compêndio, só conseguirá esfolhar-lhe o espírito e sangrar-lhe a paciência.

Agora, se o escritor quer fazer alarde de erudição, perde o seu tempo, porque o jornal admira-se o jornalista e não o filósofo; o cronista ligeiro, fácil, brilhante e não o historiador obscuro, pesado e massudo.”⁷⁸

A imagem de “muralha”, citada pelo cronista, flagra muito bem a maneira pela qual os literatos compreendiam a sua atuação na imprensa: uma trincheira de luta da divulgação de seus ideais. Confiantes em sua missão formativa e tutelar junto ao público, o trabalho no jornal lhes garantiria um espaço privilegiado em que poderiam aproximar-se com maior eficácia dos leitores, para além das obras literárias que viessem a publicar. Contudo, o talento, um outro elemento com o qual se identificavam enquanto homens de letras naquele momento, não se explicitaria na erudição e sim na habilidade em se fazerem entender pelo público, fato que não excluiria o brilhantismo de seus textos.

A Rua, enquanto uma publicação cujo diretor-proprietário e seus redatores eram os próprios literatos, concretizaria as principais aspirações daqueles jovens escritores.

⁷⁸ Timão de Atenas. “As Tristezas da Semana”. *A Rua*, 27 de abril de 1889.

Nascida por conta do rompimento com o antigo líder José do Patrocínio, a publicação não esbarraria na intermediação de redatores e diretores de jornais de maior porte. O semanário abria um caminho aparentemente livre através do qual Pardal Mallet, Olavo Bilac, Luís Murat e Raul Pompéia expressariam suas idéias e projeções atuais, estas, sempre envoltas numa concepção militante da literatura.

Essa postura não demorou muito para suscitar a crítica de outros escritores. De sua coluna no *Diário do Comércio*, Viveiros de Castro reclamava d' *A Rua* uma atenção maior “às questões da literatura e da arte”. Pardal Mallet não se demoraria muito na resposta:

“Ela não se apresenta a público como revista literária ou científica, mas sim como uma publicação semanal, igual a outra qualquer.”⁷⁹

A polêmica, entretanto, continuou. Segundo as informações de Mallet, Viveiros de Castro não se satisfez com a resposta e publicou nova crítica, a qual o literato responderia ironicamente:

“A questão prática, fazendo-me lamentar que a *Rua* não satisfaça inteiramente a Viveiros de Castro, traz-me, entretanto, grande prazer como proprietário.

Poderosa inteligência aclarada por ilustração robusta, Viveiros de Castro só pode satisfazer-se com publicações que não estejam ao sabor do vulgar e, desde que a *Rua* não preenche as suas exigências, fica manifestadamente demonstrado que ela está proporcionada ao nosso público.”⁸⁰

O pequeno desentendimento entre Pardal Mallet e Viveiros de Castro fornece alguns indícios para se pensar sobre as diferentes concepções atribuídas à grande e à pequena imprensa. Para o primeiro, a menor expressividade de seu semanário não o eximiria de tratar de questões políticas com a mesma autoridade e competência que o

⁷⁹ Pardal Mallet. *A Rua*, 4 de maio de 1889.

⁸⁰ Pardal Mallet, “A Viveiros de Castro”. *A Rua*, 11 de maio de 1889.

crítico do *Diário do Comércio* julgava caber apenas às grandes folhas. A autonomia e a independência de *A Rua* era acionada mais uma vez por Mallet como forma de estabelecer e firmar um espaço próprio para seu jornal no mundo da imprensa carioca que, na opinião do literato estava ligado a interesses comerciais.

A queda do ministério João Alfredo seguida pela ascensão do gabinete liberal do visconde de Ouro Preto, em junho de 1889, e a chefia oficial do partido republicano brasileiro, foram outros temas destacados nos números seguintes de *A Rua*.

Ainda em maio, Pardal Mallet já apontava o fim próximo da liderança dos conservadores no governo imperial:

“Entretanto, o ministério há de infalivelmente morrer nos inícios ou no decurso da atual sessão parlamentar.

Mas por quê? E para quê?

Porque ele fez o mesmo que os outros vão fazer; e para que um outro venha a fazer o mesmo que ele fez.

(...) Isto posto, nesta proximidade da crise ministerial que atravessamos, há oportunidade para perguntar:

-- Vale a pena substituí-lo por um outro que venha a fazer a mesma coisa para cair da mesma forma e ser substituído por mais um outro e por mais um outro ainda?!

Certamente que não.

Para obviar o mal é preciso invalidar as suas causas determinantes, e para fazer isso só há um meio – a revolução.

Ela terá que vir, necessária e fatal, ou hoje ou amanhã.

Adiá-la é um crime, porque adiá-la é retardar a evolução natural das coisas.”⁸¹

Tanto nesta, como em outras passagens já citadas, Mallet atribui a uma questão de tempo a revolução que tanto apregoava. Ela seria fruto da “evolução natural das coisas”, da “lógica dos acontecimentos”. Por esse âmbito, pode-se dizer que o literato estaria próximo da tendência defendida pelos chamados republicanos históricos, como Quintino

⁸¹ [Pardal Mallet] Souvarine, “Pela Revolta”. *A Rua*, 4 de maio de 1889.

Bocaiúva, adeptos do evolucionismo na luta pela mudança do regime político, onde a ação revolucionária seria apenas a etapa final de um processo histórico em andamento.⁸²

Por outro lado, o apelo revolucionário desse literato o aproximaria também da tendência representada por Silva Jardim, conhecido na historiografia com um propagandista radical, que defendia uma intervenção mais direta para o fim da monarquia no país, onde “revolução” definia-se como:

“(…) uma agitação em que pequenos motins não tirem o caráter global de paz do movimento; bastantes contudo para enfraquecer de todo as forças monárquicas e destruir o Império.”⁸³

Ora, a disposição de Pardal Mallet não estava em promover uma alteração regimental, sob controle e pacífica. Através dos editoriais subscritos por Souvarine, o literato propunha uma nova organização política que previa o aniquilamento do capital como elemento dinamizador da luta de classes. Quem levaria a cabo essas projeções seria o tão citado quarto estado, ao qual o literato entende ser representado pelos libertos da abolição, aquilo que denominou como um proletariado agrícola genuinamente brasileiro. Neste sentido, a ação revolucionária que mudaria o regime político do país comportaria significados diversos e ambíguos. Inserido entre as várias atribuições que eram confiadas

⁸² A historiografia comumente registra três projetos republicanos que estavam sendo defendidos durante aqueles anos. O chamado “jacobino”, que trazia como carro-chefe o referencial da Revolução Francesa, foi designado como a ala radical da propaganda. Ao modelo liberal, idealizado conforme o sistema representativo americano de federação, pertenciam os chamados republicanos históricos, cuja grande maioria havia participado da fundação do partido em 1873. Haveria ainda a versão positivista de República, inspirado de acordo com os ensinamentos de Auguste Comte. Para uma discussão mais aprofundada sobre as tendências que orientavam e dividiam os republicanos, ver, entre outros, José Murilo de Carvalho. A Formação das Almas – o imaginário da República no Brasil; Cia das Letras, 1998, sobretudo o capítulo “Utopias Republicanas”, pp.17-34. Lincoln de Abreu Penna. O Progresso da Ordem – O florianismo e a construção da República; RJ: Sette Letras, 1997, em especial “Os Projetos de Ordem: as Repúblicas na República. pp. 91-144. Sobre o ideário positivista e sua concepção de República, cito o livro de Renato Lemos. Benjamin Constant. Vida e História; RJ: Topbooks, 1999.

⁸³ Antônio da Silva Jardim. “Política Republicana Revolucionária”, discurso proferido em São Paulo em maio de 1888, in: Propaganda Republicana (1888-1889); RJ: MEC/FCRB/CFE, 1978. p. 475. *Apud*. Lincoln de Abreu Penna. Op. cit. p.40.

ao conceito de revolução naquele momento por inúmeros sujeitos, Mallet expressava suas projeções políticas movendo-se por uma lógica dúbia, onde os ideais socialistas e republicanos ainda que se confundissem às vezes, pareciam não ser excludentes já que o objetivo era não perder de vista o combate sem tréguas à Monarquia. No seu entendimento, eram propostas reformistas destituídas de um apelo popular puro que uniam as tendências representadas por Quintino e Silva Jardim no encaminhamento da propaganda que visava derrubar o regime monárquico.

Por ocasião das comemorações organizadas para festejar o primeiro aniversário da Abolição, o literato reforçaria essa projeção na qual uma ação revolucionária protagonizada verdadeiramente pelas camadas populares, libertas agora das amarras da escravidão, estaria em pleno vapor:

“Mais valiosa, porém, do que essa comemoração oficial dos vitoriosos de ontem, subordinada ao convencionalismo dos calendários, é o estado atual do espírito público preocupado com uma crise ministerial, que é uma crise das instituições.

É aí que reside o título de glória dessa lei redentora que abalou a nossa velha organização, que faz cambalear e que há de infalivelmente determinar-lhe a destruição completa.

E ela foi a primeira jornada nessa reivindicação hodierna do 4º estado, que se agregou em torno de um sentimento passageiro e que prossegue arregimentado em marcha triunfal para a vitória decisiva de suas aspirações.”⁸⁴

Embora não expressassem compartilhar, através de suas respectivas colunas, das possíveis simpatias socialistas de Mallet, os demais redatores de *A Rua* engrossavam as fileiras na luta contra a Monarquia, deixando transparecer em diversas passagens que mantinham seus ideais republicanos. Isso, contudo, não queria dizer que concordavam, necessariamente, com o encaminhamento dado ao movimento pelos principais dirigentes da

⁸⁴ [Pardal Mallet] Souvarine, “Em plena revolução”. *A Rua*, 11 de maio de 1889. Embora Mallet critique as comemorações oficiais do primeiro aniversário da Lei Áurea, *A Rua* se faria representar em uma conferência por Luís Murat e Raul Pompéia, que leriam algumas de suas produções literárias. Cf. “Treze de Maio”. *Cidade do Rio*, 9 de maio de 1889.

propaganda. Neste sentido, ao mesmo tempo em que o semanário posicionou-se firmemente contra a iniciativa de Silva Jardim em proclamar-se extra-oficialmente como chefe do partido republicano, também não aceitaria a chefia de Quintino, votada durante o Congresso Republicano Federal, realizado em São Paulo.

Um dos redatores do jornal, sob o pseudônimo de Timão de Atenas, comentaria o desagrado que essa resolução dos últimos dias lhe havia provocado:

“O procedimento do Congresso Republicano, em São Paulo, elegendo o Sr. Quintino Bocaiúva foi uma prova frisante de que o partido republicano não está suficientemente instruído no modo de como agir para levar a cabo suas idéias e a sua política.

Na minha opinião foi uma catástrofe esse alvitre, um disparate essa escolha.

(...) Jamais me infundiu confiança quem procura poses para se impor aos seus contemporâneos.

Muito desempenho, muita futilidade.

Vamos ver como S.S. procede na organização do partido que faz da solenidade majestática do seu todo glorioso – o fantasma sombrio – ereto na sua peanha de carne e osso porto no campo da luta para espantar os leirões.”⁸⁵

Nesta mesma edição do semanário, ao comentar sobre a queda do ministério João Alfredo, Pardal Mallet argumentava que mesmo não aceitando “a chefia política do Sr. Quintino”, não divergia dele na interpretação desse último acontecimento. Segundo o literato, o redator-chefe de *O Paiz* tinha razão ao apontar que a crise gerada em torno da troca dos gabinetes imperiais flagrava a desarticulação dos defensores do trono em suas tentativas de sustentar o regime monárquico. Na compreensão do literato, tal fato, acrescido da viagem do conde d’ Eu ao norte para “fazer propaganda de si mesmo”, demonstraria “o próximo advento da república”.⁸⁶

Depois de uma semana de articulações e manobras políticas, o gabinete liberal presidido pelo visconde de Ouro Preto finalmente seria apresentado pelo imperador no dia

⁸⁵ Timão de Atenas, “Diante dos Fatos”. *A Rua*, 1º de junho de 1889.

⁸⁶ [Pardal Mallet] Fulano de Tal, “Coisas lá de Riba”. *A Rua*, 1º de junho de 1889.

7 de junho. Dentre o programa de reformas anunciadas pelo novo ministério⁸⁷, a proposta de Monarquia Federativa para o Brasil foi a que fez mais barulho. Ela foi entendida por muitos como uma tentativa de desarticular o movimento republicano e atrair adesões daqueles que eram simpáticos à descentralização política do país, vindo ao encontro de algumas aspirações defendidas pelos chamados republicanos-federalistas,⁸⁸ como o propagandista rio-grandense Assis Brasil. Ao comentar essa questão, Pardal Mallet apontaria o provável erro político empreendido por Ouro Preto nesta tentativa de desarticular o binário Federação-República, acusando ainda as forças monárquicas de pretenderem “aproveitar um ideal revolucionário à custa do trabalho alheio”:

“A reforma que ela agora [a monarquia] quer realizar não é a mais ardentemente desejada no campo de seus legítimos adversários e a sua proposição não despertará tamanha soma de adesões como parecem espera-lo os aconselhadores palacianos.

O ideal federalista perde seus sectários de dia para dia; e o seu mais extremo defensor – Assis Brasil, não se esquivou a declarar em recente discurso efetuado no Clube Republicano Rio Grandense que ‘talvez houvesse aí um erro sociológico.’

(...) Por esse lado pois diminui de valor a projetada reforma; ela não satisfaz a um dos seus desideratos, não consegue diminuir a exuberância dessa propaganda republicana que tanto assusta já a dinastia bragantina.

E menos aproveitável em seus intuitos anti-revolucionários torna-se ainda esse federalismo projetado, desde que se atender a sua ação inevitável sobre as instituições monárquicas.

Ele servirá apenas para destruir a centralização que é uma das mais sólidas bases do trono.”⁸⁹

Para combater o ideal federalizante, Mallet retomaria ainda os argumentos que sustentou logo no primeiro número de *A Rua*, a respeito do desmembramento territorial do Brasil, ou seja, colocaria o separatismo em contraposição à federação:

“(...) manda a justiça confessar... a corrente acentuadamente separatista que se forma agora.

⁸⁷ A dissolução do gabinete conservador foi oficializada no dia 1º de junho de 1889. Cf. “Crise”. *Cidade do Rio*, 1º de junho de 1889.

⁸⁸ Cf. “Ministério do Rei”. *Cidade do Rio*, 8 de junho de 1889.

⁸⁹ [Pardal Mallet] Souvarine, “Últimos recursos”. *A Rua*, 8 de junho de 1889.

Contra semelhante projeto de federalizar o Brasil protesta a desigualdade da evolução porque passaram as diversas províncias do império – desigualdade fácil de reconhecer até mesmo por um exame superficial, o que afirma a necessidade de desmembrar o país de forma a tender aos interesses e conveniências de cada uma de suas partes.”⁹⁰

Semanas depois, ele voltaria mais detidamente a esse assunto e atribuiria ao projeto de Monarquia Federalista, e às outras reformas propostas, a insígnia de “meias-concessões”, ou seja, poderiam ser traduzidas como uma articulação do gabinete liberal que, ao se apropriar do prestígio que a idéia descentralizadora provocaria, esperava “amainar a tempestade com o engodo de uma meia-reforma”:

“Mais reformas!

Mas a história do Brasil está cheia disso! E o povo já deve saber o que valem as meias-reformas, as meias satisfações dos nossos ideais revolucionários.

(...) Meias reformas se fizeram quando enxotaram D. Pedro I para entregar a coroa brasileira àquela criança de então e velho mentecapto de agora!

(...) Meias reformas se fizeram quando durante o segundo reinado todo o governo viveu a conceder mais isto e mais aquilo – a leis sobre a abolição e o sufrágio direto!

Basta de meias reformas!”⁹¹

Ao interpretar as leis abolicionistas e a própria Abolição como uma medida voltada para conter os conflitos que não conseguia mais controlar,⁹² Pardal Mallet interpreta a proposta de reforma federalista como uma mesma estratégia governamental: acalmar os ânimos republicanos simpáticos à descentralização política das províncias, numa tentativa de adiantar-se às aspirações que teoricamente só seriam realizadas caso houvesse uma mudança do regime político.

⁹⁰ Idem, idem.

⁹¹ [Pardal Mallet] Souvarine, “Federação?!”. *A Rua*, 22 de junho de 1889.

⁹² Sobre a atuação dos escravos em favor de sua própria liberdade nas décadas anteriores à Abolição, ver Sidney Chalhoub. *Visões da Liberdade – uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. SP: Cia das Letras, 1999, e Joseli Mendonça. *Entre as mãos e os anéis. A lei dos sexagenários e os caminhos da Abolição no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

O literato, contudo, insiste na formulação de que “o desenvolvimento do Brasil não se fez por igual”, e que somente “um fracionamento entre o sul e o norte” seria eficaz para atender às necessidades e aos interesses de cada uma das partes:

“Enquanto para lá dos limites entre o Espírito Santo e da Bahia houve uma estagnação quase completa, o sul continuou a prosperar e a centuar um sub-fracionamento entre Minas, Rio de Janeiro, S. Paulo e Rio Grande. E auxiliadora dessa tendência, fez a diversidade originária das correntes imigratórias.

(...) O Rio de Janeiro tornou-se cosmopolita, diferenciando-se por isso mesmo, porém, de todo o resto do Brasil e tendo elementos próprios de vida independente.

(...) É esse o aspecto atual do Brasil moderno: ao norte uma população atrasada, incerta e vaga para cuja designação se deve propositalmente reviver aquele vocábulo indígena –tuba. Ao sul, quatro verdadeiras potências em gestação.

Onde o lugar e motivo para federação se o exame dos fatos e a aplicação da teoria parecem indicar as fases iniciais de um desmembramento proveitoso, se não há autonomias a congregar mas organismos que se desagregam por fissiparidade?!”⁹³

Dois outros fatos marcariam com destaque o desenrolar das tensões políticas da corte naquele ano de 1889. O primeiro deles, foi um novo e grave confronto entre elementos pertencentes à Guarda-Negra e republicanos. O incidente deu-se por conta das comemorações organizadas para festejar o centenário da Revolução Francesa, no dia 14 de julho.

José do Patrocínio, em uma postura diferenciada daquela adotada quando do primeiro conflito no início do ano, lamentaria o episódio sob o argumento de que a Guarda encontrava-se “desviada do seu nobre e generoso fim” e que a milícia inicialmente formada

⁹³ [Pardal Mallet] Souvarine, “Federação?!”. *A Rua*, 22 de junho de 1889. Sobre as outras províncias do sul, o literato diria o seguinte: “Minas, já hoje em dia está geográfica e etnograficamente desmembrável. Ela guardou o mais acentuado e o mais genuíno do caráter brasileiro. Rica, pela agricultura e pela indústria, ela forma atualmente um todo homogêneo – a verdadeira Suíça brasileira. (...) S. Paulo recebeu sobretudo a imigração italiana e amalgamando-se com ela, casou o heróico das suas tradições e a audácia do seu gênio empreendedor com a afetividade artística e o passado glorioso da Itália. O Rio Grande – a sentinela avançada e a vítima obrigatória em todas as guerras do império, forjou a sua alma com a aprendizagem das lutas e o melhor de suas lendas. Fez-se autonomia, aliou-se comercialmente ao Uruguai e recebeu principalmente a imigração alemã que, dificuldade se deixa absorver mas que lhe imprime no caráter o cunho investigador e teimoso da raça germânica.” Idem, idem.

para defender a integridade física e moral da princesa imperial estaria atuando agora sob “uma perigosa influência” que desnaturava “criminosamente os fins da instituição”:

“(…) a *Guarda-negra* não tinha por missão agredir, mas defender.

(…) Ao signatário destas linhas deram a responsabilidade dos primeiros abusos de liberdade por parte da *Guarda-negra*.

A honra e a dignidade dos seus chefes ficam pela minha palavra: Eu nunca aconselhei a violência, porque sei que esta não salva, perde as instituições.”⁹⁴

Enquanto nos meses anteriores ele procurou manter um posicionamento ambíguo em relação a sua ligação direta com a Guarda-Negra, neste artigo, o jornalista não deixaria dúvidas quanto ao seu forte envolvimento nas primeiras atividades daquela milícia de libertos.

De fato, se logo após a abolição a *Cidade do Rio* apoiava o ministério João Alfredo, agora com o gabinete liberal Ouro Preto à frente do governo imperial, o jornal voltava à oposição. Tal fato já havia causado inclusive o desligamento do redator-chefe da folha, Antônio Francisco Bandeira Júnior, o “Flag Jr.” de alguns editoriais. O próprio Patrocínio assumiria que as aspirações do amigo não se enquadrariam à nova orientação política adotada pelo seu jornal, e publicaria a carta remetida a ele pelo antigo colaborador:

“A queda do gabinete 10 de março mudou a face das coisas.

Muito naturalmente voltou V.S. às fileiras republicanas; eu não posso acompanhá-lo.

Monarquista, permanecerei no meu posto.(…)”⁹⁵

Contudo, a confusão armada por elementos da Guarda-Negra em torno das comemorações do 14 de julho cederia espaço na imprensa a um outro acontecimento que colocou em polvorosa os ânimos públicos.

No dia 15 de julho, quando o imperador deixava o teatro Sant’Ana com alguns membros de sua família depois de assistir a um concerto, uma rápida confusão ocorreu. No

⁹⁴ José do Patrocínio. “Aos homens de cor”. *Cidade do Rio*, 15 de julho de 1889.

⁹⁵ José do Patrocínio. “Cidade do Rio”. *Cidade do Rio*, 12 de junho de 1889.

meio da multidão que o aguardava, um grupo levantou “Vivas a República”, sendo prontamente respondido por outro com “Vivas a Monarquia”. Enquanto a carruagem imperial saía rapidamente, três tiros foram ouvidos sem que se soubesse de onde tinham partido. Logo na manhã seguinte toda imprensa carioca noticiava o ocorrido que ganhava ares de um atentado regicida. O autor do disparo fora detido ainda naquela madrugada: Adriano Augusto do Vale, português, 24 anos, empregado da casa comercial Alegria & C.⁹⁶

Neste clima de grande tensão, o incidente ganhava significados diversos. Se por um lado, alguns o entendiam como a crescente fragilidade da monarquia, outros o interpretavam como prova flagrante de que a exaltação dos ânimos não se disporia a esperar mais pela mudança do regime. A *Cidade do Rio*, por exemplo, manteve uma postura moderada. Embora lamentasse o episódio, particularizava o ato como sendo fruto de um “ato de loucura”, argumentando que a saúde do imperador não dava mostras de que seu reinado durasse por muito tempo.⁹⁷

Sem adotar essa postura de “espera” pela morte de Pedro II, Pardal Mallet publicaria um editorial incendiário n’ *A Rua*, no qual interpretava o episódio como o primeiro passo da revolução popular que poria fim ao regime monárquico:

“Agora! Sim.

O pensamento revolucionário extravasou do cérebro dos tribunos para as agitações da praça pública. E o povo, na sublimidade selvagem da sua retórica, fala a linguagem das balas pelo porta-voz dos canos de revólver.

Os acontecimentos precipitam-se vertiginosamente naquela fatalidade irresistível que faz as revoluções.

(...) E o exame dos fatos aí está dizendo a grandeza deste povo brasileiro que tomou o misterioso e providencial compromisso de celebrar verdadeiramente a data da grande revolução, de celebrá-la sem o oficialismo pacato e burguês de Sadi Carnot, de celebrá-la como devia fazê-lo a Humanidade – num isocronismo centenário de vitórias contra a tirania.”⁹⁸

⁹⁶ Cf. “Os acontecimentos de ontem”. *Cidade do Rio*, 16 de julho de 1889.

⁹⁷ Cf. “O atentado”. *Cidade do Rio*, 17 de julho de 1889.

⁹⁸ [Pardal Mallet] Souvarine, “A tiros de revólver”. *A Rua*, 18 de julho de 1889.

Mallet não escondia seu entusiasmo. Os festejos de comemoração ao centenário da revolução francesa, seguidos pelos gritos de “vivas a república” lançados a família imperial na saída do teatro e o tiro disparado por Adriano do Vale em meio ao tumulto, são interpretados por ele como ações legitimamente revolucionárias, sobretudo, em relação a esse último, o qual considerava como sendo uma forma de intervenção direta e eficaz à ordem das coisas. Os ideais que tanto propagandeava semanalmente através das páginas de *A Rua* pareciam finalmente estar se concretizando e adquirindo cores reais:

“Os nossos acadêmicos que têm sempre a intuição do futuro e não sabem capitular no convencionalismo esquisito daqueles que sonham com a república para mais tarde, tiveram a formidável glória de formular o problema da nossa atualidade política nos termos precisos, inteiriços e completos de uma luta armada para a qual já trouxemos o prestígio de uma primeira vitória.

O seu concurso de machos fecundantes no pleno eretismo das suas crenças e das suas convicções veio acabar com a masturbação platônica da república, no cio improficuo de um sonho onde ela se proclamasse pelas normas constitucionais de uma resolução parlamentar.

E aquele tiroteio de ali defronte do Paschoal converteu-se em uma verdadeira aprendizagem para o combate das futuras barricadas.”⁹⁹

Para além da conotação sexual da passagem, capaz de fazer corar as senhoras e envaidecer aqueles que a entendessem como um elogio às habilidades masculinas, o literato ainda atribuiria um segundo sentido ao disparo de Adriano. Tal ato, à medida que ganhava contornos de um atentado regicida, marcaria o início da derrocada da “legenda do Sr. Pedro II”:

“Por maior e mais intensa que seja a quantidade de simpatias que atualmente convergem para a pessoa do monarca, por mais afinada que seja a atitude da imprensa unanimemente reprovando o atentado de anteontem, por mais hostil que seja a alma popular para com o infeliz do Vale, de todo esse episódio permanecerá a quebra ou a

⁹⁹[Pardal Mallet] Souvarine, “A tiros de revólver”. *A Rua*, 18 de julho de 1889.

interrupção, embora momentânea, daquele respeito e daquela veneração que era costume tributar ao Sr. Pedro II.¹⁰⁰

Pardal Mallet reserva ainda os parágrafos finais de seu texto à defesa de Adriano Augusto do Vale, pois segundo ele, o rapaz seria a única vítima do incidente que protagonizou. Como bem afirmaria o literato, “o imperador, antes de ser um homem, é no final das contas um símbolo, obrigado a acarretar com todas as consequências do emprego.”¹⁰¹

Embora atribua também um sentido simbólico ao ocorrido — afinal o atentado não teria sido efetuado contra o imperador, mas ao que ele representava naquele momento — Pardal Mallet atacaria Pedro II em termos pessoais num outro artigo publicado neste mesmo número de *A Rua*.

Ao reclamar das dificuldades em se organizar e oficializar uma sociedade que cuidaria dos interesses dos “artistas do Brasil”, o literato iniciaria na imprensa uma discussão em torno da questão dos “direitos do autor”, a qual acusa de ser tratada com descaso pelas autoridades imperiais. E Pedro II, apesar de toda fama intelectual, mostrava-se indiferente às aspirações de reconhecimento da classe artística, segundo Mallet:

“Enquanto assim se formula o problema agitado, o Sr. D. Pedro II manda chamar o comediógrafo brasileiro Arthur Azevedo para pedir-lhe o original de sua tradução de *Escola dos maridos* e diz que antes de morrer tem vontade de ouvir o *Schiavo* de Carlos Gomes.

Rei da Baviera, que não tem a feliz idéia de um suicídio – o Sr. Dr. Pedro II quer poetas e músicos para lhe acalantar a morte que, lhe parece estar a chegar por si.

Ele quer isso – Mecenaz caricato que protegeu alguns artistas para asfixiar as artes no amplexo amigavelmente hipócrita de um artista disfarçado de rei.

Pulha! Solenemente pulha!!

¹⁰⁰ Idem, idem. Sobre a construção da legenda de Pedro II e os diversos sentidos atribuídos ao seu reinado, ver Lília Moritz Schwarcz. *As Barbas do Imperador. D. Pedro II. um monarca nos trópicos*; SP: Cia das Letras, 1999.

¹⁰¹ [Pardal Mallet] Souvarine, “A tiros de revólver”. *A Rua*, 18 de julho de 1889.

Para que esse desejo de ver a tradução do Arthur e de ouvir a partitura de Carlos Gomes, se ele não entende nada, se a sua onisciência faz-se com meia dúzia de perguntas de algibeiras e quatro particularidades decoradas de véspera?”¹⁰²

Este seria o último número de *A Rua*. Embora seja costumeiramente referenciada a falência como causa de seu desaparecimento na imprensa¹⁰³, é provável que o semanário tivesse enfrentado outras dificuldades além dos problemas financeiros, devido aos boatos que rondavam sobre a participação de Mallet no atentado contra o imperador. Segundo um biógrafo, o acusado Adriano do Vale teria citado o literato à polícia como sendo o homem que lhe fornecera a arma com a qual disparara, sob seu comando, vários tiros em direção à carruagem real.¹⁰⁴

Naquele mesmo 18 de julho, as principais folhas cariocas publicariam um edital expedido pelo chefe da polícia da corte, Dr. José Basson de Miranda Osório, no qual constava o seguinte:

“Faço saber a todos que o presente edital virem ou dele notícia tiverem, que serão processados pelo crime do art. 90 do código criminal os indivíduos que nas praças, ruas e outros lugares públicos ou em presença das autoridades derem: *vivas à república, morras à monarquia, vivas ao partido republicano*, ou proferirem gritos e frase igualmente sediciosos.”¹⁰⁵

A *Cidade do Rio* explicitaria logo abaixo dessa notificação o conteúdo do artigo 90: “provocar diretamente por artigos impressos, litografados ou gravados, que se distribuem por mais de 15 pessoas aos crimes especificados nos arts. 68, 85, 86, 87, 88 e

¹⁰² [Pardal Mallet] P.M. “Na brecha”. *A Rua*, 18 de julho de 1889.

¹⁰³ Cf. Raimundo Magalhães Jr. Op. cit. p.114.

¹⁰⁴ Cf. Raimundo Magalhães Jr. *A Vida Turbulenta de José do Patrocínio*. Op. cit. p.273.

¹⁰⁵ “Polícia da Corte”. *Cidade do Rio*, 18 de julho de 1889.

89.”¹⁰⁶. Em seguida, o jornal trazia publicado também ao que se referiria especificamente esses outros artigos do código criminal do império, dos quais destaco quatro:

“Art. 68 - Tentar diretamente e por fatos destruir a independência ou a integridade do império.

Art. 85 – Tentar diretamente e por fatos destruir a constituição política do império ou a forma de governo estabelecida.

(...) Art. 87 – Tentar diretamente e por fatos projetar destronizar o imperador, privá-lo em todo ou parte de sua autoridade.

Art. 88 – Tentar diretamente e por fatos uma falsa justificação de impossibilidade física ou moral do imperador.

(...)”¹⁰⁷

Nessa represália organizada por conta dos últimos acontecimentos, certamente os artigos publicados pela *A Rua* não passaram despercebidos pela polícia da corte, ainda mais que um de seus redatores seria citado como um dos envolvidos nos disparos contra D. Pedro II. Neste sentido, ao fim da publicação de *A Rua* colam-se outros significados, além da falência financeira do semanário — ainda que, aparentemente, parecesse sobreviver unicamente de anúncios e da própria venda das edições.

Fora o possível envolvimento de Mallet no atentado regicida, os artigos daquele 18 de julho infringiam algumas das determinações do edital da polícia. Primeiramente, atentavam contra a integridade física e moral de Pedro II, tanto porque seu autor louvava os disparos de Adriano do Valle, como por conta das ofensas pessoais dirigidas a pessoa do monarca — um prato cheio para a apreensão do semanário. Em segundo lugar, o texto assinado sob o pseudônimo de Souvarine anunciava o fim próximo do regime imperial graças às iniciativas coletivas e isoladas que fizeram a manchete da maioria dos jornais nos últimos dias. Em suma, o tom incendiário e o apelo revolucionário dos artigos de Mallet tornavam-se um grande incômodo para as hostes monarquistas além

¹⁰⁶ Idem, idem.

¹⁰⁷ Idem, idem.

mostrar-se perigosa já que incentivava explicitamente a mocidade a pegar em armas e seguir o exemplo do jovem Adriano no combate ao Império.

Com o fim de *A Rua*, logo seus redatores se dispersaram. Olavo Bilac voltaria à redação da *Cidade do Rio* ainda no fim daquele mês, onde iniciaria a publicação da série “Pantomimas” no dia 31 de julho.¹⁰⁸ Luís Murat acompanhou o amigo, estreando no jornal no dia 3 de agosto com a publicação de um largo poema.¹⁰⁹ Raul Pompéia, por sua vez, continuaria com sua série “A Vida na Corte”, publicada desde julho de 1888 no *Diário de Minas*, iniciando ainda, em 18 de agosto, a coluna “Aos Domingos” no *Jornal do Comércio*, onde estabeleceria uma longa colaboração durante os anos seguintes.¹¹⁰

Firme no seu rompimento com Patrocínio, Pardal Mallet engendraria um novo projeto. Aliando-se agora a Coelho Netto e Paula Nei, eles iniciariam nas semanas seguintes a publicação do jornal *O Meio*, cujo primeiro número sairia no dia 17 de agosto de 1889.

O Meio

A lembrança da publicação de *O Meio* — auto-intitulado “social, político, literário e artístico”¹¹¹, foi registrado por Coelho Netto no romance *Fogo Fátuo*, de 1929. A idéia, ao que parece, partira inicialmente de Paula Nei:

¹⁰⁸ “As Pantomimas” são da pena de Olavo Bilac, que nos mimoseou com sua esplendorosa colaboração sob o pseudônimo de *Pulcinello*.” “Expediente”. *Cidade do Rio*, 31 de julho de 1889.

¹⁰⁹ “Laurea desde hoje a colaboração desta folha a primorosa e meacedível arte do poeta Luís Murat.” “Expediente”. *Cidade do Rio*, 3 de agosto de 1889. Cf. também Luís Murat, “O Poeta e a Larva”. *Cidade do Rio*, 3 de agosto de 1889.

¹¹⁰ Cf. Raul Pompéia. *Obras* (org. Afrânio Coutinho); RJ: Civilização Brasileira, 1980. Vol. VI (Crônicas I), pp. 35-36.

¹¹¹ *O Meio*, nº 1, 17 de agosto de 1889. As cópias microfilmadas de *O Meio* foram consultadas no Arquivo Edgar Leuenroth (AEL), da Unicamp. Da coleção de 14 fascículos, falta apenas a edição referente ao número 12.

“Nós precisamos de um órgão de autoridade e estilo, escrito com independência e brilho que, no cataclismo que nos ameaça, sirva de tábua de salvação à nacionalidade. (...) Arranjo-me com uma jangada e um companheiro, o Pardal, que tem a coragem e uma tintura de gramática, o *quantum satis* para vinte milhões de analfabetos.

(...) Tresandamos ainda à colônia, sem água. Estamos infiltrados de subserviência: o espírito submetido à França, o corpo amolengado do lazer de séculos no regime da escravidão. Precisamos sacudir-nos, vibrar por nós e para nós.”¹¹²

Na memória de Netto, o sentimento que movera esta investida na imprensa está muito próximo daquele que incentivara a fundação de *A Rua* nos meses anteriores. A possibilidade de autonomia de seus futuros redatores foi certamente um elemento dinamizador para a criação de *O Meio*, idealizado como a “aurora da independência intelectual do Brasil.”¹¹³

De acordo com o romance, quem deu voz a esse sentimento entusiasta foi Pardal Mallet, por ocasião da primeira tiragem do novo periódico — apesar das dificuldades iniciais enfrentadas pelos seus criadores. Além da falta de dinheiro para divulgação, na tipografia arranjada às pressas, as máquinas utilizadas eram tão precárias que as folhas saíram borradas e manchadas numa primeira impressão, sendo necessário gastar “meia resma de papel para obter-se uma página legível.”¹¹⁴

O Meio, que ia às ruas aos sábados, adotava o formato de pequenos fascículos, com em média quinze páginas e capa ilustrada a cada número.¹¹⁵ Embora apresentasse um padrão editorial mais simples que os grandes jornais da cidade, as edições do semanário eram ainda menos elaboradas que aquelas de *A Rua*. Além da inexistência das páginas de anúncios, os textos eram sequenciais, sem a divisão dos assuntos por colunas. Ainda que

¹¹² Coelho Netto. *Fogo Fátuo*. Porto: Chardron, 1929. p.201-201. Dedicado a “memória de Paula Nei, o dissipador de gênio”, esta obra retoma basicamente os mesmos personagens e vários dos temas de *A Conquista*, privilegiando, contudo, as desaventuras do grupo de escritores de Netto durante os primeiros anos da República, sobretudo o período florianista. A narrativa encerra-se com a morte de Nei, em 1896.

¹¹³ Coelho Netto. *Op.cit.* p.206.

¹¹⁴ Idem, idem. p.205

¹¹⁵ Rodrigo Otávio. *Minhas Memórias dos Outros*. RJ: Civilização Brasileira, 1979 (1935). p.77.

não fossem assinados, parecia ser de Pardal Mallet e Coelho Netto a autoria dos artigos publicados, tendo Paula Nei ocupado-se mais com a busca de patrocínio e dos assuntos que poderiam servir de matéria para o número seguinte através da pena dos dois colegas.¹¹⁶

Logo no número de estréia da folha, no dia 17 de agosto de 1889, os três redatores tomaram o cuidado em se fazer diferenciar mais uma vez de José do Patrocínio criticando um artigo publicado por ele na *Cidade do Rio*, o qual afirmam não trazer “nenhuma idéia sólida e boa, útil e verdadeira”, mas apenas “geniais pieguices”.¹¹⁷ Embora o texto concentre-se em atacar o estilo rebuscado do jornalista, não comentando o assunto tematizado, a opção em combatê-lo logo no primeiro número de *O Meio* não parece ter sido aleatória. Ao fazê-lo, os antigos seguidores preocupavam-se, sobretudo, em afirmar uma postura de autonomia e independência em relação ao antigo líder.¹¹⁸

Mesmo congratulando os antigos colaboradores pela iniciativa da criação da nova folha, José do Patrocínio responderia com ironia à lembrança de seu nome logo no primeiro número do semanário:

“*O Meio* é uma poderosa e eloqüente afirmação do que pode produzir o talento brasileiro no dia em que houver meio para seu desdobramento.

¹¹⁶ “(...) o Neiva [Paula Nei] não escrevia: arrecadava, era o ‘procurador de casos’, sempre ao farisco de notícias, no rastro dos boatos, colhendo informes – tanto faiscando ouro como revolvendo entulhos. Era o homem da ‘matéria prima’, Asmodeu em vida, coscovilheiro, afuroador, tudo apanhando – desde a nota escandalosa do paço ou da sacristia, do ministério ou a alcova, até a anedota das caixas de teatro. Pardal e Anselmo [C. Netto] recebiam as achegas e preparavam a mixórdia ao sabor do público.” Coelho Netto. Op. cit. p.207. O testemunho de contemporâneos também aponta para essa mesma divisão do trabalho na redação da folha. Em um de seus livros de memórias, Rodrigo Otávio lembra da figura de Paula Nei em *O Meio*: Os artigos não eram assinados; mas Netto me disse que a contribuição de Nei foi mínima.” Rodrigo Otávio. Op.cit. p.77.

¹¹⁷ *O Meio*, nº 1, 17 de agosto de 1889.

¹¹⁸ Mesmo assim não deixavam de chamá-lo de “grande mestre” neste mesmo artigo, numa referência clara à forte influência de Patrocínio sobre a formação do trio ainda no início da carreira literária dos três redatores em meio ao envolvimento na campanha abolicionista. Este reconhecimento também apareceria nos números seguintes do semanário por ocasião do aniversário do antigo líder. Cf. respectivamente. *O Meio*, nº 7, 5 de outubro de 1889 e *O Meio*, nº 8, 10 de outubro de 1889.

(...) Tivemos lá nossa referência e já esperávamos por ela. A amizade dos nossos companheiros não nos podia esquecer, tanto mais que era para achar que já fizemos nosso tempo.

Somos os primeiros a concordar que só há neste país espaço para *O Meio*.

Ele é tão grande, como o ambiente que respiramos, e por isso mesmo fora dele não há salvação possível.”¹¹⁹

De fato, desde a ascensão do gabinete liberal chefiado por Ouro Preto, Patrocínio procurava desvencilhar o seu nome e o seu jornal daqueles que defendiam o trono. Ainda que esta postura guardasse certa moderação aos ataques desferidos contra o regime imperial, deixava entrever o retorno do jornalista às fileiras republicanas.¹²⁰

Mesmo assim, naquela ocasião, os redatores de *O Meio* estavam longe de quererem retomar uma aproximação com o antigo líder. “A Vista Chinesa”, justamente o artigo criticado por eles, comentava pontualmente o distanciamento e a falta de interesse do imperador em relação às questões mais problemáticas do país, insinuando apenas a grande influência que seu médico particular, o conde Mota Maia, teria sobre as decisões políticas do monarca.¹²¹

Contudo, a percepção dos literatos naquele momento não estaria apenas em criticar os vícios da monarquia representada por Pedro II. Um dos textos publicados ainda

¹¹⁹ Zé [José do Patrocínio]. “Cavaquinhos”, *Cidade do Rio*, 17 de agosto de 1889.

¹²⁰ É o caso, por exemplo, das críticas encaminhadas ao conde d’Eu que, segundo um artigo da *Cidade do Rio*, fazia propaganda monarquista no norte do país, enquanto os *meetings* republicanos estavam proibidos por editais da polícia da corte desde o atentado ao imperador em julho daquele ano. Cf. José do Patrocínio, “O Propagandista do Paço”. *Cidade do Rio*, 21 de agosto de 1889. Apesar de guardar reservas em relação aos principais propagandistas republicanos, este jornal explicitaria claramente sua postura de combate ao regime imperial por ocasião do terceiro aniversário da folha em setembro de 1889: “(...) folha republicana, não obedece, entretanto, passivamente, sem exame, a direção dada à propaganda republicana brasileira. É republicana da República e não dos republicanos; advoga idéias e não personalidades. Não espera nem pede auxílio ao seu partido, que o fulminou com seu interdito, mas está pronta a correr com ele todos os perigos de combate, sem tréguas, por todos os meios e com todas as armas ao adversário comum – o império.” “Cidade do Rio”. *Cidade do Rio*, 28 de setembro de 1889.

¹²¹ Cf. José do Patrocínio, “A Vista Chinesa”. *Cidade do Rio*, 13 de agosto de 1889.

no primeiro número da folha fornece algumas pistas sobre os seus projetos para a nação, bem como o sentido que atribuíam ao ideário republicano:

“A questão mais palpitante de atualidade no nosso planeta é a revolução civil, é a tal cousa que se chama problema social.

Revoluções políticas se tem aí aos bandões. Elas, porém, já não podem mais interessar a massa geral de uma nação, porque para nós, por exemplo, é completamente indiferente que nos governe o Sr. Pedro II ou o Sr. Quintino, o Sr. D. Pedro Augusto ou o Sr. Silva Jardim. Nesta hora atual a república não pode ser um fim, mas um meio; não vale a pena querer república para ter república; o interesse está em querer república para fazer reformas e organizar a governança e a vida nacional nos moldes científicos.”¹²²

Desponta neste fragmento o próprio sentido do título escolhido por Pardal Mallet, Coelho Netto e Paula Nei para nomear o periódico no qual depositavam suas esperanças futuras. Segundo o entendimento do trio, para além da alteração do regime político, fazia-se urgente uma revolução de cunho social. Eram mudanças profundas que eles almejavam e, neste sentido, a república, enquanto ideário que propagandeava, entre outras, as bandeiras da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, era compreendida como o ambiente propício para a adequação das imagens de civilização e progresso que eles projetavam conjuntamente para o país.

Fiquemos por ora com esse indício.

Os números seguintes do jornal mostrariam o acirramento das críticas ao Império. A notícia da publicação de uma biografia de Pedro II elaborada por um autor francês causaria grande desconforto e indignação ao grupo:

“(…) é preciso atender com oportunidade a ação prejudicial que — *D. Pedro II, Empereur du Brésil* — pode exercer sobre o bom evolucionar da nossa vida íntima. Escrita em francês, volume de 450 páginas, minuciosa quase e raramente falsa nas

¹²² *O Meio*, nº 1, 17 de agosto de 1889.

particularidades, a recente publicação tende a conservar e desenvolver no estrangeiro a legenda do *Sábio imperador*.¹²³

Qualificada como “triste cousa” e como uma obra de “inverdades históricas”, o livro teria como única motivação promover no exterior aquilo que, aos olhos dos redatores, seria apenas um mito. Mesmo assim, não deixam de apontar com temor a repercussão que a biografia poderia vir a suscitar, atraindo “simpatias para a causa opressora”, justamente naquele momento em que os esforços da “causa reivindicadora” concentravam-se em destruir a legenda de Pedro II como “grande sábio, justo e verdadeiro”:

“O livro de Mr. B. Mossé, distribuído a mancheias pelo mundo europeu, aí está como um perigo, nesta hora em que os acontecimentos da nossa vida interna se precipitam para a fatalidade da revolução.

(...) Oh! Já é tempo de acabar com essa mitologia de um Pedro II que nunca existiu senão na imaginação dos beócios; é preciso desmacará-lo, anulá-lo no seu pulhismo de ignorante pretensioso, fazendo ciência farsante e filosofia difícil, em suas exibições palhaças de feira barata.”¹²⁴

Embora conferissem à pretensa erudição do monarca um caráter exibicionista e fútil, os redatores de *O Meio* procuram demonstrar que a publicação francesa não poderia ser compreendida inocentemente. Ao contrário, tal obra era entendida como parte de uma estratégia para elevar o *status* da figura de Pedro II por meio de elogios ímpares à sua sapiência e ao zelo pelo país no qual imperava.

As comemorações organizadas pelo governo imperial para o aniversário da Independência do Brasil também não escaparam à mira dos três literatos. *O Meio* reproduziria em primeira página o convite enviado a sua redação para a sessão solene que

¹²³ *O Meio*, nº 2, 24 de agosto de 1889.

¹²⁴ *O Meio*, nº 2, 24 de agosto de 1889. Vale notar, que durante o ano de 1889 a monarquia brasileira esforçou-se de maneira significativa em divulgar sua imagem na Europa. A biografia de d. Pedro II, elaborada pelo rabino Benjamim Mossé, acrescenta-se ainda o longo ensaio sobre o império que seria publicado na *Grande Encyclopédie* e a participação do Brasil na importante Exposição Universal de Paris, onde marcaria presença com um pavilhão grandioso que seria bastante visitado pelo público. Cf. Lília Moritz Schwarcz. *As Barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. SP: Cia das Letras, 1999. p. 445-446.

seria realizada naquele 7 de setembro na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Além da presença do imperador e sua esposa, tal cerimônia seria presidida pelo príncipe D. Pedro Augusto. Ao referenciar o cartão recebido, os redatores expressariam a idéia de unidade literária que projetaram para seu jornal:

“Foi este o cartão que me enviaram, a mim, a mim, ou a mim, a um destes nós três que andamos a viver a fraternidade dos nossos espíritos e dos nossos corações, pelo místico católico das três pessoas distintas em um só Deus verdadeiro — *O Meio*.”¹²⁵

Para além do efeito intencionalmente pretensioso que o trecho final do período poderia instaurar nos leitores, o fragmento flagra o sentido que aqueles literatos atribuíam a sua folha. A comunhão de suas idéias e projetos estaria de tal forma enraizada na amizade compartilhada entre eles que não se fazia necessário assinar os artigos publicados. O periódico seria, desta maneira, a personificação de três grandes, indiscutíveis e inabaláveis talentos. A crença nesta auto-imagem permitia que Pardal Mallet, Coelho Netto e Paula Nei se julgassem como um ponto de referência indispensável para a discussão de qualquer assunto.

A unidade e a coerência que estes literatos de *O Meio* procuravam firmar no mundo da imprensa em associação com a premissa de que “o nosso programa consiste em não ter programa”, anunciada logo no seu número de estréia¹²⁶, constituíram uma arma poderosa na divulgação de seus ideais. Uma arma de ataque, mas também de defesa.

Ao proclamarem não terem um programa definido para o jornal recém fundado, procuravam deixar claro a autonomia e independência do grupo frente às grandes folhas e a nomes como o de José do Patrocínio. Por outro lado, ao se expressarem desta maneira, também não se comprometiam explicitamente com questões políticas que pudessem trazer

¹²⁵ *O Meio*, n° 4, 7 de setembro de 1889.

¹²⁶ *O Meio*, n° 1, 17 de agosto de 1889.

maiores problemas à circulação da folha que, aparentemente, sobrevivia a duras penas. Tal ambigüidade permitia, neste sentido, que o periódico combatesse ferozmente tanto o regime imperial como o partido republicano quase que com a mesma intensidade e sem que seus redatores entendessem tal atitude como uma contradição.

Embora *O Meio* apresente contornos mais palpáveis do sentimento de identidade que unia fortemente Pardal Mallet, Coelho Netto e Paula Nei naquele momento, a união destes literatos em torno de um nome não deixa de ser também uma estratégia defensiva, dado o caráter extremamente crítico do jornal e ao acirramento da represália aos republicanos.

Pelo menos no caso de Mallet, a experiência de *A Rua* já havia dado provas de que os editais fixados pela polícia da corte por ocasião do atentado a Pedro II, ocorrido há poucos meses, foram seguidos à risca. E continuavam a ser, sobretudo, em relação à proibição dos *meetings* republicanos.¹²⁷ Em sequência, o ataque sofrido pelo jornalista Castro Soromenho, diretor-proprietário do *Arquivo Contemporâneo*, era interpretado a partir da conivência policial em relação à ação dos capoeiras.¹²⁸ Incapazes de prever o rumo das coisas, os redatores de *O Meio* atacavam e se protegiam como podiam, conforme novos

¹²⁷ Cf. José do Patrocínio. "O Propagandista do Paço". *Cidade do Rio*, 21 de agosto de 1889.

¹²⁸ No dia 17 de agosto de 1889, o jornalista republicano Castro Soromenho fora atacado a navalhadas por dois capoeiras na saída da redação do seu jornal. Segundo as notícias, ele havia respondido com ironia às provocações dos dois indivíduos que o abordaram insistentemente com vários "vivas à Monarquia". Cf. *Cidade do Rio*, 19 de agosto de 1889. Tanto o jornal de Patrocínio como *O Meio* acusaram a polícia de ter ligações íntimas com os capoeiras acusados do atentado, se prestando apenas a retê-los para as averiguações necessárias: "Deliciosa cena! A polícia conhece a sua malta, conhece o seu bando de feras, sabe de quanto são capazes todos, e, em se tratando de um assassinato, manda buscá-las, porque tem certeza de que foi uma delas que arranhou a marosca – tira a criminosa e manda as outras em liberdade como se dissesse: -- Ainda não chegou a vez de vocês, rapazes. Arranjem-se e voltem.

Edificante, o procedimento da justiça: -- conhecer os assassinos, tê-los sempre prontos para mostrá-los nas ocasiões solenes e consentir a liberdade da corja." *O Meio*, nº 2, 24 de agosto de 1889. Cf. também [Olavo Bilac] Pulcinello. "Pantomimas". *Cidade do Rio*, 21 de agosto de 1889. Sobre as relações de troca de favores entre as maltas de capoeiras e a polícia da corte, ver Carlos Eugênio Libano Soares. *Op.cit.*

fatos cotidianos delimitassem os diversos caminhos a serem escolhidos na luta pelos seus ideais.

Parecia ser justamente esta a perspectiva que norteou aquele artigo de 7 de setembro, no qual os literatos de *O Meio* refutavam efusivamente qualquer espécie de comemoração à data da Independência, entendida como puro “oficialismo” da ocasião:

“Não há, por conseguinte, razão para a comemoração popular de semelhante data, que pertence apenas ao pecúlio da casa de Bragança...

(...) Nem razão para comemorar, nem justificativa para a comemoração constante do convite supra. Uma sessão pública de discursar etc., com a presença do Imperador e o convencionalismo retórico da oratória governista, é sempre uma pulhice. Uma sessão presidida pelo D. Pedro Augusto, com alusões mineralógicas e outras sabenças de recreio, é um ridículo. Uma sessão comemorativa do 7 de setembro, no recinto da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, que recusou a Pedro I o título de Imperador e deu-lhe a penas o de defensor perpétuo do Brasil, é uma profanação.

O Meio não aceita, pois, esse convite, que é ao mesmo tempo pulha e ridículo, e contra o qual protesta o melhor de nossas tradições municipais.”¹²⁹

Não encerrando a discussão, o número seguinte de *O Meio* comentaria justamente o discurso que D. Pedro Augusto havia proferido na semana anterior:

“Vem cá tu! Ó D. Pedro.

Fizeste o teu discursozinho no dia 7, com as muito conhecidas comoções da estréia, com uns aplausos no fim e uma reprimenda do teu vovô que não gostou da coisa e não achou boa tua oratória.

A imprensa publicou-te sem comentar-te e, muito naturalmente, ainda não tens idéias bem seguras sobre a impressão que produziste. Entre a opinião do teu avô que no final das cotas deve ser um velho rabugento, e a lisonja dos que te cercam, deve haver um terceiro modo de pensar em cuja veracidade és capaz de acreditar e a que até tens talvez vontade de conhecer.

(...) Tu também deves ter esse orgulho de artista e, por isso, como qualquer estreado, aguardas a opinião da crítica.

Queres a nossa?

Queiras ou não queiras, ela aí vai:

Aquilo foi um fiasco!”¹³⁰

¹²⁹ *O Meio*, nº 4, 7 de setembro de 1889.

¹³⁰ *O Meio*, nº 5, 14 de setembro de 1889.

Na sequência, o texto traz um rol de críticas ao desempenho do príncipe no evento comemorativo, dando especial destaque à fraca retórica do jovem orador. A intenção em ridicularizá-lo é clara e ganha mais efeito quando o autor, ao fim do seu artigo, compara D. Pedro Augusto a uma moça fanhosa recitando versos infantis. Ao tentar transformar numa grande piada o evento das comemorações da independência, os redatores de *O Meio* esforçaram-se, sobretudo, em retirar a aura de respeitabilidade e comoção com a qual se revestia a ocasião.

Não seria casual, portanto, a publicação de um artigo ainda naquele mesmo 7 de setembro comentando o crescimento das simpatias à “causa libertadora” nas ruas, dando especial destaque ao círculo que se reunia no Café Londres. Antes reduto de conservadores, a casa era agora centro irradiador da propaganda:

“Hoje — tudo mudado — o Londres é a montanha — foi dali que saiu o Sr. Silva Jardim. Dali é que partem os assombros do Sr. Mathias e as colunas republicanas — aquilo é a sinagoga revolucionária — de quando em vez, um saboiano aparece e toca no violino a música patriótica.

(...) Os consumidores enternecidos choram e juram salvar a pátria, enquanto os caixeiros, ensandecidos pelos diálogos sanguinosos, param no meio da casa, babando-se, com os olhos mortos, num êxtase estúpido.

É a república que triunfa!¹³¹

A advertência do texto é clara. Enquanto a família imperial festejava a si mesma através da data cívica, a propaganda republicana crescia: saía da tribuna de uns poucos e ganhava a forças das ruas. O entusiasmo manifesto nesta constatação não impediria, contudo, que os literatos de *O Meio* cobrassem do partido republicano uma atuação mais combativa no direcionamento da campanha.

¹³¹ *O Meio*, nº 4, 7 de setembro de 1889.

No dia 17 de outubro o jornal reproduziria um anúncio publicado no *Jornal do Comércio* que pedia “informações sobre o Partido Republicano”, desaparecido da arena pública nos últimos tempos. Não se limitando a reverberar tal nota, os redatores expressariam ainda o seu entendimento sobre a questão:

“O Partido Republicano foi um sujeito bem falante e bem escrevente que durante algum tempo concentrou sobre si a atenção pública. Fez diversos *meetings* e conferências, escreveu bons artigos incendiários e chegou até a conseguir crédito e respeito na Praça onde seus passos eram acompanhados, e colaboravam nas oscilações do câmbio.

De velha e legendaria estirpe, o Partido Republicano era venerando e sublime, quando falava nos seus avós.”¹³²

Embora o texto elogie a atuação do partido nos tempos de sua formação, numa referência clara aos signatários do Manifesto de 1870, o grupo não o via mais com a mesma força para o embate político. Tal avaliação acabou atraindo a réplica de Silva Jardim que, abordando um dos redatores da folha, reclamou da nota publicada:

“ — Vocês são uns demolidores que demolem sem sistema, disse o Silva Jardim aquele de nós três que passa como republicano.

— Demolimos, em todo o caso. Causa que vocês outros não fazem.”¹³³

A referência a Pardal Mallet é clara. Ainda à época que dirigia *A Rua*, ele já deixava transparecer que a sua disposição não estava em defender mudanças regimentais. Quando o literato falava em revolução, o sentido parecia ser mesmo o de demolir — tanto nos textos em que expressava suas simpatias aos ideais socialistas, como naqueles em que apregoava o separatismo das províncias.

Na sequência, o artigo apontaria os motivos que levava o grupo a adotar uma postura crítica em relação ao partido:

¹³² *O Meio*, nº 9, 17 de outubro de 1889.

¹³³ *O Meio*, nº 11, 31 de outubro de 1889.

“Não obstante o compromisso resultante de sua própria organização, o partido republicano nada tem feito nem pelo país nem pelas suas idéias, neste período calamitoso que o Brasil atravessa. Vive nas encolhas, budisticamente a contemplar o próprio umbigo.”¹³⁴

Se, logo após a Abolição, aqueles literatos se fizeram diferenciar do partido republicano por condenarem a aliança firmada com os ex-proprietários de escravos na questão da indenização, no momento atual desanimavam de esperar dos principais propagandistas qualquer iniciativa mais firme de combate à Monarquia. Aos olhos de Pardal Mallet, Coelho Netto e Paula Nei, republicanos como Silva Jardim haviam acomodado suas aspirações iniciais assim como se faz com um “título honroso” que se “guarda no fundo da gaveta”. Como “bons burgueses”, só assumiam a causa se isso não significasse “risco de vida ou contribuição monetária para as despesas da campanha”¹³⁵

Se, em relação aos membros mais destacados do partido não havia por parte dos redatores de *O Meio* sinais de aproximação quanto ao encaminhamento da campanha republicana, menos simpatia ainda era demonstrada aos positivistas. Comentando sobre a distribuição de um panfleto pelo Centro Positivista do Rio de Janeiro, o semanário o qualificaria como uma “folheto de sólida erudição e rijos conceitos escrito no estilo das epístolas”. Estéril e distante da realidade nacional, tal iniciativa só seria acessível “à casta mais casta de filósofos que tem meditado sobre cousas transcendentais.”¹³⁶

Na compreensão dos três redatores e em meio às divisões internas do republicanismo, a causa parecia vir sobrevivendo graças ao empenho de homens como eles que, através de *O Meio*, a colocavam como linha mestra na divulgação de suas idéias, definindo, desta maneira, o perfil que queriam dar a sua publicação. Ao demarcar bem as

¹³⁴ Idem, idem.

¹³⁵ *O Meio*, nº 11, 31 de agosto de 1889. Idem, idem.

¹³⁶ *O Meio*, nº 8, 10 de outubro de 1889.

fronteiras que os diferenciariam dos demais propagandistas do novo regime, Pardal Mallet, Coelho Netto e Paula Nei faziam do seu periódico um veículo de divulgação de um ideal particular de República. Para além dos ataques desferidos à Monarquia e das críticas ao Partido Republicano, o grupo diversificaria os seus alvos, delimitando melhor as suas projeções para o país naquele momento.

Em conformidade com a premissa de que “a república não pode ser um fim, mais um meio”, os literatos forneceriam, ao longo dos demais artigos publicados, alguns indícios do modelo de república que mais os entusiasmava e no qual fundamentavam e sustentavam sua crença no novo regime.

Ao protestar sobre o caso de uma jovem advogada proibida de promover a defesa de um réu por determinação de um juiz¹³⁷, *O Meio* acabaria promovendo uma verdadeira campanha a favor da emancipação da mulher — entendida, no caso, enquanto a atuação feminina nos espaços sociais tradicionalmente restrito aos homens.

Ao comentar sobre os artigos da constituição imperial que estabeleciam o direito de voto “a todo cidadão brasileiro...”, definindo tal termo como “os que no Brasil tiveram nascido...”, um dos redatores de *O Meio* concluiria que a “mulher é eleitora e a mulher é elegível”:

“ O exame, pois, da nossa legislação política deixa bem claro que, para ser eleitor e elegível, basta ser *cidadão* e satisfazer às exigências de prova de renda e domicílio, e que o título de *cidadão* pertence igualmente ao homem e a mulher.

¹³⁷ “A distinta e jovem pernambucana conquistou um diploma de bacharel formada na Faculdade de Direito de sua província. Esse diploma, inteiramente igual ao de todos os outros que a Congregação colava, diploma que não representa um favor mas um direito, constitui um estatuto pessoal que anula todos os estatutos gerais. Diante dele, pois, deviam cessar todas as considerações que a hermenêutica do juiz pretenda concluir das nossas disposições civis. (...) um diploma vale, vale por si, e neste caso era preciso respeitá-lo e acatá-lo como o manda a lei, sem inquerir se era um corpo de homem ou um corpo de mulher que estava debaixo da beca do advogado.” *O Meio*, nº 9, 17 de outubro de 1889. Vale notar que Coelho Netto, particularmente, ampliaria a defesa da emancipação feminina através de sua coluna “A Fumar”, publicada no *Diário de Notícias*. Cf. Leonardo Pereira. *Sonhos de Conquistador*. Op.cit. p. 149.

(...) Se, por conseguinte, na questão máxima da escolha de imperante, a nossa legislação concede à mulher o direito de governar em supremo os destinos políticos deste país, se ela não possui uma só disposição expressa cassando este direito em mais circunscritas esferas, se ela concede o título de *cidadão* indistintamente ao homem e à mulher, claro é e de boa conclusão que nenhum juiz pode legalmente recusar o diploma de eleitos à senhora que o solicitar e satisfazer aos requisitos do alistamento.”¹³⁸

Na lógica deste autor, portanto, era evidente a contradição na legislação imperial que negava o direito de voto à mulher mas não fazia qualquer distinção entre ela e o homem no estabelecimento dos títulos de “cidadãos brasileiros”. Na verdade, as restrições impostas à atuação feminina nas questões políticas e sociais eram entendidas pelos redatores de *O Meio* como fruto do mesmo passado arcaico que havia vitimado os negros escravizados até o 13 de maio de 1888, tanto que o jornal já cogitava a idéia de fazer campanha a favor do “abolicionismo da mulher”:

“Saíram todos a campo, repetindo a velha fraseologia dos velhos conceitos. Disseram que a mulher ficava bem para o cultivo das sentimentalidades, escravas amadas que nós devíamos acorrentar com pulseiras e brincos de ouro, sublimes servas da maternidade.

Mas, não!

Há uma coisa que já ninguém nega, em nome da qual todo mundo fala, que constitui enfim (no dizer de todos) a própria essência da Humanidade. É o progresso.”¹³⁹

Como na compreensão daquele autor a noção de progresso consistiria “na escravidão das forças da natureza e na liberdade do homem” ele logo conclui que,

“o homem é a mulher. E o estado social da mulher é o melhor critério para aliviar o grau de progresso de um povo.”¹⁴⁰

Na projeção daqueles literatos, o sentido de progresso estava muito próximo, portanto, da liberdade em se exercer os direitos civis. Em outras palavras, as motivações

¹³⁸ *O Meio*, nº 9, 17 de outubro de 1889.

¹³⁹ *O Meio*, nº 11, 31 de outubro de 1889.

¹⁴⁰ *Idem*, *idem*.

que os fizeram se bater contra a escravidão há alguns anos parecia traduzir-se agora na defesa da emancipação feminina. Capazes de votar, advogar e legislar, as mulheres eram vitimadas por um sistema arcaico e decadente representado pelo regime monárquico e suas instituições, que com seus entraves de “coisa falida” negava-lhes a cidadania prescrita na lei.

O ideário republicano compartilhado por Pardal Mallet, Coelho Netto e Paula Nei ganhava contornos mais claros. Mais que uma mudança no regime político no país, a forma republicana seria mais um passo, após o da Abolição, no processo de civilização da nação. Libertos os escravos, faltava agora aprimorar seu caráter para que interagissem da melhor forma na sociedade que aparentemente os acolhia. Tal projeção, colocada mais explicitamente no quarto número de *O Meio*, seria acionada pelas notícias que informavam sobre o crescimento dos estupros cometidos por negros:

“Voltam-se todos contra os perversos negros, quando o ódio devia voltar-se contra os pais das vítimas, pouco zelosos da honra das suas filhas — o negro é a besta do ato — há dois anos apenas desceu à civilização da cidade.

(...) Responsável é a escravidão, que brutalizou o homem negro, responsáveis sois vós, pais, porque não zelais convenientemente por vossas filhas, responsável é o governo, que vê continuamente a onda bárbara e não trata de sustentá-la, fazendo trabalhar o homem-fera, arrancado pela civilização miserável de besta selvagem. É possível que o desgraçado, depois de praticada a infâmia, lastime a criança ofendida — mas como resistirá o bruto ao aguilhão do instinto.”¹⁴¹

Os efeitos nocivos da escravidão, como a perversão do caráter, foram um dos temas recorrentes no pensamento abolicionista, alimentando as bases para a estruturação das teorias racistas no Brasil.¹⁴² A imagem do negro apresentada na passagem citada é a

¹⁴¹ *O Meio*, 7 de setembro de 1889.

¹⁴² Cf. Célia Marinho Azevedo. Op.cit. A antropóloga Lília Schwarcz amplia esta discussão analisando as teorias racistas elaboradas durante as últimas décadas do século XIX enquanto refúgio ideológico na exclusão dos negros e mestiços da sociedade. Esta autora ainda aponta como intelectuais e cientistas brasileiros encontraram arcabouço nos estudos desenvolvidos por Cesare Lombroso, principal expoente da chamada

mesma daquela apresentada por Pardal Mallet nos editoriais de *A Rua*. Brutalizados pelo cativeiro, os ex-escravos seriam incapazes de responder por seus atos, fossem eles criminosos ou não. Nos dois semanários, os redatores deixavam entrever todo temor que nutriam por aquela multidão beneficiada pela lei abolicionista. Ainda que os julgassem devedores de suas benesses, os literatos viam nos negros e nas suas práticas uma grande ameaça à concretização de seus ideais civilizatórios.¹⁴³

A campanha empreendida por eles a favor do novo regime ganhava assim outros sentidos e tinha no expurgo de costumes considerados bárbaros o seu alvo destacado. Julgando que o governo imperial abandonou os ex-escravos logo após a Abolição, viam o trabalho como uma maneira de disciplinar aqueles homens e mulheres, afastando-os do perigo da ociosidade que poderia levar a criminalidade, como no caso dos estupros.¹⁴⁴ É neste sentido que, naquele mesmo dia, *O Meio* fazia largos elogios à iniciativa de um grupo de homens na instalação de uma fábrica de fósforos localizada na Praia Pequena:

“O que há de mais importante no arrojo dos valentes industriais, não é o desenvolvimento do trabalho brasileiro, que há de vencer, quer queiram, quer não ... é a ocupação de mulheres e crianças, em vários serviços da fábrica, para bem da sociedade e tranqüilidade dos bons costumes.”¹⁴⁵

“antropologia criminal”, que através da “observação biológica do comportamento criminoso” sustentava hipótese de que a criminalidade era “um fenômeno físico e hereditário”. Lília Moritz Schwarcz. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. SP: Cia das Letras, 2000 (1993). p.49. Ver especialmente o segundo capítulo, “Uma história de ‘diferenças e desigualdades’: as doutrinas raciais do século XIX”. pp. 43-66.

¹⁴³ Leonardo Pereira aponta muito bem como a curiosidade, a desconfiança e o temor mesclavam-se nas descrições de Coelho Netto sobre os hábitos de grupos populares, na sua maioria negros e mestiços. As impressões do literato registradas em *Fogo-Fátuo* são interpretadas pelo historiador à luz da auto-imagem construída entre os escritores do grupo de Netto, isto é, caberia justamente a eles a tarefa de ordenar e guiar as camadas iletradas na trilha que os levaria à modernidade e ao progresso da nação. Cf. Leonardo Pereira. *Sonhos de Conquistador*. Op. cit. pp. 154-157.

¹⁴⁴ Na verdade, dois meses após a Abolição a Câmara dos Deputados já discutia um projeto, da autoria do ministro Ferreira Vianna, de repressão à ociosidade. Segundo Sidney Chalhoub, tais debates mostram a tentativa dos parlamentares em procurar uma justificativa ideológica para o trabalho, isto é “razões que pudessem justificar sua obrigatoriedade para as classes populares”. Sidney Chalhoub. *Trabalho, lar, botequim. O cotidiano dos trabalhadores no RJ na Belle Époque*. SP: Brasiliense: 1986. p.43.

¹⁴⁵ *O Meio*, nº 4, 7 de setembro de 1889.

Era portanto no âmbito dos costumes que aqueles literatos direcionavam suas aspirações de mudanças. Em uma edição anterior, além de declarar guerra ao aperto de mão — considerado pouco higiênico — eles apontariam os diversos “hábitos feios” e “costumes viciosos” que gostariam de ver enterrados:

“(…) Aguarde a oportunidade o célebre palito do canto da boca, ou das têmporas, passeando, às 4 horas da tarde, a digestão de graxas pela rua do Rosário ou pelo Rocio. Todos serão atendidos. Roma não se fez em um dia. Console-se a eructação, que a dispepsia não há de preterir-la. Também será contemplada.”¹⁴⁶

A possibilidade de aprimorar as práticas e tradições populares, substituindo-as por outras que consideravam ser mais adequados às suas aspirações de uma nação civilizada era um dos elementos que uniam os literatos de *O Meio* em torno da luta pela República. Era no âmbito da cultura, portanto, que projetavam a sua batalha mais penosa, pois visavam consolidar hábitos tidos como mais modernos em supressão aqueles considerados pouco civilizados.

O embate armado, por exemplo, adotado para resolver pequenas divergências cotidianas entre os literatos daquela geração, teria na prática do duelo a expressão mais fiel de uma educação esmerada na defesa da honra dos contendores. Em fins de 1889, Olavo Bilac e Pardal Mallet foram protagonistas de um confronto neste estilo.

No dia 24 de setembro, a *Cidade do Rio* noticiou o duelo de espadas travado naquela madrugada entre os dois escritores. Embora não revele os motivos imediatos que os teriam levado ao embate, o artigo informava que partira de Mallet o desafio, publicando ainda a ata lavrada naquela ocasião:

¹⁴⁶ *O Meio*, nº 11, 31 de agosto de 1889.

“Julgando-se o Sr. Dr. Pardal Mallet ofendido pelo Sr. Olavo Bilac, resolveu tomar um desforço pelas armas para o que deu plenos poderes aos Srs. Henrique Stepple e Coelho Netto, a fim de que se entendessem com as testemeunhas aceitas pelo Sr. Olavo Bilac — os Srs. José do Patrocínio e Emílio Rouède. Reunidas as testemeunhas na casa n. 74 da rua Ouvidor, resolveram o seguinte: — que o encontro teria lugar na manhã do dia 19 de setembro de 1889, em lugar convenientemente escolhido; — que se bateriam a *épée de combat*, dando-se os contendores por satisfeitos e desafrontados ao primeiro sangue; — que seriam acompanhados por dois cirurgiões.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1889. Por parte do Sr. Olavo Bilac — Emílio Rouède e José do Patrocínio. Por parte do Dr. Pardal Mallet — Henrique Stepple e Coelho Netto.”¹⁴⁷

Tendo notícias de tal embate, a polícia passou a fazer dura vigilância a Pardal Mallet, Olavo Bilac e seus respectivos padrinhos, seguindo seus passos durante todo o dia 19 e frustrando, desta maneira, a intenção dos dois literatos em resolverem suas diferenças. Para não levantar mais suspeitas foram escolhidas novas testemunhas para acompanhar os contendores no duelo, marcado agora para o dia 21 de setembro.¹⁴⁸

Esta segunda tentativa também não teria sucesso, reprimida novamente pelas investidas policiais. Tal atitude levaria Bilac e Mallet a decidirem por um duelo sem testemunhas nem a presença de terceiros. Eles tomariam o cuidado, contudo, de registrarem e assinarem esta resolução em uma ata, na qual explicitariam, entre algumas formalidades, as suas motivações:

“(…) São levados a isso pela impossibilidade de deixar irresolvido um ponto de dignidade em que se acham empenhados, e pelas enormes dificuldades que tem havido para realização de um encontro pelas armas, segundo a praxe dos países civilizados.”¹⁴⁹

Desta vez, não houve empecilhos. Segundo o relato de *A Cidade do Rio*, o duelo teria durado apenas quatro segundos, período no qual Mallet foi atingido do lado esquerdo do ventre. Embora o atestado dos médicos que o assistiram posteriormente negasse

¹⁴⁷ “Duelo”. *Cidade do Rio*, 24 de setembro de 1889.

¹⁴⁸ “Duelo”. *Cidade do Rio*, 24 de setembro de 1889.

¹⁴⁹ *Idem*, *ibidem*.

gravidade ao ferimento, o literato ficaria acamado durante dois dias, sendo visitado por diversos amigos e conhecidos da imprensa.¹⁵⁰

Com regras e princípios morais que tentavam expressar o refinamento que tais embates teriam na Europa, as diversas tentativas empreendidas por Pardal Mallet e Olavo Bilac em resolverem um desentendimento acabaram encontrando na polícia da corte um forte obstáculo às suas aspirações naquela ocasião particular.

Na verdade, a possibilidade de enterrar a idéia do Brasil como um país incivilizado era um dos principais argumentos pelos quais se batiam os literatos de *O Meio*, tendo no regime monárquico seu alvo destacado, pois aos seus olhos, Pedro II financiava a divulgação desta imagem no exterior. Tal constatação teve como principal motivação a crítica direcionada pelo jornal à ópera *Schiavo*, de Carlos Gomes. Segundo a nota, publicada no sétimo número do semanário, era lamentável a sorte do maestro tendo que por à prova de seu talento “uma coisa que não é nada, que não é nacional porque chega até não ser humano.”¹⁵¹

Embora a referência a essa encomenda do imperador, de uma obra grandiosa que representasse a abolição da escravidão, já houvesse provocado a indignação de Pardal Mallet no último número de *A Rua*, os redatores de *O Meio* aprofundariam a discussão naquele artigo, acusando Pedro II de ainda ter incentivado a “ressuscitar o indianismo” — “uma mentira” que seria “a maior de todas as nossas desgraças”:

¹⁵⁰ *Cidade do Rio*, 25 de setembro de 1889.

¹⁵¹ *O Meio*, nº 7, 5 de outubro de 1889. *Le Schiavo* (O Escravo) estreou em 27 de setembro de 1889 no Teatro Imperial D. Pedro II (Teatro Lírico) do Rio de Janeiro, em homenagem à Princesa Isabel e a lei Áurea. O enredo tem como palco a cidade do Rio de Janeiro e seus arredores em 1567 e narra os conflitos vividos por Ilara e Iberê, um casal de índios pertencente à tribo dos Tamoios que encontravam-se escravizados numa fazenda. Cf. *Cidade do Rio*, 28 de setembro de 1889.

“Quando se escrever a verdadeira história da nossa literatura, quando se aproveitar o assombro e titânico trabalho de amanhã que Silvio Romero e Araripe Júnior tem executado no terreno da nossa mentalidade coletiva, quando se determinar ao certo a ação osmótica (sic) [...] a nossa evolução pensante e a nossa evolução social, o indianismo parecerá então na plenitude maléfica de suas funções(...)

Por enquanto ele, o indianismo, é apenas uma tolice. No *Guarani*, como no *Ubirajara*, nas poesias de Gonçalves Dias como nos livros de Magalhães ele é apenas um non-senso (sic), uma aberração histórica, uma asneira psicológica.

(...) Era isso literariamente o indianismo — uma mentira. Não tinha o prestígio de um estudo sobre o nosso selvagem. Representava apenas um personagem cômodo que o autor fazia pensar e agir fantasticamente ao belo prazer de suas conveniências preguiçosas de momento.

Mas, se ele era isto literariamente falando, muito pior era ainda sob o ponto de vista social.

A vulgarização do indianismo que rotulavam com a designação de —escola brasileira — criou e frutificou a lenda de que o Brasil era índio!

(...) foi exatamente a lenda do Brasil índio, o que encarregaram Carlos Gomes de mais vulgarizar com sua nova ópera que eu não quis e não quero ouvir porque já estou cansado de ser iconoclasta.”¹⁵²

A alusão a Silvio Romero não era casual. De fato, em Estudos sobre a poesia popular no Brasil e História da literatura brasileira, ambas de 1888, ele atribuiria a idealização romântica do indígena ao desconhecimento da realidade dos selvagens brasileiros. Na análise que faz destas duas obras, o crítico literário Roberto Ventura observa como “a perspectiva anti-romântica e pró-abolicionista de Romero” estaria profundamente relacionada a um projeto de investigação sobre a contribuição cultural das raças para a literatura nacional. Neste vínculo estabelecido entre o racial e o cultural, o negro é apresentado pelo estudioso como superior ao indígena; o branco, naturalmente, estaria acima de ambos.¹⁵³

¹⁵² *O Meio*, nº 7, 5 de outubro de 1889.

¹⁵³ Roberto Ventura. Estilo Tropical. Op. cit. p. 49. Nesta obra, Ventura procura delimitar as diversas polêmicas com quais o historiador e crítico Silvio Romero se envolveu ao longo de sua trajetória. Seus projetos de história literária encontraram interlocutores como José Veríssimo, Araripe Júnior, Capistrano de Abreu e Machado de Assis – todos eles bastante comprometidos com o debate sobre a literatura nacional que, em termos mais amplos traduzia-se na preocupação desses homens em conferir especificidade à nação brasileira. As teses defendidas por Silvio Romero em torno mestiçagem enquanto elemento formador do Brasil foram analisadas por Ventura no capítulo 2, “Um Nação Mestiça”. Op. cit. pp... 44-70.

A proximidade daqueles literatos com as idéias de Silvio Romero é explicitada também quando desqualificam as obras de José de Alencar, Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães. Segundo Ventura, este último autor, como adido do governo brasileiro em Paris no início do segundo reinado, teria sido o grande divulgador do chamado romantismo indianista no exterior e, por esse motivo, alvo das críticas posteriores de Romero.¹⁵⁴ Na verdade, o empenho de Pedro II em apoiar o grupo de romancistas teve em Carlos Gomes o principal divulgador de algumas obras literárias brasileiras, como foi o caso de O Guarani. Estreada em 2 de dezembro de 1870, no Teatro Lírico, a ópera foi recebida muito bem na Europa, consagrando o maestro internacionalmente.¹⁵⁵

Contudo, naquele momento, *Le Schiavo* representava tudo aquilo que os redatores de *O Meio* queriam ver enterrado. Além de ser financiada pelo governo imperial, ao retomar o tema indígena como enredo, a ópera vulgarizava a imagem do Brasil no exterior como um país de selvagens. Engajados em alterar essa representação, esses literatos tinham na pena a sua principal arma para a superação de um passado colonial que tinha nos elementos indígenas e nos escravos africanos a marca de um pecado original.

* * *

“A coisa está feita.” — foi nestes termos que *O Meio* anunciou a proclamação da República.¹⁵⁶

¹⁵⁴ Roberto Ventura. Op, cit. p.32.

¹⁵⁵ Cf. Lília Moritz Schwarcz. As Barbas do Imperador. Op.cit. p. 111. Segundo esta autora, O Guarani foi apresentado como uma homenagem ao aniversário do imperador, sendo estreada meses depois no Scala de Milão. Com libreto inspirado no romance do mesmo nome de José de Alencar e tendo sido financiada por Pedro II, a ópera de Carlos Gomes configurava na Europa a construção de uma memória para o império brasileiro. Idem, idem. p. 139.

¹⁵⁶ *O Meio*, nº 14, 6 de dezembro de 1889.

Ao que parece, os ideais de transformação desejados por Pardal Mallet, Coelho Netto e Paula Nei chegaram bem antes do que poderiam prever. No número anterior, que foi às ruas justamente no dia 14 de novembro, a mudança do regime político do país era algo ainda um pouco distante. Nem mesmo o boato da abdicação de Pedro II a favor de sua filha Isabel inusitadamente espalhado para ocorrer no dia 2 de dezembro — aniversário do monarca — parecia suficientemente forte para que os redatores do semanário acreditassem numa reação republicana:

“Aqui, no Brasil, o 2 de dezembro era apenas o aniversário natalício de Sua Majestade D. Pedro Último.

(...) Querem aperfeiçoá-lo, porém. Querem fazê-lo a data das nossas opressões e dos nossos cativos. Ele serviu para marcar o início vital do segundo império; servirá também para marcar a inauguração brutal do terceiro império.

(...) D. Pedro vai abdicar no dia 2 de dezembro.

E tudo foi preparado por sábio ensaiador. A substituição no trono far-se-á habilmente numa prestímanha política de pasmar. Essa é pelo menos a esperança dos conspiradores palacianos, esperança de que o povo não tenha tempo para reagir amordaçado como deve estar nesse dia de vergonha suprema para o Brasil.”¹⁵⁷

“A guerra de extermínio aos oficiais”, também era entendida como parte de um mesmo movimento conspiratório na defesa do trono e Pardal Mallet tinha motivos particulares para investir contra o gabinete Ouro-Preto: seu pai, o tenente-coronel João Nepomuceno de Medeiros Mallet, havia sido demitido do cargo de comandante da Escola Militar em 18 de outubro, “a bem do serviço público.”¹⁵⁸ Depois, a prisão de algumas lideranças militares¹⁵⁹ e o envio das tropas do 22º Batalhão da Infantaria para o norte do

¹⁵⁷ *O Meio*, nº 13, 14 de novembro de 1889.

¹⁵⁸ Cf. Raimundo Magalhães Jr. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. RJ: Editora Sabiá, 1969. p.284.

¹⁵⁹ Refiro-me especificamente ao atrito desencadeado entre o governo imperial e as forças militares em torno do chamado “incidente Carolino”, ocorrido ainda no início de setembro: “Aconteceu de o visconde de Ouro Preto chegar ao prédio do Ministério da Fazenda e não encontrar no posto o chefe da guarda, tenente Pedro Carolino Pinto de Almeida. Entendendo que o oficial dormia em serviço, ordenou sua prisão. O tenente explicou que se ausentara para satisfazer necessidades fisiológicas, mas o chefe do Governo manteve a ordem.” Renato Lemos. Op. cit. p. 370. Segundo este autor, vários grupos pertencentes ao Clube Militar procuraram Benjamin Constant para que junto ao Deodoro da Fonseca, recentemente chegado do Mato

país acabou gerando a insatisfação da mocidade militar ligada ao republicanismo, que via nesta última medida a intenção franca do governo imperial em dividir a corporação. Ligados na sua maioria ao positivismo das escolas militares, esses jovens dariam um novo incremento a campanha pela mudança do regime.¹⁶⁰

Aquele artigo de *O Meio* também informaria que o gabinete imperial já havia, inclusive, acionado a polícia da corte no encaminhamento da represália planejada para “o dia fatídico”:

“É para isso que nossa polícia já tem em lista o nome e a residência de todos os nossos jornalistas revolucionários, de todos os nossos tribunos, de todos os oficiais do exército e da armada cuja espinha dorsal não parece muito flexível à camarilha da Sra. D. Isabel. (...) toda essa gente terá de acordar no 2 de dezembro de 89 para pagar com a prisão o tributo que o 3º império pretende lançar contra a nobreza de caráter e contra o amor às convicções.”¹⁶¹

Ainda que se fizesse diferenciar das lideranças mais destacadas do republicanismo, como PRP e o Centro Positivista, a ameaça quase eminente do reinado de D. Izabel, faria com que *O Meio* apontasse uma imagem homogênea entre os republicanos naquele momento. Aos olhos dos redatores do periódico, os jornalistas, tribunos e militares simpáticos à causa, compartilhavam das mesmas apreensões em face ao boato de abdicação do monarca.

Ainda que supondo a vitória inevitável das manobras do governo imperial, o redator daquele texto não deixaria de anunciar que a concretização do “plano infernal” não

Grosso, convocassem uma reunião extraordinária para que protestassem oficialmente contra a prisão do colega. Na verdade os jovens oficiais assumiam uma postura de defesa dos direitos e garantias da classe militar. Lemos aponta ainda que foi por conta deste episódio que Benjamin Constant teria aderido definitivamente à campanha republicana. Idem, idem. p.371.

¹⁶⁰ Idem, idem. p.389. Sobre os conflitos entre os militares e o governo imperial e o desencadeamento na proclamação da República, ver Celso Castro. *Os Militares e a República. Um estudo sobre cultura e ação política*; RJ: Zahar, 1995.

¹⁶¹ *O Meio*, nº 13, 14 de novembro de 1889.

se fará sem batalha, pois será necessário “tomar a meia dúzia de barricadas que os soldados sem chefes da democracia terão infalivelmente de erguer nos entusiasmos das suas crenças e na explosão das suas revoltas.”¹⁶²

Apesar da disposição manifesta para a luta, a precipitação dos acontecimentos durante a madrugada do dia 15 de novembro surpreenderia os literatos. Em meio às informações desencontradas sobre as tropas insurgentes no campo de Santana, sob o comando do marechal Deodoro Fonseca acompanhado de Quintino Bocaiúva e Benjamin Constant, pelo menos uma coisa era certa: a República triunfara. Coelho Netto relataria anos mais tarde o espanto com o qual Paula Nei recebera a notícia:

“Qual! Desdenhou atordoadamente o Neiva, incrédulo. República...! Pois haviam de proclamar a República, mudar a forma de governo à revelia da imprensa e logo numa sexta-feira, sem o meu conhecimento?! Então a reportagem não vale mais nada neste país? Não! Não é possível. Aqui há coisa!”¹⁶³

Confiantes na relevância de seu papel no processo de transformação que tanto projetavam através das páginas de *O Meio*, a passagem do romance flagra a frustração com a qual a notícia da República foi recebida pelos literatos: ela havia se feito à revelia da participação daqueles escritores. Contudo, um boato espalhado ainda no correr de 15 de novembro daria a chance para que eles se incorporassem com um destaque significativo à história dos episódios que fizeram aquele dia. Segundo um relato de José do Patrocínio, logo no início daquela tarde misturavam-se as notícias de que a República não havia de fato sido proclamada, havendo ainda dúvidas e grande indefinição sobre o que viria a ocorrer. Temeroso de que as coisas tomassem outros rumos, o jornalista sugeriu que se organizasse

¹⁶² Idem, idem.

¹⁶³ Coelho Netto. Fogo Fátuo; Op. cit. P. 230.

um movimento popular que reverberasse a iniciativa das tropas militares chefiadas por Deodoro:

“Acho mais regular, observei eu, convidar o Povo a acompanhar-nos à Câmara Municipal e ali proclamar solenemente, pacificamente, mas decisivamente a República.

A minha opinião vingou.

Os Srs. Drs. Aníbal Falcão e Pardal Mallet foram encarregados de redigir a moção que devia ser levada pelo Povo ao general Deodoro e ao Sr. Dr. Benjamin e chefe da esquadra Wandenkolk.

Precisávamos de um sinal que corporificasse a proclamação da República, e ondas de povo haviam dilacerado a bandeira da nossa redação, em que nunca houve armas imperiais. Um cidadão prontificou-se a oferecer-nos uma bandeira: a do Clube Lopes Trovão.

Dentro em uma hora, às 3 ½ da tarde, partimos da redação da *Cidade do Rio*, e, acompanhados pelo Povo, invadimos a Câmara Municipal, onde proclamei a República e fiz hastear a bandeira, que simbolizava o fabuloso acontecimento.”¹⁶⁴

A busca de uma participação efetiva em tão importante acontecimento fez com que os literatos tomassem uma atitude de forte caráter simbólico. Reunidos novamente ao redor de José do Patrocínio no pátio da Câmara dos Vereadores, Paula Nei, Olavo Bilac, Pardal Mallet, Coelho Netto e Luís Murat lêem um manifesto dirigido aos líderes militares proclamando definitivamente a República no Brasil:

“Os abaixo assinados, órgãos espontâneos do povo do Rio de Janeiro, representam o governo provisório, instituído após a gloriosa revolução que *ipso facto* extinguiu a monarquia no Brasil, a necessidade urgente da proclamação da República.

Excelentíssimo srs. representantes supremos das classes militares do Brasil, marechal Deodoro da Fonseca, chefe de divisão Wandenkolk e tenente-coronel Dr. Benjamin Constant.

O povo do Rio de Janeiro, reunido em massa no edifício da Câmara Municipal tem a honra de comunicar-vos que, por meio de diversos órgãos espontaneamente surgidos e pelo seu representante legal, proclamou como nova forma de governo nacional – a República.”¹⁶⁵

¹⁶⁴ José do Patrocínio, “Algumas palavras”. *Cidade do Rio*, 14 de dezembro de 1889. Neste mesmo artigo, Patrocínio comentaria que vários de seus antigos correligionários estavam reunidos na *Cidade do Rio* comemorando a República, “reatando, assim, as relações interrompidas” – numa referência que justifica a presença de Pardal Mallet na redação do jornal. Olavo Bilac, de pazes feitas com seu antigo adversário de duelo, também confirmaria essa versão do episódio anos depois numa crônica. Cf. Olavo Bilac. “Crônica”. *Gazeta de Notícias*, 8 de janeiro de 1905. *Apud*. Raimundo Magalhães Jr. Op. cit. p.124.

¹⁶⁵ Evaristo de Moraes Filho. Op. cit. p.4

Embora não neguem a iniciativa do golpe contra a monarquia aos setores militares, a moção assinada por aqueles literatos os colocavam no papel de definidores substanciais de todo processo iniciado na madrugada do dia 15 de novembro. Ao se projetarem com porta-vozes da população carioca, em nome da qual julgavam falar, colocavam-se assim na vanguarda do movimento podendo, assim, receber também os louros da vitória.

O relato de José do Patrocínio revela também outra questão bastante significativa sobre o episódio da proclamação: a briga em torno das bandeiras.

De fato, assim como aponta o historiador José Murilo de Carvalho, a precipitação dos acontecimentos fez com que os insurgentes do exército e da armada não dispusessem de um símbolo para desfilar nas ruas naquele 15 de novembro. Embora houvesse as bandeiras dos inconfidentes presentes nos vários clubes Tiradentes espalhados pelo país, foi a do Clube Republicano Lopes Trovão que saiu às ruas e foi hasteada por Patrocínio na Câmara dos Vereadores, onde permaneceria até o dia 19 de novembro.¹⁶⁶ Neste dia, um decreto do Governo Provisório oficializaria a bandeira que representaria a República Federativa do Brasil:

“Art. 1º A bandeira adotada pela República mantém a tradição das antigas cores nacionais – verde e amarela – do seguinte modo: num losango amarelo em campo verde, tendo no meio a esfera celeste azul atravessada por uma zona branca, em sentido oblíquo e descendente da esquerda para direita, com a legenda – Ordem e Progresso – e pontuada por vinte e uma estrelas, entre as quais as da constelação do Cruzeiro, dispostas na sua situação astronômica quanto à distância e ao tamanho relativos, representando os vinte estados da República e o município neutro;”¹⁶⁷

¹⁶⁶ Cf. José Murilo de Carvalho. A Formação das Almas; Op. cit. P. 110. Este livro traz a reprodução da bandeira do Clube Republicano Lopes Trovão. Segundo informa Carvalho, ela fora feita pelos sócios do clube para recepcionar o seu líder na volta de uma viagem a Europa em 1888. Tal bandeira era representada por faixas verticais nas cores verde e amarela, tendo no canto direito um quadrilátero de fundo preto, em homenagem a raça negra, de onde despontavam várias estrelas bordadas em branco. Idem, idem. p.111; 104.

¹⁶⁷ “A Bandeira – Decreto Nº 4 de 19 de novembro de 1889”, *Cidade do Rio*, 20 de novembro de 1889.

A reação dos positivistas à bandeira do Clube Lopes Trovão havia sido imediata. Desenhada por Décio Vilares e enviada ao Governo Provisório, por intermédio de Benjamin Constant, a concepção da bandeira vencedora seguiu fielmente as indicações de Auguste Comte, segundo as quais deveria manter-se as bandeiras vigentes com o acréscimo da divisa política “Ordem e Progresso”.¹⁶⁸

Ainda que a deposição do trono imperial pelas forças militares tivesse reunido momentaneamente os republicanos e principais propagandistas da campanha, a disputa em torno da bandeira que representaria essa nova fase do país é flagrante das divergências que se mantiveram e se reelaboraram. Ela envolve questões significativas sobre os diversos sentidos atribuídos à forma republicana de governo e flagra o embate de diversos grupos na defesa de suas concepções.

Neste sentido, a vitória da bandeira de orientação positivista provocou vários protestos, entre os quais se colocaria *O Meio* que, por conta das críticas de seus redatores, acabaria suspenso por determinação do Governo Provisório, encerrando a partir daí a sua publicação. A indignação dos redatores em relação a esta medida ganha voz através de Paula Nei, como apontaria Coelho Netto em Fogo Fátuo:

“— Suspenso, hein? Aí tens a liberdade! Canta a *Marselhesa* agora! Canta! Um panfleto que era o espelho da nossa cultura. Em França. Garanto-te! Seria subvencionado. Aqui...suspenso por ordem do tal Provisório, com seu Quintino, seu Rui...

— Não, Chico. Nós excedemo-nos. Tem paciência. O último número é uma bomba!

— Neiva arrepiou-se felinamente, abriu o casaco, desentranhou do bolso uma papelada, da qual destacou um fascículo de *O Meio*.

— Está aqui! Esbravejou. Está aqui o horror que deu conosco no Índex. Está aqui!”¹⁶⁹

¹⁶⁸ Cf. José Murilo de Carvalho. Op. cit. p. 112.

¹⁶⁹ Coelho Netto. Fogo Fátuo. Op. cit. pp. 232-233.

No romance, Paula Nei referia-se à crítica a nova bandeira do país publicada no periódico do dia 6 de dezembro, na edição de número 14, exatamente aquela que viria a ser a última de *O Meio*:

“O Governo Provisório quer fazer a ditadura positivista do Centro da rua Nova. A bandeira - *Marca Cometa* - foi preferida para símbolo da República dos Estados Unidos do Brasil. A estrela imaginada a princípio, preferível sem dúvida, apagou-se. Arrancaram do auriverde pavilhão o café e o fumo. Dizem que o café foi retirado porque a última medicação de D. Pedro II era a cafeína. Mas o fumo? Não consta que o Sr. D. Pedro II fumasse, nem mesmo cigarros de estramônio. Porque esta guerra ao fumo? Verdade é que os positivistas também não fumam. A tabuleta *Ordem e Progresso* está incompleta; falta o *Amor*. O que fizeram de Cupido? Verdade é que o amor dos positivistas é uma mistura de nitro e êxtase; amor inofensivo. As mulheres não o apreciam.”¹⁷⁰

Vale notar que tal oposição já havia sido declarada inicialmente pelo *Diário do Comércio* que, ao que parece, foi o primeiro a comparar a nova bandeira ao reclame de um produto de marca Cometa como forma de protestar e desqualificar a decisão do governo quanto à essa escolha.¹⁷¹ Enquanto um elemento simbólico da nação que projetavam para o futuro, a briga em torno da bandeira materializou-se como um dos conflitos mais flagrantes entre os literatos entusiasmados com a queda da Monarquia e a realidade cotidiana dos primeiros atos do Governo Provisório da República. Ainda que num romance posterior Coelho Netto pareça sugerir que a suspensão do periódico deveu-se especificamente ao artigo que criticava a orientação positivista do governo, *O Meio* diversificaria os ataques ainda nesta última edição do jornal.

A prisão do senador Silveira Martins, político ligado ao governo imperial, e a represália sofrida pela *Tribuna Liberal*, jornal de propriedade do ex-chefe de gabinete Visconde de Ouro Preto, parece ter atingindo profundamente os redatores de *O Meio* pois

¹⁷⁰ *O Meio*, n° 14, 6 de dezembro de 1889, p. 122.

¹⁷¹ Cf. Omnibus. “Crônica”. *Cidade do Rio*, 25 de novembro de 1889.

feriam o princípio de liberdade, o qual compreendiam como sendo a principal conquista e garantia de um regime republicano.

José do Patrocínio sofreria represália semelhante. Por conta de grave doença de um de seus filhos seguida pela morte prematura da criança, ele havia se afastado da *Cidade do Rio* por algumas semanas. Tal ausência foi suficiente para que corresse o boato de sua prisão por ordem do Governo Provisório que, supostamente, entendia o seu antigo apoio à Princesa Isabel e ao Gabinete João Alfredo como um elemento de ameaça ao novo regime.

Foi justamente por conta desses rumores que o jornalista publicou um longo artigo no qual apontava seus movimentos durante todo o dia 15 de novembro. O episódio da proclamação da República efetuada por ele e outros literatos na Câmara Municipal é acionado por Patrocínio como prova irrefutável de seu republicanismo. Ainda que demonstre todo seu apoio e entusiasmo ao novo regime, não deixaria de avaliar os boatos de sua prisão como fruto da calúnia mesquinha de alguns propagandistas que “jamais me perdoaram a independência” – numa referência clara aos confrontos deflagrados ainda no início de 1889 entre ele, Rangel Pestana e Quintino Bocaiúva.

Tais tensões estavam longe de serem resolvidas com a proclamação da República. Ao contrário, o caráter homogêneo que tal episódio faria supor já sofria interferências significativas, deixando entrever que se em algum momento houve concordância entre os republicanos em relação à iniciativa militar em derrubar a Monarquia, os diversos caminhos disputados para o encaminhamento do novo regime seriam algo ainda muito distante de apresentar univocidade.

A presidência do marechal Floriano Peixoto (1891-1894) seria o palco onde vários conflitos seriam deflagrados. Marcando presença neste novo cenário, voltariam à

cena Pardal Mallet, Olavo Bilac, Luís Murat, Coelho Netto e José do Patrocínio. A oposição que estes literatos estabeleceriam ao governo federal os faria protagonistas de uma nova batalha que teria como trincheira de luta o jornal *O Combate*, fundado em janeiro de 1892. Nesses anos, contudo, estes escritores perderiam um forte aliado. Raul Pompéia que incrementara as páginas de *A Rua* em 1889, estaria no campo oposto: era um grande entusiasta e defensor do governo florianista.

ENTRE A PENA E A ESPADA.

“O incidente havido entre os Srs. Drs. Raul Pompéia e Olavo Bilac foi ontem honrosamente liquidado para ambos.”

Embora estivesse na primeira página de *O Combate* essa notificação não chamava muita atenção, espremida que estava entre os artigos e crônicas daquele 22 de março de 1892. Pode ser que fosse esta mesmo a intenção dos seus redatores, Pardal Mallet e o próprio Bilac que, sem maiores comentários, davam o caso por encerrado.

No entanto, por de trás de tal publicação estavam fatos que se agravavam já há algumas semanas, cujo desfecho havia se dado na noite anterior quando Raul Pompéia e Olavo Bilac se encontraram no ateliê dos irmãos Bernadelli (Rodolfo e Henrique), na rua da Relação, para um duelo com espadas. Segundo informa um biógrafo, enquanto as armas descansavam em baldes higiênicos, Bilac esfarelava os bigodes medindo o recinto com largos passos e Pompéia, concentrado, permanecia carrancudo.¹

Contudo, ainda que tudo estivesse pronto, com os padrinhos arranjados — Tomás Delfino e o comandante Francisco de Matos da parte de Pompéia e os capitães Jesuíno de Albulquerque e Miranda Carvalho por Bilac — e, contassem também com os préstimos do Dr. Heitor Murat, médico, irmão de Luís Murat, os dois escritores não chegariam às vias de fato: ao empunharem as espadas, foram convencidos pelas testemunhas a desistirem da contenda.²

¹ Eloi Pontes. *A vida inquieta de Raul Pompéia*. RJ: José Olímpio Editora, 1935. p.248.

² Cf. Eloi Pontes. Op. cit. p.248 e Raimundo Magalhães Jr. *Olavo Bilac e sua época*. Op. cit. p. 152

Bilac foi o primeiro a concordar com a suspensão do embate — “fui eu o ofensor. Dou-me por satisfeito”, disse o poeta enquanto estendia a mão para o adversário que, “constrangido e de má vontade apertou”.³ De acordo ainda com a lembrança de alguns contemporâneos, Raul Pompéia nunca ficara satisfeito com tal desfecho.⁴

Embora fossem velhos conhecidos e amigos de redação à época da publicação do semanário *A Rua*, em 1889, onde combateram o regime monárquico, naquele ano os dois escritores encontravam-se em campos opostos no cenário político. O ponto de discórdia era a presidência do Marechal Floriano Peixoto, primeiro vice-presidente da República que havia assumido o cargo em novembro de 1891 depois da renúncia de Deodoro da Fonseca.

O Combate, fundado por Pardal Mallet, Olavo Bilac e Lopes Trovão era um jornal de oposição por excelência. De suas páginas os redatores lançavam críticas ferozes a Floriano, principalmente porque julgavam que a sua posição na presidência do país era ilegal de acordo com a interpretação que davam a um artigo da primeira Constituição da República. De lado oposto, Raul Pompéia, através de sua coluna “As Lembranças da Semana”, publicada no *Jornal do Commercio*, revelava-se um defensor exaltado do governo florianista.

Não demorou muito para que se estabelecesse uma polêmica, tornando eminente um confronto entre as duas partes. O que a princípio parecia ser apenas uma defesa entre

³ Quem narrou este desfecho foi Francisco de Matos, um dos padrinhos de Pompéia, entrevistado por Eloi Pontes à época da elaboração de seu trabalho. Cf. Elói Pontes. Op. cit. p.249. Magalhães Jr reproduz o mesmo trecho em sua biografia sobre Bilac. Cf. R. Magalhães Jr. Op. cit. p. 152.

⁴ Raimundo de Menezes informa que tal postura teria sido revelada pelo próprio Raul Pompéia às testemunhas do duelo, ainda vivas à época da composição de sua biografia sobre o poeta Guimarães Passos. Cf. Raimundo de Menezes. *Guimarães Passos e sua época boêmia*. SP: Martins, 1953. p. 130. Rodrigo Otávio, amigo próximo de Pompéia na época, também lembra que o colega recebera “tal solução com verdadeiro desespero”: “Conduzido ao quarto de Rodolfo[Bernadelli], atirou-se a um divã e aí se deixou ficar, imóvel, com os braços cruzados sobre o rosto. Quando horas passadas, levantou-se e quis sair, o bom e querido Rodolfo, violentando, aliás, os desejos do amigo, acompanhou-o até em casa. (...) Corri para a casa de Raul. (...) Expliquei à família, sumariamente, o que havia ocorrido, e fui ao quarto do meu amigo (...) Raul estava deitado, abraçado ao travesseiro sobre o rosto. A custo consegui fazê-lo descobrir o rosto. Falei-lhe com calma, chamei-o a razão. Menti, dizendo que havia lido a ata do encontro e que seu teor, aliado à respeitabilidade das testemunhas que a firmavam, não deixava dúvida alguma sobre a seriedade do que se passara. Afinal, Raul falou, mas falou para dizer que se considerava desonrado.” Rodrigo Otávio. *Minhas memórias dos outros*; RJ: Civilização Brasileira/MEC, 1978 (1934). p.216.

posições políticas diferenciadas, logo se transformou em uma troca de ofensas pessoais entre Raul Pompéia e Olavo Bilac. O estopim foi aceso no trecho final de uma crônica da seção “Vida Fluminense” assinada por Bilac sob o pseudônimo de Pierrot e publicada em *O Combate* em 8 de março de 1892:

“As ‘Lembranças da Semana’, folhetim do *Jornal do Commercio*, bem estão merecendo da nossa crônica uma menção especial. O autor das ‘Lembranças’ é um empregado do governo, professor de Mitologia da Escola de Belas Artes. Esse moço bem podia ganhar e ingerir o seu ordenado completamente sem rebaixamento de caráter e sem alusões indignas. Ele, entretanto, prefere comer esse pão que o diabo amassou, repassando-o pela manteiga do servilismo e da adulação. É muito pretensioso quando pensa que incensando o marechal Deodoro o arrasta para as bandas florianistas, onde a desonra impera. Talvez não seja pretensão, talvez seja amolecimento cerebral, pois Raul Pompéia masturba-se e gosta de, altas horas da noite, numa cama fresca, à meia luz de *veilleuse* mortíça, recordar, amoroso e sensual, todas as beldades que viu durante o dia, contando em seguida as tábuas do teto onde elas vaporosamente valsam.”⁵

Segundo Raimundo de Menezes esta nota repercutiu rapidamente e “estourou como uma bomba nas rodas literárias”, entre cochichos maledicentes “seguidos de risinhos a socapa”.⁶ A propósito desta crônica da “Vida Fluminense”, os biógrafos e memorialistas, contudo, são unânimes em apontar um possível mal entendido: para aquela edição de 8 de março de *O Combate*, o texto da série teria sido escrito por Oscar Rosas que, atendendo a um pedido de Bilac, substituiu-o excepcionalmente na redação da coluna naquele dia, utilizando o mesmo pseudônimo. Tais autores comentam ainda que Olavo Bilac esforçara-se em explicar o incidente a Pompéia, procurado-o em vão pela cidade para desculpar-se pelo parágrafo malicioso publicada na coluna de sua responsabilidade no jornal.⁷

Verdade ou mentira, no dia 15 de março, fechando as “Lembranças da Semana”, saía a resposta de Raul Pompéia:

⁵ [Olavo Bilac] Pierrot. “Vida Fluminense”. *O Combate*, 8 de março de 1892.

⁶ Raimundo de Menezes. Op. cit. p. 126.

⁷ Cf. Raimundo Magalhães Jr. Op. cit. p. 151; Raimundo de Menezes. Op. cit. pp. 126-127; Rodrigo Otávio. Op. cit. pp. 213-214 e Elói Pontes. Op. cit. pp. 242-243.

“Pode-se relançar à conta dos fatos da semana a agressão que sofreu nominalmente o obscuro autor destas crônicas, da parte dos escritores prováveis ou certos da seção especial dos desaforos, de um dos diários desta cidade. Fato mínimo, que só não foi personalíssimo, porque foi um caso de imprensa e por isso apenas é lembrado em fim de crônica. Ficou sem reposta a tal agressão. Respingo de lama pode lá ter troco? Nem sequer desprezou-se: seria sujar o desprezo. Quanto a responder...haveria mister voltar contra os agressores a mesma arma fácil da afronta, de que se serviriam, assacar um doesto bem forte, dizer, por exemplo, detidamente, que o ataque foi bem digno de uns tipos, alheados do respeito humano, licenciados, marcados, sagrados — para tudo — pelo estigma preliminar do Incesto. Mas até onde iria o escândalo, o ruidoso escândalo inútil?”⁸

Correu-se exatamente uma semana para Raul Pompéia responder à afronta publicada nas páginas de *O Combate* e, sob tal circunstância, fica difícil acreditar que neste intervalo entre os dois artigos Bilac não tivesse tido uma única oportunidade de encontrar o escritor. Parece pouco provável, neste sentido, que a sua intenção fosse mesmo a de esclarecer o incidente e evitar um rompimento com o antigo colega de *A Rua* — como sugerem as referências de biógrafos e memorialistas que comentaram o episódio.

Por outro lado, ainda que a autoria de Oscar Rosas na primeira nota estivesse tão amplamente divulgada nos círculos literários, como informam tais autores, podendo possivelmente ter chegado aos ouvidos de Pompéia, ele não isentou Bilac da responsabilidade daquela publicação no *Combate* — já que, como secretário da folha, todos os textos deveriam passar necessariamente pela sua supervisão. A alusão ao incesto, portanto, destinava-se justamente a comprometê-lo publicamente. Segundo a explicação de um biógrafo, o poeta costumava dizer “não precisar casar-se porque já tinha um filho, seu sobrinho, nascido de Cora”, uma irmã mais velha.⁹

Seja como for, ainda que fiquem sem respostas alguns detalhes sobre o desenrolar da polêmica, o fato é que a questão convergiu para o âmbito da intimidade sexual

⁸ [Raul Pompéia] Y. “As Lembranças da Semana”. *Jornal do Comércio*. 15 de março de 1892. *Apud* Raul Pompéia. *Obras. (Crônicas IV)* Org. Afrânio Coutinho. RJ: Civilização Brasileira, 1983. p. 538.

⁹ Raimundo Magalhães Jr. Op. cit. p.152.

dos dois escritores. De um lado, a alusão à masturbação de Raul Pompéia ganhava sentidos fortes, pois de acordo com os cânones psiquiátricos e médicos da época, o ato era um vício degenerativo que amolecia o caráter e as idéias.¹⁰ Do outro, o contra-ataque fora desferido com o mesmo teor: a insinuação de que Bilac mantinha uma relação incestuosa com a irmã indicava um temperamento pervertido. Ambos os ataques, portanto, visavam questionar a integridade moral de um e de outro perante o público e junto aos colegas de letras.

À publicação do texto de Pompéia, seguiu-se o encontro accidental entre os dois literatos na confeitaria Cailteau, onde inevitavelmente se atracaram aos safanões e se esbofetearam, sendo apartados apenas depois das várias investidas dos colegas que se encontravam no local.¹¹ Rodrigo Otávio, que na ocasião acompanhou Pompéia de volta para casa, lembraria que foi ainda no meio do caminho que o amigo decidira: “vou desafiar Olavo para um duelo. Só a sangue isso pode acabar.”¹²

Dáí em diante, os padrinhos escolhidos por Pompéia acertaram-se com os intermediadores de Bilac, as partes arranjaram-se e marcou-se o dia e local para o embate. Contudo, ainda que o duelo não tenha se realizado, o confronto estava armado. Motivado pela troca de ofensas entre os dois escritores, tinham sua origem, na verdade, no antagonismo de suas posições políticas. Tal episódio acaba funcionando como uma janela de acesso à problematização de uma série de conflitos que seriam deflagrados entre os literatos cariocas durante os primeiros anos do regime republicano, sobretudo, entre aqueles do grupo de *O Combate* devido a forte oposição que empreendiam contra o governo de Floriano Peixoto. Do interior da desavença protagonizada por Bilac e Pompéia e para além do sentido particular que

¹⁰ Cf. Maria Clementina Pereira Cunha. *O Espelho do Mundo – Juquerv, a história de uma asilo*; RJ: Paz e Terra, 1986.

¹¹ Raimundo Magalhães Jr. Op. cit. p. 152; Raimundo de Menezes. Op. cit. p. 128 e Rodrigo Otávio. Op. cit. p. 214 e Elói Pontes. Op. cit. p.243.

¹² Rodrigo Otávio. Op. cit. p.214.

o confronto assumiu para ambos, desponta um período de graves tensões onde a imprensa constituiu uma arena particular na defesa de posições políticas francamente antagônicas. Ao longo de 1892-1893, o presidente Floriano Peixoto esteve no cerne de várias polêmicas entre os grupos que se definiram rapidamente ao seu redor: de um lado se colocaram escritores como Pardal Mallet e Olavo Bilac que investiam furiosamente contra seu governo; do outro, estavam os chamados jacobinos e/ou florianistas que defendiam nas ruas e nos jornais a política do Marechal.

Nas trincheiras do *Combate*.

O primeiro número de *O Combate* saiu às ruas em 19 de janeiro de 1892. Ainda que no cabeçalho constasse o nome de Lopes Trovão como redator-chefe, ele nunca publicaria uma única linha no jornal, de maneira que os artigos de fundo, desde a edição de estréia, ficaram a cargo do secretário Pardal Mallet,. A princípio, publicou-se a seguinte nota para explicar a ausência de Trovão:

“Achando-se ausente em Angra dos Reis o nosso bom chefe Lopes Trovão em virtude de questões de interesse particular, não lhe pertence ainda a responsabilidade do que aqui publicamos, mas ao redator-secretário Pardal Mallet, restando-nos porém a confiança do seu aplauso à orientação que damos ao *Combate* e cumprindo-nos noticiar que oportunamente publicaremos o Manifesto do nosso glorioso comandante.”¹³

Tal manifesto nunca seria publicado. Ao contrário, com pouco mais de um mês de circulação, *O Combate* reproduziria uma carta enviada por Lopes Trovão a Pardal Mallet na qual comunicava o seu desligamento definitivo do jornal. Além de pedir que o seu nome, como redator-chefe, fosse trocado no cabeçalho pelo do colega e assumisse que fora um dos seus idealizadores, Trovão reconhecia não ter escrito “nem uma linha em suas colunas”,

¹³ *O Combate*, 19 de janeiro de 1892.

afirmando ainda que a sobrevivência da folha devia-se ao empenho de Mallet que o substituiu desde o início no comando:

“Meu bravo colega:

A honra do primeiro tiro contra a atual situação política cabe-vos a vos que, para tão relevante feito, transformastes *O Combate* numa cidadela em só a vossa voz de comando deva ser ouvida, porque obedecendo a ela foi que vossos companheiros conseguiram provocar as rubras assomadas da oposição que por aí esfuzia, como prenuncio da restauração da legalidade republicana. Fortalecido nesta convicção, cumpre-me reconhecer que só vós, unicamente vós, podeis ser *de jure* o que *de fato* já sois: — o redator-chefe dessa folha que, se ressurgiu pelo meu esforço, deve a manutenção da sua existência presente às irradiações sugestivas do vosso talento másculo e às audácias indômitas do vosso patriotismo intemerato.”¹⁴

De fato, neste mesmo dia o cabeçalho do jornal já estava alterado: redator-chefe, Pardal Mallet; secretário, Olavo Bilac¹⁵ — continuando a gerência com Plácido de Abreu. Além das crônicas da “Vida Fluminense”, é provável que Bilac fosse ainda o autor da seção “Pelos Teatros”, assinada por Notívago — retomando assim o pseudônimo usado por ele numa coluna semelhante à época da publicação de *A Rua* em 1889.¹⁶

Reunindo-se novamente a frente de um jornal, Pardal Mallet e Olavo Bilac fariam de *O Combate* uma trincheira de luta na divulgação de seus ideais. A República era uma realidade, mas não era aquela que projetaram em 1889 pelas páginas de *A Rua* e posteriormente, falando-se especificamente de Mallet, através de *O Meio*.

Vendida a quarenta réis, a nova folha era mais barata que outros periódicos cariocas como a *Gazeta de Noticias* e *O Paiz* que custavam ao bolso do público sessenta réis. Seu padrão editorial era mais elaborado em relação aos semanários que estiveram sob a

¹⁴ “O Combate”. *O Combate*, 28 de fevereiro de 1892.

¹⁵ Vale notar que embora o nome de Olavo Bilac não constasse nos créditos de *O Combate* no início de sua publicação, a participação do literato na fundação e redação do jornal foi amplamente divulgada por outros periódicos que, através de pequenas notas, davam as boas-vindas à nova folha carioca. Cf. “Agradecendo”. *O Combate*, 20 de janeiro de 1892.

¹⁶ Ainda que contasse com diversas colunas, fica difícil apontar sobre outros possíveis colaboradores de *O Combate*, pois somente as referidas séries de Bilac e os artigos de fundo de Mallet traziam uma assinatura ao final dos textos.

orientação daqueles literatos nos anos anteriores. Com mais colunas de texto e contendo em média cinco páginas, sendo as duas últimas de anúncios, *O Combate* tentava cumprir todos os convencionalismos de um grande jornal da época, contando com seções mais ou menos regulares de finanças, política, entretenimento, espaço reservado “a pedidos”, folhetim no rodapé além, é claro, dos editoriais e séries cronísticas que estampavam diariamente a primeira página do periódico.

De fato, os recursos da nova folha pareciam ser maiores para Pardal Mallet e Olavo Bilac. Ao recepcionar o novo colega de imprensa um redator do jornal *Novidades* comentaria:

“O *Combate* é um jornal finamente moderno, quer na escrita, quer nas idéias. Fundado com sólido capital, feito de elementos puros, sem os prejuízos comuns das empresas jornalísticas que quase sempre escrevem no seu programa não magoar certas classes da sociedade com o fim de angariar simpatias, *O Combate*, livre e impetuoso, vai ser umas das folhas de mais futuro desta capital, porque ele a todos acolherá e defenderá sem peias e temores.”¹⁷

Ainda que outros jornais também se mostrassem cordiais à estréia de *O Combate*, cumprindo todas as formalidades de recepção¹⁸, o *Novidades* se diferenciava ao destacar a autonomia com a qual a nova folha se manteria, justificando que sua fundação era independente de grupos particulares que poderiam injetar capital para sua circulação.

Por outro lado, o surgimento intempestivo de *O Combate* provocaria outro tipo de reação na imprensa. Em direção oposta, um redator do *Jornal do Commercio* questionou justamente a independência do novo jornal, interpretando diferentemente o caso do “sólido capital” com o qual fora fundada a folha de Pardal Mallet, Olavo Bilac, Plácido de Abreu e Lopes Trovão:

¹⁷ “O Combate”. *Novidades*, 19 de janeiro de 1892. *Apud* “Agradecendo”. *O Combate*, 20 de janeiro de 1892.

¹⁸ Procurando destacar a repercussão provocada na imprensa pelo seu surgimento, *O Combate* reservou um grande espaço nas primeiras páginas para a reprodução das notas de recepção publicadas na grande maioria dos jornais fluminenses. Cf. “Agradecendo”. *O Combate*, 20, 21 e 22 de janeiro de 1892.

“Órgão de despeito de intuítos anárquicos, *O Combate* está sendo publicado contra a expressa disposição do art. 1º dos estatutos da Companhia Jornalística.

Admira que os conselheiros Mata Machado e Mayrink, proprietários do *Diário do Commercio*, sejam por detrás do reposteiro sustentadores deste jornal suspeito à República, o qual apareceu por singular coincidência com a revolta de Santa Cruz, procurando molestar logo no primeiro número, o caráter impoluto do benemérito marechal Floriano Peixoto.

Admira também que os outros acionistas consintam na espoliação por parte de indivíduos que pretendem anarquizar o país com o dinheiro alheio.¹⁹”

Reproduzida na primeira página de *O Combate*, esta nota do *Jornal do Commercio* seria rebatida por Pardal Mallet linha por linha no seu artigo de 23 de janeiro. Ao fazê-lo, o literato acabou fornecendo elementos mais detalhados para se aproximar mais detidamente dos bastidores da fundação do jornal.

Como primeiro ponto, Mallet procuraria contestar justamente a indicação de que a folha estivesse sob a orientação de algum grupo endinheirado. Para defender-se da acusação, o literato transcreve o trecho de uma notícia que circulou nos jornais no dia 19 de janeiro, que tratava das resoluções firmadas sobre os destinos da “COMPANHIA JORNALÍSTICA CORREIO DO POVO”:

“Na assembléia geral extraordinária dos acionistas desta empresa, realizada ontem, foi apresentada uma proposta dos Srs. Drs. José Lopes da Silva Trovão, Pardal Mallet e Plácido de Abreu, para a publicação nas oficinas do *Correio do Povo* de um jornal fundado e dirigido pelos proprietários sob o título d’*O Combate*, enquanto durar a interrupção do *Correio do Povo*, de propriedade da companhia que nenhuma responsabilidade moral ou material terá para essa publicação.”²⁰

Segundo Mallet, entre as cláusulas do contrato efetuado figurava apenas a obrigação de remeter *O Combate* aos antigos assinantes do *Correio do Povo* “até que se completassem as respectivas assinaturas”.²¹ Ao que parece, os idealizadores da nova folha foram bastante ágeis nas articulações: tão logo a sua proposta foi aprovada pelos acionistas, no

¹⁹ “O Combate”. *Jornal do Comércio*, 22 de janeiro de 1892. *Apud* Pardal Mallet, “O Combate”. *O Combate*, 23 de janeiro de 1892.

²⁰ Pardal Mallet. “O Combate”. *O Combate*, 23 de janeiro de 1892.

²¹ *Idem*, *idem*.

dia seguinte já saía o primeiro número do jornal. Sob esse aspecto, é provável que seus fundadores aproveitaram-se estrategicamente de um momento oportuno para colocarem em prática a idéia de inaugurar um periódico sob sua direção.

Do texto de Mallet, é possível inferir que, ele e seus parceiros, munidos de algum capital, aproveitaram-se de que o *Correio do Povo* estava de portas fechadas — possivelmente enfrentando um processo de falência — para proporem a utilização de suas oficinas tipográficas para a publicação de *O Combate*.

Procurando convencer sobre a idoneidade com a qual seu jornal fora fundado, Mallet esclareceu ainda que o contrato efetuou-se com a empresa jornalística que detinha a propriedade do *Correio do Povo* e não com dois de seus acionistas como os Srs. Mata Machado e Mayrink, numa tentativa de eliminar qualquer suspeita de que a orientação política do jornal estivesse ligada aos interesses desses homens.

Na verdade, as ligações de Pardal Mallet com o *Correio do Povo*, auto-intitulado “órgão republicano” eram bastante próximas. Foi precisamente nas páginas deste jornal que o literato publicou uma série de artigos nos quais apontava a necessidade de criar-se uma organização que cuidasse dos direitos dos escritores, retomando assim uma proposta já lançada por ele no último número de *A Rua* sob o título de “Na Brecha”.²²

De fato, os esforços de Mallet nesta questão avançaram de maneira significativa. No dia 15 de maio de 1890, o *Correio do Povo* noticiava a fundação da “Sociedade dos Homens de Letras” trazendo o estatuto assinado na semana anterior por uma comissão de

²² Cf. Capítulo II, p.98. Logo no início de 1890, Mallet e Bilac publicaram vários textos no *Correio do Povo* que contava já com as colaborações de Arthur Azevedo que, sob o pseudônimo de Gavroche, assinava a coluna diária “Flocos”. Raimundo Magalhães Jr. *Arthur Azevedo e sua época*; RJ: Civilização Brasileira, 1966. p. 196. Ver também O. B. [Olavo Bilac] “Crônica Livre”. *Correio do Povo*, 28 de fevereiro de 1890; P. M. [Pardal Mallet] “O Mulato – romance de Aluisio de Azevedo”. *Correio do Povo*, 15 de março de 1890. Vale lembrar ainda que foi exatamente em março de 1890 que Mallet e Bilac iniciaram na *Gazeta de Notícias* a publicação de “O Esqueleto”, sob o pseudônimo de Victor Leal. As diversas utilizações e apropriações desse pseudônimo foram destacadas ainda no Capítulo II desta dissertação, p.54.

literatos, entre os quais figuravam Olavo Bilac, Aluísio e Arthur Azevedo, Valentim Magalhães, Ferreira Araújo, Machado de Assis, José do Patrocínio, Emílio Rouéde, Alcindo Guanabara e Pardal Mallet. Além de propor o amparo aos homens de letras e a suas famílias em caso de dificuldades financeiras, o ponto forte do documento visava a regulamentação dos direitos dos escritores na publicação de seus textos, delineando-se desta maneira como os primeiros passos na formulação dos chamados “direitos autorais”:

“Artigo 1º, parágrafo 1º -- Conseguir do governo brasileiro uma lei regulando os direitos editoriais.

Parágrafo 2º -- Socorrer, a juízo da diretoria, os que sendo reconhecidamente homens de letras caírem na indigência ou às suas famílias em caso de morte.

Parágrafo 3º -- Influir para a publicação de obras de reconhecido mérito escrita pelos sócios.

(...)Artigo 5º -- Estabelece direitos, entre os quais, no parágrafo 2º, o de encarregar-se a sociedade da cobrança dos honorários dos sócios.”²³

Na primeira reunião oficial da “Sociedade dos Homens de Letras”, ficou decidido que uma carta seria enviada ao Governo Provisório propondo a promulgação de uma lei que regulasse os direitos dos autores no Brasil, conforme a intenção do estatuto. Contudo, o máximo que a associação conseguiu, através do intermédio de Benjamim Constant, então ministro da guerra, foi a promessa da criação de uma comissão de homens de letras que se encarregaria de redigir tal projeto. Entretanto, segundo informa Brito Broca, devido à burocracia do recém-inaugurado governo republicano, a “Sociedade dos Homens de Letras” não foi além de umas poucas reuniões, não chegando a durar sequer um mês e ficando restrita à idéia no papel.²⁴

²³ Pardal Mallet. “Sociedade dos Homens de Letras”, *Correio do Povo*, 15 de maio de 1890. *Apud.* Brito Broca “O Fracasso de uma Sociedade Literária em 1890”, in: *Naturalistas, Parnasianos e Decadistas- Vida literária do Realismo ao Pós - Modernismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991. p.137. Infelizmente, não foi possível acompanhar esta questão mais detalhadamente pois as edições do *Correio do Povo* existentes no Arquivo Edgar Leunroth (AEL) da Unicamp vão até 28 de março de 1890.

²⁴ Cf. Brito Broca. *Op.cit.* p.138.

Vale notar também que, sob a direção de Alfredo Madureira desde novembro de 1889, o *Correio do Povo* passou por algumas modificações em sua estrutura no início do ano seguinte.²⁵ Em março de 1890 era publicada uma nota informando estarem já “quase terminadas as obras do prédio nº 132 da rua do Ouvidor” para onde seriam brevemente transferidas a redação, gerência e oficinas do jornal.²⁶ De fato, o endereço anunciado era exatamente o mesmo publicado nos cabeçalhos de *O Combate* em 1892. É possível, portanto, que a antiga proximidade de Mallet com o *Correio do Povo* nos anos anteriores tivesse exercido alguma influência na utilização de suas estruturas para a fundação e o estabelecimento de sua nova folha.

Contudo, na resposta encaminhada ao redator do *Jornal do Commercio*, Pardal Mallet estava mais preocupado em rebater as acusações de que *O Combate* não comungaria dos ideais republicanos do que retirar o jornal da sombra do *Correio do Povo*:

“*Suspeitos à República!!* Pois sim! Mas de que república falam os senhores?! Será da república do sr. Floriano, do sr. Custódio... Mas naturalmente que devemos sê-lo. (...) Vivemos sempre em campos opostos, por idéias, por índole e por temperamento: porque nós já éramos republicanos e combatíamos a ss. exx. Quando ss. exx. eram monarquistas; porque a república para nós não é simplesmente a supressão de uma coroa; porque não valia a pena suprimi-la para deixar a mesma gente, as mesmas manhas os mesmos vícios e as mesmas torpezas. (...) nós não reconhecemos isto que aí anda dizendo que é República. Temos por conseguinte muita honra em sermos suspeitos a esta República, porque isto é mais um atestado de óbito para os republicanos [...]

²⁵ Na verdade, Alfredo B. Madureira assumira a direção do *Correio do Povo* das mãos de Sampaio de Ferraz que fora nomeado pelo recém-instalado Governo Provisório da República para o cargo de “chefe da polícia da capital”. “Declaração”. *Correio do Povo*, 17 de novembro de 1889. Sampaio de Ferraz é comumente conhecido por comandar uma intensa represália aos capoeiras logo após o advento da República. Sem dúvida, era a memória construída em torno da Guarda-Negra, enquanto milícia de libertos a serviço do trono e, os conflitos violentos deflagrados com alguns propagandistas republicanos em meados de 1888-89, que estava no cerne da questão e era usada para justificar a repressão policial. Sob o argumento de que era preciso exterminar quaisquer resquícios imperiais para a consolidação do novo regime, desencadeou-se uma perseguição implacável à presença dos capoeiras no Rio de Janeiro – vários deles, inclusive, desterrados para a ilha de Fernando de Noronha. Sobre a ação empreendida por Sampaio de Ferraz contra os capoeiras, ver Carlos Eugênio Líbano Soares. Op. cit. p. 416. Cf. também o artigo de Flávio dos Santos Gomes. “No meio de águas turvas (Racismo e Cidadania no alvorecer da República: A Guarda Negra na Corte. 1888-1889); *Estudos Afro-Asiáticos*; RJ (21): 75-96, dezembro de 1991.

²⁶ “Correio do Povo”. *Correio do Povo*, 22 de março de 1890.

(...) *Órgão de despeito!* Isto sim, isto é verdade. Somos uns despeitados porque nos roubaram os nossos ideais, porque nos estragaram os nossos sonhos, porque nos perverteram a República porque a estão desnaturando...”²⁷

De fato, no artigo publicado por Mallet no primeiro número de *O Combate*, o literato deixava claro que a principal motivação do aparecimento do jornal era fazer oposição direta a Floriano Peixoto, que assumira a presidência do país em 23 de novembro de 1891 com a renúncia de Deodoro.²⁸

Em 3 de novembro de 1891, Deodoro da Fonseca fechava o Congresso Nacional numa tentativa de minar a oposição do legislativo ao seu governo.²⁹ À exceção do Pará, todos os governadores de Estado manifestaram-se favoravelmente à atitude de Deodoro enviando telegramas de apoio ao presidente que voltava a dirigir o país de forma ditatorial.³⁰ Vinte dias depois, ele renunciaria pressionado por um grupo de oficiais capitaneados pelo contra-

²⁷ Pardal Mallet, “O Combate”. *O Combate*, 23 de janeiro de 1892.

²⁸ Cf. Pardal Mallet. “Para começar”. *O Combate*, 19 de janeiro de 1892. Infelizmente, essa edição do jornal está quase que completamente comprometida com inúmeras rasuras, não sendo possível a transcrição de nenhum trecho por inteiro do artigo de Mallet. É importante lembrar também que na eleição que inauguraria o governo constitucional de Deodoro da Fonseca na presidência do Brasil, em 23 de fevereiro de 1891, Floriano Peixoto não era o seu vice direto na chapa mas sim, o do candidato civil Prudente de Moraes. Como as regras desvinculavam os cargos de titular e vice, Floriano venceu a disputa com 153 votos contra os 57 recebidos pelo almirante Eduardo Wandenkolk, o vice de Deodoro. Lincoln de Abreu Penna. *O Progresso da Ordem - O Florianismo e a Construção da República*. RJ: Sette Letras, 1997. p. 71

²⁹ De maneira geral, duas interpretações procuraram explicar a atitude de Deodoro da Fonseca no fechamento das casas do legislativo, justificando-se em ambas o perigo de uma tentativa de restauração. A primeira delas, decorre das próprias declarações de Deodoro na ocasião, segundo as quais não mais havia condições de governar o país com a oposição sistemática sustentada pela maioria do congresso que se afigurava, segundo ele, como uma conspiração que visava a restauração. Contudo, de acordo com Maria de Lourdes Janotti, foi somente depois da dissolução do Congresso que alguns grupos ainda fiéis à monarquia bragantina acreditaram ter chegado o momento oportuno para se tentar uma reação ao governo republicano, conseguindo inclusive fazer embarcar para o Brasil, numa fragata austríaca, o príncipe D. Augusto. Por outro lado, numa perspectiva contrária, a explicação seria que era justamente Deodoro quem se aproximava dos monarquistas e por esse motivo não suportou a oposição dos deputados e senadores da República que viam com grande desconfiança a sua proximidade com o ministro Lucena, cuja procedência vinha dos antigos quadros da política imperial. Circulava o boato que alguns republicanos históricos, descontentes com a grande influência e poder que o barão de Lucena passava a deter no governo como Ministro da Fazenda, articulavam um golpe que colocaria Floriano Peixoto no poder com a intervenção da Armada e dos quartéis. Maria de Lourdes Mônaco Janotti. *Os Subversivos da República*. SP: Brasiliense, 1986. pp. 42-48. Cf. também Lincoln Penna. Op. cit. p.69.

³⁰ Ver por exemplo o telegrama enviado por Francisco Portela, governador do Rio de Janeiro, a Deodoro e transcrito Raimundo Magalhães Jr. Op. cit. p.147.

almirante Custódio José de Mello que, chefiando um levante da Armada, ameaçava o bombardear o Itamarati, a sede do governo federal,

Como sucessor legal da presidência naquele momento, o primeiro cuidado de Floriano Peixoto ao assumir o governo — depois de nomear Custódio de Mello para o Ministério da Marinha — foi indicar interventores para os Estados, forçando assim os governadores que apoiaram Deodoro no golpe de 3 de novembro a deixarem seus cargos. Ligado a Francisco Portela, governador do Rio de Janeiro, Mallet entendia que Floriano “rasgava a Constituição nos seus fundamentos, afetando a forma federal estatuída” ao operar “a dissolução dos Estados” através da deposição de seus representantes legais.³¹

Na verdade, logo no início de 1891, Portela havia empregado alguns dos literatos no funcionalismo público. Coelho Netto, já casado há um ano, assumiu a Secretaria do Governo do Estado do Rio; Olavo Bilac foi nomeado oficial maior da Secretaria do Interior do Estado; Aluísio Azevedo, oficial da Fazenda e Pardal Mallet, arquivista.³² Além disso, o governador ainda havia apoiado e patrocinado a candidatura de Luís Murat a deputado.³³

Contudo, tão logo assumiu a chefia do estado, o comandante Baltazar da Silveira, o interventor indicado por Floriano para Rio de Janeiro, demitiu os literatos nomeados anteriormente por Portela. O próprio Coelho Netto lembra a sucessão de demissões de que ele e seus pares foram vítimas na ocasião:

³¹ Pardal Mallet, “Pra Começar”. *O Combate*, 19 de janeiro de 1892.

³² Coelho Netto. *Fogo Fátuo*. Porto: Chardron, 1929. p.326. Segundo Rodrigo Otávio, fora o próprio Netto quem indicara seus amigos ao governador Portela, conseguindo também essas outras nomeações depois de ter assumido o cargo de secretário de governo do Rio. Rodrigo Otávio. *Minhas Memórias dos Outros*. RJ: Civilização Brasileira, 1979 (1935). 2ª série, p. 80. Leonardo Pereira aponta que as relações de Coelho Netto com o novo regime eram ainda mais próximas. Deodoro havia sido seu padrinho no casamento com D. Gaby, filha de Alberto Brandão, amigo de Portela. Cf. também Leonardo Pereira. *Sonhos de Conquistador*. Campinas, 2000. pp. 189-190. (mimeo).

³³ Raimundo Magalhães Jr. *Olavo Bilac e sua época*. Op.cit. p. 147.

“Abatido o tronco, que era Deodoro, caíram com ele vários ramos, um dos quais foi o Governador Portela, ramo em que se prendiam varas consideradas parasitas, que eram Anselmo [C. Netto], Rui Vaz [A. Azevedo], Bivar [O. Bilac] e Pardal [P. Mallet].

Rejubilaram os que viam, de olhos vesgos, a burocracia inçada de literatos. E, com dicacidade infamante, começou a inveja, até então contida, a espiolhar no breve estágio dos ‘poetas’, (como lhes chamavam em tom sarcástico), nas esferas superiores do funcionalismo.

Em busca de provas de dilapidações, que assoalhavam, entraram a fazer pesquisas mesquinhas: raspagens de gavetas, conferência de contas; não escapou ao exame o mais insignificante papelucho refugado à cesta, em cata de provas ou, ao menos, de indícios de concussão. E boquejava-se sobre negociatas gordas, arranjos de uns e de outros, conchavos com fornecedores, afirmando-se cochichadamente que os quatros haviam saído ‘podres de ricos, proprietários, sócios de empresas, acionistas de companhias e com melgueira grossa em bancos’.

(...) Apesar de nada haverem achado, ainda assim murmuravam-se retrincando-se, com despeito odiento: ‘Souberam-nas fazer, os malandros, não há dúvida; mas esperem-lhes pela volta!’³⁴

Embora não negue a rede de influências com as quais esteve comprometido naquela ocasião, Coelho Netto aponta que ele, Olavo Bilac, Aluísio Azevedo e Pardal Mallet foram acusados à boca pequena de extorsão, enriquecendo-se ilícitamente graças aos cargos de confiança que ocuparam na administração do Estado. Na época, quem saiu na defesa daqueles literatos rebatendo os boatos que circulavam foi exatamente Raul Pompéia — poucos meses antes de romper definitivamente com alguns dos futuros redatores de *O Combate*:

“Nenhum ato do Governo Portela foi mais digno de aplausos do que a escolha feita dos ilustres moços para seus auxiliares administrativos.

Mas, se o ato da nomeação de alguns rapazes distintos e conhecidos por seus trabalhos de jornalismo e literatura, não se compreende que fosse lançado em rosto como uma culpa ao decaído governador, muito menos se compreende que fossem agredidos como foram por simples injuriosas referências os próprios rapazes nomeados.

(...) Caso se quisesse condenar o ato extravagante do Sr. Portela, escolhendo entre poetas e escritores os seus funcionários — pela afirmação de incompetência destes, que fora necessário provar? Naturalmente o pouco zelo desses funcionários, distraídos pela irresistível preocupação dos seus poemas e dos seus artigos, os conseqüentes descuidos de ofício, as faltas à repartição.”³⁵

³⁴ Coelho Netto. Op. cit. pp. 339-340.

³⁵ [Raul Pompéia] Y. “Lembranças da Semana”. *Jornal do Commercio*, 11 de janeiro de 1891. *Apud*. Raul Pompéia. Op. cit. p. 478-9.

Preocupado em manter o prestígio que a posição de “homem de letras” deveria inspirar publicamente, Pompéia rebate indiretamente os boatos de corrupção que rondavam a demissão de seus colegas justificando que tudo teria sido decorrente de suas distrações, de seus descuidos com os negócios públicos já que eram mais envolvidos com as questões da arte.³⁶ No texto, destaca-se mais o esforço de salvaguardar a reputação de uma categoria, da qual o cronista fazia parte, do que uma defesa inspirada das acusações sofridas por Pardal Mallet, Coelho Netto, Bilac e Aluísio Azevedo. Nesta situação, portanto, a identidade profissional falou mais alto para Pompéia, para além das diferenças políticas que certamente já via entre si e seus antigos colegas.

Na verdade, Mallet e Bilac fizeram de *O Combate* a resposta cotidiana aqueles que de certa maneira questionaram a sua postura a frente das repartições públicas. Acusados de assaltar os cofres estaduais ou, na melhor das hipóteses, de terem sido descuidados e despreocupados com os negócios públicos, a nova folha seria a maneira encontrada por aqueles homens de demonstrar sua capacidade e seriedade para intervir junto no processo político.

Neste sentido, ao reverberar que *O Combate* era um “órgão de despeito” na polêmica com o redator do *Jornal do Commercio*, Mallet acaba indicando mais elementos que poderiam explicar o seu antagonismo em relação a Floriano Peixoto. Além do atual presidente ter sido o responsável indireto pela sua demissão e a da dos colegas, o grupo ainda carregava o fardo de ter suas imagens manchadas publicamente pelos boatos maledicentes sobre suas atuações nos cargos públicos.

³⁶ Nesta direção, um biógrafo aponta que Olavo Bilac costumava despachar em versos e transcreve uma quadrinha de pilhéria atribuída ao poeta na ocasião de um pedido de licença enviado pela professora Ana Maldonado: “— Se Dona Ana Maldonado/For uma bela mulher,/Tenha o dobro do ordenado/E o tempo que requer. / Mas se for velha e metida,/O que se chama um canhão,/Seja logo demitida,/Sem maior contemplação.” Elói Pontes. *A vida exuberante de Olavo Bilac*. RJ: Livraria José Olímpio Editora, 1944. p.169.

Um dos motivos, portanto, que pode explicar a fundação de *O Combate* foi a intenção de Mallet e Bilac de reagir ferozmente através da imprensa contra às injustiças de que julgavam ser vítimas. Mas, o desenrolar dos acontecimentos naquele início de 1892 forneceriam mais elementos para que aqueles literatos incrementassem sua crítica ao governo federal e fizessem da nova folha uma trincheira cotidiana de luta contra Floriano Peixoto.

O sentido da oposição que faziam fica claro no episódio da Revolta da Fortaleza de Santa Cruz. Segundo as notícias, no dia 19 de janeiro, cerca de 150 presos, capitaneados pelo sargento Silvino Honório de Almeida, sublevaram-se na fortaleza na qual estavam detidos como forma de protesto à presidência de Floriano Peixoto. O grupo, armado, intimidou outros praças a aderirem a revolta, sendo acompanhados em seguida por alguns oficiais da Fortaleza de Lage. Retendo os militares que tentaram conter o movimento, os revoltosos endereçaram um ofício a Floriano dando a ele o prazo de duas horas para renunciar ao governo em favor de Deodoro ou a de uma junta governativa, sob a ameaça de bombardearem a cidade do Rio de Janeiro. A rebelião, contudo, fracassou e os amotinados de Santa Cruz renderam-se no mesmo dia sob a mira um cerco naval com um saldo de dezenove feridos, entre os quais o próprio sargento Silvino.³⁷

O entusiasmo expresso por Mallet em seu comentário ao acontecimento chegou a suscitar a desconfiança em torno de *O Combate* que ajudou a reavivar a suspeita de que seus redatores teriam sido cúmplices da rebelião — como insinuou o articulista do *Jornal do Commercio*. Segundo o literato, a revolta fora “legítima e verdadeira”, pois expressava “a fraqueza do governo, cujos créditos ficam imediatamente abalados, cujos minutos de existência começam logo a ser contados”:

³⁷ Cf. “Sedição em Santa Cruz”. *O Paiz*, 20-21 de janeiro de 1892; “Revolta dos presos da fortaleza de Santa Cruz”. *O Combate*, 20-21 de janeiro de 1892.

“A verdade dos fatos que dia a dia se desenrolam no cenário político da pátria está se encarregando de provar a boa orientação que temos seguido desde o primeiro número, fazendo da volta à legalidade o tema constante de nossos artigos, declarando que o marechal Floriano se acha divorciado dessa mesma legalidade e que urge estatuir as bases do futuro pleito presidencial para apressar a inauguração de um período de sossego e de garantias cívicas.

O caso lutooso da revolta dos presos na fortaleza de Santa Cruz aí está para mostrar a veracidade destas proposições.”³⁸

Este fragmento talvez expresse de maneira mais clara os argumentos que sustentavam a postura oposicionista dos redatores de *O Combate*. Ainda que fosse o vice-presidente eleito para o primeiro governo constitucional da República no Brasil, julgavam que não seria direito de Floriano Peixoto permanecer na presidência do país até o término do mandato, isto é, até 1894. Por “volta à legalidade”, portanto, Mallet entendia ser a convocação imediata de novas eleições para a sucessão presidencial. O literato acusava que o artigo 42 da Constituição — “Se, no caso da vaga, por qualquer causa, da presidência ou vice-presidência da República, não houver ainda decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se-á a nova eleição.” — não estava sendo obedecido.³⁹

Proposições como estas, defendidas e divulgadas amplamente pelo *O Combate* através da pena de Pardal Mallet causavam barulho. Não foi por acaso, assim, que circularam boatos sobre possíveis assaltos à redação do jornal e a agressão aos seus redatores por grupos simpáticos à política florianista — a “jacobinada”, como indicaria Mallet num artigo posterior. Com apenas três dias de publicação, a folha noticiou o primeiro de uma série que ainda estava por vir:

“Com insistência circulou ontem o boato de que íamos ser assaltados, e que a vida dos redatores desta folha corria perigo.

(...) colocando-nos *em Combate*, ficamos previamente dispostos a de nada nos assustar e nada temer.”⁴⁰

³⁸ Pardal Mallet, “A Revolta”. *O Combate*, 21 de janeiro de 1892.

³⁹ Rui Barbosa. *Obras Completas de Rui Barbosa. Trabalhos Jurídicos – Estado de Sítio*. Vol. XIX. 1892. Tomo III. (Prefácio e revisão de Levi Carneiro - Tomo); RJ: MEC, 1956. p.XI

⁴⁰ “Noticiando – Assalto ao Combate”. *O Combate*, 21 de janeiro de 1892.

Nesta mesma edição do jornal, a coluna “Vida Fluminense” trazia as impressões de Bilac em relação aos boatos sobre a segurança dos redatores do jornal:

“Creio que não sou suspeito ao regime da legalidade. Amo o marechal Floriano com todo o ardor da minh’alma; com mais ardor ainda amo o 23, o sr. Custódio Mello, o irmão do sr. Custódio Mello, e toda a restante família da Legalidade. E amo tudo isso, porque já agora ninguém negará que o 23 veio fazer uma reforma radical aos nossos costumes, nas nossas idéias e em toda a nossa vida. A gente tinha idéias errôneas sobre a paz, sobre a lei, sobre o direito, sobre tudo.

(...) Depois da instalação da legalidade, quando a gente quer mandar um homem em paz, usa destes meios:

Primeiro, deixa-se que os ânimos sosseguem. (...) Depois, pega-se do homem, dá-se-lhe uma boa carga de bengaladas; e, depois de o haver arrastado durante meia hora pela rua, diz-se-lhe, com carinho e solitude: — Pode ir em paz, bom homem!

E o homem vai em paz, com a cabeça quebrada, os ossos moídos, as pernas estraçalhadas, abençoando a legalidade que o manda vir pra casa em paz, em vez de o mandar para o cemitério em carrocinha da Santa Casa.”⁴¹

Na verdade, o cronista fazia pilhéria com as notícias sobre os distúrbios gerados em São Paulo por ocasião das exéquias de D. Pedro II, falecido em 5 de dezembro de 1891. Segundo um telegrama publicado pela *Gazeta de Notícias*, um indivíduo teria sido expulso da igreja em que se realizava a cerimônia por ter dado “vivas à república”. Depois de ter sido arrastado para a rua sob insultos e bengaladas, a multidão finalmente “deixou-o ir em paz” — conforme indicava a nota.

Ironizando os termos pelos quais a agressão ao sujeito fora noticiada pelos jornais, o literato fazia do ocorrido o mote para atacar Floriano Peixoto. Ao usar a expressão “legalidade” de maneira provocativa, invertendo seu sentido no texto, o literato criticava o governo que ascendera em 23 de novembro como a fonte principal dos tumultos ocorridos. Conforme sugere o cronista, assim como o termo “legalidade” pervertia-se com a permanência de Floriano no poder, pervertiam-se também outros conceitos que deveriam nortear as relações sociais.

⁴¹ [Olavo Bilac] Pierrot, “Vida Fluminense”. *O Combate*, 21 de janeiro de 1892.

Na semana seguinte, Bilac reproduziu em sua coluna um edital dirigido a população fluminense, no qual o chefe da polícia Manoel Martins Torres proclamava os cidadãos a auxiliar as autoridades a “manter a ordem, evitar as perturbações materiais e obstar a ação de vários elementos de anarquia que ameaçam o exercício do poder”:

“Sendo uma das principais causas do contínuo sobressalto em que vive a opinião à circulação de boatos alarmantes, criados pela imaginação perversa dos despeitados e transmitidos por indivíduos ociosos ou levemente crédulos, espero do patriotismo dos habitantes desta capital que oponham a sua ação benéfica contra esses boatos, já desmentindo-os e desfazendo a má impressão que possam causar, já conduzindo a esta chefia as pessoas que os transmitirem para dar informações e ulterior procedimento legal.”⁴²

Para criticar este edital, Olavo Bilac constrói seu texto sob a mesma estratégia do chiste, firmando cada vez mais a maneira escolhida por ele para atacar o governo florianista. Ao compor o narrador de suas crônicas como um distraído comentador de “causos”, um apreciador de pilhérias aparentemente inocentes, o literato dava voz às suas preocupações mais imediatas. Naquele dia, como que casualmente, Pierrot registraria suas impressões sobre a última medida policial:

“Ora, eu por mim, estou pronto a cumprir a ordem, contanto que me garantam as costas. Imaginemos um caso:

Eu sou um homem fraco. (...) Suponhamos agora que acabo de jantar, acendo um charuto, e com a alma à larga e o estômago à farta, encaminho-me por esta rua do Ouvidor a fora. Ao chegar ao largo do S. Francisco, encontro um amigo:

— Ó Pierrot! Sabes da grande novidade?

Paro. O amigo que me interpela é um homenzarrão, possuidor de um corpanzil de ferro e de uns punhos de pedra. Fico logo a pensar na ordem do chefe, mas faço das tripas coração e olho firme para o amigo:

— Então, que grossa novidade é essa, amigo?

— Pois não sabe? O câmbio continua a baixar, a febre amarela continua a matar e o governo continua a inquirir.

E eu, que sou bom cidadão, bom cumpridor das leis que faço: desminto-o homem, o prendo-o para conduzi-lo a chefia.

— Está preso!

E o homem que faz? Parte-me as ventas.

E aí fico eu com as ventas quebradas por ter querido ser um bom cidadão, bom cumpridor das ordens do sr. chefe de polícia.”⁴³

⁴² [Olavo Bilac] Pierrot, “Vida Fluminense”. *O Combate*, 27 de janeiro de 1892.

⁴³ Idem, idem.

Ainda que demonstrasse interesse em seguir as recomendações policiais, Pierrot apontava os problemas que tais ações poderiam causar junto ao povo, demonstrando o clima de tensão que o edital deveria estar provocando na cidade. Ao fazer com que seu personagem imagine uma situação limítrofe para o caso, Bilac revela o quanto julgava arbitrária tal medida, vendo nela nada mais do que um convite à delação desenfreada. As medidas de repressão do governo, portanto, saíam do âmbito das forças oficiais e passavam a ocupar os espaços das ruas, autorizando de certa forma o cidadão comum, partidário de Floriano, a agir conforme suas suspeitas particulares.

No dia anterior, Pardal Mallet já havia rompido em críticas ferozes contra o recente edital interpretando as recomendações policiais como uma estratégia governista para atrair informantes ao seu círculo de influências, sob a disfarçada intenção de manter a tranquilidade da população.⁴⁴ Ao conferir tal sentido à medida e expressá-lo nas páginas de *O Combate*, o literato entrava em conflito com outro articulista que, pelas páginas do *Diário de Notícias* acusava o novo periódico de ser “implacável e violento” no encaminhamento de suas críticas ao governo federal. Respondendo a esta proposição, Mallet expressaria com maior veemência a sua oposição à presidência de Floriano Peixoto:

“*Implacável e violento* eu sou, *implacável e violento* eu quero ser contra esse homem que me está estragando a pátria brasileira.

Eu não posso suportar o Sr. marechal Floriano na chefia do Brasil porque o acho indigno para o cargo.

Esteticamente eu não o posso aceitar.

(...) O sr. Floriano nada evoca das nossas glórias, não entusiasma nem pelas tradições anônimas de campanha, nem pelo seu físico de sujeito de pés tortos, de falta de dentes, de falta de escova, desengonçado e imprestável para modelo, para retrato e até para mesmo para caricatura.

Intellectualmente eu não o posso aceitar. O sr. marechal Floriano é como o sr. Pedro II – é profundo pelo silêncio.

Moralmente eu muito menos o posso aceitar. A história política do sr. Floriano ou é a história de uma fraqueza, de uma perversão de vontade, ou é a história de uma traição, de uma perversão do senso-moral.

⁴⁴ Cf. Pardal Mallet. “Exploração”. *O Combate*, 26 de janeiro de 1892.

Eu não o posso aceitar em hipótese nenhuma, eu contra si tenho a obrigação de mover uma oposição *implacável e violenta*.

Para encurta-lhe o prazo do poder, para dirimi-lo da suprema magistratura do país, eu tenho primeiro ao meu dispor a campanha pela efetividade da constituição.

Apesar das interpretações de última hora, a doutrina constitucional exige uma próxima eleição presidencial.

(...) É esta a campanha que eu pelejo agora, o combate que agora estou travando.⁴⁵

Nesta passagem, Pardal Mallet identifica *O Combate* a si próprio. O jornal seria, portanto, a expressão máxima de suas aspirações políticas naquele momento e, neste sentido, as motivações que nortearam o seu aparecimento ficavam cada vez mais explícitas. Em primeiro lugar, parece ter sido ele o idealizador do projeto. Aliando-se novamente a Bilac e prevendo a repercussão que o nome de Lopes Trovão teria no cabeçalho de um periódico que retomava, anos depois, o mesmo título usado pelo propagandista na folha que dirigira em meados de 1880-1881⁴⁶, Mallet articulou e organizou a publicação de *O Combate* na firme intenção de promover na imprensa uma oposição direta a Floriano Peixoto. Os motivos mais imediatos estariam justamente na deposição dos governadores, entre eles o do Rio de Janeiro, Francisco Portela, a quem tanto ele como outros literatos estavam ligados e que, por conta disso, perderam seus empregos assim que o estado sofreu a intervenção federal. Para sustentar as críticas construídas cotidianamente, bateu-se desde o primeiro número pela obediência de um artigo da Constituição, propagandeando e defendendo a convocação imediata de novas eleições presidenciais.

Cartão de entrada de *O Combate*, os artigos de fundo assinados por Pardal Mallet atraíram para si e para os demais redatores da folha a fama de conspiradores. Acirrando a oposição ao mesmo tempo em que a polícia da capital tomava medidas cada vez mais

⁴⁵ Pardal Mallet, “Implacável e Violento”. *O Combate*, 27 de janeiro de 1892.

⁴⁶ Cf por exemplo a edição de *O Combate*, propriedade de Lopes Trovão & Cia, de 11 de junho de 1889. Ainda que bastante rasurado, pode-se ler no artigo publicado por Mallet no número de estréia de *O Combate* que aquele jornal “seria um recomeçar de lutas” – numa referência clara ao antigo periódico dirigido por Lopes Trovão no início de 1880. Pardal Mallet. “Para Começar”. *O Combate*, 19 de janeiro de 1892.

enérgicas para reprimir tais posturas, o jornal passou a ser alvo de investidas policiais. Poucos dias após a divulgação do edital de Martins Torres, Bilac denunciaria na sua coluna diária que já estava sendo vigiado por um agente e que, por conta disso, passara uma noite “torturante”:

“É que ontem fui jantar com um amigo. E quando à porta da casa saltei, com o estômago e a alma gemendo de ansiedade e de fome, e antegozando o jantar que ia festivamente comer, — vi que do mesmo bonde desceu comigo um senhor espião, amável e atencioso que a polícia do sr. dr. Martins Torres transformou em meu criado particular, solícito, pronto sempre a acompanhar-me ao banho, ao almoço, ao jantar, ao *vermouth*, à ceia, ao amor, e ao sermão, todo dia e toda a noite. Vi que o homem descia do bonde e ficava parado à porta. Arreliou-me aquilo. Pois eu iria mesmo deixar aquele amável cavalheiro parado à porta de uma casa onde eu ia jantar confortavelmente?

(...) Se a polícia tivesse tido a preocupação de me apresentar, por um cartão cortês, o homem que estava encarregado de me seguir, eu teria recebido o amável espião com todas as delicadezas de que é capaz a minha alma de conspirador bem educado, e teria tomado a liberdade de apresentá-lo à pessoa que me convidara a jantar.

(...) Imaginem os senhores: entrava eu dando o braço ao secreta, e apresentava-o: Senhoras e senhores: aqui lhes apresento um senhor que o sr. Martins Torres encarregou de me seguir...

Seria um escândalo. E foi por isso que tive uma jantar agoniado, lembrando-me de três em três minutos que o nariz do pobre homem lá estava à porta aspirando a vida e ugolinescamente os aromas das belas coisas que eu comia... Compreendem como isso me torturou?...é que eu não nasci com a crueldade no coração.

Peço ao sr. chefe de polícia que de hoje em diante não se esqueça de me declarar o nome dos agentes a quem encarregar da missão de me acompanhar. Somente assim, poderei recompensá-los da solicitude com que perdem o seu tempo e, o seu apetite, curtindo fome enquanto eu como iguarias finas.”⁴⁷

Recorrendo novamente à sátira como estratégia textual das crônicas pelo seu carnavalesco personagem, Bilac transformava em um episódio risível o caso da vigilância que certamente estava sofrendo. Através da narrativa de Pierrot, o literato invertia as posições e reduzia o agente que o seguira à vítima real da situação. Com as falsas gentilezas de seu personagem-narrador, ele ridiculariza a estratégia policial facilmente percebida, provocando ainda o chefe de polícia ao expor publicamente o fracasso com o qual culminara a sua intenção de espionar indivíduos considerados suspeitos ao governo federal.

⁴⁷ [Olavo Bilac] Pierrot, “Vida Fluminense”. *O Combate*, 31 de janeiro de 1892.

Ainda que não demonstrassem o mesmo estilo panfletário dos textos redigidos por Mallet, as crônicas de Olavo Bilac expressavam a mesma intensidade crítica, reforçando assim a campanha direcionada pelo *O Combate* contra o governo florianista. Contudo, ainda que concentrasse seus ataques às medidas impostas por Floriano, como no caso da deposição dos governadores⁴⁸, e, à represália policial direcionada aos redatores do jornal, decorrente desta postura, Bilac ampliava seu o alvo e fazia dos problemas cotidianos do Rio de Janeiro uma das preocupações de seus textos.

Logo na primeira crônica da “Vida Fluminense”, Pierrot já frisava o quanto era lastimável a situação da cidade sitiada por “um batalhão de febres”.⁴⁹ Num texto posterior, o cronista dizia ter contado vinte e três enterros num breve passeio de bonde:

“Como é agradável! A cada passo, lembra-se um pobre homem de que as epidemias assolam a cidade, e de que talvez no dia seguinte o seu próprio corpo vá, como aqueles, aos encontrões, dentro de um caixão incômodo... E mais ainda, lembra-se a gente de enquanto todos morrem, vive um governo por aí, vive por aí uma inspetoria de higiene, se que é que vive quem não dá sinal de si.”⁵⁰

De fato, naquela mesma edição, *O Combate* noticiava, entre outras mortes, 41 por febre-amarela, 8 por tifo e 5 por varíola.⁵¹ Ainda que cobrasse da Inspetoria Geral da Higiene — ex-Junta Central da Higiene do período imperial⁵² — medidas para o controle das febres

⁴⁸ Ver, por exemplo, as crônicas da “Vida Fluminense” publicadas em 1 e 6 de fevereiro de 1892, quando Pierrot comenta sobre os boatos da prisão do “Dr. Taumathurgo”, governador do Amazonas, que desde 22 de janeiro “resistia bravamente” a entregar a chefia do Estado ao inteverntor nomeado por Floriano. Cf. também, “Deposição no Amazonas”. *O Combate*, 22 de janeiro de 1892.

⁴⁹ [Olavo Bilac] Pierrot, “Vida Fluminense”. *O Combate*, 19 de janeiro de 1892.

⁵⁰ [Olavo Bilac] Pierrot, “Vida Fluminense”. *O Combate*, 01 de fevereiro de 1892.

⁵¹ “Noticiando”. *O Combate*, 1 de fevereiro de 1892. Ver também essa mesma seção do jornal em 6 de fevereiro de 1892, onde era noticiado 38 mortes por febre amarela, 10 por outras febres, 4 por varíola e 1 por tifo.

⁵² Segundo Sidney Chalhoub, devido às altas taxas de mortalidade decorrentes de uma epidemia de febre amarela em 1850 e de outra de cólera, em 1855, a questão da salubridade pública e das condições de higiene das habitações coletivas foram aos pontos centrais que levaram o governo imperial à criação da Junta Central da Higiene, órgão que ficaria encarregado de “zelar pelas questões de saúde pública” da Corte. Sidney Chalhoub. *Cidade Febril. Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. SP: Cia das Letras, 1996. p.29-30.

que vitimavam inúmeros indivíduos diariamente, o cronista acaba associando a ineficácia de sua ação à própria ineficácia do governo federal, que era o seu principal alvo.⁵³

A influência que as forças ligadas ao poder central teriam sobre a política municipal é apontada também pelo literato quando criticou, em uma nota, a resolução da Intendência Municipal⁵⁴ de retirar do necrotério público a imagem de Nossa Senhora da Piedade e, de seu próprio prédio, a de São Sebastião. Acusando tratar-se aquela de uma medida ortodoxa, pois levava ao limite à separação entre a Igreja do Estado, o cronista apontava em seguida que o próximo passo seria a proibição de outras manifestações religiosas como as procissões públicas.⁵⁵ — insinuando assim que o Estado interferia num campo reservado à liberdade individual do cidadão.

A falta de calçamentos nas ruas que vitimava alguns transeuntes distraídos⁵⁶ e a carestia de gêneros que assolava a população também foram questões atacadas pelo literato. Ao criticar o alto preço que o pão atingira, ele cobrava do governo que, para além das

⁵³ Sobre as relações cambiantes entre a Inspetoria Geral de Higiene e o Ministério do Interior, ao qual teoricamente estava subordinada, ver Sidney Chalhoub. Op. cit. 46-50.

⁵⁴ O Conselho da Intendência Municipal do Rio de Janeiro foi criado em 7 de dezembro de 1889 pelo decreto 50A do Governo Provisório da República em substituição a Câmara Municipal, dissolvida na ocasião pela mesma medida. Constituída por 7 membros (intendentes) nomeados pelo governo federal, inclusive o presidente, a Intendência Municipal cuidava da elaboração e fiscalização de posturas municipais que regulavam as questões referentes à habitações coletivas, abastecimento, impostos, limpeza urbana, higiene pública, abertura de portas, etc. Ainda que nos preâmbulos de sua criação, a Intendência Municipal tivesse sido organizada para garantir a “autonomia política ao poder municipal da capital”, o fato é que ela estava diretamente subordinada ao Ministério do Interior. José Murilo de Carvalho aponta, neste sentido, o caso do 1º Código de Posturas editado pelo Conselho da Intendência em 1890 e anulado por deliberação do Ministro do Interior, Cesário Alvim. Entre outras medidas do código, havia uma regulamentava e limitava as atividades referentes às casas de aluguel, prejudicando assim os interesses de proprietários e arrendatários que, em protesto, recorreram não a Intendência, mas ao próprio governo federal que mandou suspender a execução de todo o Código de Posturas. Cf. respectivamente Américo Freire. Uma Capital para República. Poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XIX. RJ: Editora Revan, 2000. pp. 44-46 e José Murilo de Carvalho. Os Bestializados. Op. cit. pp. 33-36. Para uma narrativa da sessão do Conselho de Ministros em que se discutiu tal decisão, ver Dunshee Abranches. Actas e Actos do Governo Provisório (edição fac-símile); Brasília: Senado Federal, 1998. p.135.

⁵⁵ Cf. [Olavo Bilac] Pierrot. “Lembranças da Semana”. *O Combate*, 6 de fevereiro de 1892.

⁵⁶ Numa pequena nota, o literato comenta ter presenciado a queda de uma dama que distraidamente enfiara o “lindo tornozelo” num buraco da Rua Gonçalves Dias: “E era doloroso ver a mágoa de M. O.: tão doloroso, que se, a visse um intendente compreenderia que é necessário endireitar as calçadas, ao menos em atenção aos tornozelos bonitos que passam.” [Olavo Bilac] Pierrot. “Vida Fluminense”. *O Combate*, 01 de fevereiro de 1892.

arbitrariedades cometidas, garantisse ao menos a sobrevivência da “gente pobre”, em nome de quem julgava falar:

“Sim! Amável e paternal governo! Inventa revoluções para te poderes ver livre de nós, mas dá-nos o pão! Manda matar revolucionários às pranchadas, mas dá-nos o pão! Dissolve tudo, corrompe tudo, desmembra o país, assassina a República, restaura a monarquia, mas dá-nos o pão! (...) Dá-nos bordoadas, mas dá-nos o pão.”⁵⁷

Ainda que em algumas pequenas notas Bilac pareça direcionar suas críticas às forças políticas locais, como a Intendência Municipal e Inspetoria da Higiene, sugerindo que deixava fora de foco a figura de Floriano Peixoto, neste texto ele volta à carga e deixa flagrar que seu grande alvo nunca deixara de ser o governo federal, o responsável primeiro, segundo faz entender, pela maioria das dificuldades cotidianas enfrentadas pela população fluminense. Da carestia à supressão de imagens religiosas dos lugares públicos; das febres contagiosas ao péssimo estado de conservação das ruas, tudo seria decorrente do “23” — numa referência clara à subida de Floriano à presidência:

“a miséria está matando a gente pobre, a gente que não ganha o que o Sr. Floriano ganha e que trabalha incomparavelmente mais do que ele... e do que os outros.”⁵⁸

Ao frisar que a “gente pobre” também estava sendo vitimada pelo governo florianista, Olavo Bilac visava certamente dar publicidade à campanha veiculada pelo *O Combate* contra Floriano, divulgando no jornal aquilo que acreditava ser os problemas diários enfrentados pelos trabalhadores. Por outro lado, é possível perceber que à sombra desta postura estava o exercício de uma auto-imagem na qual o literato julgava-se uma espécie de porta-voz dos populares. Neste sentido, ao procurar fazer das questões de higiene, das melhorias públicas e da carestia aquilo que estaria no centro das preocupações da população, comentadas pelo personagem Pierrot, Bilac dava vazão às suas próprias ansiedades, num movimento

⁵⁷ [Olavo Bilac] Pierrot. “Vida Fluminense”. *O Combate*, 9 de fevereiro de 1892.

⁵⁸ Idem, idem.

contrário ao que queria construir para seus textos. Desta maneira, era o literato também que tinha medo de morrer de febres contagiosas e não só o “pobre homem” referido na crônica; assim, como também não queria despencar num buraco na rua à exemplo da suposta M. O., e, do mesmo modo, também receava ter dificuldades para se sustentar como tinha a “gente pobre”.

Para acirrar ainda mais a tônica incendiária de *O Combate*, seus redatores iniciaram a publicação de uma série de notas anunciando a chegada de José do Patrocínio que voltava da Europa depois de uma estadia de quase dois fora do Brasil.⁵⁹ Ao anunciar em destaque a volta do jornalista, Pardal Mallet e Olavo Bilac certamente viam no antigo líder mais uma força aliada que poderia auxiliá-los no recrudescimento da oposição a Floriano Peixoto.

De fato, tão logo colocou os pés no Rio de Janeiro e reassumiu a direção da *Cidade do Rio*, até então a cargo de Emílio Rouéde, Patrocínio publicou um artigo incendiário em *O Combate*, no qual acusa Floriano de ordenar uma violenta represália a uma manifestação no Ceará. Segundo ele, mesmo estando a multidão desarmada, as forças policiais investiram furiosamente contra ela (“como numa emboscada”) deixando várias pessoas feridas gravemente. Com um estilo retórico que lhe era característico, o jornalista finalizava o texto

⁵⁹ Ver por exemplo a crônica da “Vida Fluminense”. *O Combate*, 11 de fevereiro de 1892 e a nota “José de Patrocínio”, *O Combate*, 21 de fevereiro de 1892. Acompanhado da esposa e do filho Zeca, Patrocínio partira para Europa em outubro de 1890 graças ao capital conseguido pela venda de uma concessão (concedida a ele pelo governador Portela) a uma empresa que sanearia os terrenos baixos da baía da Guanabara. Raimundo Magalhães Jr. *A Vida Turbulenta de José do Patrocínio*. Op. cit. p. 296. Este biógrafo registra também uma nota publicada em março de 1892 na *Revista Ilustrada*, na qual aponta-se claramente que os motivos da volta de Patrocínio devia-se unicamente a combater o governo Floriano Peixoto: “Chegou ontem da Europa o grande jornalista José do Patrocínio. O motivo que o faz voltar aos nossos braços é o atual estado de coisas, a péssima orientação política do governo que tudo vai derruindo por terra.” Idem, idem. p. 298.

com imagens fortes, bradando que somente o sangue era capaz de “nutrir o tirano”: “Sangue, mais sangue. É preciso que o sr. Floriano beba!”⁶⁰

Passados, portanto, o período em que divergiram sistematicamente na campanha pela República, quando Patrocínio colocou-se momentaneamente ao lado do trono imperial, naquele momento, a oposição a Floriano unia novamente Pardal Mallet e Bilac ao antigo líder.

Ao mesmo tempo, a represália à imprensa acirrava-se. Alguns dias antes da volta de José do Patrocínio a redação de *A Capital* sofrera uma violenta represália das forças policiais: as oficinas foram invadidas e, as edições do dia que ainda restavam, inutilizadas. Enquanto isso, um outro grupo de soldados apreendia a folha das mãos dos vendedores e arrancavam das mãos das pessoas aquelas que estavam sendo lidas à paisana nas imediações da rua do Ouvidor. Levado ao delegado que chefiara a operação, o diretor do jornal, Gonzaga Filho, recebeu a informação de que “havia sido ordenada a apreensão dos exemplares do jornal por constar à polícia que ele publicava artigos sediciosos.”⁶¹

De sua coluna, Olavo Bilac criticava o acontecido, acusando a polícia, literalmente, de ladroagem. Segundo ele, uma tiragem de jornal custava “casa, capital, operários, redatores, porcentagens, comissões e papel”, envolvendo assim um montante de dinheiro. Ao inutilizar a tiragem de *A Capital*, as forças policiais cometiam um delito: assaltavam uma propriedade particular e, como a sua tarefa era justamente a de “zelar e salvaguardar” essa mesma propriedade, a polícia devia portanto “prender-se a si mesma, meter-se a si mesma no xadrez como ré de crime de ROUBO!”⁶²

No mesmo dia em que *A Capital* sofreu a apreensão de toda sua tiragem, *O Combate* também recebia a visita de outro chefe da polícia que, adentrando a redação da folha

⁶⁰ Cf. José do Patrocínio. “Mais Sangue”. *O Combate*, 24 de fevereiro de 1892.

⁶¹ “A Capital”. *O Combate*, 21 de fevereiro de 1892.

⁶² [Olavo Bilac] Pierrot. “Vida Fluminense”, *O Combate*, 21 de fevereiro de 1892.

acompanhado por alguns soldados oferecia auxílio aos escritores sob a justificativa de “constar que o jornal ia ser assaltado.” Ao comentar que “a entrada inesperada do dr. delegado em nosso escritório não nos surpreendeu”, Mallet e seus pares acabam insinuando na nota publicada que aquele “ato delicado” nada mais era do que uma iniciativa velada da polícia para impor sua presença e vigilância ao periódico.⁶³

A experiência do assalto *A Capital* e da ronda policial no *O Combate*, juntamente com os constantes boatos de ataque às oficinas, levaram os seus redatores a tomar uma atitude radical: passaram a pernoitar no escritório da folha, instalado no mesmo prédio onde ficava a tipografia. Certos que o jornal corria riscos, decidiram que era “sua obrigação moral” formar uma barricada de defesa, permanecendo no edifício em tempo integral “à espera do inimigo”.⁶⁴

Segundo Pardal Mallet, em uma dessas noites o grupo que lá plantonava recebeu a informação de que havia grande movimentação de tropas militares pela cidade. Às cinco da madrugada, uma delas postou-se às portas do prédio de *O Combate* causando imenso alarde entre os que lá estavam. De acordo com o literato, “a muitos ocorreu-nos então a idéia de que contra nós fora expedido mandato de prisão”:

“Descendo para verificar essas suspeitas e para dar saída aos vendedores e correios, tive eu pessoalmente, pelas sentinelas e pelo tenente comandante de um pelotão que estacionara aqui perto na rua de Uruguaiana e ensarilhara armas a notícia de que todos aqueles aparatos bélicos eram feitos para garantia do *Combate* ameaçado. E da boa vontade e cordura desse oficial obtive o favor de mandar retirar as sentinelas aqui da porta, que nada adiantavam para a execução das ordens recebidas de dispensar ajuntamentos, e só serviam para nos emprestar umas honras de prisioneiros”⁶⁵

Ainda que certamente a percepção de Pardal Mallet fosse outra na ocasião e entendesse a iniciativa da polícia como uma intimidação, sua atitude fora cuidadosa. Recebendo a informação que a presença das sentinelas à porta de *O Combate* objetivava

⁶³ Os Redatores. “O Combate”. *O Combate*, 21 de fevereiro de 1892.

⁶⁴ Pardal Mallet. “O caso de ontem”. *O Combate*, 04 de março de 1892.

⁶⁵ Idem, idem.

proteger o jornal contra supostos ataques, a alternativa mais plausível para o literato era tentar livrar-se da vigilância agindo de acordo com a própria lógica policial. Não questionando na ocasião o argumento do comandante da operação — a autoridade no momento — o literato conseguiu que o seu pedido de retirar os soldados do prédio da folha fosse atendido. Ao forjar com o oficial uma relação na qual se colocava como devedor de seus serviços, Mallet movia-se interior da lógica do favor da autoridade policial que, naquele momento, detinha poderes suficientes para deitar abaixo todo escritório de *O Combate* caso o literato se colocasse numa posição de confronto.

Contudo, passados os momentos de tensão e já na posição de diretor do jornal, Mallet daria, no dia seguinte, a sua versão dos fatos ocorridos na madrugada anterior. Segundo ele, encobertas sob o advertimento de estar prestando auxílio ao *Combate*, aquela última ação policial escondia, na verdade, uma estratégia de fazer intensa vigilância aos seus redatores. Ironizando tais medidas como “a forma espetaculosa pela qual pretendem especializar-nos como um favor”, o literato escancarava no artigo aquilo que durante a conversa com o comandante das tropas tivera que velar para proteger sua folha, a si mesmo e aos companheiros que lá pernoitavam:

“Se argumentamos até agora no pressuposto de providências policialmente tomadas para nossa defesa, isto não quer dizer que esta hipótese tenha sido a verdade verdadeira sobre o caso de ontem.

Por mais antipopulares que o governo nos queira fazer, por mais antipopular que um jornal se torne ele nunca poderá ser atacado por um verdadeiro exército, e para sua defesa não são por conseguinte necessária a mobilização de mais de mil homens”⁶⁶

Referindo-se ao movimento das tropas que fizeram alarde pela cidade naquela madrugada, Mallet aponta o despropósito da explicação da autoridade policial que justificava tudo como sendo um esquema de proteção ao *Combate*. Por outro lado, mais do que intimidar

⁶⁶ Pardal Mallet. “O caso de ontem”. *O Combate*, 04 de março de 1892.

os redatores e funcionários do jornal com a presença de várias sentinelas, o chefe da polícia suspeitasse que do escritório do jornal partiam artimanhas contra o governo e, por isso manteve o prédio sob vigilância.

Essa era, aliás, a interpretação de Raul Pompéia sobre o movimento das tropas policiais na madrugada de 4 de março. De sua coluna do *Jornal do Commercio*, o literato colocava-se ao lado das forças governistas e de Floriano Peixoto, afirmando que se conspirava a sua deposição em favor de Deodoro:

“Floriano Peixoto no caso difficil de uma derrota, deixaria o poder, vencido como pode ser vencida a justiça, desanimado como pode desanimar o patriotismo, vítima da culpa insana de ser honesto (epíteto de que há quem ouse fazer escárnio), vítima do seu propósito de intransigência moral, como acontece que são vítimas os honestos e os intransigentes, quando a hora pertence a corrupção.

Deodoro seria exaltado em nome de um crime.

(...) Floriano Peixoto é o organizador da República Brasileira. Isto importa ao povo.”⁶⁷

Foram justamente textos como esse, que exultavam a figura de Floriano Peixoto, que atraíram a crítica dos redatores de *O Combate* contra Raul Pompéia, expressa mais diretamente na coluna “Vida Fluminense”, Dois dias depois da publicação dessa crônica no *Jornal do Commercio*, saía aquela outra que ofendia o literato e que estaria no cerne do malfadado duelo entre ele e Olavo Bilac.

Desde a Revolta da Fortaleza de Santa Cruz, em janeiro, Pompéia acirrava seu ataque aos opositores de Floriano Peixoto, a quem exaltava pela energia patriótica com a qual resistia honradamente na presidência, defendendo a República de traidores que cometiam todos os crimes de subversão — numa referência aos presos e oficiais que participaram

⁶⁷ [Raul Pompéia] Y. “Lembranças da Semana”. *Jornal do Commercio*, 7 de março de 1892. *Apud* Raul Pompéia. Op. cit. pp.525-527.

daquela rebelião.⁶⁸ No seu comentário sobre o acontecimento, o literato mostrava-se um entusiasta do militarismo, afirmando que o momento exigia que as forças armadas estivessem unidas para que não se deixassem insuflar por interesses partidários, aos quais acusava de estarem por trás da intenção dos revoltosos da Fortaleza:

“O exército e a armada existem para a pátria e não para os partidos. Para trás a cabala mesquinha das facções! Nossa missão é diversa. Não queiram confundir a espada de que nos armamos em nome da honra nacional, com a navalha reles da antiga capangagem de eleições.”⁶⁹

Contra a espada que se armava Raul Pompéia, os literatos de *O Combate* empunhavam a pena na defesa de um modelo de República, onde não havia espaço para “fanatismos” que desnaturavam o ideal de liberdade. Segundo Pardal Mallet, a jacobinada armava-se sob os olhos Floriano que “deixava a pátria entregue aos fanáticos”:

“...aos sistêmicos e intransigentemente jacobinos, aqueles que vivem dia por dia pedindo forcas em todas as esquinas e fuzilamentos em todos os quartéis.

(...) Não se fazem necessários grandes esforços para adivinhar o que será então a existência brasileira... o país entrará no período tão anunciado e tão pavorosamente do Terror.”⁷⁰

Recorrendo aos anos tidos como mais violentos da Revolução Francesa para enfatizar o quanto julgava arbitrário o tipo de governo encaminhado por Floriano Peixoto, Mallet ainda indicava que o confronto com os partidários do Marechal se dava também nas ruas da cidade, alarmando, em seguida, que se alastrariam por todo país. Enquanto isso, numa posição francamente antagônica, Raul Pompéia defendia de sua coluna o aniquilamento dos “conspiradores” que insistiam em se bater “contra a ordem verdadeiramente constituída da República”.

⁶⁸ [Raul Pompéia] Y. “Lembranças da Semana”. *Jornal do Commercio*, 25 de janeiro de 1892. *Apud* Raul Pompéia. Op. cit. pp.487-493.

⁶⁹ Idem, idem. p.493.

⁷⁰ Pardal Mallet. “A Jacobinada”. *O Combate*, 11 de fevereiro de 1892.

De fato, tal antagonismo entre antigos colegas de campanha republicana mostrava-se cada vez mais flagrante e intenso na imprensa, tornando muito frágeis os elementos que os uniram naquela época em que lutavam por uma causa em comum. Bastou uma das partes explicitar publicamente as diferenças políticas que os separavam naquele instante para desnudar uma polêmica que já se travava há algum tempo e colocar em xeque a identidade literária que aparentemente os unia enquanto grupo. Os bastidores do duelo não realizado entre Raul Pompéia e Olavo Bilac flagram muito bem, neste sentido, como era tênue a relação entre aqueles escritores, caso não compartilhassem das mesmas posições políticas.

Ainda naquela semana de março em que estava sendo negociado o embate armado entre Bilac e Pompéia, Mallet voltava à carga e acirrava a campanha para a convocação de novas eleições presidenciais, apelando agora para a interpretação de Rui Barbosa sobre a questão. Interpelando o jurista com uma carta, o literato pedia a sua avaliação sobre o ponto que gerava a controvérsia. Ainda que Rui fizesse altas considerações e traçasse um histórico da Constituição, sua longa resposta continha trechos altamente favoráveis à propaganda direcionada pelo *Combate*:

“Em meu humilde entender, não há dúvida nenhuma quanto à necessidade constitucional de proceder-se a nova eleição de presidente da República, uma vez que a vacância se abriu no primeiro biênio do período presidencial.

(...) Certamente, no meio da confusão que nos envolve, a eleição do presidente da República nos ameaça com uma crise, que levantará grandes agitações. Mas a lei que nos impõe a necessidade desse pleito em circunstâncias tão anômalas, é precisamente um dos resultados típicos da ascendência do elemento que nos está governando.

(...) Sim, com essa eleição teremos de vencer uma crise. Mas essa crise tem na eleição mesma a sua solução natural. Crise incomparavelmente mais temerosa, crise indelindável seria a prorrogação da presidência atual, sustentada, contra a lei, por uma interpretação de condescendência; pois essa crise viciaria a autoridade do poder nas suas fontes, legal e moralmente, imprimindo-lhe um cunho de ditadura interessada.”⁷¹

⁷¹ Rui Barbosa. “Eleição Presidencial”. *O Combate*, 19 de março de 1892.

No trecho final do fragmento, Rui Barbosa aponta que a presidência de Floriano apenas se sustentava graças a uma transigência de seus aliados no Congresso. Rui referia-se especificamente ao parágrafo 2º do artigo 1º da Constituição, segundo o qual, “o Presidente e o Vice-Presidente, eleitos na forma deste artigo, ocuparão a Presidência e a Vice-Presidência da República durante o primeiro período presidencial.”⁷² Na verdade, tal dispositivo não amparava as pretensões de Floriano de permanecer na chefia do país. Ao contrário, significava apenas que ele, como o vice eleito pelo Congresso, exerceria não a presidência mas a vice-presidência até o final do mandato previsto, no caso, até 1894, independentemente de uma nova eleição. Em outras palavras, elegendo-se um novo presidente da República, Floriano somente continuaria como o seu vice legal.

Na interpretação de Rui, os dois textos da Constituição eram de fato “desarmônicos”, pois se “o mandato vice-presidencial de marechal Floriano findará em 1894, o do novo presidente, investido agora acabará em 1896”. Contudo, de acordo com ele, ainda que se perdesse a simultaneidade dos períodos eleitorais, era necessário convocar novas eleições para a presidente da República:

“Mas, defeituosa, ou não, essa é a legalidade existente. Não temos o direito de torcê-la em argumento lisonjeiro à interpretação favoneada pelos interesses da política reinante.”⁷³

Embora Rui terminasse sua carta de reposta afirmando que dava o parecer como estudioso “das cousas jurídicas e de matérias constitucionais”⁷⁴, Pardal Mallet fazia do texto um verdadeiro panfleto político. Com o aval do prestigiado jurista, o literato procurava

⁷² Rui Barbosa. Obras Completas de Rui Barbosa. Trabalhos Jurídicos – Estado de Sítio. Vol. XIX. 1892. Tomo III. (Prefácio e revisão de Levi Carneiro - Tomo); RJ: MEC, 1956. p.XI.

⁷³ Rui Barbosa. “Eleição Presidencial”. *O Combate*, 19 de março de 1892.

⁷⁴ Idem, idem.

legitimar aos olhos públicos a campanha para a convocação de novas eleições, pela qual *O Combate* se batia desde seu primeiro número. E declarava:

“Não são necessários grandes esforços de perspicácias para reconhecer que o governo do sr. Floriano vai dia por dia perdendo terreno, que se lhe quebrantam as forças e energias, e que se lhe avizinha um desenlace, desses desastrosos e fatais, para sempre registrados na história, como lição de povos a ameaças de tiranos.

(...) E então, diante dessas sucessivas deposições de governadores e dissoluções de congressos (...) diante do povo caso que lhe inspirava o crescimento da epidemia febril, o povo por inteiro lavrou-lhe a sentença de morte.

Para executá-la, de nada mais se faz mister de que a aplicação da lei exigindo a imediata abertura de pleito eleitoral para preenchimento da suprema magistratura do país.”⁷⁵

Colocando-se como porta-voz das aspirações populares, Mallet procurava fazer de seu jornal a reunião de todos os interesses que possivelmente se articulavam naquele momento contra Floriano Peixoto. Ainda que na imprensa fluminense tivesse como aliados *A Capital* e a *Cidade do Rio*, *O Combate* se destacava por ter nascido, anunciadamente, como uma trincheira de luta contra o governo florianista -- como Mallet explicita no seu artigo de estréia na folha.

Desta maneira, assim como o parecer de Rui Barbosa sobre a ilegalidade do governo Florianista foi recebido com entusiasmo por Pardal Mallet, o chamado “Manifesto dos Generais”, publicado em todas as folhas da capital em 6 de abril de 1892, deve tê-lo deixado exultante. Afinal, qualquer manifestação de autoridade que se postasse contra Floriano era muito bem vinda para os propósitos do jornal dirigido por ele. Aproveitando-se politicamente de cada uma delas, o literato imprimia nova força ao *Combate*.

Primeiro fora uma rebelião sem resultados na fortaleza de Santa Cruz; depois, o parecer de um civil cuja autoridade em assuntos jurídicos era incontestável; e, naquele

⁷⁵ Pardal Mallet. “Fatal Prognóstico”, *O Combate*, 19 de março de 1892.

momento, era um grupo de militares de alta patente que assinavam publicamente um manifesto com o seguinte teor:

“Exm. sr. marechal vice-presidente da República.

Os abaixo assinados, oficiais gerais do exército e da armada, não querendo, pelo silêncio, compartilhar da responsabilidade moral da atual desorganização em que se acham os Estados, devido à indébita intervenção da força armada nas deposições dos respectivos governadores, dando em resultados a morte de inúmeros cidadãos, implantando o terror, a dúvida e o luto no seio das famílias, apelam para vós marechal, para que faça cessar tão lamentável situação.

A continuar por mais tempo semelhante estado de desorganização do país, será convertida a obra de 15 de novembro de 1889 na mais completa anarquia.

E os abaixo assinados, crentes como estão, que só com a eleição do Presidente da República, feita quanto antes como determina a Constituição Federal e a lei eleitoral, feita porém livremente sem a pressão da força armada, se poderá restabelecer prontamente a confiança, o sossego, e a tranqüilidade na família brasileira, e bem assim o conceito de República no exterior, hoje tão abalados, esperam e contam que neste sentido dareis as vossas acertadas ordens, e que não vacilareis em reunir este importante serviço cívico aos muitos quem nos campos de batalha já prestastes à pátria.”⁷⁶

Datado em 31 de março, o manifesto vinha assinado, entre outros, pelo Marechal José de Almeida Barreto, vice-almirante Eduardo Wandenkolk e General da Brigada João Nepomuceno de Medeiros Mallet — o pai de Pardal Mallet.⁷⁷ Assim como estivera envolvido na onda de rebaixamentos promovidos pelo Visconde de Ouro-Preto em outubro de 1889⁷⁸, Medeiros Mallet aparecia mais uma vez numa relação de grande proximidade com filho, deixando entrever que naquele momento pai e filho comungavam das mesmas opiniões em relação ao governo de Floriano Peixoto.

Condenando a deposição dos governadores e exortando o vice-presidente a obedecer a Constituição através da convocação de novas eleições, os treze generais se colocavam numa situação de confronto ao se diferenciarem tão explicitamente de seu colega

⁷⁶ “Manifesto dos Generais”. *O Combate*, 6 de abril de 1892.

⁷⁷ Os demais eram os Generais de Divisão José Clarindo de Queiroz, Antônio Maria Coelho, Cândido José da Costa; os Contra-almirantes José Marques Guimarães, Dionísio Manhães Barreto, Manoel Ricardo da Cunha Couto e os Generais de brigada Dr. João Severiano da Fonseca, José Cerqueira de Aguiar Lima, João José de Bruce e João Luís de Andrade Vasconcellos. *Idem*, *idem*.

⁷⁸ Cf. Capítulo II, p. 122.

de farda. Mesmo afirmando que seu texto era um apelo, o grupo de militares o constrói sob diversas prerrogativas que, lidas sob outra perspectiva, poderiam facilmente ser entendidas como uma intimidação.

Ao expressar que a convocação de novas eleições deveria ser feita livremente por Floriano, “sem a pressão das forças armadas”, os generais simplesmente deixavam flagrar a existência dessa possibilidade. Depois, ao indicar que Floriano saberia fazer cumprir “as acertadas ordens”, aqueles militares sugeriam que se a decisão fosse contrária, seria portanto errônea. E, a seguir, ao proclamar que o Marechal não vacilaria no cumprimento da Constituição, acabavam apontando, da mesma maneira, que uma recusa seria entendida claramente como a insegurança do vice-presidente em deixar o poder e enfrentar aqueles cujos interesses seriam afetados.

Floriano Peixoto certamente entendeu o texto dos treze generais como uma afronta a sua autoridade. Considerando um “procedimento anormal”, o Marechal respondeu ao manifesto com um outro dirigido “à nação”, cujo teor já sugeria que seriam tomadas medidas enérgicas para conter o “inconveniente espírito de indisciplina” de “velhos camaradas”, os quais, segundo ele, intencionavam “plantar a anarquia no momento crítico da reorganização da Pátria e da consolidação das instituições republicanas”:

“Entendo que impõe-me o dever de dar remédio a tão anormal situação; entendo, mesmo, que torna-se necessário, deixar por momento, o caminho da tolerância benévola, que tem sido a norma do meu governo. Convencido de que é necessário fazer sentir que a ordem é uma realidade, o governo saberá salvar – dentro da lei (...) o prestígio de sua autoridade, a honra da República e os créditos deste povo livre e digno.

(...) Convinde trazer a tranqüilidade a todas as consciências, a cofiança ao comércio, a garantia a todos os legítimos interesses, evitando que se continue a explorar a credulidade de uns e a timidez de outros, com grave prejuízo da consolidação da República e da ordem no seio da Pátria, o governo resolve tomar as providências contidas nos decretos que a esta acompanham.”⁷⁹

⁷⁹ Floriano Peixoto. “À Nação”. *O Combate*, 8 de abril de 1892.

Publicado por toda imprensa dois dias depois do manifesto dos generais, o texto de Floriano trazia em anexo as medidas expedidas por eles: onze generais reformados e dois rebaixados para segunda classe.⁸⁰

Neste dia, o artigo de fundo de *O Combate* não vinha assinado por Pardal Mallet que, precavido, certamente temia expor-se no jornal e fazer companhia ao pai nas punições comandadas por Floriano. A função ficou legada a Jacques Ourique, militar de menor patente, mas com o respaldo de uma cadeira na Câmara dos Deputados que lhe garantia imunidades.

Reproduzindo o artigo 77 da Constituição, segundo o qual, “os militares de terra e mar terão foro especial nos delitos militares”, Ourique investiu contra a reforma dos generais e acusou Floriano de ter expedido medidas que não eram de sua competência, sendo, portanto, arbitrárias:

“Finalmente caiu completamente a máscara com que o governo cobriu os arbítrios, as violências e os crimes da sua nefasta e anti-patriótica administração.

A Constituição, rasgada à ponta de espada, dessa mesma espada que abriu à pátria os horizontes da liberdade, flutua em pedaços no ar, impelida pela brisa da desesperança e do desengano.

(...) Foram reformados os 13 generais que apresentaram ao sr. Floriano Peixoto um manifesto puramente político, aconselhando-o que decretasse a eleição presidencial como pedia a imprensa, a opinião pública, todo o país.

Foram reformados!!...

(...) O governo devia lembrar-se, antes da violência ilegal, criminosa e inqualificável que acaba de cometer, que esses generais representam dezenas de anos de serviços à pátria, dezenas de anos de sacrifícios, de lutas, de privações; que não podem deixar de pesar em seu próprio julgamento.

(...) Com o mesmo arbítrio com que fulmina e qualifica degradantemente um cidadão, sem apresentar provas, sem se lembrar que ele, amanhã com as mesmas bases, pode defender-se e acusar o sr. vice-presidente, (...) com esse mesmo e condenável arbítrio puniu contra todas as considerações de conveniência, de legalidade e de lealdade, os 13 generais de terra e mar que assinaram o manifesto.”⁸¹

⁸⁰ Os dois militares que sofreram penalidade menor eram o general de brigada João José Bruce e o contra-almirante Cunha Couto. Este último, certamente receoso das consequências de ter tomado parte no manifesto, tomou o cuidado de expedir uma carta pública ao ministro da marinha, Custódio de Mello, datada no mesmo dia em que texto dos generais saía por toda imprensa. Nesta carta, o contra-almirante tenta explicar sua atitude afirmando não desejar que o manifesto “seja interpretado com uma imposição ao governo”, e justifica a seu superior imediato: “Faço espontaneamente esta declaração, para arredar-vos de qualquer juízo menos justo a meu respeito cumprindo assim o dever de lealdade para convosco, na qualidade de um distinto companheiro de classe.” *O Combate*, 8 de abril de 1892.

⁸¹ Jacques Ourique. “Finalmente”. *O Combate*, 8 de abril de 1892.

As críticas de Ourique partiam do princípio de que Floriano expedira uma medida inconstitucional reformando os generais. Lembrando que o manifesto era um ato político, o deputado apontava a inconveniência de tal punição, pois fora enquadrada por Floriano como um delito militar. E, segundo ele, mesmo se o fosse, exigia foro particular, não competindo ao presidente qualquer medida coercitiva.

Voltando ao posto no dia seguinte, Pardal Mallet desenvolveu outra linha de argumentação no ataque ao marechal-presidente. Visando sensibilizar os brios militares com a atitude de Floriano, o literato publicou um texto onde, para além da arbitrariedade que via na reforma, ataca tal medida como uma tentativa de Floriano de dismantelar a “classe militar”, submetendo-a publicamente a tal punição”:

“São passageiras e efêmeras as vitórias da tirania. Atentatórias contra a lei, são cusparadas para o Céu que voltam sempre ao rosto dos blasfemos. E contra o sr. Floriano Peixoto, pois, e contra toda essa florianada que o cerca e que, em imitá-lo, se deprime, devem infalivelmente voltar as tentativas de desmoralização e de castigo, agora, com triunfal arrogância vibradas.

Elas surgiram ontem, assombrando esta população pela audácia tresloucada do cometimento que, fazendo do manifesto dos generais, para seus signatários inventou punição extra-legal que pune a classe toda inteira, que contra as prerrogativas e regalias de todos os militares atenta e que é em síntese o primeiro passo para a dissolução do exército e da armada nacionais.⁸²

Em tom de ameaça, Pardal Mallet anunciava que Floriano seria a próxima vítima de seus atos, como um castigo natural e intrínseco aos tiranos. Considerando a reforma dos generais um ato desatinado, o literato ainda procurou fazer alarde apontando que a medida delineava-se como o prenúncio do aniquilamento geral das forças militares em atuação naquele momento.

À frente de *O Combate*, Mallet possivelmente traduzia publicamente o sentido que outros militares deram a reforma dos generais. Por outro lado, o seu artigo procurava

⁸² Pardal Mallet. “O Traidor Floriano”. *O Combate*, 9 de abril de 1892.

influenciar e fortalecer essa avaliação ao frisar, em seguida, que tal ato só se justificava pelo “temperamento e a vocação traidora do sr. Floriano”:

“Traidor!!

Oh! Nunca de sua frente lhe lavaram esse estigma de Caim, por mais sangue que a masorca dos seus pretorianos consiga derramar, e por mais banhos de sangue com que lhe pretendem saciar a sede desumana de monstro.”⁸³

O recado do texto era claro: Floriano traía seus irmãos de farda. Ao reformar 13 generais de terra e de mar, ele traía e afrontava a própria “classe” da qual pertencia — para usar a expressão da época. Como filho de general e possivelmente tendo bastante proximidade com o pai, Mallet certamente não ignorava a variedade de interesses que cambiavam e conflitavam entre os oficiais e também no interior de suas relações com governo⁸⁴, mas, para seus propósitos naquele momento, fazer das forças militares um todo unívoco era essencial para imprimir a Floriano Peixoto a insígnia de traidor e acirrar assim a oposição ao seu governo.

Colocando-se ao lado dos oficiais reformados, o grupo de *O Combate* foi acusado posteriormente de ter participado diretamente das articulações das manifestações que fizeram as manchetes dos jornais poucos dias depois do manifesto dos generais. No final da tarde de 10 de abril, um grupo de jornalistas, escritores, militares do alto e baixo escalão, congressistas e populares protagonizaram uma manifestação em frente à casa de Deodoro da Fonseca — que convalescia há várias semanas. Sob o pretexto de prestar uma homenagem ao velho Marechal, o grupo fez das imediações de sua casa na Lapa o palco de um inspirado protesto contra

⁸³ Idem, idem.

⁸⁴ Celso Castro mapeia com bastante propriedade alguns dos conflitos deflagrados nos anos anteriores a República e às vésperas do golpe militar de 15 de novembro de 1889, como ele se refere às ações que depuseram à monarquia de Pedro II. O autor aponta como algumas dessas ações, ao procurarem imprimir uma feição de unidade entre os militares (como a fundação do Clube Militar em 1887 que reunia membros do exército e da armada), apenas flagravam o quanto eles formavam grupos heterogêneos que comungavam de interesses diversos no interior da própria corporação. Interesses conflitantes que perpassavam tanto pela jovem oficialidade como pelos militares de altas patentes e que não se extinguiram com a República. Celso Castro. Os Militares e a República. Um estudo sobre cultura e ação política. RJ: Jorge Zahar Editor, 1995.

Florianos Peixoto. Lá discursaram o deputado J. Joaquim Seabra, capitão Mena Barreto e Pardal Mallet. Segundo a versão governista publicada no *Diário Oficial* no dia seguinte, os oradores estimularam a multidão os assistia a seguir em marcha até o Itamarati aos gritos de “morra Floriano”, com “o fim de depor o presidente da República.”⁸⁵ Por outro lado, de acordo com os acusados,

“Não se sabe como, não se sabe pedida por quem, apresentou-se a banda de música do 24º [batalhão] que se pôs logo em movimento para Botafogo, arrastando atrás de si o povo, surdo as observações, aos conselhos e às exortações dos oradores que aconselhavam o adiamento da manifestação”⁸⁶

Liderados ou não por algumas pessoas, o fato foi que houve uma debandada geral quando os manifestantes chegaram a sede do governo federal. Tropas militares armadas até os dentes estavam a sua espera sob o comando do próprio Marechal Floriano Peixoto.⁸⁷ Na confusão foram imediatamente detidos Mena Barreto (preso por Floriano), o professor Campos Paz e Severiano Rodrigues da Fonseca, irmão de Deodoro. Na mesma noite a polícia prendeu Pardal Mallet, Olavo Bilac, Plácido de Abreu e Jacques Ourique, indo ainda atrás de José do Patrocínio no escritório da *Cidade do Rio*.⁸⁸

Às quatro da madrugada do dia 11 de abril, Floriano decretava estado de sítio por 72 horas e suspendia as garantias constitucionais pelo mesmo período. Na mesma medida ainda oficializava várias prisões e desterrava para o Estado do Amazonas 45 civis e militares reconhecidos como “autores, promotores, cúmplices ou coniventes no crime de

⁸⁵ “Diário Oficial, 11 de abril de 1892”. *O Paiz*, 11 de abril de 1892.

⁸⁶ Luís Murat. “A Cilada”. *O Combate*, 21 de abril de 1892.

⁸⁷ Cf. “Dr. Pardal Mallet”. *O Combate*, 11 de abril de 1892; Luís Murat. “Ontem e Hoje”. *O Combate*, 12 de abril de 1892; Luís Murat. “A Cilada”. *O Combate*, 18, 19 e 20 de abril de 1892.; *O Paiz*, 11 e 12 de abril de 1892. Entre as várias narrativas sobre as manifestações ocorridas em 10 de abril cito também algumas obras biográficas que se detiveram sobre o assunto, Raimundo Magalhães Jr. *Olavo Bilac e sua época*. Op. cit. p.153; do mesmo autor, *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. Op. cit. p. 301-302; Francolino Cameu e Arthur Peixoto. *Floriano Peixoto. Vida e governo*. Brasília: UNB, 1983 (1925). p.291-292.

⁸⁸ “Jornalistas Presos”. *O Combate*, 12 de abril de 1892.

conspiração”.⁸⁹ Entre os nomes já citados, o decreto punia também seis dos generais que assinaram o manifesto de 10 de abril (não constando, porém, entre eles Medeiros Mallet, pai de Pardal), os ex-governadores Francisco Portela, do Rio de Janeiro, e Clarindo Queirós, do Ceará, outros jornalistas e militares de patentes menores e o Conde de Leopoldina.⁹⁰

As articulações do governo foram um tanto quanto rápidas. Às quatro horas da tarde do dia 14 de abril partia a bordo do “Pernambuco” rumo ao desterro na Amazônia, Pardal Mallet, José do Patrocínio, Plácido Abreu, Jacques Ourique, almirante Wandenkolk, coronel Mena Barreto, entre outros. Antes de embarcar, eles ainda puderam se despedir daqueles que ficavam presos nas fortalezas como Olavo Bilac, Dermeval da Fonseca e Francisco Portela.⁹¹

Sem seus principais redatores, *O Combate* estaria condenado não fosse o socorro de Luís Murat que assumiu a redação do jornal.⁹² Conservando ainda os nomes de Pardal Mallet, Olavo Bilac e Plácido de Abreu no cabeçalho, Murat, que era deputado, substituiria Mallet nos artigos de fundo e daria continuidade à postura de oposição da folha. Dali em

⁸⁹ “Diário Oficial, 11 de abril de 1892”. *O Paiz*, 11 de abril de 1892.

⁹⁰ Para a listagem completa dos presos e dos desterrados políticos, ver Rui Barbosa. “O Estado de Sítio, sua natureza, seus efeitos, seus limites”, in: Rui Barbosa. Op. cit. pp.11-13. Sobre o Conde de Leopoldina, Raimundo Magalhães Jr. aponta que ele socorrera vários os colegas de menores recursos quando acabou o dinheiro enviado pelo governo para a subsistência dos desterrados na Amazônia. Cf. Raimundo Magalhães Jr. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. Op. cit. p.303.

⁹¹ “O Pernambuco”. *O Combate*, 14 de abril de 1892. Ainda que estivessem no mesmo navio os deportados seguiriam caminhos diferentes quando aportassem em Belém. De lá seguiriam para diferentes vilarejos do Estado do Amazonas: para São Joaquim do Rio Branco foram Clarindo de Almeida, Mena Barreto, Gregório Taumaturgo de Azevedo, Antônio J. Bandeira Jr., José Elísio dos Reis, J. Joaquim Ferreira, Muniz de Aragão e Inácio Alves C. Carneiro; para Cucuí seguiram Almeida Barreto, Jacques Ourique, Sebastião Bandeira, Antônio R. Miranda de Carvalho, José Joaquim Seabra, Patrocínio, Plácido de Abreu, Manoel Lavrador, Campos da Paz e Conde de Leopoldina; e para Tabatinga Eduardo Wandenkolk, Felisberto Piá de Almeida, José Carlos de Carvalho, Antônio Carlos S. Piragibe, Pardal Mallet, Jansen Júnior e Sabino Inácio Nogueira da Gama.

Os presos nas fortalezas também foram divididos: na de Lage ficaram detidos Clímaco Barbosa, Olavo Bilac e Pinheiro Guedes; em Willegaignon, Antônio Maria Coelho, Domingos Jesuíno de Albuquerque, Bento J. Manso Sayão, Francisco Gomes Machado e Francisco Gomes de Almeida; e na Fortaleza de São João ficaram Manhães Barreto, Dermeval da Fonseca, João Neiva, João da Mata Machado, Francisco Portela e Pinheiro Guedes. Cf. Francolino Cameu e Arthur Vieira Peixoto. Op. cit. p.293

⁹² Em 12 de abril *O Combate* já publicava a seguinte nota: “Como tivessem sido presos os redatores desta folha, assumiu a redação dela o Sr. Luís Murat”. “Expediente”. *O Combate*, 12 de abril de 1892.

diante os textos de *O Combate* concentram-se na defesa dos presos e desterrados políticos e no ataque a esse último ato do governo florianista:

“*O Combate* continua a ser o que foi sempre.

Se o governo entender que a liberdade de pensamento é uma tolice; que o prêmio de todos os sacrifícios é o exílio; é o esfacelamento geral da família e a desintegração completa da pátria, que havemos de fazer, nós, que lutamos, nós, que protestamos, nós, que esperamos?

Lutar, protestar e esperar!”⁹³

Sem Mallet nos editoriais e sem Bilac na “Vida Fluminense”, *O Combate* sobrevivia graças à pena anônima de colaboradores que iniciaram novas colunas, como “Diário Alegre”, assinada por Chicard e, “Rua do Ouvidor”, de René. Além disso, suas páginas passaram a ser preenchidas também por artigos políticos diversos que, embora não trouxessem quaisquer referências de seus autores, concentravam-se em discutir os últimos atos do governo defendendo as quarenta e cinco pessoas condenadas pelo decreto de Floriano e, posteriormente, a petição do *habeas-corpus* em favor desse grupo levada por Rui Barbosa ao Supremo Tribunal Federal em 18 de abril, mas só apreciada no dia 23. O recurso ao uso de pseudônimos e a ausência de qualquer referência em alguns artigos assumia naquele instante um sentido muito claro: o de garantir a segurança dos novos redatores da folha.

Naquele momento, portanto, o ataque direcionado pelo jornal ao governo florianista passou a ser construído sobre duas bases. Na primeira, a polêmica travava-se no campo jurídico. Um dos redatores, por exemplo, apontou a necessidade de se esclarecer “para a opinião pública” a arbitrariedade das punições decretadas por Floriano que, segundo ele, “rasgava” o Código Penal com tais atos. Acionando vários artigos e parágrafos legais, o articulista apontava que o crime que estabelecia pena de banimento não era nem o de

⁹³ Luís Murat. “Ontem e Hoje”. *O Combate*, 12 de abril de 1892.

conspiração nem o de sedição — como foi registrado oficialmente — e sim aquele que atentasse “contra o pacto fundamental da República e a forma de governo nele estabelecida”:

“Ninguém há por mais beócio que seja que acredite que a arruaça, conseqüente da manifestação ao general Deodoro, possa ser capitulada como crime contra a Constituição Política da República. (...) O que houve foi um desvairamento, uma ciancice, uma expansão de má vontade ao chefe do governo.”⁹⁴

Se por este lado, o autor do texto tentava retirar o caráter político da manifestação de 10 de abril concentrando seus argumentos no âmbito da jurisprudência, Luís Murat tomava o caminho oposto e encabeçava a segunda base das críticas movidas pelo *Combate*. Num artigo posterior, o literato acusaria claramente Floriano Peixoto de ter manipulado a manifestação, infiltrando agentes entre os manifestantes. Aqueles, devidamente instruídos pelos chefes policiais é que teriam insuflado a multidão a marchar para o Itamarati onde o próprio Marechal estava a espera no comando de várias tropas:

“Sabemos agora que, às 7 horas da tarde de domingo, os promotores da manifestação convidaram o povo a retirar-se, ficando ela adiada para quando melhorasse de saúde o marechal Deodoro. Houve uma parte do povo que protestou energicamente, aos gritos, exigindo que se seguisse imediatamente para casa do velho fundador da República.

Eram agentes da polícia secreta, mandados ali (por quem?) para excitar os ânimos e impedir que falhasse desastradamente o maravilhoso plano que o sr. Floriano concertara com seus auxiliares e asseclas.

(...) Depois, sabe-se o que houve: houve a descida do sr. Floriano a Piedade, fardado, fingindo de herói, disfarçado em salvador da República, mandando iluminar Itamaraty, mandando tocar o hino...

E, logo em um dos salões de Itamarati começou a ser organizada a lista de prisões. A oposição tinha caído no laço.”⁹⁵

Murat entendia que Floriano Peixoto construía um plano ardiloso para punir energicamente aqueles que o incomodavam, armando para tanto uma cilada na qual a oposição seria usada em seu próprio benefício. Contudo, ainda que procurasse desmascarar aquilo que entendia ter sido uma emboscada do governo florianista, o literato não foge de um mesmo

⁹⁴ “A Deportação”. *O Combate*, 14 de janeiro de 1892.

⁹⁵ Luís Murat. “A Cilada”. *O Combate*, 21 de abril de 1892.

aspecto frisado pelas declarações presidenciais. Em ambos os casos, tanto na versão oficial como na versão de *O Combate* é conferido à manifestação que marchou rumo ao Itamarati o mesmo caráter de manipulação.

Na primeira, foram oradores como Pardal Mallet e Mena Barreto que conduziram a multidão; na outra, os agentes da polícia instruídos pelo governo. Na polêmica, um número considerável de sujeitos fica à margem dos acontecimentos e não é improvável supor que eles estivessem também expressando a sua insatisfação com o governo de Floriano Peixoto, para além de seguirem atrás de qualquer liderança mais destacada. Por outro lado, é provável também que na lógica de Murat, não seria possível que a “parte do povo” que insistia em marchar até a sede do governo federal fosse outra senão a de agentes infiltrados pela polícia florianista. A própria listagem de presos e desterrados políticos apresentava um bom número de pequenos oficiais, alferes e capitães, além dos nomes em que não se acompanham quaisquer referências à ocupação do indivíduo.

Naquele texto, Murat ainda acaba revelando, mesmo que sumariamente, como as prisões não se restringiram a militares, políticos e jornalistas de maior renome:

“E as ordens de prisão acumulavam-se...

E daí a pouco, cidadãos pacíficos eram presos em casa e na rua, tumultuarimente, presos por toda a sorte de auxiliares do governo, por capitães, por praças do batalhão Tiradentes, por agentes da polícia secreta, por delegados, por indivíduos até estranhos ao exército, à armada aos batalhões civis e à polícia.”⁹⁶

Segundo o literato, várias dessas prisões foram influenciadas pelos aliados de Floriano que se aproveitaram da situação para dar cabo de seus desafetos particulares:

“Pessoa que assistiu à organização da lista de prisões, contou-nos que a coisa se passou assim: O sr. Floriano Peixoto sentado a uma mesa, recebia as indicações dos seus conselheiros. Chegava um ministro: mande prender Fulano! Chegava um repórter: mande

⁹⁶ Luís Murat. “A Cilada”, *O Combate*, 21 de abril de 1892. Ainda no dia 12 de abril o jornal publicava uma pequena nota: “Foi preso ontem Manoel Gomes Fiusa, por alcunha *Carrapeta*, depois de tenaz resistência e ao ser levado para a polícia quase matou um dos agentes que o conduzia”. “Notas”. *O Combate*, 12 de abril de 1892.

prender Sicrano! Chegava um deputado: mande prender Beltrano! E cada um lembrava um nome. E todos os pequeninos ódios antigos se satisfaziam, e cevavam-se todos os pequeninos desejos de vinganças baixas.

Por mais absurda que fosse a indicação, s.exa aceitava-se logo.

O que s. exa queria era prender, violentar, desterrar, fuzilar, mostrar-se forte, dominar pelo terror, fazer-se grande aos olhos do Brasil e do mundo inteiro.”⁹⁷

Mais do que usar a informação de uma testemunha ocular para dar credibilidade às suas acusações, Murat recorre também a expressão “terror”, numa clara referência ao ano de 1793 quando na história da revolução francesa os chamados jacobinos estiveram no poder⁹⁸, para apontar a onda de tensão e medo que tomou conta do Rio de Janeiro nos dois dias em que imperava o estado de sítio e a suspensão das garantias constitucionais. Para acirrar seu ataque, o literato também acusava os delegados de terem forjado inquéritos e pago por falsos testemunhos, apontando neste sentido que várias das prisões teriam ocorrido antes que fossem decretadas as medidas de repressão.

Esse último aspecto foi, aliás, um dos pontos privilegiados por Rui Barbosa na petição de *habeas corpus* em favor de todos os presos e desterrados políticos encaminhado ao Supremo Tribunal Federal. Na verdade, o documento dividia-se em três categorias. Na primeira, estavam “os presos antes de aberto o estado de sítio”; na segunda, aqueles “considerados como incursos em prisão pela declaração oficial que encerrou o estado de sítio” e, finalmente, na terceira categoria, “os presos durante o estado de sítio”.⁹⁹ Na primeira seção, incluía-se Pardal Mallet, e Bilac. Na terceira, José do Patrocínio. Entre os vários artigos evocados da Constituição e de largas referências a trabalhos de juristas estrangeiros, Rui

⁹⁷ Luís Murat. “A Cilada”. *O Combate*, 21 de abril de 1892.

⁹⁸ Para uma referência bastante generalizada da história da Revolução Francesa, cito o livro de Albert Soboul. *A Revolução Francesa*. (edição comemorativa do bicentenário da Revolução Francesa); RJ: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.

⁹⁹ Rui Barbosa. Op. cit. p.19

justificava seu pedido afirmando que mesmo “em situação de estado de sítio”, os acusados tinham direito a uma defesa judicial:

“Mas os retidos, os desterrados pelo governo do Marechal Floriano não passaram sequer, pelo mais leve simulacro de processo, não articularam defesa, não tiveram, ao menos, interrogatório, nem foram perguntados sobre o seu nome. Foram metidos, como carga morta, nas fortalezas, nos arsenais, nos navios de guerra. E... estão *julgados!... e estão condenados!...e vão cumprir penas!* Senhores juizes, esta imensidade de ignorância, este delírio de abuso inconsciente caracterizam uma época, e envergonham a nação, em cujo nome se pratica esta anarquia, se teorizam estas doutrinas.”¹⁰⁰

Remetida ao Tribunal em 18 de abril, a petição foi negada por onze votos a um na sessão de ministros ocorrida em 23 de abril. Segundo uma nota publicada em *O Combate*, somente o ministro Piza e Almeida dera parecer favorável à petição e, provocava: “o povo que enchia o recinto do tribunal rompeu em ruidosos aplausos ao íntegro ministro, pelo seu voto.”¹⁰¹

Os textos publicados pelo *O Combate* caminhavam nesta direção. O jornal, mais do nunca, servia aos propósitos planejados por Mallet e seus pares à época de sua fundação. Idealizada para encaminhar uma acirrada oposição ao governo Floriano Peixoto, a folha era instrumentalizada naquele instante, sob a pena de Luís Murat, para defendê-los publicamente dos últimos atos desse mesmo governo. Além dos artigos políticos, o jornal noticiava os telegramas vindos do desterro¹⁰², as missas pelos desterrados¹⁰³ e, também, em uma edição, a repercussão que a prisão de José do Patrocínio tivera na França, onde o jornalista estivera há bem pouco tempo:

¹⁰⁰ Rui Barbosa. Op. cit. pp.70-71

¹⁰¹ “Hábeas-Corpus”. *O Combate*, 24 de abril de 1892.

¹⁰² “Ontem, eram 10 ½ horas da noite quando recebemos, de Belém, dos nossos idolatrados amigos, que o Pernambuco levou, o seguinte telegrama: -- Todos bons. Saudamos companheiros. – *Patrocínio, Jacques, Mallet.*” “Os desterrados”. *O Combate*, 23 de abril de 1892.

¹⁰³ “No dia 13 do corrente mês, às 9 ½ horas, na igreja do Rosário desta capital, será rezada uma missa em ação de graças pela saúde de José do Patrocínio e dos demais desterrados políticos.” “Missa pelos desterrados”. *O Combate*, 5 de maio de 1892.

“O sr. marechal Floriano, que ainda, para a Europa, era um incógnito, ficou amplamente descoberto, com sua calva de tirano à mostra, ao passo que o glorioso José do Patrocínio ... elevou-se ainda mais no conceito da capital intelectual do mundo com mártir da liberdade de sua pátria.”¹⁰⁴

Por ocasião do aniversário da Abolição, Luís Murat acionava mais uma vez a imagem de José do Patrocínio como grande abolicionista para acirrar a oposição contra Floriano Peixoto. O destino do antigo líder era agora a principal arma de *O Combate*:

“O governo do sr. Floriano Peixoto exilou o dia 13 de maio.

(...) O sr. Floriano Peixoto inventou uma sedição e enviou para o desterro aqueles, que exatamente, procuravam uma solução à crise que atravessamos. S. exa. abandonou a espada e a substituiu-a pelo punhal.

José do Patrocínio ... está longe de nós, dos seus bajuladores no dia em que se comemora um dos mais belos triunfos da causa democrática do mundo.”¹⁰⁵

No texto, Luís Murat associa fortemente José do Patrocínio ao 13 de maio de 1888. Ao conferir tal sentido à imagem do jornalista, o literato transformava o desterro do amigo para a Amazônia numa afronta do governo à lei da Abolição.

Contudo, não era só na imprensa que Murat encabeçava a luta contra os últimos atos de Floriano. A sua posição à frente de *O Combate* foi alvo de um colega da Câmara dos Deputados que o acusaria de se ausentar freqüentemente das sessões, faltando as suas responsabilidades parlamentares, justamente porque tinha assumido a direção de um jornal suspeito à República. O agressor era José Beviláqua, um antigo discípulo de Benjamim Constant, ligado naquele momento às hostes governistas.¹⁰⁶

No seu discurso de resposta, publicado em *O Combate*, Luís Murat explicou que cumpria espontaneamente um dever de amizade com Pardal Mallet e Olavo Bilac, ainda que pudesse sacrificar com esse ato a “sua própria liberdade”:

¹⁰⁴ “José do Patrocínio e a Imprensa de Paris”. *O Combate*, 11 de maio de 1892.

¹⁰⁵ Luís Murat. “Prometeu”. *O Combate*, 13 de maio de 1892.

¹⁰⁶ Sobre a atuação de José Beviláqua na Escola Militar, onde fora aluno de Benjamim Constant, ver Renato Lemos. *Benjamim Constant. Vida e História*. RJ: Topbooks, 1999. Cf. também Celso Castro. Op. cit.

“A Câmara que me responda: que é mais nobre, que é mais belo, atacar covardemente, na ausência de um deputado, a sua honra de republicano histórico e o seu respeitado e imaculado nome (...) ou o procedimento de um jornalista, o qual com o sacrifício da sua própria liberdade, sobranceiro ao perigo que o cercava, no dia mesmo que seus amigos eram presos, assume a redação principal da folha, órgão que o governo detestava, afrontando assim as iras do poder, a cólera dos assalariados? (*Apoiados, muito bem*)

O que é mais digno e mais nobre, pois: trazer para este recinto o lixo das ruas, ou espontaneamente, colocar sobre seus ombros, a pesada cruz de um sacrifício inaudito, homologando assim, pelo exemplo da coragem e da solidariedade jornalística, o ato dos grandes e heróicos desterrados?

(...) Assumindo aquele posto de combate, a um tempo obedecia ao duplo sentimento da honra e da saudade, honra para não deixar periclitarem as idéias encarnadas na bandeira da oposição, de que o jornal que tenho a honra de dirigir é um dos mais poderosos baluartes, saudade por ver partirem para as prisões e exílios pessoas a quem eu me ligara pela solidariedade mais completa, e pelos laços da mais recíproca e imarcescível amizade. Quem com terrível clava não investiria contra os homens e os princípios, depois dessas prisões, e brusca partida para o exílio de amigos quase irmãos?”¹⁰⁷

Luís Murat, que a princípio não participara da idealização de *O Combate*, socorria agora o jornal por um gesto de grande amizade a Pardal Mallet e Olavo Bilac. Segundo ele, além de sua posição política de oposição, motivara-o o dever de dar continuidade ao projeto dos amigos de longa data, usando a folha que fundaram para sua própria defesa. Contudo, com essa iniciativa, Murat não deixava de ganhar mais espaço na imprensa podendo assim divulgar seus próprios projetos que, se até então estavam circunscritos a sua atuação como deputado, poderiam agora ter um alcance maior. Neste sentido, é possível inverter o sentido conferido pelo literato a sua atitude: era primeiro a sua oposição já estabelecida ao Marechal o que permitia tomar nas mãos a tarefa de dar continuidade ao *Combate* mantendo a mesma tônica crítica.

Não seria por acaso, assim, que as polêmicas travadas no Congresso passaram a receber maior destaque em *O Combate*. Na verdade, o movimento era dúbio. Se por um lado Murat trazia para o jornal as discussões parlamentares e dava publicidade a sua própria atuação como deputado, por outro levava para a Câmara dos Deputados as suas preocupações

¹⁰⁷ Luís Murat. “Explicação Pessoal”. *O Combate*, 2 de junho de 1892.

mais imediatas relativas ao destino dos presos e desterrados políticos, acirrando a oposição na casa legislativa.

No primeiro ponto, Luís Murat cobrava do Congresso maior empenho para que se iniciasse o quanto antes as discussões do projeto de anistia para os punidos pelo governo florianista pelos atos de 10 de abril apresentado pelo colega Theodureto Souto.¹⁰⁸:

“Mas, o que tememos é a procrastinação da discussão, porque conhecemos de sobra o processo político do Itamaraty. Querem protelar, para que a minoria vote tudo quanto o governo quiser, já que os desterrados e detidos não estão no exílio e nas fortalezas senão como reféns a novas maquinações desse regime de estupendas calamidades.

(...) Confiamos na vitória, porque defendemos a causa da justiça ... porque esses lugares longínquos esquadrihados pela imaginação sanguinária do governo, não são degredos, são túmulos.

Em tais regiões podem esperar a morte. E foi isto, o que o governo quis.”¹⁰⁹

Falando em nome da oposição, Murat acusava o governo de influenciar os deputado para conseguir a maioria no Congresso quando o projeto de anistia fosse levado à votação. Segundo ele, a protelação das discussões transfigurava-se numa sentença de morte aos desterrados, pois os submetia a continuar vivendo em regiões sujeitas a todo tipo de intempéries.

Este foi o segundo ponto que norteou a atuação de Luís Murat à frente de *O Combate* e nas discussões na Câmara dos Deputados: o pavor que as regiões amazônicas suscitava naquele momento, a ponto de o literato conferir ao desterro para lá o sentido de uma verdadeira condenação à morte. Temendo pela vida dos amigos, Murat pronunciaria um violento discurso na Câmara onde leria alguns trechos das cartas recebidas por ele dos desterrados e nas quais é apresentada uma situação de imensas dificuldades:

“Estamos aqui detidos por falta de meios de transporte para Cucuí.

(...) Se não fossem 4:500\$000 de víveres trazidos pelo conde de Leopoldina já os do governo estariam acabados há muito. (...) Este lugar, baldo de recursos, só tem três casas e

¹⁰⁸ Para uma súmula do projeto de anistia, ver “A volta dos desterrados”. *O Combate*, 26 de maio de 1892.

¹⁰⁹ Luís Murat. “Oposição e Anistia”. *O Combate*, 17 de junho de 1892.

cerca de 50 habitantes. O cemitério dista do esburacado barracão, em que residimos, cerca de 200 passos. Este barracão está cercado pela água e a enchente ameaça submergi-lo em poucos dias.

(...) O povo daqui tem-se negado a prestar-se ao governo, fornecendo-lhe canoas, índios, para transportar-nos. Dizem que não querem ser cúmplices de um crime, porque acreditam não podermos resistir à viagem.

Teremos que subir cachoeiras, corredeiras e viajar por lugares, onde durante 3 ou 4 dias não se encontra uma casa. Quer dizer que teremos de cozinhar e dormir no mato! Chove aqui todo o dia, o lugar é uma fábrica de febres.

Pensa nisto: 45 dias de tal martírio, sem notícias de ninguém, entregues à força das intempéries, sem notícias da família e dos amigos, sem recursos e sem liberdade. E se nos faltar comida, que morramos de fome, porque as ilhas estão inundadas e o rio transbordado, não se prestam nem à caça nem à pesca”¹¹⁰

Provavelmente a carta lida por Murat era subscrita por José do Patrocínio, Jacques Ourique ou Plácido de Abreu, ou ainda por todos aqueles que deveriam estar em Cucuí, mas que não conseguiam meios, ou não queriam conseguir, para chegar até o destino definido pelo governo. A imagem expressa na carta era tenebrosa e certamente seus missivistas não devem ter exagerado nas descrições somente para sensibilizar o governo e a opinião pública através de Luís Murat — ainda que estivessem disponibilizando os recursos levados pelo Conde de Leopoldina.¹¹¹ Mesmo assim, cartas como aquela eram o único instrumento político dos quais os desterrados dispunham naquele momento. Foi justamente com essa intenção que Murat a divulgava na sessão da Câmara dos Deputados, terminando a sua leitura com uma acusação séria:

“Isto é um assassinato ou não? Houve ou não intenção de acabar de uma vez por todas com homens ilustres, aos quais o governo temia?

(...) O Amazonas – estado longínquo e imenso, revolve-se em seus desertos ainda virgens, ao passo humano, mergulha em seus rios colossais, confunde-se com outros países, e opõe ao viajante as suas latitudes caniculares e as suas malárias mortíferas. E foi essa a região que o governo do sr. Floriano achou para dar como exílio às vítimas de sua prepotência tirânica.

¹¹⁰ Luís Murat. “Discurso (pronunciado pelo sr. Luís Murat na sessão de 14 de junho, sobre os desterrados) *O Combate*, 22 de junho de 1892.

¹¹¹ Segundo uma nota de Gilberto Freire, o Conde de Leopoldina havia acumulado muito dinheiro no início da República (provavelmente com especulações no período do encilhamento), mas que perdera em poucos anos. Cf. Gilberto Freire. *Ordem e Progresso*. RJ: Record, 1990. p. 419. Agradeço a Célio Tasinafo pela indicação da referência.

(...) Em outros países, mesmo no caso de perigo eminente (o que não houve entre nós) o governo envia para centros populosos, para lugares confortáveis e salubres os cidadãos envolvidos nas conspirações. Aqui não, degredam para lugares onde reinam febres mortíferas, onde faltam todas as comodidades, onde a morte é uma ameaça perene aos que se deixarem enlear nas malhas preparadas por um governo sem prestígio e sem apoio na lei, afim de governar a seu bel-prazer, fora de qualquer intuíto patrióticos, fora da constituição – base da nossa vida política e social.¹¹²

Mais uma vez Luís Murat acusava Floriano Peixoto de ter preparado uma cilada para reprimir a oposição a seu governo. Em seguida, retomava a série de críticas que vinham sendo publicadas por ele em *O Combate* sobre a situação dos desterrados. Argumentando que, mesmo em hipótese, tivessem cometido crime de sedição, o qual segundo ele não houve, a pena de um desterro para as regiões amazônicas velava a intenção de Floriano de matar seus inimigos políticos.

Neste ponto do discurso, Murat seria interrompido várias vezes por José Beviláqua, seu antagonista atual, que afirmava ser a carta dos desterrados “exagerada” fruto de “pura imaginação”. Tomando aquilo como uma afronta, o literato travou uma violenta discussão com seu adversário, apartada somente quando o presidente da Câmara ameaçou encerrar a tumultuada sessão.

Publicada em *O Combate* no dia 22 de junho, a transcrição do discurso de Luís Murat reproduzia todos os apartes ocorridos durante aquela sessão na Câmara dos Deputados. No dia seguinte, o jornal trazia a seguinte notícia:

“*O Combate* suspende momentaneamente, por muitos poucos dias, a sua publicação para fazer a montagem de suas novas oficinas e redação.

Tendo ocupado até hoje uma propriedade unicamente por aluguel e tendo passado essa propriedade a novos donos, por cavalheirismo, não os querendo privar da posse imediata da sua casa, a empresa de *O Combate* deixa de publicar sua folha durante certo lapso de dias, pedindo desculpas aos seus assinantes e amigos por essa interrupção involuntária.

¹¹²Luís Murat. “Discurso (pronunciado pelo sr. Luís Murat na sessão de 14 de junho, sobre os desterrados) *O Combate*, 22 de junho de 1892.

O aparecimento do *O Combate* não se fará demorar e a nossa folha surgirá cada vez mais forte para julgar e criticar os atos do governo, que está longe de dar a este país o futuro porque todos os grandes patriotas se bateram”¹¹³

Ainda que a nota informasse que a interrupção do jornal duraria poucos dias, aquela foi a última edição de *O Combate*. Lembrando que o prédio onde o jornal instalara-se era alugado — do antigo *Correio do Povo* — Murat explicava que a propriedade havia passado para novos donos e por isso a folha precisaria de novas acomodações para continuar a sua publicação.

Ainda que *O Combate* estivesse sobrevivendo sob a direção de Luís Murat, o fato era que seus idealizadores e seu gerente estavam presos ou desterrados. Para além das inúmeras dificuldades certamente enfrentadas por Murat para tocar adiante a folha de seus amigos, não é improvável que o seu violento discurso, publicado no dia anterior, tenha influenciado o desaparecimento do periódico, atraindo novos problemas para a instalação das suas novas oficinas e redação.

Sem a companhia de seus amigos de letras, Luís Murat provavelmente se vira sozinho e desamparado para sustentar o jornal e dar continuidade ao “combate” idealizado por Pardal Mallet, Olavo Bilac e Plácido de Abreu contra o governo de Floriano Peixoto.

Com as barbas de molho.

O discurso irado de Luís Murat reproduzido pelo *O Combate* em 22 de junho não deve ter passado despercebido aos olhos de seus contemporâneos. Mas um deles, certamente,

¹¹³ Luís Murat. “Expediente”. *O Combate*, 23 de junho de 1892.

foi atingido com maior intensidade quando leu a transcrição da carta dos desterrados e o esforço do orador em defendê-los perante os outros deputados.

Coelho Netto, amigo de longa data Pardal Mallet, Olavo Bilac, José do Patrocínio e Murat escrevia regularmente em *O Paiz* desde início de 1892. Excluído da administração pública junto com os colegas depois da deposição do governador Francisco Portela, Netto voltaria para o trabalho dos jornais: “o necessário à manutenção de seu pequenino lar”, como comentaria num romance posterior.¹¹⁴ Casado já há alguns anos, o literato recolhia-se seguramente nas páginas de uma grande folha, publicando contos esparsos e textos leves que, aparentemente se distanciavam de questões políticas.

Diferente dos antigos colegas das lutas abolicionistas e republicanas, Coelho Netto parecia pouco afeito a se envolver nos debates políticos naquele início de 1892, numa postura de cautela que justificaria anos depois afirmando que “os dias não eram de bonança” e a política mostrava-se cada vez mais um “um terreno minado, nuvreado de boatos”¹¹⁵. A prisão de Bilac e o desterro de Pardal Mallet e José do Patrocínio mostraram o acerto da prudência de Netto, o que não impediria, contudo, de intervir ao seu modo em favor dos velhos companheiros de letras através da série cronística “Bilhetes Postais” — ainda que tivesse uma possibilidade limitada para o exercício de uma postura crítica, já que *O Paiz* colocava-se à frente entre os defensores do governo florianista.¹¹⁶

¹¹⁴ Coelho Netto. *Fogo Fátuo*. Porto: Chardron, 1929.p. 340

¹¹⁵ Idem, idem. p.341.

¹¹⁶ O conjunto cronístico da série “Bilhetes Postais” foi organizado por mim em uma edição crítica, onde além de uma apresentação geral da série, trago ainda informações sobre os assuntos tratados nas crônicas, em cuja análise me baseei para o desenvolvimento desta parte da dissertação. Coelho Netto. *Bilhetes Postais* (organização, apresentação e notas de Ana Carolina Feracin da Silva); Campinas: Cecult/Mercado de Letras, 2001 (no prelo). Cf. também Ana Carolina Feracin da Silva. *Com as barbas de molho: literatos e jacobinos na Primeira República (1892-1893)*; Campinas: monografia de graduação em História. IFCH/UNICAMP, 1998 (mimeo)

No dia 24 de junho, sob o pretexto dos festejos a São João Batista, Coelho Netto construiria um texto no qual compara os martírios da vida do santo aos de outros “Jões”, “que por muito menos! Muito menos” — estavam passando por sofrimentos ainda maiores:

“Não garanto que tenham comido gafanhotos e mel silvestre, porque ainda não tive em mãos o *menu* do que comem, mas que têm sido comidos (o que é um pouco pior) que o digam os mosquitos que têm morada às margens do Rio Negro, que não é positivamente o Jordão lastral. Não sei se ainda têm as cabeças sobre os ombros, alguns tem-nas perdido por vezes diante dos horrores, mas não consta que a alfanje ou coisa equivalente de uma Salomé tenha-as passado para um prato de prata. Outros S. João vivem em presídios piores de que Makeros; lá, pelo menos tinhas de quando em vez a consolação de ouvir as músicas do tetrarca e os outros, queres tu saber o que eles ouvem? Os silvos do vento e o gemido do mar bravio.

(...) Que diabo, meu santo... tu tens o paraíso, houve sempre um pedaço de céu para receber-te depois das invectivas com que puseste rastos, o governo de Roma e outras coisas mais e más; tens bombas, tens fogueiras; as donzelas invocam-te, as velhas acendem círios junto ao teu símbolo e os outros Jões, meu santo? E os outros que andam por esses matos ao sol, á chuva, entre os jacarés e os índios, sem lar, sem pão e sem família... Nem *habeas-corpus* tiveram.

Deixa-te de histórias, meu santo, tu, á vista dos que hoje sofrem, és um João-Ninguém... Se queres ver o que é um martírio vem cá embaixo.¹¹⁷

Iniciando seu texto com um tema aparentemente banal, Netto passa imediatamente para aquilo que realmente queria expressar. As referências ao rio Negro e aos presídios marítimos vão diretamente ao encontro da experiência de Pardal Mallet, Patrocínio e Bilac: os dois primeiros, desterrados para as regiões amazônicas e, o outro, detido na Fortaleza de Lage.

Ainda que construa sua crônica através de analogias, num estilo diferenciado daquele usado por Luís Murat para defender os amigos, Coelho Netto seguia a mesma direção do colega deputado para criticar à pena imposta aos amigos. Enquanto João Batista era festejado, seus companheiros sofriam todos os tipos de privação ao serem obrigados a viver nas matas, entre índios, mosquitos e jacarés, não podendo contar sequer com os recursos legais que os livrariam daquela situação de abandono. Como naquele mesmo dia, especificamente, estava sendo votado na Câmara dos Deputados o tão esperado projeto de anistia defendido nas

¹¹⁷ [Coelho Netto] N. “Bilhetes Postais”.

páginas de *O Combate*¹¹⁸, o texto poderia muito bem ser entendido pelos seus contemporâneos como uma crítica nada velada ao governo florianista.

Na verdade, o estilo que Netto vinha construindo cotidianamente para seus “Bilhetes Postais” permitiu que ele fizesse da coluna um espaço no qual poderia expressar suas críticas mais imediatas sem que isso o tornasse suspeito ao regime, como foram acusados os redatores de *O Combate*. Iniciada em 15 de maio, a série seria publicada em *O Paiz* entre 1892-1893 subscrita por “N.”, um pseudônimo já usado pelo escritor nos anos anteriores quando assinava a série “A fumar” no *Diário de Notícias*.¹¹⁹

Construídas na forma de pequenas cartas, em grande parte endereçadas por “N.” a supostas leitoras, as crônicas dos “Bilhetes Postais”, a princípio, parecem tratar de assuntos estritamente femininos, na indicação de que seus temas afastavam-se de assuntos tidos como propriamente masculinos como a política e as questões sociais. No papel de conselheiro, o narrador apontava soluções para as mais variadas questões, opinando sobre moda e estética, fornecendo simpatias para namorados, aconselhando viúvas e, até explicando os mistérios da maternidade para uma jovem curiosa.¹²⁰ Através da aparente frivolidade que tais assuntos sugeria, o cronista chegava aos pontos que realmente queria tratar, abrindo assim um canal que lhe permitia criticar, como que casualmente, os problemas que lhe chamavam mais atenção e expressar, desta maneira, suas preocupações mais imediatas.

Esta ambigüidade construída por Coelho Netto para os “Bilhetes Postais” permitiu que ele pudesse expressar mais uma vez a sua insatisfação com o governo florianista. O projeto de anistia não passara naquele 24 de junho graças ao veto da “comissão de

¹¹⁸ “A Anistia”. *O Paiz*, 24 de junho de 1892.

¹¹⁹ Cf. Leonardo Pereira. *Sonhos de Conquistador*. Op. cit. p.197

¹²⁰ Cf. entre outras as crônicas de 13 e 19 de junho de 1892 e, no seguinte, as de 25 de março, 17 de outubro e 15 de novembro de 1893.

constituição, legislação e justiça da Câmara dos Deputados” organizada justamente para apurar os atos de 10 de abril que determinaram o decreto de Floriano desterrando e mandando prender aqueles considerados culpados.¹²¹ Temendo, de certo, o destino dos amigos, o literato deixaria por ora o tom ameno de suas crônicas para elaborar uma crítica mais direta contra aquela última decisão do Congresso. Ao invés de usar a vida de João Batista para expor, de modo comparativo, os seus argumentos, o literato citaria uma frase do filósofo francês Montaigne — “Ainsi sur tout il se fault garder, qui peult, de tumber entre les mains d’un juge ennemy, victorieux et armé”¹²² — como epígrafe da crônica que viria na sequência daquela de 24 de junho:

“E não creiam na providência.

O grande moralista de França teria lá escrito o conceito supra citado se não tivesse pressentido, previsto, adivinhado o advento de lobo – o cru? Certamente que não.

(...) Ah! Se os povos tivessem meditado sobre aquele “il se fault garder!”, se os povos tivessem dormido sobre aquele “juge ennemy”, as coisas de certo não teriam tido o trágico desfecho que tiveram, mas a máxima ou não foi lida ou foi desprezada ingratamente como a constituição.

(...) E o lobo pôs as manguinhas de fora, e lobo trincou o peito da ama, porque lobo, caso estranho! Nasceu com todos os dentes, porque já vinha fadado a ser o grande roedor judiciário deste país, onde lia apenas um juiz da festa que, como dantes, não pode ficar mal... e esse juiz é Shallow.¹²³

Em um dos últimos dias da semana finda, lobo esteve em conferência e sabem que idéias propôs ao lúcido juiz? -- propôs que se mandasse à fava o Lobão, os praxistas, toda a recua de Papinianos que por aí andam na boca dos jurisperitos e dos rábulas para confusão das partes, com perdão da palavra.¹²⁴ Lobo quer agir independentemente, sem liames, sem coisas que lhe embarguem o passo – lobo quer tudo ou nada ou lhe dão a vara e carta branca ou então bolas!... nada de meias palavras; lobo quer tudo ou nada ou lhe dão a vara e carta branca ou então o gato é um bicho. Ser lobo sem proveito é uma história – Shallow é um lobo com todos os fff e rrr lobo não é juiz de paz... lobo é juiz de guerra... o que lobo quer é pôr tudo isto em polvorosa para que do edificio social não fique pedra sobre pedra e dos vetustos códigos não subsista uma só das leis cediças. Lobo é o homem da dura lex... lobo é o *juge ennemy*... *il fault se garder* de lobo para não *tumber* entre *les mains* de lobo.

¹²¹ “A Anistia”. *O Paiz*, 25 de junho de 1892.

¹²² “Assim sobretudo é preciso tomar cuidado, quem pode, para não cair entre as mãos de um juiz inimigo, vitorioso e armado.” Agradeço a professora Rosa Nery (CEL – UNICAMP) pela tradução e adaptação do trecho.

¹²³ Referência ao personagem Robert Shallow, juiz de paz e única autoridade de Windsor, onde se passam os episódios de *As Alegres Comadres de Windsor*, comédia de 1602 de Shakespeare. Cf. William Shakespeare. *As Alegres Comadres de Windsor*. SP: Abril Cultural, 1978.

¹²⁴ Cf. “A Anistia”. *O Paiz*, 25 de julho de 1892.

Na máxima só há um adjetivo injusto é o *victorieux* lobo não é *victorieux* nem nada, o adjetivo de Montaigne, que os séculos truncaram era outro que na primeira edição das obras do filósofo: era – *toléré*.¹²⁵

Ainda que construído sob metáforas, o alvo das críticas do literato parece ser justamente o veto ao projeto de anistia. Ainda que sombreada por referências literárias, as quais não se sabe ao certo se “Lobo” e “Shallow” referem-se uma mesma pessoa, esta crônica traz trechos nos quais é possível entrever, com alguma certeza, quem e o quê constituíam o alvo das críticas do literato. Em primeiro lugar, “N”. aponta que a máxima do filósofo francês não fora levada em conta pelos povos, assim como naquele momento a Constituição era esquecida e desprezada. Ao referir-se a “lobo” como o “grande roedor judiciário do país” o cronista poderia, muito provavelmente, estar se dirigindo a Fernando Lobo Leite Pereira, então Ministro da Justiça e chefe da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça do governo Floriano Peixoto. A ligação do ministro aos interesses do atual presidente parece ficar sugestiva também quando o cronista cita os “fff” e os “rrr” na caracterização de que “lobo”, ao contrário do personagem Shallow, não era um juiz de paz, e sim um juiz de guerra.

A passagem final da crônica fornece outros elementos para que possa ser entendida desta maneira. Voltando a Montaigne, “N.” distribui os papéis: “lobo” era o inimigo do quem era preciso se precaver para não ser vitimado pela suas arbitrariedades. Modificando depois os termos citados na máxima do filósofo francês, o literato aponta ainda que o inimigo não era vitorioso e sim, tolerado — numa referência que possivelmente podia ser lida como uma ameaça ao governo florianista, caso os adversários atuais resolvessem partir para um confronto.

A suposta frivolidade com a qual Coelho Netto construía as crônicas dos “Bilhetes Postais” conferia à série um caráter ambíguo que permitia ao literato expressar seu

¹²⁵ [Coelho Netto] N. “Bilhetes Postais”. *O Paiz*, 3 de julho de 1892.

descontentamento com as questões propriamente políticas do período, como o impasse em torno do projeto que anistiará seus antigos amigos. A frequência dos assuntos femininos não ocorre por acaso, neste sentido, estando diretamente ligada à forma que o escritor havia escolhido para compor sua coluna: textos leves e despreocupados para mulheres, alijados de vida política.

Uma das estratégias usadas por Coelho Netto para garantir essa ambigüidade na série desponta justamente no esforço do literato em diferenciar-se de “N.”, o narrador das crônicas. Um exemplo um tanto explícito desta operação seria a crônica de 31 de agosto de 1893 na qual “N.” transcreve, na íntegra, uma carta recebida por ele de Netto, na qual este último reclama da publicação de um poema seu, “As Pombas” — publicado no dia anterior numa seção de entretenimento d’ *O Paiz* — e do qual dizia se envergonhar. Conforme diz a carta, tais versos eram considerados perdidos pelo escritor e, qual não foi seu susto e “vexame” quando os reencontrou anos depois em letras de forma:

“Escreve-me Coelho Netto:

‘Meu caro N. – Se ainda me restassem dúvidas sobre a existência das lâminas, o fato de ontem bastava para dissolvê-las. Realmente, meu caro amigo, o fato em questão é estranho, maravilhoso, inexplicável não digo, porque há sempre um recurso para explicar o sobrenatural. (...) Se Orestes reclamasse a proteção do supremo tribunal federal, de certo não seria maior meu pasmo do que foi quando ontem vi, numa seção d’ *O Paiz*, *As Pombas*, assinadas por mim. *As Pombas*, mas vieram de outro mundo! exclamei.

Lembro-me do tempo em que as prendi nas malhas da inspiração – foi em 1883, em S. Paulo. O mês de julho corria gelado.

(...) São espectros, são abantesmas, são pombas bruxas, espíritos de aves assassinadas que andam a pagar crimes, até que possam ganhar o aviário do eterno esquecimento.

(...) Paz aos mortos, ordena a piedosa Igreja; paz às *Pombas* ordena a Arte. Elas passaram pela vida num vôo rápido para o Nada – pobres aves de arribação, deixai que o vento as arrebate. Há tantos aleijões, o mundo está cheio de deformidades, para que mais tantas? Pombas sem pé nem cabeça (...) Não são pombas, são abutres.

E com isto fica uma prevenção aos jovens literatos – primeiros versos e contas... ao destino das inutilidades: a cesta

(...) Sempre teu – Coelho Netto’ ”¹²⁶

¹²⁶ [Coelho Netto] N. “Bilhetes Postais”. *O Paiz*, 31 de agosto de 1893.

E por aí continua Coelho Netto, corrigindo os versos, maldizendo as rimas, justificando a sua ingenuidade poética na época e, sobretudo, amaldiçoando aquele que ressuscitara o poema. Segue então a resposta de “N.” aos lamentos do escritor:

Não repudieis os teus primeiros sonhos, meu caro – no fundo de todos eles há o balbúcio da tua alma. As mães não contam mais tarde aos filhos as primeiras palavras que eles tremulamente, indecisamente, tartarearam? Guarda o tatibitate de tua pena e não rias da tua infância. O embrião é sempre extravagante. Eu também perpetrei horrores – quebrei vasos e versos e minha mãe guarda como relíquias, os cacos de um grande jarro japonês que eu fiz em estilhas quando engatinhava e eu guardo e respeito o meu primeiro e horroroso soneto.

Teu

N.¹²⁷

Coelho Netto aproveita-se, desta maneira, de uma de suas séries cronísticas para explicar o caso de “As Pombas”, justificando o contexto extraordinário em que foi elaborado o poema e, ao mesmo tempo, desculpando-se a si mesmo através de “N.” Contudo, ao utilizar-se tão explicitamente de um pseudônimo, o literato acaba fornecendo elementos significativos de legitimação para o narrador de seus “Bilhetes Postais ao diferenciá-lo tão abertamente de si próprio.

Neste sentido, o tom ameno e frívolo que os “Bilhetes Postais” pareciam sugerir através da narrativa de N. acabou garantindo uma razoável liberdade crítica a Coelho Netto nestes anos em que Floriano Peixoto encaminhava um governo que reprimia fortemente seus adversários políticos e a imprensa oposicionista.

Depois de passar por mais duas discussões nos meses seguintes, o projeto de anistia foi finalmente aprovado pelo Congresso em 5 de agosto de 1892, sendo acatado no mesmo dia por Floriano Peixoto e, reverberado, por Fernando Lobo Leite Pereira que assinaria também a sanção expedida pelo presidente.¹²⁸ A presença do Ministro da Justiça nesta

¹²⁷ [Coelho Netto] N. “Bilhetes Postais”. *O Paiz*, 31 de agosto de 1893.

¹²⁸ “A Anistia”. *O Paiz*, 6 de agosto de 1892.

resolução é indicativa, portanto, de que seu alto posto deve ter influenciado o primeiro veto ao projeto, reforçando assim a hipótese de que Coelho Netto estivesse se referindo a ele naquela crônica de 3 de julho construída sob a metáfora de “lobo”.

Segundo as notícias, o governo fez comunicar a todos os Estados o decreto que anistiava os condenados pelos atos de 10 de abril, já autorizando a volta imediata dos desterrados, cujas passagens correriam por conta dos cofres públicos.¹²⁹ Enquanto Olavo Bilac era libertado logo em agosto, Patrocínio e os outros que se encontravam na Amazônia só desembarcariam no Rio de Janeiro no mês seguinte. Com o desaparecimento de *O Combate*, Bilac e Pardal Mallet retornam para a redação da *Cidade do Rio*, reunindo-se novamente em torno do antigo líder.¹³⁰

Mas, o momento era ainda de cautela. Endereçando um de seus bilhetes “Aos...da Pátria Filhos”, por ocasião das comemorações do 70º aniversário do 7 de setembro, Coelho Netto ironizaria o hino da Independência apontando a contradição que existia naquele momento entre os seus versos e os dias que corriam:

“Cantai, filhos, já podeis cantar, porque a Pátria hoje em dia é livre como uma novela do Decameron...

(...) Podeis, filhos, podeis cantar à vontade que ninguém levará a mal o vosso canto – o dia 7 é do hino... cantai donzéis e donzelas, cantai rapazes e damas... em um país gorgעיante como o nosso, onde o sabiá desferiu ao desmaiar do dia e à noite outros desferem, que se há de fazer senão cantar?

Vamos, pulmões patricios, um bom esforço e que os ventos brasileiros levem a longínquas piagas... o

Já podeis da Pátria...

perdão, este verso da gloriosa estrofe não foi visado pela policia... terá ele curso nos tempos que correm?

Não sei... filhos, acho prudente que fecheis a boca... mesmo porque as nossas finanças andam muito por baixo e o silêncio é ouro.”¹³¹

¹²⁹ Idem, idem.

¹³⁰ Raimundo Magalhães Jr. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. Op. cit. p. 307.

¹³¹ [Coelho Netto] N. “Bilhetes Postais”, *O Paiz*, 7 de setembro de 1892.

Novamente, o literato utiliza-se de um tema aparentemente casual para expressar, de maneira ambígua, suas críticas ao caráter repressivo do governo. Ainda que os presos e desterrados tivessem sido anistiados, a polícia e os partidários de Floriano continuavam atentos à ação de indivíduos considerados suspeitos. Neste sentido, é provável que o cronista esteja fazendo um trocadilho ao mencionar que “a pátria hoje é livre como uma novela do Decameron”¹³², conferindo um sentido dubio à frase. Na verdade, os personagens que contam as histórias que compõem a obra de Boccaccio estão presos em um castelo medieval, impossibilitados de saírem devido a propagação da Peste. Por outro lado, segundo a referência de um dicionário da época, estas narrativas são licenciosas, não obedecendo muito à “moral e os bons costumes”, o que acabou conferindo a seu autor a insígnia de “escritor imoral”.¹³³ Se for esse o sentido conferido por Coelho Netto quando compara o caráter “livre” das novelas aquele atual da “pátria”, a menção ganha um sentido crítico bastante particular, pois o termo liberdade, posto desta maneira, poderia ser entendido também como sinônimo de arbitrariedades. Em outras palavras, aqueles que estavam na chefia do país se sentiam livres e licenciados o bastante para agirem conforme seus próprios interesses.

Certamente, a polícia esteve bastante vigilante mesmo durante os festejos organizados para o aniversário da Independência, nos quais o próprio Floriano Peixoto participou assistindo às exibições da Guarda Nacional e o desfile de várias milícias do exército e da armada.¹³⁴ Corria à boca pequena que grupos monarquistas haviam articulado um contra-golpe justamente para o dia para o dia 7 de setembro.¹³⁵

¹³² Decameron é uma coleção de contos publicados pela primeira vez em 1352 por Boccaccio, considerado na maioria das referências posteriores como uma obra de caráter licencioso.. Cf. Giovanni Boccaccio. Decamerão: SP: Abril Cultural, 1972

¹³³ Petit Larousse Universel: Paris: Larousse, 1914. p. 1322.

¹³⁴ Cf. *O Paiz*, 08 de setembro de 1892.

¹³⁵ Cf. “Os Boatos”, *O Paiz*, 5 de setembro de 1892.

Como nada ocorrera, Coelho Netto atribuiria os boatos de restauração às troças de um silfo em busca de diversão. Endereçando seu bilhete a uma fada, o cronista pedia a ela que prendesse o pequeno sob suas asas, pois “só assim” se evitaria “tantas calamidades”.¹³⁶ De acordo com as informações de um jornalista de *O Paiz*, “duas únicas manifestações ridículas contra as instituições” haviam marcado o dia anterior:

“A primeira foi em um bilhar, ao largo de São Francisco de Paula. O proprietário desta locanda fez hastear na sacada a bandeira do tempo do império. (...) O segundo foi um pouco mais estardalhaçoso. À rua da Assembléia há uma casa comercial, cujo proprietário é o cidadão Luís Coelho. Ele suspendeu ontem na frontaria da casa uns cartazes pouco decentes, com uns dizeres que sua benemérita cachola imaginava esmagadoras das instituições republicanas. E ao alto, balançando como uma bandeira um fac-símile do nosso estandarte: uma pintura horripilante tendo todas as disposições daquele símbolo sagrado, modificada porém a legenda, por um dístico infamante a seu sabor....”¹³⁷

Embora a nota do jornal não forneça maiores detalhes, é provável que a bandeira exposta pelo comerciante trazia a divisa “Ordem e Progresso” trocada por “marca cometa”, numa referência à insígnia pela qual a bandeira republicana foi atacada pelos redatores de *O Meio* em dezembro de 1889 e que esteve no cerne das críticas que provocaram a suspensão do semanário pelo Governo Provisório. Se naqueles anos a crítica de Pardal Mallet, Paula Nei e Coelho Netto foi dirigida, especificamente, à influência dos ideais positivistas no novo regime, em 1892, a manifestação de Luís Coelho juntamente com a do outro comerciante ganhava novos sentidos, sendo entendida como um questionamento à própria forma republicana.

Ações isoladas como essas alimentavam mais os boatos de que grupos ainda fiéis aos Bragança articulavam um movimento de restauração, acirrando, desta maneira, a vigília dos republicanos mais exaltados e fazendo daqueles primeiros anos da década de 1890, um

¹³⁶ “Bilhetes Postais”. *O Paiz*, 8 de setembro de 1892.

¹³⁷ “Os Fatos”. *O Paiz*, 8 de setembro de 1892.

cenário onde, mais que forte uma ação monarquista propriamente dita, figurou o receio que se tinha dela.¹³⁸

Foi este o sentido conferido pelo governo florianista e alguns órgãos da imprensa à deflagração da Revolta Federalista no Rio Grande do Sul, em 1893¹³⁹, e em setembro deste mesmo ano, à chamada Revolta da Armada, capitaneada pelo ex-ministro da Marinha Custódio José de Mello contra o governo Floriano Peixoto. Na madrugada de 6 de setembro, a bordo dos navios de guerra, os oficiais da marinha voltaram os canhões para a baía da Guanabara, ameaçando bombardear a cidade, caso Floriano não entregasse o cargo.

Na verdade, Custódio de Mello rompera com o governo federal no dia 3 de setembro de 1893, por sentir-se lesado em suas pretensões políticas. O motivo, foi que o almirante planejava candidatar-se à presidente da república confiando na aprovação de um projeto da Câmara que incompatibilizava Floriano de concorrer ao cargo na próxima sucessão — o que foi imediatamente vetado por ele. O veto de Floriano ao chamado projeto das inelegibilidades foi sancionado no dia 5 de setembro de 1893; no romper do dia seguinte estoura a Revolta da Armada em nome da Constituição e da República.”¹⁴⁰

¹³⁸ Cf. Maria de Lourdes Janotti. Op. cit. p.56. Segundo aponta a historiadora, ainda que os grupos monarquistas encabeçados pelo Visconde de Ouro Preto, João Alfredo e Eduardo Prado e Carlos de Laet tivessem encontrados formas particulares de contestação ao novo regime, não conseguiram articular um movimento de restauração “pela ação concreta revolucionária.”

¹³⁹ Segundo Janotti, ainda que os chefes da revolução como Silva Tavares e Silveira Martins lançassem um manifesto furioso desmentindo que o objetivo da revolta fosse a restauração monárquica, chefes militares ligados ao governo federal faziam divulgar na imprensa vários editais alarmando sobre o perigo que corria a República com a invasão do Rio Grande do Sul por revoltosos que levantavam a bandeira da Monarquia. Cf. Maria de Lourdes Mônico Janotti. Op. cit. p.64. No caso da Revolta da Armada, as suspeitas do governo não eram descabidas. Segundo lembraria Custódio de Mello posteriormente, enquanto tramava a revolta com outros oficiais fora procurado por um chefe monarquista que se colocava à sua disposição nas articulações. O Almirante, contudo, declarou em nome do movimento que não combateria pela restauração monárquica, na sua opinião “um mal em vez de um bem para o país”. Custódio José de Mello. O Governo Provisório e a Revolução de 1893. RJ: Companhia Nacional Editora, 1938. p. 301

¹⁴⁰ Cf. Maria de Lourdes M. Janotti. Op. cit. p.168; Custódio José de Mello. Op. cit.p. 306. e “Um Veto”. *O Paiz*, 6 de setembro de 1893.

Logo no início do conflito *O Paiz*, sob a direção de Quintino Bocaiúva, assumiria uma posição de franco apoio a Floriano:

“A população da capital foi surpreendida ontem pela manhã com a notícia de que as guarnições do navio de guerra nacionais, surtos no nosso porto, se tinham sublevado, sob o comando do contra-almirante Custódio José de Melo, contra os poderes constituídos da República. (...) Nesta coluna só nos compete a extirpação leal, corajosa, viril dos nossos sentimentos de pesar e censura a esse impensado ato de rebelião, que se por desastre for vencedor, sepultará sob seus louros triunfantes a dignidade nacional.

(...) O dever de todos os patriotas é colocarem-se resolutamente ao lado do governo. É com eles que estamos em nome da pátria, e, em nome da República.”¹⁴¹

Aprovando também a resolução do Senado em autorizar o poder executivo a “decretar o estado de sítio em qualquer ponto da República”¹⁴², *O Paiz* colocava-se definitivamente ao lado das forças governistas. À frente dos “Bilhetes Postais”, já no seu segundo ano de publicação, Coelho Netto comentaria o conflito sob a voz de “N”:

“Comprei um cão, e quem for prudente e tiver amor à pele, deve fazer o mesmo. Dizem que quem tem... tem medo; ora, eu não sou diferente dos outros homens, graças a Deus, e desde que estou a ver navios confesso que só tenho um desejo – por as barbas de molho. Não sou homem para cavalarias altas, nem mesmo para infantarias – prefiro uma bala de estalo a uma outra de estrondo. Pacato como sou, e muito amante dos meus dias, confesso que em toda a questão me serve a máxima neutralidade. Aos que me perguntam: -- que penso eu de tudo isso, respondo recitando versos de Maeterlinck; como são de interpretação difícil, tomam-me por doido e deixam-me com o meu pavor. O silêncio é de ouro, e eu presentemente não sou um homem, sou o Morro Velho, uma mina de ouro e de silêncio.

Cruzam as águas, atravessam a cidade, oh! Como é lindo o azul do céu americano... Sou neutro...

Eu não sei fazer fogo, arranjo alguma coisa com o espírito de vinho e um fogareiro; mas com carabina não vai... espadachim não sou... nem espadachim nem espada japonês... espadas só como trunfo, na bisca, com os canhões, aí isso fia mais fino. O canhão tem uma psicologia difícil, dizem que tem alma as tais feras e vomitam chamas, não é comigo. Vivo muito bem em paz e às moscas, sem opinião e sem tiros. Que diabo tenho eu de intrometer-me onde não sou chamado? – não sou estratégico, da arte de guerra só conheço a parte que diz respeito a retirada airosa; sou cidadão, mas... fora de combate. A minha questão é ainda a do notável ministro da agricultura, que disse inspirado que “Isto é um país essencialmente agrícola”, essencialmente agrícola, pois não, essencialmente agrícola. Essa é também a minha opinião.”¹⁴³

¹⁴¹ “A Revolta”. *O Paiz*, 7 de setembro de 1892.

¹⁴² Idem, idem.

¹⁴³ [Coelho Netto] N. “Bilhetes Postais”. *O Paiz*, 8 de setembro de 1893.

Com “as barbas de molho”, o literato dizia-se “fora de combate” naquele momento. Preferindo uma “bala de estalo a uma de estrondo” – numa alusão a coluna de mesmo nome mantida por Ferreira Araújo na *Gazeta de Notícias* – o cronista sugeria que a pena era a única arma com a qual tinha familiaridade.¹⁴⁴ Contudo, não devemos nos deixar levar pela suposta posição de neutralidade assumida por “N.”. Frente aos artigos inflamados dos editoriais d’ *O Paiz* contra a revolta no mar e os elogios a autoridade de Floriano Peixoto, o tom neutro que Coelho Netto quis atribuir a sua crônica acaba revelando uma contradição entre o articulista e a sua folha.

O momento era de cautela. Conforme o noticiário desse mesmo dia, os bombardeios à baía da Guanabara já haviam começado e as forças militares governistas se mobilizavam rapidamente para tentar conter a revolta, distribuindo munições “por todos os corpos da guarda nacional que se posicionaram principalmente no morro da Conceição e nas fortalezas comandadas pelo exército”¹⁴⁵

Temendo nova represália, Olavo Bilac e José do Patrocínio não esperam a decretação do estado do sítio: o primeiro foge para Ouro Preto e o outro tranca-se na casa do sogro. *A Cidade do Rio* ficaria sob o comando de Luís Murat que, mais uma vez socorre os amigos confiando na imunidade parlamentar que a cadeira de deputado lhe garantia, pelo menos naquele momento.¹⁴⁶

Com a aprovação do Senado, Floriano decretou o estado de sítio logo no dia 10 de setembro, restringindo-se contudo ao distrito federal e Niterói. Enquanto seus amigos refugiavam-se como podiam, Coelho Netto continuava com os “Bilhetes Postais” deixando

¹⁴⁴ A provável referência de Coelho Netto à coluna “Balas de Estalo” de Ferreira de Araújo foi apontada por Leonardo Pereira. Cf. Leonardo Pereira. *Sonhos de Conquistador*. Op. cit. p.203.

¹⁴⁵ “A Revolta”. *O Paiz*, 8 de setembro de 1893.

¹⁴⁶ Cf. Raimundo Magalhães Jr. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. Op. cit. p. 313

assim a sua percepção sobre aquele momento de graves conflitos em que se exigia, segundo ele, a máxima prudência para não cair nas malhas da vigília governista:

“... e a cabeça que fala descerrou os lábios brancos e distintivamente pronunciou:

‘Ouve e observa, porque eu sou aquela que jamais perde a cabeça. De tanto dizer: Pernas para que te quero?! Fiquei sem elas. Também é natural que as não tenha, porque, desde que vim ao mundo, não fiz uso de outros membros. O meu grito de guerra foi sempre e invariavelmente – Seguro morreu de velho! Os temerários chamam-me Covardia, mas os temerários passam e eu fico contemplando os séculos, como a semente da Pusilanimidade. Há á porta do meu templo um dístico que encerra uma verdade pratica. ‘Cautela e caldo de galinha não fazem mal a ninguém.’ Observa e serás feliz. Os que fogem encontram asilo junto a meu peito generoso e assustadiço – Prudência é meu nome. Que importa a chacota do mundo se vou vivendo com a graça de Deus?

(...) Quem não diz o que pensa ouve o que quer e vive bem com ambas as partes – cala-te e não contes os teus segredos nem mesmo á tua sombra. Ser discreto é ser forte – e o silêncio é uma grande armadura. Segura a tua vida e segura os teus trastes... olha a Armação, na Praia Grande. Enche a despensa e senta-te á porta da tua casa; cruza as pernas e lê as novelas de Boccaccio, que fazem rir.

(...)Meu velho, nem tanto ao mar, nem tanto á terra. Olha... não sei quantos anos tenho: nunca fui eleitora, vivi sempre afastada da política e ainda não tenho cabelos brancos e tu...? pareces um centenário: és eleitor, apostado, e tens opiniões... Julgas-te um salvador da pátria? Ora vai dormir. E observa os conselhos que te dou.”¹⁴⁷

Construída sob metáforas, a crônica traz os conselhos de uma espécie de “oráculo” com o qual “N.” fora se consultar. Ainda que o texto não traga a pergunta do cronista, a fala da “cabeça” sugere que se tratava de suas dúvidas sobre como se colocar frente ao confronto entre a Armada e o governo Floriano Peixoto. A resposta final é taxativa: o mais seguro era não expressar qualquer opinião, ainda que o literato as tivesse bem claras. O tom ambíguo do texto pode ser percebido justamente em proposições como essa: ao apontar que se eximia de comentar o conflito por prudência, Netto acabava colocando-o no centro de seu texto, revelando, neste sentido, que assumia tal postura não porque o desinteressasse, mas sim por cautela — afinal, “quem não diz o que pensa, ouve o que quer.”

¹⁴⁷ [C. Netto] N. “Bilhetes Postais”. *O Paiz*, 13 de setembro de 1893.

Ainda que, neste texto, o cronista sugira ter acatado os conselhos de alguém com autoridade em assuntos de guerra, um relato posterior de Coelho Netto mostraria que esta postura cautelosa num jornal de apoio a Floriano acabou servindo para que intercedesse em favor dos amigos. Foi o caso de Guimarães Passos, recrutado forçosamente em outubro de 1893 pelo jornalista Castro Soromenho, um antigo desafeto do poeta, segundo um biógrafo, e que servia na chamada polícia secreta na ocasião da Revolta da Armada.¹⁴⁸

Segundo lembraria Coelho Netto, Guimarães Passos lhe enviara um bilhete contando “da perfídia de Soromenho, que o recrutara, de madrugada, à porta do *Munchen*, depois de uma ceia”:

“E o poeta implorava a proteção dos amigos para poupar-se à vergonha de atravessar a rua do Ouvidor de farda às costas, com botarronas reiunas, cantil, mochila e espingarda ao ombro.

Puseram-se todos em campo e, como muitos empenhos, conseguiram para o galucho a patente de alferes e um abono de fardamento.”¹⁴⁹

É provável que Netto tenha apelado para a influência do cunhado de Patrocínio, Ernesto Senna, que ocupava um alto posto na Guarda Nacional. Segundo relata o biógrafo de Guimarães Passos, Senna testemunhara o ocorrido, confidenciando-lhe depois que quando o poeta chegou ao quartel acompanhado de dois guardas, sentiu-se muito magoado por ver que um dos “companheiros de imprensa, moço cheio de talento e estimado nas rodas literárias, ali se achava para assentar praça.”¹⁵⁰

Contudo, tão logo Guimarães Passos conseguiu uma licença para sair do quartel, sob o pretexto de ir ao alfaiate, aluga um bote com Luís Murat, partindo os dois rumo ao Aquidabã para reunir-se aos revoltosos. Deste navio, os literatos foram para outro que os levariam para Curitiba e depois para Buenos Aires, onde se exilaram até meados de 1894

¹⁴⁸ Cf. Raimundo de Menezes. Op. cit. p.94.

¹⁴⁹ Coelho Netto. *Fogo Fátuo*. Op. cit. 360.

¹⁵⁰ Raimundo de Menezes. Op. cit. p.94.

quando se encerraria o conflito armado no Rio de Janeiro. Vale notar que por esta época, em outubro, a *Cidade do Rio* já havia sido suspensa por publicar sob a direção de Murat um manifesto de Custódio de Mello contra Floriano.¹⁵¹

Rui Barbosa também fugira para Argentina logo nos primeiros dias da revolta. Temeroso de que fosse indiciado pela polícia devido à oposição que encaminhou na imprensa contra Floriano Peixoto. Afastado dos tribunais desde 1892, quando foi aprovada a anistia aos presos e desterrados políticos, Rui ligara-se ao *Jornal do Brasil* publicando editoriais nos quais continuou a pressionar Floriano pela convocação de novas eleições. No exílio, o jurista volta a carga e passa a publicar artigos incendiários contra o governo florianista nos principais jornais de Buenos Aires. Um destes chegaria à redação de *O Paiz* mas não seria reproduzido pela folha, sendo duramente criticado por um articulista:

“Recebemos ontem o manifesto político que, na forma de carta ao diretor da *Nacion*, publicou o senador Rui Barbosa neste órgão da imprensa argentina.

(...) S. Ex. considera-se *desterrado, violentamente* privado do exercício das suas funções, como senador, como jornalista e como advogado. (...) E, S. Ex. termina afirmando que o Marechal Floriano inoculou um sentimento horrível na política nacional – ‘o sentimento das represálias sanguinolentas que hão de transformar este governo num circo de feras.’

(...) E o Sr Rui Barbosa escreve isso em terras estranhas, para justificar sua ausência sem que sua pena lhe trema na mão, sem que a sua consciência de patriota proteste contra tanta injustiça e contra tanta falsidade. A nossa honra de brasileiro recusa a transcrição na nossa folha do manifesto do Sr. Rui Barbosa.”¹⁵²

Provavelmente, o autor deste artigo era Quintino Bocaiúva que, como diretor de *O Paiz*, encabeçava no jornal o apoio a Floriano Peixoto no conflito com a Armada que durava já um mês. Durante este período, Coelho Netto faria poucas alusões ao confronto, limitando-se a

¹⁵¹ Cf. Raimundo Magalhães Jr. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. Op. cit. p. 314. Ver também, Coelho Netto. Op. cit. p.361, cujos trechos que narram a fuga de Guimarães Passos são reproduzidos por Raimundo de Menezes. Op. cit. p.95.

¹⁵² “O Senador Rui Barbosa”, *O Paiz*, 5 de outubro de 1893. Vale notar que um dos motivos que levaram à suspensão da *Gazeta de Notícias*, em novembro de 1893, foi a defesa que o jornal encaminhou ao “exílio arbitário” de Rui Barbosa. Cf. “Cousas Políticas”. *Gazeta de Notícias*, 27 de novembro de 1892. No dia seguinte, a folha saía de circulação e ficaria suspensa até janeiro de 1894.

comentar a carestia resultante do fechamento dos portos pelos navios revoltosos e lamentando as mortes decorrentes dos bombardeios.¹⁵³ Posteriormente, como que para justificar essa postura de cautela, o literato sugeriria que eram os boatos e não “as bombas” os motivos de seu temor:

“Desde a funesta manhã de setembro, véspera da grande data da Independência ou Morte, não têm descansado os meus pobres nervos; os choques sucedem-se: quando não são estampidos são boatos que fazem explosão dentro em mim, levando pelos ares o resto de bravura que eu guardava prudentemente para os grandes momentos.

(...) Desconfio que já não sou um homem: sou um susto e uma carreira. Todos sabem, todos andam informados. Ao mínimo rumor levanta-se a boateira como o pó das sarjetas ao sopro do vento, e então... É o salve-se quem puder! Eu, graças a Deus, sempre posso, porque tenho para mim que a prudência é o melhor de todos os salva-vidas; quem é prudente não morre afogado, pela simples razão de que não vai ao mar. Para mim o bombardeio é uma coisa terrível, mas o boato ainda é pior; um homem escapa à granada, deita a correr e vai de encontro ao boato, que é o bacilo do medo.”¹⁵⁴

Insistindo novamente que é a prudência o que o distanciava de comentar mais detidamente a Revolta da Armada — tal a rede de intrigas que alimentava os boatos, o literato garantia assim a sobrevivência de sua coluna que, ao ser construída sob a forma de crônicas leves para mulheres, pouca atenção chamaria entre os florianistas mais exaltados.

Contudo, ainda que naquele momento, sob a voz de “N.”, se dissesse neutro em relação à Revolta e pouca alusão fizesse ao conflito propriamente dito, Coelho Netto explicitaria, anos depois, as suas impressões sobre aquele período de confronto armado entre as forças da Marinha e o governo Floriano Peixoto. Em 1898, o literato publicou O Morto – memórias de um fuzilado, – um romance protagonizado pelo pacato Josefino Soares, um escrivão que é obrigado a fugir para o interior de Minas Gerais quando se deflagra a Revolta da Armada devido aos boatos que circularam sobre o seu envolvimento com os revoltosos. Da fazenda onde se recolheu, Josefino tenta em vão se comunicar com a família e a

¹⁵³ Cf. respectivamente as crônicas dos “Bilhetes Postais” publicadas em 22 de setembro de 1893; 2 e 10 de outubro de 1893.

¹⁵⁴ [C. Netto] N. “Bilhetes Postais”. *O Paiz*, 3 de novembro de 1893

noiva que deixara no Rio, pois o mensageiro que enviara à capital fora recrutado forçosamente nas milícias da Guarda Nacional. Contudo, num dia em que passava os olhos pelos jornais, o jovem acaba lendo a notícia de seu próprio fuzilamento em Sepetiba junto com outros cinco marinheiros. Segundo a nota, depois de um fracassado combate com as guarnições de uma fortaleza, “os revoltosos” tentaram alcançar a praia onde foram imediatamente mortos pelas forças terrestres de prontidão.¹⁵⁵

Quando a Revolta é capitulada, Josefino Soares volta ao Rio de Janeiro causando grande escândalo na rua do Ouvidor enquanto os amigos o julgavam morto. O trecho final do romance é muito próximo do sentido conferido por Coelho Netto em 1893, em relação ao perigo dos boatos:

“A Paz! Bendita seja! E para terminar, duas palavras mas que são a síntese de tudo quanto fica nestas páginas amareladas: na guerra o pior inimigo é o boato. Fugi dele mais depressa do que duma hoste aguerrida e má. Um visionário é capaz de arrancar o mundo dos seus eixos.”¹⁵⁶

O Morto marca assim o testemunho de Coelho Netto sobre aquele período regido pelo estado de sítio, onde um comentário menos cuidadoso poderia envolvê-lo nas malhas da polícia florianista, sempre atenta aos boatos. Ainda que ficcional, a trama baseia-se ainda em experiências semelhantes àquelas vividas pelos amigos do literato. Assim como Josefino Soares, Olavo Bilac também se refugiou no interior de Minas para evitar a prisão; a exemplo do empregado da fazenda, Guimarães Passos também foi recrutado forçosamente para servir nas tropas governistas. Mas, não há dúvidas de que foram os boatos em torno da morte de José do Patrocínio que inspiraram mais detidamente o escritor na composição de seu romance.

Como Josefino Soares, Patrocínio também foi dado como morto num fuzilamento em Sepetiba, enquanto, na verdade, esteve o tempo todo escondido na casa do sogro, Capitão

¹⁵⁵ Coelho Netto. O Morto. Memórias de um fuzilado. RJ: Fundação Biblioteca Nacional, 1994 (1898)

¹⁵⁶ Idem, idem. p. 195.

Emiliano da Rosa Sena. O episódio do aparecimento do jornalista é lembrado por Coelho em uma outra obra posterior:

“O que espalhara a notícia do fuzilamento, porque o vira dentre os galhos da árvore, troçado à risota, esbravejou tençoeiro, mantendo obstinadamente o que dissera: ‘ Que sim! O fuzilado fora ele, Patrocínio. Vira com aqueles! E repuxou as pálpebras escorchoando esbogalhadamente os olhos. Fossem em Sepetiba, cavassem que lhe havia de achar o corpo, crivado se balas.’

-- Pois ainda insistes, homem? Queres negar a evidência?

-- Insisto, porque vi. Não sou um mentiroso nem besta. Vi, já disse.

Patrocínio irritou-se com a teimosia:

-- Ó homem de Deus! Então você quer saber mais da minha vida do que eu?

-- Eu não falo de sua vida, falo de sua morte.

-- Morte... Bradou Neiva. Morte de quem, se ele está aqui!

-- Os mortos voltam. Lá está em Allan Kardec. Leiam! Vocês não lêem e querem discutir. É a tal coisa.”¹⁵⁷

Os romances Fogo-Fátuo e O Morto marcam assim o testemunho de Coelho Netto sobre os anos difíceis do governo Floriano Peixoto e trazem, ainda que sob a perspectiva da memória, as impressões que o escritor não pode explicitar em *O Paiz*, à exemplo do que Pardal Mallet, Olavo Bilac e depois Luís Murat fizeram em *O Combate* antes de sofrerem a represália do governo. Desponta nestes livros um período regido pelo estado de sítio e pela intensa vigília policial; marcado pelo recrutamento forçado e pela represália à imprensa que obrigou vários dos amigos do escritor a se esconderem ou a se exilarem; e, sobretudo, um período alimentado por uma rede de intrigas onde os boatos eram mais perigosos que os próprios embates travados entre a Armada e as forças governistas.

Uma atenção especial a essas obras posteriores de Coelho Netto, juntamente com a análise das crônicas publicadas por ele entre 1892-1893, permitiram concluir, portanto, que a aparente neutralidade política e a suposta frivolidade com as quais o literato construiu a série “Bilhetes Postais” conferiram aos seus textos um caráter ambíguo, garantindo-lhe assim um

¹⁵⁷ Coelho Neto. Op. cit. pp. 367-368

espaço próprio de sobrevivência e expressão política num o jornal que se posicionou nitidamente em favor de Floriano na época da Revolta da Armada.

A crônica de 1º de janeiro de 1893 é indicativa desta perspectiva, pois flagraria de maneira singular o sentido que Coelho Netto desejou imprimir aos “Bilhetes Postais”:

“O meu programa para 93 é o mesmo de 92. Ainda vos lembrais? Não tive. Entrei por aqui sem dizer ao que vinha, e fui escrevendo *Bilhetes* sem selo, apesar da mania filatélica e cá estou ainda dizendo de quando em vez alguma coisa”

Ao anunciar explicitamente que não tinha um programa específico, o literato não se comprometia com questões políticas — embora tivesse claros os critérios que moviam seus textos durante aquele período. Foi essa a estratégia escolhida por Coelho Netto dentro dos limites e das possibilidades de atuação que a ele eram impostos e, neste sentido, a série “Bilhetes Postais” acabou constituindo uma trincheira de luta cotidiana para o literato, permitindo que ele expressasse, indiretamente e através de metáforas, seu descontentamento com as questões políticas e sociais do momento.

Sintomaticamente, quando em 1894, vinha publicado pela Editora Domingos Magalhães o livro que reuniria parte das crônicas da série “Bilhetes Postais”, as ênfases de Coelho Netto já se colocaram aparentemente de forma diferenciada.

Em primeiro lugar, no livro Bilhetes Postais, os textos não foram incorporadas de maneira linear, ignorando a seqüência com a qual foram escritas para o jornal e excluindo qualquer referência às datas de sua publicação. Além de o nome de Coelho Netto aparecer entre parênteses e sem nenhum destaque na capa da edição, não há também qualquer referência ao “N.” que assinou as crônicas nos dois anos anteriores. Embora o nome do livro fosse o mesmo da série, o autor era agora “Anselmo Ribas”, o pseudônimo mais conhecido do escritor.

Passadas as turbulências políticas que definiram a forma da série nos anos anteriores, ele podia enfim explicitar o sentido de sua operação. Embora tenha excluído do livro as crônicas que diziam respeito mais diretamente ao governo Floriano, à Revolta da Armada e a qualquer assunto político mais direto, Coelho Netto mantém a ambigüidade com a qual os “Bilhetes Postais” foram publicados nos anos anteriores. O prefácio do livro, intitulado “Fora da Mala”, é esclarecedor neste sentido:

“ Ao Leitor

Os livros são o alimento do espírito – tens aqui um *lunch*, leitor faminto.

(...) Não tenho idéias doudas – fiz com meu bom humor esta pastelaria para os que não têm dispepsia moral, se me permites a ênfase. Não creias na verdade dos conceitos... Vai lendo e, ao fim do livro fecha-o e pede aos deuses uma próspera velhice descansada e serena para o autor se tiverem agradado os espíritos, ou as lajes quentes do abismo se te arrependeres da estopada.

Dá a teu filho e dá a tua esposa esta leitura amável – é preferível, para formação do espírito, às páginas elucidares e patrióticas do *Diário Oficial*.

(...) Respeitos à senhora,

Anselmo Ribas”¹⁵⁸

Além da impressão de que as crônicas foram escritas num só fôlego, Coelho Netto reafirma o sentido leve e desprendido do livro ao indicá-lo como entretenimento para as famílias. Por outro lado, explicita logo em seguida seu caráter político — “... é preferível, para a formação do espírito, às páginas elucidares e patrióticas do Diário Oficial” — isto é, forneceria uma versão “extra-oficial” dos assuntos contidos nas crônicas escolhidas para essa primeira publicação.

Na verdade, o livro Bilhetes Postais fazia parte de um projeto muito maior. Coelho Netto havia assinado um contrato com Domingos Magalhães, cujo acordo era a publicação dos folhetins e tudo mais que o literato escolhesse reunir em volume ao longo de cinco anos. Para

¹⁵⁸ [Coelho Netto) Anselmo Ribas. Bilhetes Postais. RJ: Domingos Magalhães – Editor, 1894. p. 8

utilizar tudo o que ele produzisse, o editor pagaria a quantia de quatrocentos mil réis por mês — uma quantia fabulosa na época, segundo aponta um biógrafo.¹⁵⁹

Em 1894, enquanto Netto firmava carreira literária, seus amigos começaram a voltar aos poucos de seus refúgios tão logo a Revolta da Armada foi derrotada e o estado de sítio levantado em 30 de junho de 1894. Ao desembarcar no Rio poucos dias depois, Olavo Bilac foi imediatamente levado a uma delegacia, onde ficaria detido por alguns dias para averiguações — um indicativo de que o governo continuava atento a possíveis suspeitos.¹⁶⁰ Guimarães Passos e Luís Murat voltam de Buenos Aires e Pardal Mallet de Vassouras.

Contudo, os ânimos continuavam exaltados e, certamente, os partidários de Floriano ainda se lembravam da campanha que Mallet encaminhara contra seu governo em *O Combate*. Com a intenção de criar uma situação de confronto, alguns entusiastas do Marechal provocaram o literato lançando injúrias a uma mulher que ele “mal conhecia”, prevendo já a sua reação. Em desvantagem, o escritor foi duramente agredido em plena rua do Ouvidor.¹⁶¹

Temeroso pela sua vida e já doente algum tempo, Pardal Mallet viajou para Caxambu onde morreria de tuberculose em fins de 1894 aos trinta anos de idade.¹⁶² Segundo a lembrança de Coelho Netto de uma conversa com Paula Nei, “o que o matou foi o quixotismo, a tal mania de defender os fracos e oprimidos e desfazer agravos”. Referindo-se ao incidente com os jacobinos, Netto comentaria:

“Pois foi essa pândega que o levou. Visitei-o dias depois e ainda o encontrei coma cabeça envolta em pachos e pálido como se todo o sangue se lhe houvesse esvaído. Foi aquilo. Ele já não andava bem; sempre a tossir e com febre. A boxada do capadócio foi o tiro de misericórdia.”¹⁶³

¹⁵⁹ Raimundo Magalhães Jr. informa que “por quantias poucos maiores do que essa, Machado de Assis ia vendendo, uns após os outros, os direitos totais e definitivos de suas obras ao Garnier.” Raimundo Magalhães Jr. *Artur Azevedo e sua época*; RJ: Civilização Brasileira, 1966. p. 256

¹⁶⁰ Cf. Raimundo Magalhães Jr. *Olavo Bilac e sua época*. Op.cit. p. 1799. Coelho Netto. Op. cit. p. 364.

¹⁶¹ Cf. Raimundo de Menezes. Op. cit. p.66.

¹⁶² Idem, idem. p.59.

¹⁶³ Coelho Netto. Op. cit. p. 372.

Os confrontos entre florianistas e os antigos opositores do Marechal não se encerraram, portanto, ainda que o país contasse com um novo presidente já no fim de 1894. Ao contrário, os leais partidários de Floriano Peixoto não aceitaram o fato de que ele havia entregado o cargo a um civil, contestando a legitimidade das eleições de março de 1894 e fazendo larga campanha para que Prudente de Moraes e seu vice renunciassem seus mandatos.

O ideal republicano compartilhado por diversos agentes sociais estava longe de apresentar um consenso. Entre os literatos, a luta em comum pela República velou projetos e aspirações diferenciadas para a nova nação que julgaram ver construir tão logo o regime Monárquico fosse derrotado. O início conturbado da presidência de Floriano Peixoto foi explicitando pouco a pouco posições políticas diferenciadas entre aqueles escritores. De um lado, Pardal Mallet e Olavo Bilac nas páginas de *O Combate* encaminharam forte oposição ao presidente que consideraram estar ocupando o cargo ilegalmente, acusando-o também de ter violado a Constituição ao interferir nos negócios dos Estados quando ordenou a deposição dos governadores. De outro, Raul Pompéia entendeu esta atitude do Marechal como o esforço de salvar a República à mercê de conspiradores, os quais somente um governo forte e centralizador poderiam derrotar.

O desenrolar dos conflitos ao longo de 1892-1893 acirrou ainda mais essa oposição entre os grupos que se articularam ao redor de Floriano Peixoto, atacando ou defendendo a política do Marechal. Entre os literatos, esta percepção antagônica ficou clara na memória que construíram sobre aqueles anos. Se na lembrança de Coelho Netto a morte de Pardal Mallet foi decorrente dos últimos confrontos que travou com os jacobinos, a morte de Pompéia, em 1895, despontou sob outra perspectiva para seus contemporâneos: foi o jacobinismo que o matou.

“UM LOUCO NO CEMITÉRIO”.

29 de setembro de 1895. No cemitério de São João Batista no Rio de Janeiro um grande número de pessoas aguardava o sepultamento de Floriano Peixoto, morto no dia 29 de junho vitimado por uma úlcera. Embalsamado pelo dr. Costa Ferraz, o corpo do ex-presidente ficou exposto à visitação pública na Igreja da Cruz dos Militares, sendo trasladado depois, num grande cortejo apoteótico, para capela da necrópole onde permaneceu depositado por quase três meses até que ficasse pronto o mausoléu de mármore, em forma de monumento, encomendado pelo governo federal.¹

O alto grau da solenidade encenada pelo governo naquela ocasião mostrou a preocupação em não desagradar os grupos jacobinos, cujos ânimos não esmoreceram com o falecimento do ex-presidente. Ao contrário, os conflitos entre os fiéis seguidores do Marechal e seus antigos inimigos ainda fermentavam. A redação da *Cidade do Rio*, por exemplo, foi duramente atacada e quase que totalmente destruída porque José do Patrocínio se recusou a hastear a bandeira a meio pau em sinal de luto.

Naquele dia 29 de setembro, além da multidão que afluía para o cemitério para o sepultamento definitivo de Floriano Peixoto, também estava presente para a cerimônia o atual presidente da República, Prudente de Moraes, acompanhado por vários ministros de Estado e um corpo de oficiais.

¹ Cf. Raimundo de Menezes. Guimarães Passos e sua época boêmia; SP: Livraria Moderna Editora S.A., 1952. p.131

Contudo, à hora de baixar o corpo, iniciou-se uma série de pronunciamentos inflamados que desejavam prestar uma última homenagem ao morto. Primeiro, foi o sr. Irineu Machado que, exaltando a memória e os feitos do antigo presidente, depreciava explicitamente o atual. Na sequência, com o mesmo tom de seu antecessor, falou Nicanor do Nascimento acirrando as críticas. Neste momento, Prudente de Moraes que assistia a tudo, retirou-se do local acompanhado por alguns ministros.

Quando parecia terem terminado os manifestos, todos os olhos voltaram-se para uma “figura pálida e nervosa” que tomava a palavra. Postando-se sobre uma sepultura, Raul Pompéia iniciava um discurso mais incendiário ainda que o dos outros oradores, no qual atacava o direcionamento político que Prudente de Moraes encaminhava na presidência da República. Exaltando a figura do Floriano, o escritor entusiasmava a multidão que o aplaudia, perturbando desta maneira os oficiais do governo que ficaram na cerimônia para representar o atual presidente. O alvoroço crescia: “vivas” de um lado, “foras” do outro, tornando eminente um confronto. A polícia interviu, colocando tudo abaixo e dispersando a multidão agitada “à pata de cavalo”. Do cemitério, os manifestantes seguiram para as ruas adjacentes de onde continuaram os discursos jacobinos.²

A reação do Itamarati foi imediata. No dia seguinte, entre as notícias que comentavam o tumulto durante o enterro, os jornais publicavam o decreto que exonerava Irineu Machado do cargo de secretário do Conselho Naval e Raul Pompéia de diretor da Biblioteca Nacional, para o qual fora nomeado pelo próprio Floriano ainda no início de 1894.³

² Elói Pontes. *A vida inquieta de Raul Pompéia*; RJ: Livraria José Olímpio Editora, 1935. p. 270.

³ Idem, idem, p.272.

Alguns dias depois do tumulto, em 5 de outubro, a “Seção Livre” de *O Paiz* trazia réplica de Raul Pompéia. Com o título de “Clamor Maligno”, o escritor procurava explicar o teor do discurso proferido por ele ao pé da cova de Floriano, numa tentativa de “rebater os comentários de falsidade” com os quais dizia ter sido caluniado:

“(…) Convidei o entusiasmo dos generosos corações a concorrer para que o túmulo do marechal Floriano pudesse ser um dia grande como um templo mais belo e mais alto, que nenhum outro sepulcro, e pudesse congregar dignamente as homenagens devidas a quem mais do que fundador da República – o proclamador magnânimo da Nacionalidade.

Acentuei a função de regeneração política e social que, neste sentido, promoveu o vencedor de 13 de março. Aludi aos ódios naturalíssimos, desencadeados em oposição a este esforço de saneamento. Reagiu, sobretudo, a cidade fluminense; reagiu o jornalismo cosmopolita, ora arrevesado em negro silêncio, ora desbocado em sangrentas invectivas.

Esta oposição foi a única tristeza que oprimiu aquela grande alma de patriota, mas as dificuldades trágicas encontradas engrandecem o merecimento dos valorosos trabalhos do maior dos brasileiros e seu nome fez-se sinônimo de Brasil, sinônimo de Pátria.

Entretanto não foi possível a Floriano concluir a empresa dos seus ideais. E ele nos legou a onerosa comissão de ultimar o seu programa. Disse ao morrer que a hora ainda era de lutas...Ah! Como se iludem as aspirações de paz. O grande brasileiro palpou a realidade do nosso drama histórico. Percebeu e denunciou as sanguinárias intrigas urdidas para o fim de matar a República, de dissolver a Nação. (...) Não há luta entre irmãos: há irmãos que se desgraçam e o estrangeiro que explora.

(...) A hora é de esforço e de dissabores. A paz, a paz é impossível ... enquanto se não converterem os negadores da pátria e os *portugueses do ocidente* que se arvoram em mentores de rumo político; enquanto se não transformarem as propagandas jornalísticas em cujo anonimato hostil se vai descobrir a perícia do enredo lusitano; enquanto não forem vencidas tais adversidades, como as conteve a energia assombrosa do marechal Floriano.”⁴

Ainda que não mencione sua exoneração do serviço público, Raul Pompéia a atribuía às inverdades que se disseram a seu respeito logo após a agitação no cemitério. Para justificar os motivos que o levaram a postar-se daquela maneira em uma cerimônia oficial, o escritor colocava-se no encargo de dar prosseguimento à política sustentada por

⁴ Raul Pompéia. “Clamor Maligno”. *O Paiz*, 5 de outubro de 1895. *Apud.* Raul Pompéia. *Obras* (Escritos Políticos); RJ: Civilização Brasileira, 1982. p.327-328. Volume V.

Florianópolis, explicitando, assim, a sua oposição à política de conciliação do atual governo.⁵ Declarando guerra aos “portugueses” e ao capital estrangeiro — elementos que segundo ele colocavam em risco a República — o escritor ainda lembrava que a oposição feita pela imprensa ao “saneamento” destes elementos promovido por Florianópolis, fora a sua única tristeza.

Para atacar a atitude de Pompéia durante o enterro de Florianópolis, Luís Murat publicaria um longo e virulento artigo no *Comércio de São Paulo* intitulado “Um Louco no Cemitério”, no qual rememora e aciona contra o escritor todos os conflitos e tensões vivenciadas por ele e seus companheiros durante os anos difíceis do Governo Florianópolis Peixoto:

“Não é de hoje que conheço o dr. Raul Pompéia, recentemente demitido do lugar de diretor da Biblioteca Nacional por haver desacatado no cemitério de São João Batista, a pessoa do presidente da República. S.S. precisava ser punido; essa corrigenda tornava-se necessária. Nunca se viu um ato de loucura mais digno de censura um procedimento tão incorreto, tão inconveniente, tão incivil. Prestasse S.S todas as homenagens que se *pode* prestar a um morto que se admira: lançasse sobre ele todos os adjetivos apaixonados e bombásticos do fanatismo; chegasse mesmo a enovelar-lhe a memória num descabelado e sentido pranto de gratidão e saudade, mas não desrespeitasse a pessoa do atual presidente da República, nem o seu governo, da maneira insólita por que o fez, dando azo a que outros espíritos exaltados reacendessem na faina inglória de desprestigiar o governo, comprometendo gravemente os créditos da República.”⁶

Reprovando explicitamente a atitude de Raul Pompéia no cemitério, Murat reverbera a demissão do escritor, ao qual diz conhecer de longa data numa referência clara à época em que eram colegas na redação de *A Rua*, reunidos em torno da luta contra a

⁵ Pompéia referia-se a “campanha de pacificação” encaminhada por Prudente de Moraes e, possivelmente, à retomada das relações diplomáticas com Portugal, rompidas por Florianópolis à época da Revolta da Armada, no início de 1894, devido ao asilo que os navios portugueses deram a vários revoltosos, levando-os depois para Buenos Aires. À bordo das corvetas “Afonso de Albuquerque” e “Mindelo”, refugiaram-se na Argentina mais de quinhentas pessoas, entre oficiais e civis voluntários, que estiveram sob o comando do almirante Luís Felipe Saldanha da Gama, que capitulara em 13 de março de 1894 — daí a referência de Pompéia a Florianópolis como o herói de 13 de março. Cf. Felisbelo Freire, *História da Revolta de 6 de setembro de 1893*, Brasília: UNB, 1982 (1894) p. 257-258.

⁶ Raimundo de Menezes. Op. cit. pp.134-135

monarquia. Em seguida, procurando ridicularizar a atitude do ex-colega, Murat aponta que a cerimônia fúnebre permitia todo tipo de desatino, mesmo que movida pelo fanatismo, mas nunca o desacato a Prudente de Moraes, acusando ainda Pompéia de incentivar a volta de um período ao qual o literato não tinha boas lembranças:

“Em que país o sr. Raul Pompéia julga que estamos? Que diabo de República quer S. S.? Não está satisfeito com atual ordem das coisas? Desejará, por ventura, que se prolongue o regime de sangue, das violências, dos martírios, das perseguições e da guerra? Mas só pode aspirar a um tal regime quem tem o ânimo forte e coragem de pegar de uma espingarda e ir para a rua defender no caso excepcional de uma revolução legítima, os interesses da Pátria, calcados aos pés, por um déspota. Mas S.S. a quem faltou a coragem de repelir um insulto dos mais graves, em plena rua do Ouvidor, à hora em que essa rua é mais freqüentada! S.S. a quem faltou coragem, depois de mandar os seus padrinhos entenderem-se com o ofensor, de medir-se com ele, no momento em que aqueles iam dar o sinal de combate, e que, em vez de se bater em desagravo de sua honra seriamente comprometida, se lança nos braços do adversário, em prantos, esquecendo a afronta...De um médico sei que, ao encontrar-me pouco tempo depois do desastre, me disse furo de indignação: Ainda não vi homem tão covarde! Esse médico havia sido convidado para assistir ao duelo e prestar os serviços que o caso exigisse. Ora, já vê o sr, dr. Raul Pompéia, que essas bravatas demagógicas não lhe ficam bem. O que me parece é que se trata de um caso de doença moral. O jacobinismo é um fenômeno mórbido.”⁷

A alusão de Luís Murat ao malfadado duelo entre Raul Pompéia e Olavo Bilac em 1892 é nítida neste trecho e, segundo ele, só não teve o desfecho esperado porque o Pompéia acatou imediatamente os conselhos dos padrinhos num grande lance de covardia. O médico que lhe confidenciara isso era justamente seu irmão, Dr. Heitor Murat, testemunha do ocorrido. No discurso científico, portanto, a postura de Pompéia na ocasião assume um caráter patológico — um prenúncio, de acordo com o texto, de que ele já dava sinais claros de uma morbidez que se acentuaria, anos depois, pelo “seu jacobinismo”.

As ofensas do artigo eram fortes pois visavam macular a imagem de Pompéia, questionando a sua hombridade: como ele desejava defender seus ideais políticos se lhe faltou coragem para defender a própria honra numa situação de confronto? Como ele

⁷ Raimundo de Menezes. Op. cit. p.135

pretendia sustentar suas posições se estas eram movidas pelo fanatismo pela figura de um presidente já morto? Somente uma espécie de doença moral justificava tais desatinos e, essa doença, era o jacobinismo, conforme explica Murat.

Tal expressão, contudo, tinha um sentido claro para o literato: era o desejo dos leais partidários de Floriano de “prolongarem indefinidamente o regime de terror” que marcara aqueles anos, ainda bastante vivos na lembrança do literato:

“Na insaciabilidade da vingança e no delírio do sangue, que os persegue, [os jacobinos] parecem ver em cada homem que não professa as suas opiniões, ou que reconhece nas suas idéias um mal para as instituições, um inimigo perigoso que não tem direito à vida. Somos daqueles que pensam que a insurreição é um direito sagrado dos povos, mas quando os governos não respeitam os direitos dos cidadãos, quando a tirania os oprime e pretende abafar todas as liberdades e sofismar todos os direitos. (...) Entre esse direito, tão justo e tão nobre, e a oligarquia da loucura jacobina há um abismo. (...) Levantar a bandeira dos motins, e das sedições como pretende o jacobinismo brasileiro, sem razão, sem uma causa, somente porque o governo não quer pactuar com esses atos de verdadeiro canibalismo, é a maior das loucuras, quando não é o maior dos crimes.

(...) O atual presidente da República procura cumprir o seu dever, está governando constitucionalmente.”⁸

Para Luís Murat as posições eram bem definidas. Ao contrário de Floriano Peixoto, Prudente de Moraes ocupava a presidência legalmente, não se justificando investir contra ele como faziam os jacobinos, a não ser por um desejo insaciável de vingança. No entendimento do literato, portanto, a sua postura e de seus amigos durante o governo florianista era legítima e de direito, pois lutavam contra alguém que consideravam um tirano, ao passo que os leais seguidores do Marechal empunhavam uma bandeira sem causa.⁹

⁸ Raimundo de Menezes. Op. cit. p.136-137.

⁹ Contudo, os anos seguintes mostrariam que os chamados jacobinos tinham projetos bem definidos, conforme aponta o estudo de Suely Robles Queiroz. Jornais fundados ainda durante o governo Floriano Peixoto como *O Jacobino* e *O Nacional* eram editados por indivíduos ligados a clubes jacobinos articulados, organizadores de batalhões voluntários e comícios – mantendo-se sempre vivo o vulto de Floriano, o qual atribuíam a honra de ter sustentado e fortalecido o ideal republicano que, aos seus olhos vivia constantemente ameaçado. Suely Robles Reis de Queirós. *Os radicais da República*: SP: Brasiliense, 1986. pp.82-91.

Se as lembranças dos anos anteriores despontavam para Raul Pompéia como um período em que o Brasil atingira o auge de sua soberania, graças aos empenhos de Floriano em permanecer no poder e salvaguardar assim a República, para Luís Murat aqueles foram tempos difíceis onde a liberdade foi posta a prova sob as mais diversas arbitrariedades.

O estado de sítio, as perseguições, prisões e desterros que marcaram a sua experiência e de seus amigos durante o governo florianista afluíram na memória do escritor como um período de terror. Mais terrível que a luta que direcionaram contra a monarquia à frente de *A Rua* e *O Meio*, foi a luta contra um modelo de República, representada por Floriano, que os excluía de qualquer participação efetiva e da qual, certamente, se viram muito próximos quando se postaram ao lado de José do Patrocínio na Câmara dos Vereadores naquela tarde de 15 de novembro de 1889.

Ainda que o artigo de Luís Murat tivesse sido publicado em 16 de outubro, Raul Pompéia só viria a saber dele em meados de dezembro. Os amigos o esconderam temendo pelo seu estado neurastênico, explica um contemporâneo.¹⁰ Mas, como a notícia vazasse, Raul foi tomado de grande abatimento quando tomou conhecimento do texto, sobretudo, porque as ofensas ficaram sem resposta por quase dois meses e ninguém acreditaria mais que ele desconhecesse a afronta, conforme o escritor confidenciou a um amigo.¹¹

Ao mesmo tempo, *A Notícia*, jornal que lhe encomendara alguns artigos de crítica literária, faltou ao combinado e não publicou o texto reservado para o um certo dia. Angustiado, Raul Pompéia entendeu a falha do periódico como decorrente da perseguição que acreditava sofrer e retraiu-se mais.¹²

¹⁰ Rodrigo Otávio. Minhas Memórias dos Outros (Primeira Série); RJ: Civilização Brasileira, 1978 (1934). p. 225.

¹¹ Idem, idem.p.226

¹² Raimundo de Menezes. Op. cit. p.139.

Rodrigo Otávio relata que o choque do artigo de Murat foi fulminante para Raul. Abandonando os jornais, ele isolou-se em casa na companhia da mãe e das irmãs, perseguido pela “idéia fixa” de que era um homem desonrado, ao mesmo tempo em que repetia para si mesmo o contrário. Sem dormir há vários dias e sem se alimentar, a família resolveu afastá-lo do Rio de Janeiro levando-o para uma temporada em Angra dos Reis, onde não o deixavam um momento sozinho, sempre a espionar-lhe os passos. Contudo, o escritor só precisou de uns instantes de descuido de uma das irmãs para retirar um revólver debaixo da almofada do divã, apontá-lo contra o peito e disparar o gatilho.¹³

Sob a mesa de trabalho, um último bilhete: “À *Notícia* e ao Brasil declaro que sou um homem honrado.”¹⁴ Era 25 de dezembro de 1895 quando um dos maiores entusiastas de Floriano Peixoto, velho amigo das jornadas literárias e políticas da década de 1880, suicidou-se. Ainda que morte de Raul Pompéia seja comumente associada à de Floriano, despontando como o fim de um período de conflitos, as referências convergentes de biógrafos e memorialistas apontam que o artigo sem reposta de Luís Murat matara o escritor — mais especificamente as alusões à covardia, que foram recebidas por ele com mais violência do que às críticas ao seu jacobinismo.

* * *

A suicídio de Raul Pompéia constata dramaticamente o esfacelamento de um grupo de escritores cuja memória construiu-se a identidade literária que, aparentemente, os unia como “geração”, como uma grande família onde o interesse coletivo superava quaisquer diferenças particulares que tivessem. Contudo, ao adentrar o mundo dos jornais e dos pequenos semanários nos quais estes literatos participaram foi possível perceber que

¹³ Rodrigo Otávio. Op. cit. p.227.

¹⁴ Eloy Pontes. Op. cit. p.287.

essa identificação profissional tornava-se frágil se posições políticas diferenciadas se esbarrassem. Isto ficou claro ainda à época das grandes campanhas políticas de 1880 quando pareciam lutar por uma causa em comum.

Nas lembranças contidas em A Conquista, a vitória na luta contra a escravidão ganhou um sentido muito claro para aqueles escritores: foi a conquista do talento. Contudo, logo nos meses seqüentes à Abolição, o grupo rompe com José do Patrocínio, a quem se ligaram fortemente nos anos da campanha abolicionista, porque discordaram do apoio político que o jornalista expressava à Princesa Isabel pelas páginas da *Cidade do Rio*. Os interesses, portanto, já não comungavam mais naquele momento em que o ideal comum fora vencido. Ao contrário, esbarravam frontalmente com o “izabelismo” do antigo líder.

Os semanários *A Rua* e *O Meio* formaram trincheiras de luta diferenciadas no combate a Monarquia e no esforço de Pardal Mallet, Olavo Bilac, Luís Murat e Coelho Netto em se diferenciarem de José do Patrocínio. Na primeira folha, transpareceu a radicalidade de Mallet que, sob a voz de “Souvarine”, propagandeava idéias socialistas num momento em que as ações recentes dos libertos reunidos na Guarda-Negra despertavam grande temor. A escolha do literato em atacar o império sob esse referencial mostrou o quanto ele foi provocativo ao apregoar que uma revolução do 4º estado, os ex-escravos, estava francamente em construção.

Em *O Meio*, a tônica foi diferenciada na crítica ao regime imperial. Norteados por ideais liberais, os textos publicados pelo semanário divulgaram uma concepção de progresso entendida como a garantia e o exercício pleno dos direitos civis, a exemplo da campanha que fizeram em prol dos “direitos da mulhere”. Mais do que a mudança do regime político, a forma republicana representava também a possibilidade de mudanças no

campo da cultura, onde as práticas populares seriam substituídas através de suas orientações por aquelas consideradas civilizadas.

O significado da Abolição e a luta contra o regime monárquico ganham assim sentidos diversos quando se detém um olhar mais cuidadoso nas experiências cotidianas daqueles homens no fim da década de 1880. Até se reunirem novamente em torno de José do Patrocínio no pátio da Câmara Municipal em 15 de novembro de 1889 para demonstrarem seu apoio à República recém-proclamada, aqueles homens trilharam por caminhos diferenciados que se confrontaram em diversos momentos. Aquela imagem de unidade na Câmara, portanto, velava posições que estavam longe de conferir um caráter homogêneo ao grupo.

O período conturbado do governo Floriano Peixoto foi à ocasião em que as posições políticas acirraram-se e os diferentes projetos de República foram posto à prova. A identidade literária como marca principal entre Raul Pompéia, Pardal Mallet, Olavo Bilac, Luís Murat, Coelho Netto e José do Patrocínio foi fracionada nas diversas vezes em que as posições políticas foram divergentes.

Neste sentido, o caráter militante que conferiam à literatura representou mais um elemento de conflito do que o de homogeneidade no interior do grupo. A diversidade das militâncias que exercitaram na imprensa, cada um a seu modo, e, em momentos diferentes permitiu flagrar, neste sentido, o quanto a trajetória cenacular que construíram para as fases gloriosas das grandes campanhas políticas de 1888-1889, e que é reverberada ainda, velava de suas experiências e conflitos naqueles anos. *A Rua*, *O Meio* e *O Combate*, possibilitaram assim chegar próximo daquilo que pensaram, dos problemas que enfrentaram e, sobretudo, de como fizeram destes três jornais, aparentemente sem recursos, a trincheira de luta, de vitórias e de derrotas, na divulgação de seus ideais.

1. FONTES

A - Periódicos

Arquivo Edgar Leunroth (AEL - UNICAMP)

GRANDE IMPRENSA

Cidade do Rio, 1888-1889.

Correio do Povo, 17 de novembro de 1889; 28 de fevereiro de 1890; 15 de março de 1890.

Gazeta de Notícias, 10 de julho de 1890; 27 de novembro de 1892.

O Paiz, 31 de dezembro de 1888; 4 de janeiro de 1889; 1892-1893.

PEQUENA IMPRENSA

A Rua, 13 de abril de 1889 – 18 de julho de 1889.

O Combate, 19 de janeiro de 1892 – 22 de junho de 1892.

O Combate (propriedade de Lopes Trovão & Cia), 11 de junho de 1889

O Meio, 17 de agosto de 1889 – 06 de dezembro de 1889.

B - Obras literárias e memorialísticas

Bilac, Olavo e Mallet, Parda [Victor Leal]. O Esqueleto – mistérios da Casa de Bragança: RJ: Casa da Palavra, 2000.

Boccacio, Giovanni. Decamerão; SP: Abril Cultural, 1972.

Coelho Neto, Henrique. A Conquista; RJ: Civilização Brasileira, 1985 (1899).

_____. Bilhetes Postais. RJ: Domingos Magalhães – Editor, 1894.

_____. Bilhetes Postais (organização, apresentação e notas de Ana Carolina Feracin da Silva); Campinas: Cecult/Mercado de Letras, 2001 (no prelo).

- _____. Fogo Fátuo; Porto: Chardron, 1929 (1928).
- _____. O Morto; Porto: Chardron, 1912 (1898).
- Lima Barreto, Afonso Henriques. Triste Fim de Policarpo Quaresma; SP: Ática, 1990 (1915).
- Otávio, Rodrigo. Minhas memórias dos outros; RJ: Civilização Brasileira, 1979.
- Pompéia, Raul. Obras; RJ: Civilização Brasileira, 1983; RJ: Civilização Brasileira, 1983.
- Shakespeare, William. As Alegres Comadres de Windsor. SP: Abril Cultural, 1978.
- Zola, Émile. Germinál; SP: Abril Editora, 1972 (1885).

2. BIBLIOGRAFIA CITADA

A - Biografias

- Cameu, Francolino e Peixoto, Arthur. Florianô Peixoto. Vida e governo; Brasília: UNB, 1983 (1925).
- Cunha, Ciro Vieira da. No tempo de Paula Nei. SP: Saraiva Editores, 1950.
- Magalhães Jr., Raimundo. Olavo Bilac e sua época; RJ: CEA, 1974.
- _____, Artur Azevedo e sua época; RJ: Civilização Brasileira, 1966.
- _____, A vida turbulenta de José do Patrocínio; RJ/SP: Lisa, INL, 1972.
- Meneses, Raimundo. Guimarães Passos e sua época boêmia. SP: Martins, 1953.
- Mérian, Jean Yves. Aluísio Azevedo. vida e obra; Brasília: INL, 1988.
- Neto, Paulo Coelho. Coelho Neto; RJ: Valverde Livreiro/Editor, 1942.
- Peixoto, Arthur. Biografia do Marechal Florianô Peixoto; RJ: Serviços Gráficos do MEC, 1939.
- Pereira, Leonardo Affonso de Miranda. Sonhos de Conquistador. Uma Biografia de Coelho Netto; Campinas, 2000. (mimeo).
- Pontes, Eloy. A vida inquieta de Raul Pompéia; RJ: José Olympio, 1944.
- _____. A vida exuberante de Olavo Bilac; RJ: José Olympio, 1944.

B - Bibliografia.

- Abranches, Dunshee. Actas e Actos do Governo Provisório (edição fac-símile); Brasília: Senado Federal, 1998.
- Azevedo, Célia M. Marinho. Onda Negra. Medo Branco – o negro no imaginário das elites; RJ: Paz e Terra, 1987.

Azevedo, Elciene. Orfeu da Carapinha. A Trajetória de Luiz Gama na Imperial Cidade de São Paulo; Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

Balaban, Marcelo. Musa Travessa. Bastos Tigre e a Literatura da Belle Époque Carioca. Dissertação de Mestrado em História. RJ: PUC-RIO, 2000.

Barbosa, Rui. Obras Completas de Rui Barbosa. Trabalhos Jurídicos – Estado de Sítio. Vol. XIX. 1892. Tomo III. (Prefácio e revisão de Levi Carneiro - Tomo); RJ: MEC, 1956.

Batalha, Cláudio Henrique M. “A Difusão do Marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. in: João Quartim de Moraes (org.) História do Marxismo no Brasil. Vol. II: Os Influxos Teóricos; Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

Caldas, Honorato Cândido F. A Desonra da República. Apreciações gerais sobre a Revolta da Marinha de Guerra Nacional e o Governo do Vice-presidente Marechal Floriano Peixoto; RJ: Imprensa Montenegro, 1895.

Carvalho, José Murilo. A Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil; SP: Cia das Letras, 1998.

_____. Os Bestializados. o Rio de Janeiro e a república que não foi; SP: Cia das Letras, 1997 (1987).

Castro, Celso. Os Militares e a República. Um estudo sobre cultura e ação política; RJ: Zahar, 1995.

Chalhoub Sidney e Pereira, Leonardo (org.) A História Contada. capítulos de história social da literatura; RJ: Nova Fronteira, 1998.

Chalhoub, Sidney. Cidade Febril - Cortiços e Epidemias na Corte Imperial; SP: Cia das Letras, 1996.

_____. Trabalho. Lar. Botequim; SP: Brasiliense, 1986.

_____. Visões da Liberdade – Uma História das últimas décadas da escravidão na corte; SP: Cia das Letras, 1990.

Cunha, Maria Clementina Pereira. O Espelho do Mundo – Juquery, a história de uma asilo; RJ: Paz e Terra, 1986.

El Far, Alessandra. A Encenação da Imortalidade – Uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924); SP: Dissertação de Mestrado em Antropologia. FFLCH/USP, 1997.

Freire, Américo. Uma Capital para República. Poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XIX; RJ: Editora Revan, 2000.

Freire, Felisbello. História Da Revolta de 6 de setembro de 1893; Brasília: Editora da UNB, 1982 (1894).

Freire, Gilberto. Ordem e Progresso; RJ: Record, 1990.

- Gomes, Flávio dos Santos. “No meio de águas turvas (Racismo e Cidadania no alvorecer da República: A Guarda Negra na Corte. 1888-1889); Estudos Afro-Asiáticos; RJ (21): 75-96, dezembro de 1991
- John Gledson. “Introdução”, in: Machado de Assis. Bons Dias! (org. Jonh Gledson); São Paulo: Hucitec/ Editora da Unicamp, 1990.
- Janotti, Maria de Lourdes Mônaco. Os Subversivos da República; SP: Brasiliense, 1986.
- Le Goff, Jacques. “Documento/Monumento”, in: Jacques Le Goff, História e Memória, tradução Bernardo Leitão (et al.), Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- Lemos, Renato. Benjamin Constant. Vida e História; RJ: Topbooks, 1999.
- Mello, Custódio José de. O Governo Provisório e a Revolução de 1893; RJ: Companhia Nacional Editora, 1938.
- Mencarelli, Fernando. A Cena Aberta – a Absolvção de um Bilontra no Teatro de Revista de Arthur Azevedo; Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- Mendonça, Joseli. Entre as mãos e os anéis. A lei dos sexagenários e os caminhos da Abolição no Brasil; Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- Moraes Filho, Evaristo. (org.) O Socialismo Brasileiro; Brasília: UNB, 1981.
- Nabuco, Joaquim. A Intervenção Estrangeira durante a Revolta de 1893; RJ: Freitas Bastos, 1932 (1895).
- Needell, Jeffrey D. Belle Époque Tropical - Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século; SP: Cia das Letras, 1993(1987).
- Pansardi, Marcos Vinícius. Republicanos e Operários: os primeiros anos do movimento socialista no Brasil (1889-1903). Campinas: Dissertação de Mestrado em Ciência Política. IFCH/ UNICAMP, 1993.
- Penna, Lincoln de Abreu. O Progresso da Ordem – O florianismo e a construção da República; RJ: Sette Letras, 1997.
- Pereira, Leonardo Affonso de Miranda. O Carnaval das Letras; RJ: Secretaria Municipal de Cultura, DGDIC, Divisão de Editoração, 1994.
- Petit Larousse Universel; Paris: Larousse, 1914. p. 1322.
- Prado, Eduardo. Fastos da Ditadura Militar no Brasil; SP: Escola Typ, Salesiana, 1902.
- Queiroz, Suely Robles Reis de. Os radicais da República; SP: Brasiliense, 1986.
- Rodrigues, João Paulo C. S. “A Geração Boêmia: Vida Literária em Romances, Memórias e Biografias”, in: S. Chalhoub e L. Pereira, Leonardo. A História Contada; RJ: Nova Fornteira, 1998.

_____. A Dança das Cadeiras: Literatura e Política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913); Campinas: Dissertação de Mestrado em História Social. IFCH/Unicamp, 1998.

Schwarcz, Lília Moritz. As Barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos; SP: Cia das Letras, 1999.

_____. O Espetáculo das Raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930; SP: Cia das Letras, 2000 (1993).

Sevcenko, Nicolau. Literatura como missão - Tensões sociais e criação cultural na primeira república; SP: Brasiliense, 1995 (1983).

Silva, Ana Carolina Feracin. Com as barbas de molho: literatos e jacobinos na Primeira República (1892-1893); Campinas: monografia de graduação em História. IFCH/UNICAMP, 1998 (mimeo)

Soares, Carlos Eugênio Libano. "Negregada Instituição". Os Capoeiras no Rio de Janeiro (1850-1890); Dissertação de Mestrado em História Social. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1993.

Soboul, Albert. A Revolução Francesa. (edição comemorativa do bicentenário da Revolução Francesa); RJ: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.

Souza, J. Galante. "Olavo Bilac e seus pseudônimos", in: Machado de Assis e outros estudos; RJ: Livraria Editora Cátedra/INL, 1979.

Ventura, Roberto. Estilo Tropical – História Cultural e Polêmica Literárias no Brasil (1870-1914); SP: Cia das Letras, 1991.